

19
2022

DOSSIÊ
Periferias, subalternos e relações
de poder no Mundo Antigo



Romanitas
Revista de Estudos Grecolatinos



ISSN: 2318-9304

Romanitas

Revista de Estudios Grecolatinos

ISSN 2318-9304

Editor-gerente

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Editores assistentes

Profa. Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Prof. Dr. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St Andrews, Escócia, Reino Unido

Prof. Dr. Ennio Sanzi, Università degli Studi di Messina, Itália

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Prof. Dr. Fabio Faversoni, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca), Brasil

Profa. Dra. Maria Manuela Reis Martins, Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná (UFP), Brasil

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Breno Battistin Sebastiani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Brasil

Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini, Universidade de Córdoba/Universidad de La Rioja/Conicet, Argentina

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil

Profa. Dra. Francesca Rohr, Università Ca'Foscari, Itália

Profa. Dra. Isabella Tardin Cardoso, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Profa. Dra. Leila Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Prof. Dr. Luís Fontes, Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Profa. Dra. Márcia Santos Lemos, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Profa. Dra. Maria Isabel Fleming, Universidade de São Paulo (Usp)

Profa. Dra. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Profa. Dra. Monica Selvatici, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Profa. Dra. Norma Musco Mendes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Raimundo Nonato Barbosa de Carvalho, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dr. Ramón Teja, Universidad de Cantabria (Unican), Espanha

Profa. Dra. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Profa. Dra. Renata Rozental Sancovsky, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil

Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Profa. Dra. Roberta Alexandrina da Silva, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Laham Cohen, Universidad de Buenos Aires/Conicet, Argentina
Prof. Dra. Silvia M. A. Siqueira, Universidade Estadual do Ceará (Uece), Brasil
Prof. Dra. Terezinha Oliveira, Universidade Estadual de Maringá (Uem), Brasil

Supervisor técnico, projeto gráfico e capa

Prof. Dr. João Carlos Furlani, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Diagramação

Sávio Medeiros Liittig

A revista

Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos é um periódico semestral voltado para a divulgação de trabalhos inéditos sob a forma de dossiês, artigos de temática livre e resenhas. O periódico exibe uma vocação interdisciplinar, buscando congregar pesquisadores em História, Letras e Arqueologia que se dediquem ao estudo da Antiguidade Clássica, campo de conhecimento que tem experimentado, no Brasil, um significativo incremento ao longo dos últimos anos. Mantida pelo Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) da Universidade Federal do Espírito Santo, *Romanitas* pretende conferir visibilidade à produção intelectual dos pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com especialistas estrangeiros, requisito indispensável para a consolidação da área.

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, n. 19, jun. 2022.

211 p. : il.

ISSN: 2318-9304

1. Grécia – Expansão – História. 2. Roma – Expansão – História. 3. História Antiga.
4. Arqueologia Clássica. 5. Estudos Clássicos.

CDU: 94(3)

Contato

Laboratório de Estudos sobre o Império Romano • Centro de Ciências Humanas e Naturais • Universidade Federal do Espírito Santo • Av. Fernando Ferrari, n. 514, Campus de Goiabeiras, Vitória, ES - Brasil • CEP 29075-910 • Telefone: 27 4009-7641 • E-mail: es.leir@gmail.com

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, desta obra, por qualquer meio, sem autorização dos autores ou editores, constitui violação da Lei 5.988.

Dossiê Dossier

Periferias, subalternos e relações de poder no Mundo Antigo
Periphery, subalterns and power relations in the Ancient World

Apresentação <i>Introduction</i> Alex Aparecido da Costa	7
Grupos subalternos e exploração do trabalho na Antiguidade: uma entrevista com Fábio Duarte Joly <i>Subaltern groups and exploitation of work in Antiquity: an interview with Fábio Duarte Joly</i>	9
O cita nômade como estereótipo na Antiguidade: Heródoto, Hipócrates e a gênese de uma concepção <i>The Nomad Scythian as a stereotype in Antiquity: Herodotus, Hippocrates and the genesis of a conception</i> Rodrigo dos Santos Oliveira	20
Estátuas imperiais e grupos subalternos: destruição, ridicularização e crítica como subversão das relações de poder durante a Antiguidade Tardia <i>Imperial statues and subaltern groups: destruction, ridicule and criticism as subversion of power relations in Late Antiquity</i> Jorge Elices Ocón Glaydson José da Silva	41
E a liberdade tem sabor de realidade: banditismo social na Palestina romana <i>And freedom tastes of reality: social banditry in Roman Palestine</i> Marcos Roberto Pirateli	61
Mobilizações coletivas na Roma tardo-republicana: repertórios de confronto e interesses nos <i>Ludi Romani</i> (57 a.C.) <i>Collective mobilizations in Late Republican Rome: repertoires of confrontation and interests in the 'Ludi Romani' (57 BC)</i> Jonathan Cruz Moreira	85
Império Romano e espaço provincial: integração, periferias, subalternos e relações de poder nas cartas, de Plínio, o Jovem, e Trajano <i>Roman Empire and provincial space: integration, peripheries, subalterns and power relations in the letters of Pliny the Younger and Trajan</i> Alex Aparecido da Costa	104

Tema livre Open object

O <i>crimen maiestatis</i> entre os séculos I a.C. e I d.C.: pontos comparativos <i>The 'crimen maiestatis' between the 1st century BC and the 1st century AD: some comparative points</i> João Victor Lanna de Freitas	128
--	-----

Desespero, miserabilidade e repugnância: efeitos nocivos em algumas experiências
erótico-amorosas descritas por Catulo
*Desperation, misery and repugnance: harmful effects in some erotic-loving experiences
described by Catulus*
Jean Filipe de Assis 149

Castigat ridendo moris? O olhar de Pérsio a partir de suas sátiras para todo o Principado
romano no primeiro século da Era Cristã
*'Castigat ridendo moris'? Persius' view from his satires to the entire Roman Principate in the
first century of the Christian era*
Marcos Luís Ehrhardt 162

The emperor Augustus and the Theater of Marcellus: the representation of the theater in
the Roman urban space (1st century BC)
*O imperador Augusto e o Teatro de Marcelo: a representação do teatro no espaço urbano
romano (séc. I a.C.)*
Letícia Aga Pereira Passos 174

Resenhas Reviews

Mobilidades forçadas nas instituições jurídicas romanas: o caso do "exílio" como
penalização política
Forced mobility in Roman legal institutions: the case of "exile" as a political penalty
FRIGHETTO, R. *Exílio e exclusão política no Mundo Antigo: de Roma ao Reino Godo de
Tolosa (séc. II a. C. – VI d. C.)*. Jundiaí: Paco, 2019. 152 p.
Murilo Moreira de Souza 195

De quantas maneiras é possível contar a História da África Antiga?
In how many ways is it possible to tell the History of Ancient Africa?
FURLANI, J. C. (org.). *A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra:
Milfontes, 2019. 238 p.
Edjalma Nepomoceno Pina 200

A construção do gênio militar de Alexandre Magno na literatura antiga e sua recepção na
historiografia anglófona
*The construction of Alexander the Great's military genius in ancient literature and its
reception in Anglophone historiography*
SANT'ANNA, H. M. *A fabricação de Alexandre Magno: habilidade política e genialidade
militar nas fontes antigas (336-331 AEC)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra,
2021. 198 p.
Thiago do Amaral 207

Dossiê

Dossier

Periferias, subalternos e relações de poder no Mundo Antigo
Periphery, subalterns and power relations in the Ancient World

Apresentação

Introduction

Alex Aparecido da Costa

Pesquisadores das diversas áreas da História tem se esforçado cada vez mais para se afastar de narrativas eurocêntricas. A História Antiga tem um papel fundamental nesse processo, pois, na memória do Ocidente, persiste a imagem de uma Europa herdeira do passado greco-romano, que teria se estendido ao continente americano desde seu passado colonial.

Dessa forma, o combate ao eurocentrismo no campo da História não tem ocorrido apenas em temas relacionados à América portuguesa e seus desdobramentos. Os historiadores brasileiros do Mundo Antigo têm concentrado grandes esforços em uma verdadeira descolonização da História Antiga.

Tomemos como exemplo os estudos acerca do Império Romano. As narrativas tradicionais sobre o tema possuíam, em geral, três aspectos que se entrelaçavam. Havia narrativas centradas na reacomodação das instituições republicanas, na biografia sucessiva de imperadores e na “romanização” das regiões conquistadas (GUARINELLO, 2014). Todas iam ao encontro do ideário dos Estados-nação europeus com seus impérios coloniais que se perpetuaram até meados do século XX. Influenciada pelos estudos pós-coloniais, a História Antiga rompeu com essas narrativas e passou a interessar-se pelos espaços provinciais, resistências e relações de poder presentes no mundo romano.

Por sua vez, as narrativas sobre a Grécia, em função da valorização da documentação escrita, centravam-se nos aspectos políticos e institucionais de suas cidades-Estados mais conhecidas, Atenas e Esparta. Renovações teóricas e metodológicas, bem como o diálogo com a Arqueologia, permitiram expandir o olhar para as experiências helênicas em outras regiões da Grécia e do Mediterrâneo. Além disso, os estudiosos se voltaram também para as mulheres, para os grupos subalternos e para o cotidiano. Essa postura contribuiu para a descolonização da Grécia Antiga, já que conceitos como o de civilização eram usados para estabelecer vínculos anacrônicos com a modernidade europeia.

Os estudos atuais sobre o Antigo Oriente também fazem parte desse processo, Egito e Mesopotâmia passaram a ser estudados em virtude de suas importâncias específicas e fundamentais durante os longos processos de transformação e integração do Mediterrâneo e suas adjacências. Suas contribuições para a formação greco-romana

foram enfatizadas (BERNAL, 1993) e a ideia de um evolucionismo cuja trajetória ia do Leste para o Oeste foi abandonada, pois o Oriente não desapareceu com o surgimento das cidades-Estados na Grécia e na Península Itálica.

Enfim, seria impossível, em poucas linhas, enumerar todos os esforços dos historiadores da Antiguidade para a construção de uma História Antiga mais plural, menos eurocêntrica e consciente das influências da globalização contemporânea em suas pesquisas (HINGLEY, 2010; WOOLF, 1992). As contribuições interdisciplinares, os estudos culturais, de gênero e das religiosidades apontam para o grande leque de possibilidades nesse sentido. Na verdade, esperamos que os artigos desse dossiê ilustrem o panorama das pesquisas inspiradas nas temáticas que destacamos nessa apresentação.

Referências

- BERNAL, M. *Atenea Negra: las raíces afroasiáticas de la civilización clásica*. Barcelona: Crítica, 1993.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2014.
- HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- WOOLF, G. Imperialism, empire and the integration of the Roman economy. *World Archaeology*, v. 23, n. 3, 1992, p. 283-293.

Grupos Subalternos e exploração do trabalho na Antiguidade: uma entrevista com Fábio Duarte Joly

Subaltern groups and exploitation of work in Antiquity: an interview with Fábio Duarte Joly

Fábio Duarte Joly*

Fábio Duarte Joly é professor de História Antiga da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), com pesquisas sobre História Econômica e História Social de Roma voltadas, principalmente, para o tema da escravidão. Atua em diversos grupos de pesquisa, com destaque para o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). É graduado em História, mestre e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, mesma instituição na qual realizou estágio de pós-doutorado. É autor de *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana* (Edusp, 2004), *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura* (Alameda, 2005) e *'Libertate opus est': escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 d.C.)* (Progressiva, 2010).

1. Alex Aparecido da Costa: As diferentes formas de exploração do trabalho ao longo do tempo são um dos principais temas da pesquisa histórica. Quando falamos de escravidão precisamos ter consciência de que ela esteve presente em diferentes períodos e espaços. Como podemos contemplar essa questão?

Fábio Duarte Joly: De fato, o entendimento do trabalho escravo no Mundo Antigo requer, antes de tudo, que se tenha em mente uma delimitação geográfica e cronológica, pois usualmente há uma tendência a se considerar esse mundo, no tocante ao desenvolvimento da escravidão, como circunscrito à Grécia e Itália, e em períodos determinados de suas histórias.

Por um lado, isso levou à construção de uma categoria de "escravidão greco-romana" que inibiu o enfoque nas particularidades do trabalho escravo no conjunto das *poleis* gregas, ao se generalizar um modelo ateniense de escravidão como norma, e não

* Entrevista concedida a Alex Aparecido da Costa em 27 de junho de 2022.

tanto como exceção. E o mesmo problema se colocou no tocante a Roma, pois há uma dificuldade, pela própria natureza da documentação disponível, em se abarcar o tema da escravidão fora do espaço da cidade de Roma, levando-se novamente ao risco de generalizações para o que ocorria ao longo da extensão de seu império. Esse é um problema que pode ser ilustrado pela obra seminal de Moses Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* (de 1980), que muito influenciou os trabalhos subsequentes sobre escravidão na Antiguidade. Finley, ao descrever o surgimento de sociedades escravistas na Grécia e em Roma, tem em mente cidades-Estados, em regiões delimitadas e num determinado momento de seus desenvolvimentos, ainda sem consolidarem estruturas imperiais de dominação sobre vastos territórios. Desse estágio de surgimento de uma sociedade escravista greco-romana, o autor passa depois diretamente à etapa de seu declínio sob o Império Romano, quando então Finley oscila entre se referir ao Império, à Itália ou a Roma. Tal oscilação deriva, no fundo, de uma visão monolítica do império como se a ele correspondesse uma única sociedade e uma elite também homogênea que se apoiasse no trabalho escravo, e que depois deixa de recorrer a ele pela nova disponibilidade de mão de obra interna de cidadãos então privados dos antigos privilégios de uma cidadania restrita.

Por outro lado, o investimento historiográfico na análise da “escravidão greco-romana” – consequência também de se tomar esse modelo como o antecessor clássico da escravidão que se desenvolveria nas Américas entre os séculos XVI e XIX – acabou por relegar à margem a escravidão no Antigo Oriente Próximo, como se esta não fosse tão relevante para ser integrada num estudo mais abrangente da escravidão na Antiguidade. Um exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado no primeiro volume da *The Cambridge World History of Slavery* (2011), dedicado ao Mediterrâneo antigo e organizado por Keith Bradley e Paul Cartledge. De seus 22 capítulos, a maioria concentra-se na escravidão grega e na escravidão romana, com apenas um capítulo dedicado à escravidão no Antigo Oriente Próximo e outro para a escravidão entre os judeus.

Dito isso, uma definição da escravidão no “Mundo Antigo” deve considerar as variações regionais da escravidão, a depender dos diversos modos de se conceber a propriedade privada – e eventualmente pública – de escravos, de acordo com o desenvolvimento histórico de cada sociedade. Ou seja, mesmo que se parta de definições amplas do que seja escravidão – como aquela proposta por Finley, que salienta a posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder do senhor sobre ele e o processo de desenraizamento que está na base da escravização, elemento este último também enfatizado por Orlando Patterson (1982), é preciso levar em conta as diferentes articulações entre processos de escravização e manumissão nas sociedades antigas sob

análise, e, sobretudo, o impacto da escravidão nas relações entre os diversos grupos sociais devido à concentração de riqueza e recursos humanos que a posse de escravos e escravas e seu emprego nas casas, manufaturas e propriedades rurais geravam.

2. Embora tivessem o Mediterrâneo como elemento que permitia várias conexões, os povos que viveram ao redor desse mar na Antiguidade tinham muitas diferenças entre si. Poderia comentar sobre essas diferenças em torno da questão do trabalho compulsório nas sociedades do Antigo Oriente, Grécia e Roma?

R: A compreensão das diferenças em torno da questão do trabalho compulsório nas sociedades do Antigo Oriente, Grécia e Roma depende de como analisamos a interrelação de aspectos diversos dessas sociedades, como a organização política – isto é, como o poder de decisão sobre os rumos da comunidade é distribuído dentre os grupos sociais, com diferentes níveis de centralização e concepções de cidadania –, a economia – como a população escrava é distribuída nos diversos setores da economia e que grupos extraem renda a partir da utilização de mão de obra servil – e a cultura – que compreende como a escravidão inseria-se e era justificada dentro de certos quadros ideológicos e/ou religiosos. Mesmo as condições ecológicas e de ordem demográfica são importantes fatores a se considerar, visto que interferiam nas capacidades produtivas de cada sociedade. Importa notar que, embora as sociedades do Antigo Oriente, Grécia e Roma possam partilhar de elementos comuns no tocante à escravidão – por exemplo, a guerra como uma importante fonte de cativos e cativas –, as trajetórias que os escravizados e escravizadas poderiam seguir nessas sociedades não eram necessariamente as mesmas, pois se articulavam diferentes gradientes de liberdade e escravidão na conformação das formas de trabalho compulsório a depender dos conflitos sociais internos e a inserção dessas sociedades em sistemas regionais mais amplos.

À guisa de ilustração, uma abordagem recente que nos ajuda a refletir sobre essa questão – ainda que não contemple diretamente a escravidão romana – é aquela oferecida por David Lewis, em seu livro *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC* (2018). Contrapondo-se a Finley, e sua seleção de apenas cinco sociedades genuinamente escravistas ao longo da história e consequente foco na excepcionalidade da escravidão em Atenas e Roma, Lewis defende que uma compreensão mais abrangente da escravidão grega depende de sua inserção num contexto maior, que inclui Esparta, Creta, a região da Ática, Israel (Idade do Ferro, VIII-VII a.C.), Assíria (VIII-VII a.C.), Babilônia (VII-VI a.C.), Império Persa (VI a.C.) e Cartago (III-II a.C.). Argumenta, assim, que seria mais apropriado falar de um espectro de sociedades escravistas no Mundo Antigo ao invés de

apenas dois casos excepcionais e melhor conhecidos por conta da evidência documental disponível. Tem-se, com esse tipo de abordagem, uma visão mais compósita da escravidão no Mediterrâneo oriental ao destacar a diversidade regional da instituição de acordo com os diversos arranjos legais que asseguravam a posse de escravos como elemento importante para a manutenção das elites. Analogias e diferenças entre essas sociedades escravistas poderiam ser analisadas tanto a partir de conexões na longa duração no espaço mediterrâneo oriental quanto também a partir de seus desenvolvimentos políticos e sociais internos, e como esses levaram à necessidade de optar pela escravidão dentre outras formas de trabalho compulsório.

3. Tradicionalmente, a História Antiga estudava as sociedades que surgiram em torno do Mediterrâneo e nos territórios do Oriente Próximo de modo compartimentado e sucessivo. Com um viés eurocêntrico, abordava-se, em primeiro lugar, os povos do Leste e depois os do Oeste, numa escala evolutiva que interpretava o Império Romano como ápice do desenvolvimento das sociedades antigas. Porém, há certamente outras formas de se tratar o espaço mediterrâneo antigo. Poderíamos, por exemplo, pensar o Mediterrâneo como eixo de um sistema-mundo cuja forma mais bem acabada, na Antiguidade, foi o Império Romano. No que diz respeito aos estudos sobre a escravidão, quais seriam as implicações deste enfoque?

R: Trata-se de um ponto importante este, pois indica a possibilidade de se pensar a escravidão na Antiguidade de uma forma mais global e integrada, fugindo de uma visão fragmentada, ao se preservarem as “formas” tradicionais – no sentido que Norberto Guarinello (2003) confere à palavra – com as quais estamos habituados a lidar, ou seja, “escravidão próximo-oriental”, “escravidão egípcia”, “escravidão grega”, “escravidão romana” ou “escravidão judaica”. Uma proposta recente de abordagem da escravidão antiga em termos globais encontra-se no último livro de Kostas Vlassopoulos, *Historicising Ancient Slavery* (2021), que propõe uma alternativa que desloque o foco da “escravidão grega” e da “escravidão romana” para uma variedade maior de sistemas de escravização epicóricos (*epichoric slaving systems*), isto é, locais, e moldados por processos econômicos, políticos, sociais e culturais mais amplos. E aqui se tem espaço para articular tanto aspectos internos aos sistemas (como as formas das relações entre os cidadãos de uma *polis*) quanto externos, como a ligação a rotas mediterrâneas que facilitassem a obtenção de escravos. A questão principal, nesse sentido, seria explicar divergências e convergências entre os sistemas epicóricos, e, ainda, o impacto de impérios, como o Império Romano, nos sistemas de escravidão que entrassem em sua órbita de influência.

Pode render bons frutos uma tal perspectiva se colocada em diálogo com o que vem sendo pensado para o caso da escravidão atlântica numa visada global, como propõe Rafael Marquese (2019, p. 31), para quem “as regiões escravistas submetidas à observação devem ser compreendidas como momentos particulares de um mesmo processo histórico de longa duração, ou seja, de uma mesma estrutura histórica que as forma e é por elas formada”. Se, no caso da escravidão atlântica, o sistema capitalista constitui esse processo de longa duração, no caso da escravidão mediterrânea antiga, pode-se pensar, como uma primeira hipótese de trabalho, a formação do Império Romano como cumprindo esse papel, entendido esse império como o resultado de um longo processo histórico de integração no Mediterrâneo (GUARINELLO, 2013).

Nesse sentido, o Império Romano teria impulsionado uma “segunda escravidão mediterrânea”, desdobramento de uma primeira, de matrizes locais, no âmbito de *poleis*, e depois difundidas por cidades que se tornaram centros de hegemonias sobre determinados espaços do Mediterrâneo, como Atenas, Cartago e Roma. A integração política do Mediterrâneo sob a égide de Roma, se não significou uma unificação da sociedade e da economia, pode ter reconfigurado práticas de sistemas escravistas locais e não simplesmente sobreposto um modelo romano de escravidão.

Talvez uma agenda de pesquisa inspirada em proposições da História Global seja cabível para uma história da escravidão antiga de modo a enfrentar as limitações que o campo vem tendo para propor outras narrativas não mais centradas no eixo Atenas-Roma. Embora os termos “sistema escravista mediterrâneo” ou “escravidão mediterrânea” sejam volta e meia mencionados pela historiografia recente, não são explorados em todas suas possibilidades analíticas.

4. O emprego de conceitos como o de classe para iluminar as estruturas sociais do Mundo Antigo gerou muitos debates historiográficos, porém, não parece haver dúvida de que Grécia e Roma se baseavam na exploração de categorias subalternas, como escravos e camponeses, esteios da economia dessas civilizações. Nesse sentido, qual a importância de se estudar as camadas sociais menos favorecidas para a compreensão da Antiguidade Clássica?

R: Trata-se de um tema central na História Antiga, mesmo porque tais camadas compreendiam o grosso da população na Antiguidade, embora muitas vezes seja difícil acessar suas condições materiais de vida devido ao viés das fontes que temos disponíveis, em especial aquelas literárias, em grande parte produtos de uma elite política, senhorial e masculina. Todavia, nos últimos anos tem crescido uma produção bibliográfica acerca dos grupos subalternos na Antiguidade, sob a perspectiva de uma “História Antiga a

partir de baixo”, como demonstra um livro recém editado por Júlio César Magalhães de Oliveira e Cyril Courrier (2022). Essa proposta tem permitido questionar de forma mais incisiva uma tradição historiográfica que conferia muito peso à participação política dos cidadãos nas cidades-Estados gregas e romanas em detrimento dos outros habitantes das cidades, como mulheres, escravos, estrangeiros e libertos. O livro de Fábio Morales (2014) sobre os metecos atenienses reflete bem esse redirecionamento para o estudo de uma política feita pelos não-cidadãos. Igualmente relevante são as tentativas de se escrever uma história do campesinato, não como geralmente apresentado como coadjuvante ou vítima de processos políticos e militares mais amplos, mas como tendo um protagonismo e motivações ou objetivos próprios (ver, por exemplo, os trabalhos de KNUST, 2016 e SILVA, 2016). No caso da escravidão, também há movimentos nesse sentido, que buscam mostrar como escravos e escravas tomavam parte em conflitos políticos no seio da elite para tentar obter ganhos pessoais e até deixarem a situação de escravidão, o que implica em tipos de ação que colocavam em crise o ideal de subordinação e lealdade a seus senhores. Em suma, a questão é como desenvolver novas formas de leitura de uma documentação literária em geral hostil às camadas populares, agregando também contribuições da Arqueologia e Epigrafia para buscar um acesso ao universo social desses setores e questionar visões elitistas da Antiguidade que ainda predominam.

5. Sabemos que um dos fatores que influenciam a exploração do trabalho é o sistema econômico no qual ela ocorre. Poderia tratar, em linhas gerais, como a economia antiga tem sido pensada na bibliografia, inclusive do ponto de vista da exploração do trabalho escravo?

R: Em linhas bem gerais, parece-me que se observa atualmente uma tendência a se minimizar a dimensão do papel econômico da escravidão na Antiguidade, se compararmos, por exemplo, com o lugar que a escravidão ocupava nos debates sobre a economia antiga entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nos modelos ditos “primitivistas” da economia na Antiguidade conferia-se um peso grande à escravidão como principal forma de exploração do trabalho na Antiguidade greco-romana e com repercussões políticas e culturais importantes. A própria noção de “sociedade escravista” desenvolvida por Finley – e já antes dele a noção de “cultura escravista” proposta por Weber – são desdobramentos dessa centralidade, assim como a ideia de um “modo de produção escravista”, cara à historiografia marxista. Hoje, pelo contrário, em parte devido às críticas que o conceito de “sociedade escravista” vem recebendo, em parte pela aplicação dos pressupostos da Nova Economia Institucional – de acordo com a qual, a eficiência da economia é diretamente proporcional à eficiência das instituições que a

amparam (como o Direito) –, a escravidão na Antiguidade tem sido entendida apenas como uma dentre outras formas de exploração do trabalho, compulsórias ou não, a partir de escolhas dos proprietários de escravos orientadas pelo cálculo do custo do trabalho e o grau pretendido de controle do processo produtivo. Por exemplo, um importante livro, publicado em 2011, de Kyle Harper, segue essa posição neomodernista de percepção da economia antiga em estudos da escravidão romana entre os séculos III e V.

6. A globalização contemporânea, responsável pelo agravamento das desigualdades em muitos lugares do planeta, é um acontecimento que nos faz pensar as diversas experiências de integração ocorridas na Antiguidade, com destaque para o Império Romano. No Império, os processos de integração favoreceram sobretudo as elites. No entanto, seria possível dizer algo sobre o lugar ocupado pelas camadas subalternas nesse processo?

R: Creio que sim. Os processos de integração no Mediterrâneo afetaram os diversos grupos sociais, e não apenas as elites. Embora se tenha mais evidências a respeito de processos de integração entre elites mediterrâneas – por exemplo, mediante o registro arqueológico de bens de prestígio que circulavam amplamente e que poderiam ser utilizadas para afirmar o poder de grupos dominantes –, mesmo entre a não-elite, digamos assim, os processos de integração poderiam ter propiciado um maior acesso a determinados bens – como objetos de cerâmica –, bem como permitido o contato com novas técnicas e saberes. As camadas subalternas daquelas cidades que foram centros de sistemas imperiais, como Atenas e Roma, também colheram o fruto dos impérios, com o afluxo de produtos agrícolas e outros bens a partir das periferias. Mas talvez a questão não deva ser tratada tanto em termos de favorecimento ou não a certos grupos, mas como os processos de integração tiveram um impacto nos conflitos sociais internos dessas comunidades justamente por conta da distribuição desigual dos recursos advindos das conexões que se formavam no Mediterrâneo.

7. Um debate importante acerca da escravidão no mundo greco-romano diz respeito aos fatores que teriam levado ao seu surgimento e posterior desaparecimento. Poderia comentar sobre esse assunto e indicar qual explicação acerca desses processos encontra mais respaldo na documentação?

R: Penso que o que encontra mais respaldo na documentação não seja tanto a questão do surgimento ou desaparecimento da escravidão, mas a sua permanência na longa duração, naturalmente com intensidades diversas e variações regionais. A ideia de

uma crise do sistema escravista, ou do fim da escravidão, estava muito ligada àquela ideia do fim do Mundo Antigo ou queda do Império Romano, que hoje não encontra mais muita ressonância. Estudos, em especial a respeito da Antiguidade Tardia (ver RIO, 2017, e, mais recentemente, DE WET; KAHLOS; VILLE, 2022) e do Mediterrâneo antigo, medieval e moderno (ROTMAN, 2004; HANß; SCHIEL, 2014), tem chamado a atenção para a persistência da escravidão ao longo dos séculos após a desintegração do Império de Roma. Assim, a ideia de um intervalo medieval, no tocante à existência da escravidão na Europa, substituída pela servidão, também não encontra mais respaldo. Noto uma preocupação maior agora em mostrar a plasticidade da escravidão ao longo da história, o que inclusive explicaria sua presença até o mundo atual, como sustenta, dentre outros, o historiador Michael Zeuske (2018).

8. O estudo dos vários temas da Antiguidade exige que os pesquisadores estejam sempre dispostos a discutir as fontes à luz de novas teorias e abordagens. E a historiografia, por que ela também merece ser revisitada?

R: O conhecimento histórico se constrói a partir do diálogo com o que foi produzido sobre um tema, seja discordando ou concordando com as interpretações propostas a partir de determinadas teorias ou modelos. Para tomar o caso da escravidão, não é diferente, ainda mais porque temos à disposição uma longa tradição de tratamento desse aspecto da Antiguidade, que remonta pelo menos ao século XVI com trabalhos de natureza mais antiquária. É por meio do contato com toda essa produção que se pode perceber como certas concepções de escravidão – a partir, por exemplo, do modelo do escravismo nas Américas – passaram para os estudos sobre a escravidão romana, como a imagem da escravidão de *plantation*, muito frequente na bibliografia dos séculos XIX e XX. Isso chama a nossa atenção para o fato de que a história da escravidão sempre é, em algum nível, história comparada de sistemas escravistas. Isso leva o estudioso da escravidão antiga a sempre também visitar ou acompanhar o que é produzido a respeito da escravidão em outros períodos da história

9. A historiografia sobre Roma discute bastante as transformações sociais, políticas e econômicas desencadeadas pela instauração do Principado. Nesse caso, é possível afirmar que o novo regime trouxe modificações para a maneira como a mão de obra escrava era explorada?

R: O Principado tem sido entendido como um momento de consolidação do sistema escravista romano, que não acarretou modificações profundas na exploração da mão de obra

escrava, e, portanto, a historiografia deixou de lado uma visão desse período como aquele de um início de crise ou decadência desse sistema. Todavia, há alguns aspectos particulares desse período, como a difusão do modelo escravista romano para as províncias, o que pode ter contribuído, como mencionei acima, em combinações entre modos de gestão escravista locais e aquele de tipo romano, normatizado por regulações jurídicas, como sugerem estudos que indicam um protagonismo provincial no emprego de instrumentos legais que eram apenas reservados a cidadãos romanos para lidar com situações envolvendo escravos, como compra e venda (CZAJKOWSKI; ECKHARDT, 2018). Cabe notar que o Principado apresenta um esforço maior de normatização das relações entre senhores e escravos(as), e entre patronos e libertos(as), como revelam as leis de manumissão da época de Augusto que regulam as idades de quem manumite e dos escravos que serão manumitidos, bem como o número destes de acordo com o tamanho das *familiae* (no caso de manumissões por testamento). Há também a criação de um novo status de liberto, o Latino Juniano, que não possui cidadania romana e ainda mantém uma vinculação mais forte de dependência com o ex-senhor. Aliás, uma peculiaridade do Principado é a figura do(a) liberto(a), que comparece com mais frequência na documentação literária e epigráfica. Desse modo, temas como mobilidade social dos libertos(as), seus níveis de integração na sociedade imperial, participação no mundo do trabalho e até mesmo o impacto cultural da manumissão são aspectos que a historiografia tem abordado (por exemplo, SILVA, 2021).

10. Em seu livro 'A escravidão na Roma Antiga', publicado em 2005, o senhor aponta as possibilidades de análise da escravidão romana para além de seus aspectos econômicos e demográficos, propondo uma perspectiva de abordagem que incluiria as variáveis de natureza cultural. Em que medida tal abordagem é capaz de enriquecer nossos conhecimentos sobre a escravidão antiga?

R: O estudo dos aspectos culturais da escravidão é importante porque permite estudá-la como um fato social total, e não apenas como circunscrita ao campo da economia. A presença ubíqua de escravizados(as) nas sociedades antigas apresentava reflexos nas maneiras pelas quais se concebiam as demais relações de poder, não somente entre senhores e escravos, patronos e libertos, mas também entre os próprios cidadãos livres. A terminologia da escravidão e/ou manumissão permeia toda a literatura greco-romana, em especial aquela alto imperial, com sua ênfase na metáfora da escravidão para qualificar as relações entre imperador e aristocracia, ou mesmo o poder de Roma frente aos povos e territórios conquistados. Assim, a cultura política romana tinha na escravidão uma referência de relevo, e isso tem sido realçado por estudos recentes, como os de Myles

Lavan (2013), Rose MacLean (2018) e Pedro López Barja de Quiroga (2022). Do mesmo modo, a apropriação dessa terminologia por religiões como o cristianismo e o judaísmo tem igualmente sido apontadas (GLANCY, 2002; HEZSER, 2006).

Referências

- BARJA DE QUIROGA, P. L. On Freedom and Citizenship: freedmen as agents and metaphors of Roman political culture. In: ARENA, V.; PRAG, J; STILES, A. (ed.). *A companion to the political culture of the Roman Republic*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2022, p. 374-86.
- BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (ed.), *The Cambridge World History of Slavery: the ancient Mediterranean world*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011. v. 1.
- COURRIER, C.; OLIVEIRA, J. C. M. de (ed.). *Ancient History from below: subaltern experiences and actions in context*. London/New York: Routledge, 2022.
- CZAJKOWSKI, K.; ECKHARDT, B. Law, status and agency in the Roman provinces. *Past & Present*, v. 241, p. 3-31, 2018.
- DE WET, C.; KAHLOS, M.; VUOLANTO, V. (ed.). *Slavery in the Late Antique World, 150 – 700 CE*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GLANCY, J. *Slavery in Early Christianity*. New York: Oxford University Press, 2002.
- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARPER, K. *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.
- HANß, S.; SCHIEL, J. (ed.). *Mediterranean slavery revisited (500-1800): Neue Perspektiven auf mediterrane Sklaverei (500-1800)*. Zürich: Chronos, 2014.
- HEZSER, C. *Jewish slavery in Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- KNUST, J. E. M. *Longe dos muros: uma história econômica e social do assentamento rural na Itália central tirrênica no contexto da conquista romana (séculos V a III a.C.)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- LAVAN, M. *Slaves to Rome: paradigms of empire in Roman culture*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2013.
- LEWIS, D. M. *Greek slave systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

- MACLEAN, R. *Freed slaves and Roman imperial culture: social integration and the transformation of values*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2018.
- MARQUESE, R. de B. A História Global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, n. 26, v. 41, p. 14-41, 2019.
- MORALES, F. A. *A democracia ateniense pelo avesso: os metecos e a política nos discursos de Lísias*. São Paulo: Edusp, 2014.
- PATTERSON, O. *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.
- RIO, A. *Slavery after Rome, 500–1100*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ROTMAN, Y. *Les esclaves et l'esclavage: de la Méditerranée antique à la Méditerranée médiévale (VIe - XIe siècles)*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- SILVA, F. N. *Pela honra e em liberdade: os libertos e a munificência cívica na Baetica Romana (século I d.C.)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- SILVA, U. G. da. *Rebeldes contra o Mediterrâneo: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia*. São Paulo: Fapesp/Humanitas, 2016.
- VLASSOPOULOS, K. *Historicising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.
- ZEUSKE, M. *Esclavitud: una historia de la humanidad*. Iruñea/Pamplona: Katakarak, 2018.

O cita nômade como estereótipo na Antiguidade: Heródoto, Hipócrates e a gênese de uma concepção

The Nomad Scythian as a stereotype in Antiquity: Herodotus, Hippocrates and the genesis of a conception

Rodrigo dos Santos Oliveira*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a gênese do que se entende como o estereótipo cita nômade em autores da Antiguidade Clássica, mais especificamente, em Heródoto e nos tratados hipocráticos. Compreende-se que a etnografia grega foi responsável pela construção de um estereótipo sobre grupos nômades que perpassou todo o período da Antiguidade e foi utilizado tanto para a estruturação de narrativas como para a legitimação de concepções sobre estes grupos. Nossa análise é guiada por dois conceitos-chave: etnicidade fictiva, como teorizado por Étienne Balibar (1991), e estereótipo, de Homi Bhabha (1998).

Abstract: The following article aims to analyze the genesis of what is understood as the stereotype Nomad Scythian in authors of Classical Antiquity, more specifically, in Herodotus and the Hippocratic authors. It is understood that Greek ethnography was responsible for building a stereotype about nomad groups that per passed all the Antiquity and was used both for the structuring of narratives and for the reinforcement of conceptions about these groups. This analysis is guided by two key concepts: fictive ethnicity, as theorized by Étienne Balibar (1991) and stereotype, by Homi Bhabha (1998).

Palavras-chave:

Antiguidade.
Estereótipo.
Heródoto.
Hipócrates.
Nomadismo.

Keywords:

Antiquity.
Stereotype.
Herodotus.
Hippocrates.
Nomadism.

Recebido em: 09/02/2022

Aprovado em: 30/09/2022

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Semiramis Corsi Silva. É membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico (GEMAM).

Introdução

A estepe pôntico-cáspia, parte da vasta estepe eurasiática, foi lar de uma série de grupos de origem nômade e pastoril no decorrer da Antiguidade. Tal região ficou conhecida, na Antiguidade, como os territórios correspondentes à *Cítia*, *Sarmátia* e *Ciméria*, e pode ser delimitada de Oeste a Leste pelo Rio Ural até o Rio Dniepre e, de Norte a Sul, pelo Mar Negro e pelo Cáucaso até o cinturão de florestas da Taiga. Dos citas, na Antiguidade Clássica, aos hunos, na Antiguidade Tardia, um vasto conhecimento foi desenvolvido sobre os grupos que habitavam este espaço e um estereótipo, o *cita nômade*, foi construído, reforçado e ressignificado no decorrer de pelo menos dez séculos de cosmografia greco-romana.

O objetivo deste artigo, no entanto, é analisar a gênese do estereótipo *cita nômade* dentro da tradição literária do Período Clássico, mais especificamente na tradição jônica, através das obras *Histórias*, de Heródoto de Halicarnasso (485-425 aEC), e *Dos Ares, Águas e Lugares*, atribuída a Hipócrates de Cós (460-377 aEC) e aos chamados hipocráticos da Escola de Cós.¹ Não obstante, compreende-se que o estereótipo *cita nômade* é produto direto do conhecimento etnográfico e também do conhecimento médico grego, campos sobre os quais Heródoto de Halicarnasso e os hipocráticos construíram suas respectivas narrativas. Ainda, é importante ressaltar que este artigo não tem como objetivo analisar questões biográficas dos autores, mas sim aspectos de seu texto e das informações apresentadas que tiveram um caráter de permanência no tempo, relacionados à construção de uma narrativa sobre o nomadismo, que perdurou e influenciou autores no decorrer da Antiguidade.²

Como aporte teórico deste artigo, é necessário que se compreendam dois conceitos-chave que dialogam com os Estudos Pós-Coloniais: *etnicidade fictiva* e *estereótipo*. Como etnicidade fictiva, entende-se o que foi proposto por Étienne Balibar. Nas palavras do autor (BALIBAR, 1991, p. 96):

Eu aplico o termo 'etnicidade fictiva' a uma comunidade instituída pelo Estado-Nação. Esta é uma expressão intencionalmente complexa onde o termo ficção, de

¹ Como não se sabe a autoria exata do texto *Dos Ares, Águas e Lugares*, a autoria do texto será referida como "hipocráticos" ou "texto hipocrático".

² A definição de nomadismo entendida para este artigo é a concepção dos autores da Antiguidade, ou seja, o nomadismo era composto por uma série de características que incluíam: a mobilidade, o cavalo, o uso de carroças, a ausência de agricultura, etc. É importante compreender que muitos destes grupos não necessariamente eram nômades da forma que concebe a Sociologia hoje. Muitos dos grupos abordados pela literatura greco-romana eram seminômades ou, aos poucos, tornaram-se sedentários. Sociólogos, como Anatoly Khazanov (1994), compreendem o nomadismo como um método de extração de recursos não-autárquico, ou seja, que depende diretamente da interação com vizinhos sedentários para a obtenção de recursos necessários para subsistência. Segundo esta perspectiva, o nomadismo não deveria, portanto, ser comparado ao sedentarismo, mas sim à agricultura, que é também um método de extração de recursos.

acordo com minhas observações acima, não devem ser tomados no sentido de uma ilusão pura e simples, sem efeitos históricos, mas precisa, do contrário, ser compreendido como analogia com o *persona ficta* da tradição jurídica, no sentido de um efeito institucional, a 'fabricação'. Nenhuma nação possui uma base étnica natural, mas como formações sociais são nacionalizadas, as populações incluídas nelas, divididas entre elas ou dominadas por elas são etnicizadas – isto é, representadas no passado ou no futuro como se tivessem formado uma comunidade natural, possuindo uma identidade de origens, cultura e interesses que transcendem condições individuais e sociais.³

É necessário observar que o conceito, como concebido por Balibar, foi pensado em primeira mão para o contexto do século XIX e para a formação dos Estados-Nação. O eixo deste conceito, todavia, não é o contexto histórico ao qual foi aplicado pelo autor, mas sim a ideia de que as etnicidades são "fabricadas", como informado por Balibar, para que obedecem a uma metanarrativa ou narrativa hegemônica. Para Balibar, quem constrói esta narrativa hegemônica e impõe as etnicidades é o Estado-Nação; para esta análise, a narrativa hegemônica é construída por aqueles que possuíam o poder da permanência no tempo, aqueles que detinham a capacidade de registrar, a escrita, ou seja, gregos e romanos. Como elucidado por Otávio Luiz Vieira Pinto (2016, p. 21):

Ele [Étienne Balibar] postula que identidades culturais (comunidades) são criadas para obedecer a uma narrativa hegemônica, mais poderosa. Em outras palavras, elas são *impostas* àqueles que são identificados ou pertencem a um certo grupo étnico. Elas não existem como um fato dado – diametralmente oposto à ideia de primordialismo – mas são moldados.

A *etnicidade fictiva*, desta forma, postula que as etnicidades são impostas àqueles que são identificados ou pertencem a um designado grupo étnico. Por conseguinte, as diversas etnicidades encontradas na documentação, neste caso da Antiguidade, são uma espécie de "fabricação" da cosmografia grega, no sentido de que foram moldadas, articuladas, para que se adequassem dentro de uma metanarrativa, ou narrativa hegemônica, que buscava explicar e dar sentido ao mundo.

Já o conceito de *estereótipo* utilizado para esta análise foi teorizado por Homi Bhabha (1998). Para Bhabha, o estereótipo é resultado de um processo de diferenciação cultural, que ocorre através da interação entre culturas distintas (em seu caso, colonizador *versus* autóctone). Este processo, contudo, depende de uma noção de "fixidez". Nas palavras de Homi Bhabha (1998, p. 105):

A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem

³ Todos os trechos de obras produzidas em inglês foram traduzidos para o português pelo autor do texto.

imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido.

Através da apresentação do conceito de estereótipo de Homi Bhabha (1998), faz-se necessário deixar explícito o processo metodológico utilizado para esta análise. Optou-se por ler a documentação por intermédio de uma perspectiva epistemológica pós-colonial. Portanto, compreende-se que as fontes estruturam discursos e reforçam posições políticas e ideológicas, assim como também produzem discursos que definem uma dicotomia entre centro *versus* periferia (civilizado *versus* bárbaro). Para além disso, a própria academia contemporânea se utiliza destas narrativas para criar modos de compreensão que reforçam noções de centro e periferia, projetando, assim, posicionamentos do presente no passado.

Ademais, o estereótipo *cita nômade* funciona, para este artigo, como uma abstração teórica baseada na afirmação de François Hartog (1988, p. 193) de que “citas são nômades, nômades são citas”. Neste sentido, faz-se necessário pontuar que o estereótipo não é a palavra final no que diz respeito aos relatos e descrições produzidos pelos autores da Antiguidade. Através desta perspectiva, o estereótipo é, na realidade, a “palavra inicial”: uma série de características estabelecidas pela literatura e presentes na metanarrativa grega que serviam aos autores como uma forma de remeter os receptores do texto a algo conhecido, estabelecido. A palavra final, portanto, é a historicidade: seus respectivos contextos político, social e cultural, seus objetivos, anseios, etc.

O presente artigo será, por conseguinte, dividido em dois tópicos. O primeiro deles, intitulado “O Crescente Fértil e a tradição jônica como precursores dos relatos nômades”, tem como objetivo explicar brevemente quem foram os citas, sua presença em fontes da Ásia Ocidental e o papel da tradição jônica como precursores nas descrições etnográficas no que diz respeito aos grupos nômades da Estepe Eurasiática. O segundo tópico, por sua vez, intitulado “O nascimento de um estereótipo: Heródoto, Hipócrates e a Cítia”, tem como objetivo analisar as descrições e informações apresentadas pela narrativa de Heródoto e pelo texto hipocrático acerca de grupos nômades e dar um panorama geral sobre as características principais que compõem este estereótipo.

O Crescente Fértil e a tradição jônica como precursores dos relatos nômades

Os citas formaram, entre os séculos IX e II aEC, uma cultura material que se estendeu por praticamente toda a Estepe Eurasiática, do norte do Mar Negro, a Oeste, até a Sibéria, ao Leste. Composta por uma miríade de grupos e etnônios distintos, a cultura

cita influenciou e foi influenciada por diversas outras culturas com as quais interagiu, como os colonizadores gregos dos Bósforo,⁴ o Reino Neobabilônico, o Império Persa Aquemênida e até mesmo a Dinastia Zhou chinesa. A cultura cita pode ser identificada pela temática animal, presente em uma série de artefatos produzidos principalmente através da ourivesaria (ALEKSEEV, 2017). Também são conhecidos pelo uso de tatuagens, pelos *kurbans* (um tipo específico de túmulo) e pelas mulheres guerreiras, base para o mito das amazonas (MELYUKOVA, 1990, p. 97-110).

A presença dos citas pode ser atestada em uma série de documentos do Crescente Fértil devido à sua interferência política na região. São aludidos nestas documentações através de outros etnônimos, como *saka* e *cimério*. De acordo com Muhammad Dandamayev (1992, p. 159):

Os textos babilônios chamam os saka "cimérios" (*gimirraja*), utilizando o nome das tribos que penetraram o Oriente Próximo nos séculos VIII e VII a.C., ou seja, algum tempo antes dos citas. Nas versões persa e elamita das inscrições Aquemênida, as tribos citas aparecem como saka, enquanto nas versões babilônicas, as mesmas tribos são chamadas cimérias. Parece que cimérios e citas (*saka*) são próximos, falavam diferentes dialetos iranianos e podiam entender uns aos outros sem precisar de intérpretes. Era típico da literatura babilônica do primeiro milênio a.C. utilizar nomenclaturas étnicas arcaicas. Em contraste aos babilônios, os assírios distinguiam cimérios e citas.

Presentes principalmente nas fontes babilônicas, afirma-se que os cimérios compartilhavam com os citas uma mesma base cultural, étnica e linguística e que precederam a ocupação cita das estepes (KHAZANOV, 2015, p. 33). Autores como Peter Golden (1992, *apud* D'JAKONOV, 1981, p. 97-99), no entanto, afirmam que cimério não era necessariamente um etnônimo, mas sim uma designação apelativa para um "bando equestre e móvel de nômades da Estepe Ocidental que falavam iraniano".

De volta aos citas, Anatoly Khazanov (2015, p. 34) afirma que, por volta de 670 aEC, eles invadiram a região que atualmente corresponde ao Azerbaijão e formaram o que o autor denomina como Primeiro Reino Cita. Apesar de conflitarem com diversos grupos da região, os citas também trouxeram inovações tecnológicas, como Khazanov (2015, p. 35) elucidada:

⁴ De acordo com Thomas Schaub Noonan (1973, p. 236), a área do estuário do Rio Bug, próxima ao empório de Ólbia, era habitada por uma população mista de gregos e citas. Acredita-se que colonizadores gregos se estabeleceram na região para arar a terra e, no decorrer do tempo, se casaram com citas migrantes. Para além disso, entre os séculos V e IV aEC, artesãos gregos do Reino do Bósforo produziram diversos artefatos para a nobreza cita. Acredita-se, inclusive, que influenciados por seus patronos, artesãos gregos adotaram o estilo animal cita e passaram a representar cenas da mitologia cita em sua arte (ALEKSEEV, 2017, p. 279).

O segundo milênio foi a era das bigas militares no Oriente Próximo. Os últimos reis assírios tentaram apressadamente formar uma cavalaria, mas seus esforços deram resultados tópicos. Soldados assírios do nono século só conseguiam cavalgar em pares, de modo que um cavaleiro controlava ambos os cavalos e o outro ficava livre para utilizar o arco. Cavaleiros individuais só surgiram por volta do século VIII, no entanto, só dispunham da lança. A técnica de controlar tanto o cavalo quanto o arco foi dominada somente no século VII aEC. Comparado aos assírios, medos e posteriormente persas tiveram maior sucesso em adotar armas e técnicas de arquearia cita.

Dandamayev (1992, p. 159), por sua vez, informa que documentos dos reinados de Nabucodonosor II e Nabonido comprovam o uso de equipamentos citas e cimérios pelo exército babilônico. Alguns documentos de Uruk e outras cidades babilônicas mencionam arreios e armamento cita por volta de 564 aEC. Sabe-se também que assírios e babilônicos adotaram o uso do arco cita, considerado tecnologicamente superior. Derrotados por volta de 614 aEC por Ciaxares I, rei dos medos, muitos destes citas se reassentaram a norte do Mar Negro. Há motivos, contudo, para se acreditar que outros citas estabeleceram colônias militares dentro do Império Neobabilônico, como afirmam tabletas da região de Nipur (DANDAMAYEV, 1992, p. 161).

O interesse do Império Persa Aquemênida pelos citas não destoou muito do interesse de seus predecessores neobabilônicos. Os persas, no entanto, dividiam com os *saka* uma origem comum e falavam um dialeto iraniano provavelmente mutuamente inteligível (SAFEI, 2020, p. 67-68). A relação entre citas e persas também está presente na documentação grega, como exemplificado pela descrição de Heródoto (*Historiae*, 7, 20) sobre a presença de citas no exército de Xerxes. Fontes persas como a Inscrição de *Behistun* (BEHISTUN, v. 27-36), que narra a marcha de Dario contra os citas, e a Inscrição de *Naqš-e Rostam*, em que Dario I menciona três grupos citas ("citas amírgios", "citas de chapéu pontudo" e "citas que vivem além do mar"), demonstram o interesse aquemênida em registrar a existência destes grupos.

É, contudo, na literatura grega que se encontram as primeiras descrições detalhadas sobre os citas. Nela, se pode observar a origem do estereótipo cita nômade, um resultado direto do conhecimento etnográfico e médico produzido por autores como Heródoto de Halicarnasso e os hipocráticos da Escola de Cós, e transmitido por etnógrafos romanos, como Diodoro Sículo⁵ (90-30 aEC) e Estrabão (63 aEC-23 EC).⁶

⁵ Diodoro Sículo (90-30 aEC) foi um autor romano de origem siciliana responsável por escrever uma história universal denominada *Biblioteca Histórica*, que cobria desde os tempos mitológicos até 60aEC. Somente quinze dos quarenta livros originais sobreviveram e, apesar de fragmentária, é a mais extensa história de um autor grego da Antiguidade preservada (HORNBLLOWER; SPAWFORTH, 1999, p. 472).

⁶ Estrabão (63 aEC-23EC) foi um autor romano nascido na região do Ponto. É autor da *Geografia*, uma obra composta por dezessete livros e é considerada a mais importante fonte de geografia antiga da Antiguidade. A *Geografia*, nesse

Este conhecimento, por conseguinte, fora herdado de uma rica tradição literária greco-oriental, a tradição jônica.

Sabe-se que há uma ligação entre o texto hipocrático *Dos Ares, Águas e Lugares* e a *Histórias*, de Heródoto, uma conexão que pode ser melhor compreendida através da herança cultural e intelectual de ambos os autores (MCCALLUM, 2014, p. 109). De acordo com autores como John McCallum (2014) e Rosalind Thomas (2000), a virada do século VI para o V aEC foi marcada por uma vívida tradição intelectual grega oriental, ou jônica, de onde Heródoto e os autores hipocráticos ascenderam. Nas palavras de McCallum (2014, p. 111):

O atenocentrismo levou acadêmicos modernos a subestimar a importância da intelectualidade grega oriental na segunda metade do século V. Na visão comum, Atenas era o único lugar onde a atividade intelectual prosperou no momento, enquanto a Jônia estava, desde a conquista persa, em um estado de declínio, causando os remanescentes da "Iluminação Jônica" a emigrar para o Oeste.

John McCallum (2014, p. 111) deixa claro que a perspectiva atenocêntrica assume que o conhecimento de Heródoto sobre filosofia política e natural só poderia ter sua origem em Atenas, quando, na realidade, Atenas era, naquele contexto, apenas um dos pontos de passagem destes pensadores viajantes. Há um conjunto de semelhanças entre a narrativa de Heródoto e o texto hipocrático:⁷ a causa das diferenças étnicas, a perspectiva diametral do mundo, o conhecimento médico e o interesse por grupos como citas e egípcios, para citar apenas alguns. Para McCallum (2014, p. 110):

Se os trabalhos foram compostos independentes um do outro (ou, ao menos, não seguindo diretamente o outro), e ainda compartilham tantos fatos, pensamentos, termos, interesses e teorias, estes devem ter sido correntes na ciência, filosofia e conhecimento grego (oriental). Isto deve ser explicado, contudo, ao olhar de volta para as fontes jônicas da Iluminação Grega do século VI.

Heródoto e os hipocráticos, portanto, pertenceram a esta tradição de pensamento jônico ou greco-oriental, o que pode ser observado, como afirma Jonathan McCallum (2014, p. 109-110), não somente por seus interesses em comum (a geografia, o conhecimento médico, a etnografia), mas também pelo dialeto em que escreveram. Embora culturalmente dórios, tanto a obra *Histórias*, de Heródoto, quanto o *Corpus Hippocraticum* foram escritos em grego jônico (MCCALLUM, 2014, p. 113). Para o texto hipocrático, em específico, há

sentido, é uma extensa e detalhada obra que cobre desde a Britânia, no Oeste, a Cítia, no Leste (HORNBLOWER; SPAWFORTH, 1999, p. 1447).

⁷ Estas semelhanças serão abordadas em maiores detalhes no decorrer do artigo.

conexões já bem estudadas entre o pensamento hipocrático e outras filosofias naturais do século V.⁸

Embora não seja possível afirmar com exatidão a origem das descrições etnográficas sobre os citas, é possível, através do que foi apresentado, ao menos traçar uma hipótese sobre o tema. Os diversos termos, teorias, interesses e pensamentos compartilhados entre os autores deixam como evidência conhecimentos herdados. Não é possível afirmar com exatidão, contudo, se outros autores da tradição jônica desenvolveram descrições extensas e detalhadas sobre os citas ou os egípcios, por exemplo, mas é muito provável que algum conhecimento tenha sido desenvolvido por outros autores da tradição jônica sobre estes grupos.

Ademais, parece mais do que uma coincidência que logo a tradição jônica, característica das cidades-Estado da Ásia Menor, seja a possível origem de conhecimentos etnográficos sobre os citas, as mesmas cidades-Estado que, durante parte do século V, foram ocupadas pelo Império Aquemênida. Teria a tradição jônica uma raiz em conhecimentos advindos das sociedades babilônica ou persa? É bastante provável que sim, ao menos em relação ao interesse e o conhecimento que se tinha sobre os citas, tendo em vista que as *Histórias*, de Heródoto, apresentam os etnônimos *saka* (Hdt., *Hist.*, VII, 20) e *cimério* (Hdt., *Hist.*, IV, 13), etnônimos presentes nas fontes persas, assírias e neobabilônicas. Por conseguinte, os etnônimos *cita*, *saka* e *cimério* possuem formas bastante próximas em outras línguas, como apontado por Peter Golden (1992, p. 46):

Cimérios [Gr. *Κιμῆριοι*, Acád. *Gâmîr(e)*, Arm. *gamîr-k'*, cf. Georg. *gmîrri* "herói"]. O mesmo pode ser dito para o etnônimo *cita*: Gr. *Σκύθαι*, semítico *Ažkuzai*, *Iškuzai*, *Aškenaz* etc. = Iran. *skuda*, *skuḍa* "arqueiro" < Indo-Eur. **skeuta* (cf. Germ. *skutjan*, Alto Germ. Antigo *skuzzo*, Ing. Antigo *scytta* "atirador, arqueiro").

O nascimento de um estereótipo: Heródoto, Hipócrates e a Cítia

Como já mencionado, Heródoto e os hipocráticos herdaram uma série de conhecimentos advindos da tradição literária jônica, que no século VI, passou por uma espécie de "Iluminação Grega". Será abordada, neste artigo, a construção do estereótipo *cita* nômade dentro dos textos de Heródoto e dos hipocráticos, tendo em vista que são os primeiros autores sobre os quais se tem conhecimento, a tratarem em detalhes dos citas e a Cítia. Serão também apresentadas as características que compuseram a construção

⁸Lloyd (1964) possui um ensaio sobre experimentos dentro da medicina e da filosofia natural. Conclui que, diferentemente do que pensou o século XIX, os antigos gregos fizeram sim experimentos (a exemplo de Aristóteles e dos hipocráticos), principalmente em áreas como a Biologia (LLOYD, 1964, p. 50-72).

deste estereótipo e que passaram a acompanhá-lo por todo o período da Antiguidade. As três características principais são: geografia, modo de vida e os costumes contrastantes (em relação aos costumes gregos). Estas características serão, então, exemplificadas através de descrições de Heródoto e dos hipocráticos acerca de grupos nômades analisados no decorrer deste texto. Ademais, devido ao espaço limitado e ao escopo da discussão, não serão abordados importantes autores que sucederam a Heródoto e os hipocráticos na construção do estereótipo, como é o caso dos autores da tradição classicizante da Antiguidade Tardia,⁹ que buscavam, nos textos canônicos da Antiguidade Clássica, uma inspiração para a construção de suas obras.¹⁰

Iniciar-se-á por Heródoto, que dedicou praticamente todo o livro IV de suas *Histórias* para descrever os citas e outros grupos que viviam nos limites do mundo conhecido, nos territórios da Cítia e além. Seu primeiro relato detalhado sobre os citas se referia a Tômiris, rainha dos massagetos (um grupo cita) e responsável pela morte de Ciro, o Grande. Nas palavras de Heródoto (*Hist.*, I, 214):

Lá pereceu a maior parte do exército persa, e o próprio Ciro; seu reinado durou vinte e nove anos. Tômiris preencheu um odre com sangue humano e buscou pelo cadáver de Ciro entre os persas mortos. Quando o encontrou, pôs sua cabeça dentro do odre, e proferiu as seguintes palavras de insulto ao cadáver: “Embora eu viva e tenha te conquistado, tu me arruinastes, vencendo meu filho pela astúcia. Mas eu te avisei que saciaria tua sede de sangue, e assim o farei”. Muitas histórias contam sobre a morte de Ciro. Mas esta que contei é a mais digna de crédito.¹¹

O trecho acima, que relata a astúcia e a vingança de Tômiris, é seguido por um parágrafo que descreve alguns costumes dos massagetos:

Agora, sobre seus costumes: cada homem se casa com uma esposa, mas as esposas são comuns a todos. Os gregos dizem que este é um costume cita, não

⁹ A tradição classicizante foi uma tradição da Antiguidade Tardia marcada por seu elevado estilo literário, que buscava remeter a autores clássicos como Homero, Hesíodo, Tucídides e Heródoto (BLOCKLEY, 1983; BLOCKLEY, 1985). Em contraponto à história eclesiástica em ascensão no século V e que buscou reinterpretar a história através de uma lente cristã e escatológica, a tradição classicizante rejeitava a providência divina como motor histórico e negava qualquer teoria da causalidade que poderia ser rastreada até os deuses (GIVEN, 2014, p. XVII). Ademais, era marcada pelo uso de arcaísmos e termos ultrapassados para o seu contexto, além de referências a etnônimos já extintos, como uma forma de marcar seu estilo. Autores como Eunápio de Sardis (349-c. 404), Olimpodoro de Tebas (c. 380-c. 425), Prisco de Pânio (c. 410-c. 475), Procópio de Cesareia (c. 500-570), Agátia (536-582), Menandro Guardiã (550-c 605) e Teofilato Simocata (580-630 EC) conscientemente se enquadravam dentro dessa tradição literária.

¹⁰ Para mais informações acerca da continuidade do estereótipo cita nômade entre autores da Antiguidade Tardia, ler “Da ‘Ira de Arte’ ao ‘Flagelo de Deus’”: uma análise das representações classicizantes e eclesiásticas sobre Átila e os hunos” (2019) e “Entre ávaros e turcos: o estereótipo cita nômade na História de Menandro Protetor” (OLIVEIRA, 2021).

¹¹ Para a escrita deste texto foram utilizadas versões bilíngues (inglês e grego antigo) das obras *Histórias* e *Dos Ares, Águas e Lugares*. Todos os trechos citados foram traduzidos do inglês para o português pelo autor do texto. Contudo, quando julgado necessário, foram cotejadas as versões originais em grego antigo com auxílio do dicionário *The Cambridge Greek Lexicon* (2021).

é. Este é um costume massageta. Lá, quando um homem deseja uma mulher, ele pendura sua aljava no vagão dela e se relacionam sexualmente, sem nenhum impedimento. Embora não definam nenhum termo para a vida, quando um homem se torna muito velho, todos os seus parentes se reúnem e o matam, junto com os animais do rebanho, então cozinham sua carne e se banqueteam nele. Esta é tida como a morte mais alegre. Quando um homem morre doente não se alimentam dele, mas o enterram e lamentam que não pôde viver para ser morto. Eles nunca semeiam, alimentam-se do rebanho e dos peixes que retiram do Araxes. Sua bebida é o leite. O sol é o único deus que adoram, para ele sacrificam cavalos, a razão para isto é que ele [o sol] é o mais veloz dos deuses e por isto o entregam o mais veloz dos seres vivos (Hdt., *Hist.*, I, 216).

O trecho apresenta alguns costumes contrastantes que serão recorrentes em descrições sobre nômades ou grupos da Cítia: canibalismo, uma espécie de prática poligâmica e o sacrifício de cavalos. A narrativa apresentada por Heródoto auxilia seu leitor a criar uma percepção sobre o que são e como viviam estes grupos radicalmente distintos. Nesse sentido, os costumes massagetas também são um espelho dos costumes gregos: o canibalismo era visto como um dos crimes mais severos e a intemperança sexual era um desvio às normas gregas de cuidado do corpo.¹²

Em outro trecho, já no Livro IV, Heródoto apresenta características mais pontuais sobre o modo de vida dos citas:

Não louvo os citas em todos os aspectos, no entanto, neste assunto de grande importância eles surgiram com uma ideia onde ninguém que os ataca pode escapar e ninguém pode alcançá-los se não quiserem ser encontrados. Pois quando homens não têm cidades ou fortalezas estabelecidas, mas todos são donos de casas e arqueiros montados, vivendo não do cultivo da terra, mas da criação de gado e transportando suas moradias em carroças, como podem estes [citas] não serem invencíveis ou inacessíveis? (Hdt., *Hist.*, IV, 46).

O trecho acima é o que apresenta mais pontualmente o que pode ser entendido como um grupo nômade pastoril para a literatura da Antiguidade. Embora o estereótipo *cita nômade*, no decorrer da Antiguidade, tenha como naturalizadas estas características, buscou também sempre as reforçar. São, no entanto, características não necessariamente pejorativas ou depreciativas, mas que reforçam a caracterização do nomadismo: criação de rebanhos, mobilidade advinda da equitação avançada, uso de carroças para locomoção das famílias e a ausência da prática da agricultura. Curiosamente, está presente na descrição de Heródoto um aspecto tático bastante característico do nomadismo, "onde ninguém que os ataca pode escapar e ninguém pode alcançá-los se não quiserem ser

¹² Em sua obra *História da Sexualidade*, vol. 2, Michel Foucault (1984) aborda os usos dos prazeres e os cuidados sobre o corpo dentro do contexto da Grécia Clássica. Neste sentido, de acordo com Foucault, a "dieta dos prazeres" está intimamente relacionada ao saber médico, que vê no excesso de atividades sexuais causa de enfermidades. A temperança era, para os gregos antigos, aspecto importante do cuidado de si e do corpo.

encontrados”, como Gideon Shelach (2005, p. 32) afirmou: “[O pastoralismo] também pode ter sido uma estratégia política contra a pressão militar de vizinhos sedentários poderosos. Mobilidade, especialmente associada a grupos nômades pastoris, pode ser considerada uma forma de resistência política”.

É necessário observar, contudo, que embora estas características não sejam necessariamente depreciativas, elas representavam para os gregos uma antítese ao próprio modo como viviam. A vida nômade, baseada na mobilidade e na movimentação constante pelo espaço da estepe era radicalmente distinta da organização social da *polis*, voltada para a convivência em espaços urbanos. Além disso, a agricultura era vista pela sociedade grega como prática fundamental de subsistência, ausente em comunidades nômades, que dependiam de seus rebanhos e do comércio ou saque de grãos para sobreviver.

Também se faz importante ressaltar que, apesar de muitas das informações apresentadas nas *Histórias* terem sido interpretadas como exageradas,¹³ diversas outras são bastante precisas, levando em conta, é claro, o contexto da produção do texto de Heródoto. Hartog (1988, p. 198) afirmou, por exemplo, que as descrições de Heródoto sobre os ritos funerários dos reis citas são aceitos dentro da História e da Arqueologia como reais. Mikhail Rostovtzeff (1922, p. 44), por sua vez, também esclareceu: “Nosso conhecimento sobre as cerimônias funerárias dos citas nos séculos VI e V a.C., derivados das escavações no vale do Kuban, correspondem bastante com o relato de Heródoto sobre os presentes de reis e príncipes citas”. Heródoto também menciona, no Livro IV, práticas como o sacrifício de cavalos e a confecção de taças a partir do crânio de inimigos derrotados em combate, um costume que, de acordo com Peter Golden (1992, p. 49), também pode ser encontrado entre os xiongnu,¹⁴ os búlgaros,¹⁵ os pechenegues,¹⁶ entre outros grupos nômades. Sobre estas práticas, Heródoto descreve:

¹³ Christopher Kelly (2009, p. 31-32) interpretou a passagem de Heródoto sobre a confecção de taças a partir de crânios (Hdt., *Hist.*, IV, 65) como um exagero narrativo, uma interpretação que vai contra o argumento de Peter Golden (1992, p. 49).

¹⁴ Os xiongnu foram uma confederação nômade originária do platô mongol que, entre os séculos III aEC e I EC, habitou as estepes orientais. São considerados uma das primeiras grandes confederações nômades da história. Na metade século I, a confederação xiongnu foi dividida entre xiongnu do Norte e do Sul. Enquanto os xiongnu do Sul se submeteram como tributários da dinastia Han, o Norte permaneceu independente até seu colapso, na segunda metade do século I, causada por uma série de fatores que envolveram ações diretas e indiretas do governo Han (YÜ, 1990).

¹⁵ Os búlgaros foram uma tribo ogúrica que habitou a estepe cazaque e pôntico-cáspia entre os séculos V e VI. A primeira referência aos búlgaros é de 480, quando serviram como aliados ao imperador Zenão contra os ostrogodos. É bastante provável que os búlgaros tenham sido, no início do século VI, uma confederação de onogures e cutrigures, embora também tenham sido notados como grupos dispersos nas imediações da estepe pôntico-cáspia. Aparecem com certa frequência nas fontes até 491, quando são ofuscados pelos cutrigures. Com a invasão dos ávaros, todavia, búlgaros e cutrigures foram absorvidos e passaram a servir o qaghan Baian (GOLDEN, 1992, p. 104).

¹⁶ Os pechenegues foram um grupo nômade de origem turca-oguz que, entre os séculos IX e X, ocupou o norte do Mar Negro (GOLDEN, 1992, p. 264-270).

As cabeças, não de todos os inimigos, mas dos mais famosos, são tratadas da seguinte maneira: serram o crânio acima das sobrancelhas e limpam-no. Os pobres contentam-se em revesti-lo de um pedaço de couro, sem ornato algum; os ricos não só o recobrem com pele de boi, como o douram por dentro, dele se servindo, à semelhança de uma taça, para beber (Hdt., *Hist.*, IV, 65).

Nesse sentido, a Cítia era, dentro da concepção grega, o lugar do Outro, os limites do mundo conhecido. Nas palavras de Hartog (1988, p. 12), a “Cítia é a terra de *eremia*, uma zona de escathia, um lugar deserto e uma fronteira: um dos fins do mundo. Foi aqui que Poder e Força trouxeram Prometeu para ser acorrentado por ordem de Zeus”. Mas a Cítia também é o lar de muitos povos além dos citas, como os canibais *androphagi* (Hdt., *Hists.*, IV, 106), “comedores-de-homens”; os *agathyrsi*, cujo “relacionamento com as mulheres é promíscuo, para que possam ser irmãos e parentes uns dos outros sem que haja inveja ou ódio de seus companheiros” (Hdt., *Hist.*, IV, 104); ou ainda os *issedones*, que se serviam da carne dos mortos em banquetes-funerais (Hdt., *Hist.*, IV, 26). Grupos com costumes adversos, como explicado brevemente no trecho sobre os massagetas.

É importante notar que há uma correlação entre os costumes e o lugar que se habita no mundo, uma relação que está mais presente no texto hipocrático, como será abordado mais adiante, mas que também pode ser observada no texto de Heródoto. Segundo Hartog (1988, p. 14), John Myres (1986) demonstrou que, para construir suas *Histórias*, Heródoto fez utilização de mapas jônicos. Nas palavras de François Hartog (1988, p. 14):

Estes mapas lidam fortemente com os princípios da simetria: o mundo é organizado simetricamente em ambos os lados do equador que divide o Mediterrâneo, passando dos pilares de Hércules através dos Montes Tauricos por meio da Sicília e de Delfos. Ao norte, é frio; ao sul, calor. Ao norte, coisas são explicadas pelo frio; no sul, pelo calor. Portanto, a contraparte simétrica sul da Cítia é a Líbia ou, para ser mais preciso, o Egito.

A afirmação de Hartog vai ao encontro do que já foi afirmado neste artigo sobre as relações entre a obra de Heródoto e os textos hipocráticos e a influência da tradição jônica na escrita de ambos. Ainda, a simetria entre a Cítia e o Egito, que afetava ambas as regiões, produz sobre elas efeitos diametralmente opostos (HARTOG, 1988, p. 16). Enquanto os egípcios eram o povo mais antigo (Hdt., *Hist.*, II, 2), por exemplo, os citas eram um dos povos mais novos (Hdt., *Hist.*, IV, 5). De forma geral, como afirmado por Hartog (1988, p. 17), a Cítia era uma terra de ignorância, enquanto o Egito, um local de sabedoria anciã.

Enquanto Heródoto se dedicou a descrições etnográficas mais focadas e voltadas para um conhecimento geográfico e, de certo modo, histórico, os hipocráticos voltaram sua narrativa para o conhecimento médico e a filosofia natural. Os interesses de ambos

os autores, contudo, eram bastante similares, como já abordado. Não obstante, o texto hipocrático também traz agregado a si conhecimentos etnográficos e geográficos, mas voltados para outra perspectiva.

Em um tratado denominado *Dos Ares, Águas e Lugares*, os hipocráticos buscaram descrever como as estações do ano, as condições da água, bem como o clima (quente ou frio) e a umidade (seca ou úmida) poderiam afetar o desenvolvimento dos corpos, os comportamentos e propiciar enfermidades específicas, relacionadas diretamente aos quatro humores (bílis negra, bílis amarela, fleuma e sangue). Este tratado pode, por sua vez, ser dividido em três momentos: o primeiro, *Ares*, em que descreve os efeitos dos ventos e da troca das estações nas oscilações comportamentais e na causa de doenças; o segundo, *Águas*, em que os hipocráticos relacionam as condições da água como possível fator para o desenvolvimento de doenças: e, por fim, *Lugares*, onde descrevem etnograficamente alguns grupos e a relação entre geografia, atributos físicos e costumes.

O terceiro momento da obra supracitada é, em grande parte, dedicado aos citas. O trecho XVII se inicia da seguinte maneira: “E na Europa há um povo que habita os entornos do Lago Meiótes, que se difere de outros povos. Seu nome é saurômata” (Hipócrates, *Dos Ares, Águas e Lugares*, XVII). Aqui, uma relação direta com os citas saurômatas descritos por Heródoto (Hist., IV, 21) no seguinte trecho:

Além do Rio Tanais não se está mais na Cítia. O primeiro pedaço de terra que se encontra ao chegar ao outro lado do rio é habitado pelos saurômatas, cujo território inicia no final do Rio Meiótes e se estende a quinze dias de jornada para o norte, e é vazio tanto de árvores selvagens quanto cultivadas.

Os hipocráticos, todavia, possuíam uma relação maior com aspectos da filosofia natural e do conhecimento médico, e buscaram relacionar os costumes e a fisiologia dos citas através da teoria humoral, cujo fator constituinte dessas características é o clima e a umidade, como exemplificado no trecho abaixo:

Darei um testemunho claro da sua umidade [dos citas]. Na maioria dos citas, todos que são nômades, você encontrará seus ombros cicatrizados, assim como seus braços, pulsos, peitos, quadris e lombos, simplesmente por causa da umidade e suavidade de sua constituição. Devido a sua umidade e flacidez, não possuem força para esticar um arco ou arremessar azagaias pelo ombro. Mas quando cauterizam, o excesso de umidade seca de suas juntas e seus corpos se tornam mais fortalecidos, mais nutridos e melhor articulados. [...] Os citas são um povo avermelhado devido ao frio, não através de qualquer feracidade do calor do sol. É o frio que queima suas peles brancas e as torna avermelhadas (Hippoc., *Aer.*, XX).

O texto hipocrático dá continuidade a descrições acerca das consequências causadas pelo excesso de umidade na constituição física dos citas, causador de sua alegada infertilidade:

Uma constituição deste tipo impede a fertilidade. Os homens não possuem desejo por relações devido à umidade de sua constituição e a fraqueza de seu abdome [...]. Ademais, o constante sacudir em seus cavalos é inadequado para o sexo. Estas são as causas para a infertilidade dos homens, nas mulheres é a gordura e umidade de sua carne, que é tanta que o útero não consegue absorver a semente (Hippoc., *Aer.*, XXI).

O excesso de umidade em seus corpos que os fazem *malakós* (moles) também os condiciona a comportamentos que podem ser interpretados como impróprios para o mundo grego, já que, segundo os hipocráticos, os citas são “gordos e preguiçosos” (*Aer.*, XXI) e se tornam, em sua maioria, impotentes e, portanto, “fazem o trabalho de mulheres, vivem como mulheres e conversam como tal” (*Aer.*, XXII). O texto hipocrático deixa claro que a alegada fraqueza dos citas é resultado das condições climáticas da Cítia, uma região fria e úmida:

[...] a Cítia produz poucos e os menores animais selvagens. Pois está próxima do norte e dos Montes Rípeos, de onde sopram os ventos do norte. O sol chega a eles [citas] somente no fim de seu curso, quando alcança o solstício de verão e então os aquece, mas por pouco tempo. O vento que sopra das regiões quentes não os alcança, a não ser raramente e com pouca força. Mas do norte há um constante vento que é esfriado pela neve, gelo e diversas chuvas, que nunca saindo das montanhas as torna inabitáveis (Hippoc., *Aer.*, XIX).

Há diversas semelhanças entre o texto hipocrático e a *Histórias*, de Heródoto, que podem ser explicadas através da tradição literária jônica herdada por ambos os autores. Há claros interesses etnográficos em comum (mais desenvolvidos em Heródoto), assim como conhecimentos médicos contidos na obra de Heródoto (mais desenvolvidos em Hipócrates), como bem apontado por McCallum (2014).

A primeira destas semelhanças etnográficas é a relação de causalidade entre as diferenças étnicas. Heródoto parece ser mais pontual nesse aspecto, já o texto hipocrático desenvolve uma teoria determinista que relaciona geografia, clima, costumes e fisiologia. Ambos os textos deixam claro que o ambiente, ou mais especificamente a *physis*, possuía influência direta na fisiologia e na característica dos povos (MCCALLUM, 2014, p. 94). Todavia, como explicado por McCallum (2014, p. 95-96), tanto a concepção de Heródoto como a dos hipocráticos era de que a *physis* poderia ser subvertida pelas leis (*nomoi*) e o modo de vida (*diaita*). Deste modo, *nomoi* e *diaita* poderiam também afetar as diferenças étnicas e fisiológicas. McCallum (2014, p. 95-96) apresenta dois exemplos: o primeiro deles é a teoria de Heródoto de que os crânios egípcios encontrados em um antigo campo de

batalha eram mais fortes do que os crânios persas porque os egípcios raspavam suas cabeças, enquanto os persas usavam chapéus (Hdt., *Hist.*, III, 12); o segundo exemplo é uma passagem do texto hipocrático em que o autor explica que a causa do crânio alongado dos *cabeças-longas* é devido ao fato de que eles enfaixavam a cabeça de seus bebês (Hippoc., *Aer.*, XIV).

Para além da teorização destes autores sobre as causas das diferenças étnicas, ambos compartilhavam um interesse em comum em relação à Cítia e à região do Ponto, assim como pela Líbia e pelo Egito. Ambos os autores dedicaram extensos parágrafos para descrever a Cítia, sua geografia, seus arredores e seus povos (MCCALLUM, 2014, p. 96-97). Há um interesse bastante característico pelos saurômatas e sua cultura de mulheres guerreiras que, enquanto virgens, cavalgavam, caçavam e lutavam em guerras do mesmo modo como os homens, e não se casavam enquanto não tivessem matado um certo número de inimigos em combate (Hippoc., *Aer.*, XVII; Hdt., *Hist.*, 4, 116-117). Ainda, de acordo com McCallum (2014, p. 97):

Ambos os autores também estão interessados no nomadismo cita, mas dão diferentes razões para ele: o autor de *Ares, Águas e Lugares* acredita que eles se movem para garantir forragem suficiente para seus animais, enquanto Heródoto, [...], vê como uma escolha estratégica. Ambos os autores descrevem o frio extremo como a razão pela falta de chifres nos bois citas. Ambos também mencionam a "doença feminina", em que os citas acreditam ser uma retribuição divina e deixa os homens impotentes, de modo que eles passam a praticar o trabalho de mulheres e são chamados "*Anareis/Enareis*".

Existem também outras descrições compartilhadas entre Heródoto e o texto hipocrático, como é o caso da descrição dos autores sobre o modo como se produz *hippace*, uma espécie de nata feita através do leite da égua (MCCALLUM, 2014, p. 97-98). Do mesmo modo como explicaram a fisiologia e os costumes citas através do clima frio, os autores relacionavam o clima quente com o desenvolvimento da fisiologia e dos costumes dos povos da Líbia e do Egito. Há, como já foi abordado, uma relação direta e simétrica, entre os extremos do mundo habitado. O extremo norte (Cítia e Ponto) e o extremo sul (Líbia e Egito) são, portanto, extremos diametralmente opostos dentro da concepção de mundo presente no texto de Heródoto e dos hipocráticos (MCCALLUM, 2014, p. 99-103).

Assim como o texto hipocrático possui conhecimentos etnográficos em comum com o texto de Heródoto, as *Histórias* também possuem conhecimentos médicos e de filosofia natural que correspondem a conhecimentos encontrados no *Corpus Hippocraticum*. Nas palavras de McCallum (2014, p. 104): "o conhecimento sobre doenças, saúde e medicina implícitos na narrativa de Heródoto coincidem de muitas formas com aquele encontrado nos hipocráticos". Em específico, Heródoto utiliza uma série de terminologias médicas que

demonstram certa familiaridade do autor com a teoria médica hipocrática. Um exemplo disso, como apontado por McCallum (2014, p. 107), é a noção encontrada nas *Histórias* de que a principal causa para doenças é a mudança das estações (Hdt., *Hist.*, II, 77), causa primária para doenças também de acordo com o texto hipocrático (Hippoc., *Aer.*, XI).

Os trabalhos de Heródoto e dos hipocráticos, contudo, não são completamente convergentes. Como McCallum (2014, p. 109) exemplifica, existe uma série de divergências entre pontos de vista variados, como é o caso da divisão continental abordada por ambos os autores. Para o texto hipocrático, o mundo era dividido em dois continentes, Europa e Ásia. Já Heródoto acreditava que existiam três continentes, Europa, Ásia e Líbia. Enquanto o primeiro localizava a fronteira entre Europa e Ásia no Lago Meiótes (Hippoc., *Aer.*, XIII), o segundo considerava o rio Fásis como fronteira (Hdt., *Hist.*, IV, 45).

As diferenças e semelhanças entre os autores, todavia, não explicam por si só o estereótipo *cita nômade*, mas ajudam a compreender o papel do texto hipocrático e da *Histórias*, de Heródoto, na construção desta concepção. O estereótipo é, portanto, uma construção narrativa que traz agregada a si uma série de características e que só garantiu sua permanência através da repetição dessas mesmas características. Como o objetivo deste artigo é trazer à tona a gênese do estereótipo, é necessário que se abordem tais características, que já foram apresentadas.

Três características principais constituem o estereótipo *cita nômade*, e podem ser encontradas em uma série de autores, dos primeiros etnógrafos romanos aos historiadores da Antiguidade Tardia. As três características são: a geografia, o modo de vida e os costumes contrastantes.

A primeira característica, a geografia, diz respeito à Cítia. Evocar o etnônimo *cita* significava evocar a região da Cítia e toda a concepção etnogeográfica.¹⁷ Recordar a Cítia, portanto, também significava rememorar uma série de outras características subentendidas: o frio, a umidade, a intemperança e uma série de outros atributos. Como exemplificado no decorrer deste artigo, a concepção geográfica jônica entendia a Cítia como um dos extremos do mundo habitado: o extremo norte, diametralmente oposto (não apenas geograficamente, mas também em idade e costumes) ao extremo sul, ou seja, o Egito e a Líbia. É nesta concepção de causalidade entre clima e umidade que se justificaram os supostos corpos e comportamentos de uma série de grupos que habitavam o espaço conhecido como Cítia.

¹⁷ A etnogeografia era uma espécie de determinismo geográfico da Antiguidade. É a teoria apresentada no texto hipocrático e também, em menores detalhes, nas *Histórias*, de Heródoto, de que o clima e a umidade afetam o desenvolvimento dos costumes e da fisiologia.

A segunda característica é o modo de vida: o nomadismo. O modo de vida nômade é, neste sentido, uma antítese à forma como os gregos se organizavam socialmente, a vida urbana na *polis*. Uma vida também caracterizada pela agricultura, impraticada por grupos nômades. Quando o nomadismo foi evocado na cosmografia, uma série de atributos também foi trazida à tona: o cavalo, a mobilidade, as carroças, a ausência da agricultura. Embora, por vezes, estas características pudessem estar subentendidas no texto (como é o caso de muitos autores da Antiguidade Tardia), tanto Heródoto quanto o texto hipocrático trazem explícito no decorrer de suas narrativas. Heródoto afirmou que os citas “não têm cidades ou fortalezas estabelecidas, mas todos são donos de casas e arqueiros montados, vivendo não do cultivo da terra, mas da criação de gado e transportando suas moradias em carroças” (Hdt., *Hist.*, IV, 46) enquanto para o texto hipocrático “[os citas] são chamados nômades porque não possuem casas, mas vivem em carroças” e “[...] permanecem no mesmo lugar somente enquanto houver forragem suficiente para seus animais; quando acaba, eles migram” (Hippoc., *Aer.*, XVIII).

Já a terceira característica, os costumes contrastantes, não possuíam aspectos fixos agregados, mas uma gama de atributos diversos que variavam de grupo para grupo. Eram, no entanto, quase sempre apontados. Heródoto apresenta o costume dos citas de inalarem a *cannabis* (Hdt., *Hist.*, IV, 75), a confecção de taças a partir do crânio de inimigos derrotados em combate (Hdt., *Hist.*, IV, 65) e as práticas antropofágicas e sexuais dos massagetas (Hdt., *Hist.*, I, 216). E, como já observado, tanto Heródoto quanto Hipócrates aludiram à prática das mulheres sármatas que, na condição de virgens, cavalgavam e lutavam em guerras e se casavam somente após matar certo número de inimigos em combate (Hippoc., *Aer.*, XVII; Hdt., *Hist.*, IV, 116-117).

Nesse sentido, evocar o etnônimo cita significou, com algumas exceções,¹⁸ aludir ao modo de vida nômade, à região da Cítia e a práticas e costumes distintos, da Antiguidade Clássica à Antiguidade Tardia. É importante, contudo, novamente ressaltar que entender o estereótipo como *cita nômade* é apenas uma abstração teórica, advinda da frase de François Hartog (1988, p. 193): “Citas são nômades, nômades são citas”. Na perspectiva defendida por este artigo, portanto, referir-se ao etnônimo cita na cosmografia greco-romana significou memorar uma série de aspectos que foram construídos por Heródoto, os hipocráticos e a tradição jônica e reforçados por uma gama de autores gregos e

¹⁸ Durante o século III, com ocupação goda da Cítia, o etnônimo cita passou a se referir também aos godos, principalmente por autores eclesiásticos da Antiguidade Tardia. Neste sentido, há uma resignificação do estereótipo neste contexto, onde *cita nômade* se desdobra no estereótipo *huno nômade*. Huno, assim como cita, passa a ser utilizada como uma designação generalizante para se referir a diversos grupos nômades da estepe.

romanos que os sucederam. Não significa, todavia, que estes atributos estivessem sempre presentes ou aludidos dentro do corpo do texto.

Por fim, a construção e a reafirmação do estereótipo dentro da cosmografia greco-romana serviram apenas como uma base para o desenvolvimento de narrativas que envolviam os grupos nômades da Estepe Eurasiática. As nuances, os objetivos, a quantidade de informações, tudo isto dependia de uma série de outros fatores políticos, sociais, culturais e históricos que circundavam o redator do texto histórico. É impossível construir uma imagem e uma concepção unívocas sobre os nômades, é possível, contudo, apontar as características que a cosmografia greco-romana viu, por vezes, inerentes a estes grupos.

Considerações finais

Com este artigo, procurou-se apresentar a origem do estereótipo *cita nômade* dentro da tradição jônica ou greco-oriental a partir, principalmente, da *História*, de Heródoto de Halicarnasso, e do texto hipocrático *Dos Ares, Águas e Lugares*. Através do que foi apontado no decorrer do texto, fica clara a influência da Ásia Ocidental nas produções etnográficas e no interesse de autores pertencentes à tradição jônica pelos citas e outros grupos nômades da estepe, como os saurômatas.

Heródoto e os hipocráticos, como apontado, beberam de uma rica tradição etnográfica e filosófica natural, de onde retiraram diversas concepções sobre geografia, medicina e etnografia, assim como teorizações sobre a causa das diferenças étnicas e dos costumes. Da influência da *physis* na constituição física e nos costumes ao importante papel dos *nomoi* e das *diaitai* em subverter tanto os costumes quanto a fisiologia desses povos. As informações que ambos os autores trouxeram sobre o território da Cítia e os diferentes grupos que a habitaram serviram, nesse sentido, como base para inúmeros relatos posteriores. Mais do que isto, concepções como a etnogeografia, muito presente no texto hipocrático, foram reforçadas e se encontraram presentes até, pelo menos, a Antiguidade Tardia.

Ainda, os textos de Heródoto e dos hipocráticos trazem as três principais características presentes em praticamente todos os textos da Antiguidade que trazem descrições sobre grupos nômades: a geografia, o modo de vida e os costumes contrastantes. A Cítia como lugar do Outro, o extremo norte do mundo habitado, o nomadismo como modo de vida antagônico e os costumes que subvertiam normas sociais. O nômade é, como aludido na introdução deste artigo, uma outra faceta do bárbaro, uma faceta, contudo, indomável.

Ademais, faz-se importante ressaltar, novamente, que o estereótipo nunca foi a palavra final no que diz respeito aos relatos construídos pelos autores da Antiguidade, que descreveram uma infinidade de grupos nômades no decorrer de todo o período. O estereótipo, como já afirmado, é “a palavra inicial”, uma cadeia de atributos construídos pela metanarrativa greco-romana que serviam aos autores como uma forma de remeter seus leitores há algo já estabelecido pela literatura. A palavra final era, dessa forma, a historicidade de cada autor: seu contexto histórico, político, cultural e social, sua atuação político-social, seus objetivos e anseios.

Referências

Documentação textual

HERODOTUS. *The Persian Wars: books 1-4*. Translated by A. D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

HIPOCRATES. *Air Waters Places*. Translated by W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1923.

Obras de apoio

ALEKSEEV, A. *The BP exhibition Scythians: warriors of ancient Siberia*. London: Thames & Hudson, 2017.

AMORY, P. *People and identity in Ostrogothic Italy, 489-554*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BALIBAR, E. The nation form: history and ideology. In: BALIBAR, E.; I. M. WALLERSTEIN. (ed.). *Race, nation, class: ambiguous identities*. London/New York: Verso, 1991.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLOCKLEY, R. C. *The fragmentary classicising historians of the Late Roman Empire*. Liverpool: Francis Cairns, 1983.

BLOCKLEY, R. C. *The History of Man and the Guardsman*. Liverpool: Redwood Burn, 1985.

DANDAMAYEV, M. *Iranians in Achaemenid Babylonia*. Costa Mesa: Mazda, 1992.

DIGGLE, J. (ed.). *The Cambridge Greek Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. v. 1.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GIVEN, J. *The fragmentary History of Priscus: Attila, the Huns and the Roman Empire, AD 430-476*. Merchantville: Evolution, 2014.

- GOLDEN, P. *An introduction to the History of the Turkic People: ethnogenesis and state-formation in medieval and early modern Eurasia and the Middle East*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1992.
- HARTOG, F. *The mirror of Herodotus*. London: University of California Press, 1988.
- HEATHER, P. *The fall of the Roman Empire: a new history of Rome and the barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A. (ed.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KELLY, C. *The end of Empire: Attila the Hun & the fall of Rome*. New York: W. W. Norton & Company, 2009.
- KHAZANOV, A. M. *Nomads and the outside world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KHAZANOV, A. M. The Scythians and their neighbours. In: AMITAI, R.; BIRAN, M. (ed.). *Nomads as agents of cultural exchange*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2015.
- LLOYD, G. E. R. Experiment in Early Greek Philosophy and Medicine, *The Cambridge Classical Journal*, v. 10, p. 50-72, 1964.
- MAENCHEN-HELFEN, O. J. *The world of the Huns: studies in their history and culture*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- MCCALLUM, J. *Understanding the 'other' in an East Greek context*. Ontario: McMaster University, 2014.
- MELYUKOVA, A. I. The Scythians and Sarmatians. In: SINOR, D. (ed.). *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MYRES, J. An attempt to reconstruct the maps used by Herodotus. *The Geographic Journal*, v. 8, n. 6, 1986, p. 605-629.
- NOONAN, T. S. The grain trade of the Northern Black Sea in Antiquity. *The American Journal of Philology*, v. 94, n. 3, p. 231-242, 1973.
- OLIVEIRA, R. Da "Ira de Marte" ao "Flagelo de Deus": uma análise das representações classicizantes e eclesiásticas sobre Átila e os hunos. In: SILVA, S. C.; VIEIRA NETO, I. (org.). *Mitos, deusas e heróis: ensaios sobre a Antiguidade e o Medieval*. Goiânia: Edições Tempestivas, 2019.
- OLIVEIRA, R. *Entre ávaros e turcos: o estereótipo cita nômade na História de Menandro Protetor (século VI)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.
- PINTO, O. L. V. *Integrating Magna Dacia: a narrative reappraisal of Jordanes*. 2016. Tese (Doutorado em História) – School of History da University of Leeds, Leeds, 2016.

- POHL, W. *The Avars: a steppe empire in Central Europe, 567-822*. London: Cornell University Press, 2018.
- REZAKHANI, K. *ReOrienting the Sasanians: East Iran in Late Antiquity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2017.
- RICCI, G. A. *Nomads in Late Antiquity: gazing on Rome from the steppe, Attila to Asparuch (370-680 C.E.)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Princeton University, Princeton, 2015.
- ROSTOVTZEFF, M. *Iranians and Greeks in South Russia*. Oxford: Oxford University Press, 1922.
- SAFEF, Y. Scythian and Zoroastrian earth goddesses: a comparative study on Api and Ārmaiti. In: NIKNAMI, K.; HOZHABRI, A. *Archaeology of Iran in the historical period*. Tehran: Springer, 2020.
- SHELACH, G. Early pastoral societies of Northeast China: local change and interregional interaction during c. 1100-600 BCE. In: AMITAI, R.; BIRAN, M. (ed.). *Mongols, Turks, and others: Eurasian nomads and the sedentary world*. Boston: Brill Leiden, 2005.
- SINOR, D. (ed.). *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SINOR, D. The establishment and dissolution of the Turk Empire. In: SINOR, D. (ed.). *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SINOR, D. The Huns period. In: SINOR, D. (ed.). *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SZÁDECKZY-KARDOSS, S. The Avars. In: SINOR, D. (ed.). *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- THOMAS, R. *Herodotus in context: ethnography, science, and the art of persuasion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- WALLACE-HADRILL, A. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- YÜ, Y. The Hsiung-nu. In: SINOR, D. (ed.). *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Estátuas imperiais e grupos subalternos: destruição, ridicularização e crítica como subversão das relações de poder durante a Antiguidade Tardia

Imperial statues and subaltern groups: destruction, ridicule and criticism as subversion of power relations in Late Antiquity

Jorge Elices Ocón*

Glaydson José da Silva**

Resumo: Neste artigo, propomo-nos a analisar a relação dos grupos subalternos com as estátuas imperiais durante os últimos séculos do Mundo Antigo (IV-VIII), apontando para exemplos de leituras subversivas e críticas para com o poder imperial documentadas nas fontes e que evidenciam que esses grupos desenvolveram novas formas de redefinir as relações de poder tradicional a partir da maneira como interagem com as estátuas imperiais.

Abstract: In this article we propose to analyze the relationship of the subaltern groups with imperial statues during the last centuries of the Ancient World (IV-VIII), pointing to examples of subversive and critical readings of imperial power documented in the sources, which point out that the subaltern groups developed new ways of redefining traditional power relations from the way they interacted with imperial statues.

Palavras-chave:

Iconoclastia.
Mutilação.
Motins urbanos.
Damnatio memoriae.
Parastaseis.

Keywords:

Iconoclasm.
Mutilation.
Urban riots.
Damnatio memoriae.
Parastaseis.

Recebido em: 19/05/2022

Aprovado em: 27/05/2022

* Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo.

** Professor de História Antiga da Universidade Federal de São Paulo.

Nas cidades antigas do Império Romano, as estátuas eram feitas e dispostas em lugares públicos para que o povo pudesse interagir com elas, como forma de sugerir o poder dos deuses, a autoridade dos imperadores e oficiais imperiais ou o prestígio das elites municipais locais. Desse modo, provocavam múltiplas e variadas respostas (STEWART 2003, p. 7). Porém, tanto oficiais do Império quanto cidadãos particulares, ricos ou pobres, tinham que ser extremamente cuidadosos na forma como interagiam com as estátuas, em particular, as estátuas dos imperadores. Pessoas de todas as classes poderiam procurar refúgio em uma estátua imperial; porém, existiam limites ao direito de *asylum* e inclusive ações menores em relação às estátuas imperiais podiam ser consideradas uma violação da dignidade do Estado e, como tal, uma forma de traição, castigada até mesmo com a pena capital. Suetônio nos relata, por exemplo, a história de um indivíduo que havia retirado a cabeça de uma estátua de Augusto para substituí-la pela de outra personagem. A gravidade do caso foi tamanha que o assunto foi debatido no Senado e, diante das dúvidas, recorreu-se à tortura e o réu foi condenado. Ainda segundo Suetônio, esse tipo de acusação tornou-se comum e delitos como matar um escravo ou mesmo trocar de roupas perto de uma estátua de Augusto chegaram a ser punidos com pena capital durante o reinado de Tibério (Suetônio, *De vita Caesarum*. Tib., 58). Uma ilustração particularmente relevante dessas punições aos ataques às estátuas de imperadores pode ser vista numa das mais importantes sedições do século IV, que ficou conhecida como Levante das Estátuas, em obras como *Homilias sobre as estátuas* (*De Statuis*), de João Crisóstomo, ou as orações de Libânio de Antioquia. As penalidades para esse delito incluíam pilhagem de bens, queima de casas juntamente com seus habitantes, confisco de propriedades, execuções em massa e outras. Em *Conflito político-cultural na Antiguidade Tardia: O 'Levante das estátuas' em Antioquia de Orontes* (387 d.C.), Érica Cristhyane Morais da Silva (2012) desenvolve uma análise comparada entre esses autores e obras e estabelece uma relação entre eles.

Durante a Antiguidade Tardia, a presença e o papel das estátuas imperiais parecem ter continuado sem grandes mudanças (LAVAN, 2011, p. 457). Os retratos imperiais tinham que ser tratados como se fossem o próprio imperador e estavam protegidos pela legislação imperial (*Codex Theodosianus*, 9, 38, 6), que exigia também que as estátuas imperiais fossem tratadas com respeito se fossem movidas durante os trabalhos de construção (*C. Th.*, 15, 1, 44). No entanto, o triunfo do cristianismo como religião oficial do Império introduziu algumas mudanças relevantes e colocou os antigos deuses no seu alvo. Fontes escritas e materiais mostram a destruição de templos e estátuas pagãs durante os séculos IV e V. A reticência cristã em considerar as estátuas imperiais como imagens de um deus

poderia ter sido responsável por vários casos de destruição ou mutilação das estátuas imperiais. Vários retratos imperiais aparecem, assim, marcados com uma cruz na testa, como o famoso retrato de Germânico, no Museo Britânico (KRISTENSEN, 2013, p. 93-94). No entanto, o contexto mais amplo sugere que era bem possível que imagens dos imperadores pagãos escapassem da mutilação e destruição, sendo reinterpretadas em termos cristãos ou protegidas pela legislação imperial (LAVAN, 2011, p. 465).

Enquanto as estátuas imperiais continuaram a ter um papel cerimonial e representavam uma forma cara e prestigiosa de demonstrar fidelidade política, foram preservadas em espaços públicos frequentados. Prática dinâmica, importante e comum no século IV,¹ o hábito estatuário (SMITH, 2016, p. 3-9) conhece um declínio nos séculos V e VI, o que acabou resultando na redução das dedicatórias e na preferência por outras formas de representação (ANDERSON, 2016, p. 292). Mudanças políticas, culturais e religiosas estavam-se operando. Uma lei de 425/428 proibiu gestos de reverência às estátuas imperiais, e duas outras leis proibiram o uso de impostos para financiar a sua construção (*C. Th.*, 15, 4, 1) e, em 439, Teodósio II e Valentiniano III tentaram controlar a devoção de seus súditos ao proibir o financiamento de tais imagens e ao limitar as cerimônias associadas a elas, argumentando que o culto deveria ser dirigido ao *supernum numen* (o deus cristão) e não às imagens (*Codex Iustinianus*, 1, 24, 3-4).

A legislação de 425/28 e 439, porém, não pôs fim à dedicação de estátuas imperiais, nem ao seu papel tradicional na cidade (LAVAN, 2011, p. 461). Dedicatórias a imperadores e imperatrizes são conhecidas e um catálogo de atestados literários e epigráficos das estátuas imperiais dedicadas entre 364 e 609 foi publicado por Rudolf Stichel (1982). O papel das estátuas imperiais é também atestado na literatura, que demonstra que durante a Antiguidade Tardia as imagens dos imperadores foram consideradas como substitutas diretas de sua pessoa, e carregavam toda a autoridade. A população também interagiu com as estátuas imperiais de uma forma similar, mostrando uma evidente continuidade nas suas respostas: os fugitivos pediam asilo junto a elas (*C. Th.*, 9, 44, 1), faziam-lhe petições ou as levavam como objetos de procissões pelas ruas, em ocasiões especiais (LAVAN, 2011, p. 461; 467).

Fontes tardias correspondentes aos séculos VI-VIII – inclusive ao século X – apontam que a presença de estátuas imperiais nas cidades de Antioquia, Alexandria ou Constantinopla era notável, assim como, também, a interação da população com elas (DAWKINS, 1924; MANGO, 1963; DAGRON, 1984; SARADI-MENDELOVICI, 1990). Na *Parastaseis*, um texto

¹ Ver dados do projeto *Last Statues of Antiquity*, conduzido por Roland Ralph Redfern Smith e Byan Ward-Perkins, disponíveis em <http://laststatues.classics.ox.ac.uk/>. Resultados em forma de livro foram publicados em Smith e Ward-Perkin (2016).

do século VIII conectado à topografia de Constantinopla e seus monumentos e estátuas antigas, e na *Patria*, uma compilação de textos similares redigidos no século X, as estátuas são o centro de profecias e augúrios sobre o Império e, se interpretadas corretamente, poderiam revelar a fortuna que o futuro reservava aos imperadores, ao Império e à cidade (ANDERSON 2011; CHATTERJEE, 2020). Notícias similares que vinculam certas estátuas ao futuro dos imperadores aparecem também em cronistas como João Malalas, em relação às estátuas de Antioquia, e em Teofilato Simocata, em relação às estátuas do *Tychaion* de Alexandria e à profecia do anúncio da morte do imperador Maurício (582-602) (Teofilato Simocata, *Historiae*, 8, 13, 7-15). Nessas fontes, as estátuas são definidas como talismãs, dotadas de poderes mágicos que podem determinar a proteção ou ruína de uma cidade ou uma região, uma ideia presente também nas fontes árabes, que indicam a presença continuada e a função dessas estátuas em Alexandria, Antioquia e na Península Ibérica (ELICES, 2020, p. 38; 260-261).

De fato, importantes transformações na concepção e percepção das estátuas imperiais ao longo da Antiguidade Tardia e do cristianismo mudaram de forma significativa o entendimento a seu respeito e a relação com elas. Contudo, cabe destacar também, nessas considerações, aspectos que apontam para uma clara continuidade após o tradicional fim do hábito estatuário nos séculos V-VII. Interessa-nos, não obstante, chamar a atenção para o fato de que nesses processos a população urbana e os grupos subalternos quase não aparecem, mesmo sendo o maior grupo que interagia com as estátuas. As análises têm focado especialmente em alguns eventos de destruição de estátuas imperiais em protestos e sublevações populares, o que permite alguns paralelos com questões atuais no cenário mundial sobre as quais trataremos, brevemente, a seguir. Pekáry (1985, cap. 19 e p. 139-142) sublinhou o caráter “espontâneo” desses atos frente à destruição oficial – a *damnatio memoriae*. Segundo Stewart (1999, 2003, p. 267-278), as destruições “oficiais” ou “espontâneas” contavam com um mesmo repertório de ações, que constituíam uma série de regras, os *topoi*, que tanto os destruidores quanto os cronistas conheciam e que incluíam cânticos ou arremesso de pedras contra as estátuas, sua derrubada ou arrasto e destruição final. Benjamin Anderson (2016), pelo contrário, aponta que as destruições populares de estátuas imperiais durante a Antiguidade Tardia eram um fenômeno novo que acabou por redefinir as estátuas imperiais como “*loci of criticism*” e por contribuir com o fim das estátuas imperiais. Uma última e mais recente contribuição tem considerado as destruições de estátuas como mais uma das ações populares que evidenciam a crescente capacidade de intervenção dos grupos subalternos na vida urbana e política durante a Antiguidade Tardia (OLIVEIRA, 2020, p. 25 e 38).

Seguindo, pois, essa última linha de estudos, neste artigo nos propomos a analisar a relação dos grupos subalternos com as estátuas imperiais durante os últimos séculos do Mundo Antigo (IV-VIII), apontando não só para casos de destruição, mas também para outros exemplos de leituras subversivas e críticas para com o poder imperial documentadas nas fontes e que evidenciam que os grupos subalternos desenvolveram novas formas de redefinir as relações de poder tradicionais a partir da maneira como interagem com as estátuas imperiais. Atendendo a esse objetivo, esse texto é dividido em duas partes. A primeira analisa exemplos de destruição de estátuas imperiais por parte da população urbana, apontando para evidências que indicam que os grupos subalternos eram plenamente conscientes das suas ações e que, chegado o momento, podiam transgredir essas regras tradicionais da destruição em busca de seus objetivos e interesses. A segunda parte foca, contudo, em outros exemplos de interação com as estátuas que, sem serem violentas, foram claramente subversivas e que apontam para o fato de que as práticas e as interpretações populares das estátuas imperiais constituíam um referente. Buscar evidenciar o papel dos grupos subalternos como agentes nesse processo é o objetivo desse artigo.

Revoltas populares e destruição de estátuas

Em 25 de maio de 2020, o afro-americano George Perry Floyd Jr. foi assassinado de forma brutal por um policial branco em Mineápolis, nos Estados Unidos. O policial ajoelhou-se sobre seu pescoço, levando-o à morte por asfixia, num claro gesto de excesso em relação a protocolos de abordagem, racismo e violência policial. Esse episódio desencadeou uma série de atos e movimentos antirracistas em vários países, nos quais se viu a longa história dos colonialismos modernos associada à presença estrutural/estruturante do racismo em diferentes sociedades. No Reino Unido, em Bristol, em 7 de junho de 2020, uma estátua dedicada a Edward Colston (1636-1721), conhecido traficante inglês de africanos que foram escravizados, foi jogada no rio Avon por um grupo de manifestantes durante um protesto antirracista. Na semana seguinte, em 9 de junho, na Antuérpia, norte da Bélgica, uma estátua erigida em homenagem a Leopoldo II, a quem foi atribuída a posse particular do Congo na Conferência de Berlin (1884), foi banhada com tinta vermelha por manifestantes, repetindo um protesto que ocorrera em outras cidades do país com outras estátuas do rei, responsável por inúmeras atrocidades que levaram à morte e mutilações de milhares de pessoas. No Brasil, na zona sul da cidade de São Paulo, em 24 de julho de 2021, a estátua do bandeirante Manuel de Borba Gato, responsável pelo extermínio de populações indígenas e negras entre a segunda metade do século XVII e início do século XVIII, no processo de interiorização do Brasil, é incendiada.

Esses são alguns episódios isolados de muitos eventos ocorridos nesse período, mas que de modo similar se repetiram em contextos históricos precedentes. Eles colocam em tela uma longa relação que se estabelece entre códigos, signos, memória e poder, e que têm estátuas e monumentos, ordinariamente ligados a setores dominantes da sociedade, como pano de fundo.

No que se refere à Antiguidade, a Arqueologia tem documentado alguns casos de destruição de estátuas imperiais. Uma das hipóteses de Paolo Liverani (2004; 2007) tem associado a decapitação e destruição das estátuas do *Augusteum* de Naron, datadas de finais do século IV, a protestos anti-imperiais similares aos documentados nas fontes escritas. Porém, são as fontes escritas as que proporcionam a maioria dos exemplos desses protestos populares que teriam levado à destruição de estátuas imperiais durante a Antiguidade Tardia. Destacaremos quatro estudos de caso.

O primeiro caso, e provavelmente o mais conhecido, o chamado “Levante das Estátuas”, ocorreu em Antioquia, na primavera de 387, e aparece documentado nas *Homilias sobre as Estátuas (De Statuis)*, de João Crisóstomo, e nos discursos do rétor pagão Libânio (*Orationes*, 19-23), assim como nas obras de Teodoreto e Sozomeno. Surgiu contra a imposição simultânea de dois impostos, o *aurum coronarium* aos membros do conselho municipal e o *collatio lustralis* aos artesãos e comerciantes. Encorajados pelo acúmulo de problemas sociais, econômicos e conflitos políticos, os notáveis locais mobilizaram a população através de agentes profissionais que incentivaram as aclamações populares para pedir às autoridades imperiais uma redução desses impostos. Os participantes da multidão, no entanto, tinham suas próprias razões para agir. Eles atacaram as imagens monumentais do imperador Teodósio I, assim como as de sua esposa e filhos, que foram apedrejadas, derrubadas e arrastadas pela cidade enquanto as pessoas as insultavam. A multidão acabou virando-se contra os próprios membros do conselho municipal e incendiando pelo menos uma das casas mais prestigiadas da cidade. Uma vez restaurada a ordem, vários dos participantes no protesto, inclusive crianças, foram rapidamente executados. Os antioquianos foram tomados pelo medo de que Teodósio ordenasse punir e castigar severamente a cidade. Libânio e João Crisóstomo insistiram, por isso, no fato de que a violência tinha sido algo lamentável e sem precedentes, tentando acalmar a ira do imperador Teodósio, que eventualmente acabou concedendo clemência à cidade (João Crisóstomo, *De Statuis*, 2, 10; Libânio, *Orationes*, 20, 3-4; Teodoreto, *Historia Ecclesiastica*, 5, 20, 1; Sozomeno, *Historia Ecclesiastica*, 7, 23-7, 28).²

² Sobre o Levante das Estátuas, ver: Van Dam (2008), Silva (2012) e Anderson (2016, p. 301).

Um segundo protesto popular que desencadeou a destruição de estátuas imperiais teve lugar em Constantinopla, em 491, logo após a ascensão ao trono do imperador Anastácio I (491-518). O protesto teve lugar no hipódromo, após a publicação de um édito do prefeito urbano, Juliano, proibindo aqueles que se comportassem de maneira indisciplinada durante os jogos de permanecerem dentro do recinto. Desconfiando que eles teriam que se entregar no futuro, os assistentes começaram o protesto, jogando pedras. Segundo João de Antioquia (*Fragmenta*, fr. 239), “o imperador estava enfurecido com aqueles que tinham ousado tais coisas e parecia provável que ele tentaria contê-los com força militar”. Para João Malalas, o imperador ordenou às suas tropas que atacassem os protestantes. O povo tomou, então, “medidas desesperadas”, incendiando o distrito onde se localizavam os portões do hipódromo e os pórticos vizinhos. Depois, “tiraram as estátuas de bronze dos imperadores de seus pedestais e lhes infligiram todo tipo de abuso, como se os insultassem pessoalmente”. A resposta de Anastácio foi contida. Não querendo celebrar “um triunfo sobre seu próprio povo”, ele capitulou diante das demandas e destituiu Juliano de seu posto (Malalas, *Chronographia*, 16, 4; Conde Marcelino, *Chronicle*, s. a. 491).³

Apenas dois anos depois, em 493, ocorreu um terceiro protesto que vale a pena destacar e que teve lugar também em Constantinopla. Suas causas não são relatadas e apenas uma única fonte aponta para o fato de que “as estátuas do imperador e da imperatriz foram amarradas com cordas e arrastadas através da cidade” (Conde Marcelino, *Chronicle*, s.a. 493).⁴

Um quarto incidente, situado no reinado de Anastácio, data do ano 512. O evento responderia ao conflito religioso entre cristãos nicenos e monofisitas, após a introdução de elementos monófitos na liturgia de Santa Sofia por influência do imperador, um declarado monofisita. As fontes indicam que tiveram lugar enfrentamentos violentos entre católicos e monofisitas nas igrejas e ruas de Constantinopla. Parte da população da cidade, os cristãos nicenos, carregando consigo as chaves dos portões e todos os estandartes militares, instalaram um acampamento religioso no fórum. Lá eles criticaram publicamente Anastácio e proclamaram que Areobindo, o *magister militum per Orientem*, deveria ser feito imperador. Foi então que “estátuas e imagens de Anastácio foram atiradas ao chão” e, na sequência, os populares também atiraram pedras, assaltaram e incendiaram as casas de Marino, o *praefectus praetorio*, Pompeu, sobrinho do imperador, e Platão, prefeito da cidade, a quem consideravam culpados pela situação. Anastácio

³ Sobre o motim e suas causas incertas, consultar: Meier (2009, p. 80-81) e Anderson (2016, p. 301-302).

⁴ Sobre a revolta, ver: Meier (2009, p. 88-89) e Anderson (2016, p. 302).

chegou a aparecer publicamente no hipódromo, conseguindo acalmar o protesto (C. Marc., *Chron.*, s.a., 512; Mal, *Chron.*, 16, 19).⁵

Como apontado por Stewart (1999; 2003, p. 267-278), esses casos de destruições de estátuas imperiais durante a Antiguidade Tardia basearam-se num repertório de ações que imitavam rituais públicos da vitória e da *damnatio memoriae*, documentados tanto na República romana como nos casos de destruição cristã de estátuas pagãs, nos quais se observa um mesmo desejo de vingança e subversão da relação de poder tradicional entre os grupos subalternos e as estátuas imperiais.⁶ Esse repertório de ações também se encontra documentado nesses quatro casos em estudo.

As proclamas e críticas públicas durante os protestos, fossem espontâneas ou conduzidas por agentes profissionais, aconteciam em espaços públicos e precediam a destruição de estátuas. Em Constantinopla, o hipódromo é o principal espaço tanto para o poder imperial quanto para os grupos subalternos, e é lá onde tiveram lugar vários desses episódios de subversão e violência contra as estátuas. O édito publicado em 491 era dirigido provavelmente contra esses agentes profissionais responsáveis por agitar a população e que eram "indisciplinados durante os jogos". Segundo Malalas (*Chron.*, 16, 2-4), Anastácio apoiou a facção dos Vermelhos e tomou medidas contra as facções dos Verdes e dos Azuis caso causassem distúrbios. Mais uma vez, durante os protestos do ano 512, os cânticos também fizeram parte das ações empreendidas pela multidão pró-nicena acampada no fórum da cidade. Outras ações, como o apedrejamento, a derrubada e o arrasto das estátuas eram também recorrentes nos rituais de destruição destes artefatos, e são também documentados nos protestos de 387, 491, 493 e 512. Em Antioquia, Sozomeno (*Hist. Eccl.*, 7, 28) indica que as estátuas imperiais foram arrastadas através da cidade enquanto as pessoas as insultavam "da forma habitual", o que indica que o acontecido na cidade não foi uma exceção, tal como apontavam as fontes e pesquisadores como Benjamin Anderson (2016, p. 301), mas um caso a mais de violência contra as estátuas dentre os documentados desde a República, segundo indica Peter Stewart (2003, p. 269, n. 35).

Os tópicos habituais também se repetem nessas notícias da Antiguidade Tardia e insistem no desejo de vingança, no comportamento irracional e na violência cega dos grupos subalternos. Desse modo, da mesma forma Plínio (*Panegyricus*, 52, 4) declarava a alegria com que a população destruía as estátuas de Domiciano como se, ao fazê-lo, pudesse ferir o próprio homem (STEWART, 2003, p. 283); assim, durante os atos de

⁵ Sobre a revolta, ver Meier (2007) e Anderson (2016, p. 302).

⁶ Mais informações sobre os rituais e os casos de *damnatio memoriae* envolvendo estátuas e retratos imperiais podem ser encontrados em Hendrick (2000) e Varner (2000).

protesto de 491, as pessoas “tiraram as estátuas de bronze dos imperadores de seus pedestais e lhes infligiram todo tipo de abuso, como se os insultassem pessoalmente” (João de Antioquia, *Frag.*, fr. 239, p. 446-448). A ideia de violência cega aparece no relato de Libânio (*Oratio* 22, 7), em referência ao protesto em Antioquia, onde o autor sublinha que as multidões responsáveis pela destruição das imagens imperiais estavam bêbadas e a sua violência foi *paroinia*, assim como no relato dos protestos em Constantinopla, em 491, quando a multidão derrubou e destruiu as estátuas imperiais, “apesar de que, entretanto, muitos deles (manifestantes) foram mortos e muitos outros saíram meio-mortos”, um detalhe que aprofunda a ideia de violência cega exercida por parte da população que destruíam as estátuas sem se aperceber das consequências das suas ações (João de Antioquia, *Frag.*, fr. 239, p. 446-448).

Em suma, os protestos e as destruições populares de estátuas imperiais documentados e analisados nesse artigo apontam para uma notável continuidade nas práticas de mutilação e destruição de imagens e nos significados dados a elas durante a Antiguidade Tardia. Segundo Stewart, o repertório de ações nessas destruições populares seria basicamente o mesmo, e constituía “a kind of *topos* that is lived out by actors on the ground” ou como “a series of conventions which shape collective behaviour” e “set limits on the behaviour of the crowd” (STEWART, 2003, p. 277; 285). Porém, mesmo aceitando a evidente continuidade do repertório de ações, é necessário não esquecer ou negligenciar a agência dos grupos subalternos, assim como a existência de motivações populares próprias e inclusive a possibilidade de que, chegado o momento, esse repertório de ações pudesse mudar e ser ultrapassado na procura dos objetivos que se perseguiram. As mudanças acontecidas, no mundo tardo-antigo, na relação das populações subalternas com as estátuas imperiais não têm a ver tanto com uma nova concepção dessas estátuas como “lugar de crítica ao regime”, tal como argumentava Anderson (2016, p. 302; 306), pois a crítica, assim como a veneração ou destruição das estátuas imperiais, continuaram sendo as mesmas (STEWART, 1999; 2003; LAVAN, 2011, p. 461; 467), mas trata-se, de fato, de que a destruição das estátuas tinha se convertido em mais uma opção de intervenção popular na política (OLIVEIRA, 2020, p. 38), havendo a apropriação de rituais de destruição tradicionais para se transmitir determinada mensagem política que acabava por subverter e reordenar a relação de poder tradicional.

Nos exemplos aqui analisados, pode-se apontar justamente que a destruição das estátuas era uma opção de intervenção popular na política embasada em objetivos que, geralmente, acabavam sendo atingidos pela população, seja a retirada de taxas, de um édito ou de inovações no ritual religioso. Das fontes se depreende que a destruição das estátuas imperiais só acontecia ao final dos protestos, como a opção mais radical, o que

sugere que a população era consciente do significado das suas ações, encaminhadas para atingir seus objetivos. Em Antioquia, os distúrbios se desenvolveram a partir de um protesto bem orquestrado por agentes profissionais no teatro, mas, posteriormente, a multidão moveu-se pela cidade, tentando fazer um assalto ao palácio do governador, antes de finalmente atacar as estátuas imperiais e ser reprimida. No protesto, que teve lugar no hipódromo de Constantinopla, em 491, nota-se que, por medo de que o imperador empregasse o exército contra elas, “as pessoas recorreram a medidas desesperadas”, incendiando primeiro os portões do hipódromo e depois derrubando as estátuas dos imperadores. No relato de João Malalas (*Chron.*, 16, 4), aponta-se que o imperador ordenou que as tropas atacassem a população reunida no hipódromo e que, após isso, as pessoas teriam atirado pedras no imperador e incendiado vários monumentos e espaços nas imediações do hipódromo. Os textos também sugerem que os manifestantes atacaram as estátuas de maneira diferente em cada caso, escolhendo entre o repertório de ações habituais em função dos objetivos que pretendiam atingir. No caso de Antioquia, as estátuas derrubadas foram as do imperador Teodósio e da sua família. No protesto de 491, em Constantinopla, indica-se que as estátuas dos imperadores foram derrubadas e destruídas, sem mais detalhes sobre a identidade das estátuas destruídas, mas o fato de que também se incendiaram os portões do hipódromo poderia sugerir um protesto com objetivos mais amplos, políticos e sociais, e não uma simples revolta popular contra o recém nomeado imperador, instigada pela facção dos Isáurios, tal como João de Antioquia sugere. Nos tumultos dos anos 493 e 512, porém, a destruição atingiu apenas as estátuas de Anastácio (e a da imperatriz, em 493), o que parece apontar para uma questão mais pessoal, mesmo que certamente condicionada pelo contexto político ou religioso.

Cabe destacar também que, no tumulto de 512, a destruição das estátuas fez parte de uma série de ações por meio das quais a população nicena de Constantinopla tentou forçar um golpe de Estado e proclamar um novo imperador. A destruição das imagens de Anastácio ocorreu somente após a população ter acampado no espaço simbólico do fórum, estando em posse das chaves dos portões da cidade e de todos os estandartes militares, e após fazer uma proclamação pública, na qual Anastácio deveria renunciar ao poder e Aerobindo ser feito imperador. A destruição das estátuas de Anastácio teve lugar apenas nesse momento, como manifestação política da ruptura e fim do antigo regime e a instauração de uma nova ordem pela população. O ato teria acontecido provavelmente no fórum, algo também a ser destacado, sem que fossem documentadas outras ações de ridículo ou abuso das estátuas, segundo o cronista Conde Marcelino, que teriam ocorrido em outros protestos, particularmente em 387, 491 e 493. O protesto de 512 é, portanto,

um exemplo de como a população local escolheu de forma clara e pacífica a derrubada das estátuas imperiais de acordo com um objetivo político (a deposição de um imperador e a eleição de um novo) segundo o qual essa parece ter sido uma ação escolhida entre o repertório de ações pelo seu significado político, e apropriada e utilizada pela população junto com outras ações simbólicas (apropriação das chaves e dos estandartes militares da cidade), em busca de seu objetivo (a instauração de uma nova ordem) e usando rituais e objetos para legitimar o ato. As ações da população urbana mostram, assim, uma clara continuidade com o repertório de ações tradicional da *damnatio memoriae* e com o tradicional papel das estátuas imperiais como lugar de construção e desconstrução das relações de poder no Império, mas apontam também para uma crescente capacidade de intervenção e consciência das suas ações por parte dos grupos subalternos durante a Antiguidade Tardia.

Para além da destruição: as estátuas imperiais e os grupos subalternos

Essa maior capacidade de intervenção e consciência das suas ações por parte dos grupos subalternos evidencia-se também em outros casos de estudo documentados nas fontes escritas ou arqueológicas, nas quais, mesmo sem destruição das estátuas, a crítica, o ridículo, ou, inclusive, a advertência ao imperador adotava também um claro enfoque subversivo. Esses casos envolvem a exibição de estátuas imperiais já mutiladas em espaços públicos, assim como exemplos de poemas vinculados a estátuas imperiais e críticos ao poder imperial.

Dentre os exemplos do primeiro tipo, as estátuas imperiais mutiladas e exibidas em espaços públicos, cabe destacar os casos de Cesareia Marítima e Roma. Duas estátuas colossais teriam integrado um novo projeto urbano e foram recolocadas em Cesareia Marítima, fazendo parte das estruturas construídas durante a segunda metade do século VI e, talvez, início do século VII, na região conhecida pelos escavadores como "Byzantine Esplanade". Uma estátua de cor púrpura de três metros de altura e datada da segunda metade do século III representaria um imperador, talvez Adriano, vestido com a toga e sentado em um trono. Segundo os escavadores, a estátua foi colocada já no estado mutilado no qual se conserva hoje: sem cabeça, mãos e pés e sentada em um trono que não seria o original. A outra estátua, também sentada, porém feita em mármore, representaria uma divindade (talvez Júpiter) ou um imperador, representado como um deus e, de igual modo à estátua de cor púrpura, teria sido colocada já em um estado fragmentário, sem cabeça e braços (VERMEULE; ANDERSON, 1981, p. 11-12).

Os investigadores têm apontado que as duas estátuas poderiam ter sido parte de um ou vários templos dedicados aos deuses do paganismo ou ao culto imperial, e teriam sido mutiladas durante o processo de cristianização da cidade. A realocação e reexibição das estátuas poderia obedecer a uma nostalgia e gosto antiquário pelo passado clássico, pois certamente trata-se de um exemplo interessante de reutilização, ou concebida como evidência do triunfo cristão, considerando o estado de mutilação das estátuas (KRISTENSEN, 2013, p. 235-238; 240-243), pois, tal como aponta Jas Elsner (2003, p. 210), em relação às práticas iconoclastas, a preservação de objetos ou monumentos mutilados serve de lembrança tanto para o estado original da peça antes da destruição quanto ao atual estado alterado, que sugere, também, as causas dessa destruição parcial e o porquê da sua preservação e exibição no presente.

Outro exemplo da presença pública de estátuas imperiais nos finais da Antiguidade Tardia aparece na *História Secreta*, de Procópio. O autor (Procópio, *Anedokta*, 18, 12-21) descreve a única estátua de Domiciano que foi autorizada a estar de pé em Roma após a terrível morte do tirano e a *damnatio memoriae* decretada pelo Senado: um retrato feito em bronze, que ainda era visível “a caminho do Capitólio”, à direita, “ao subir do fórum”. Segundo Procópio, essa estátua de Domiciano foi feita em metal imitando o corpo do imperador depois que fosse morto e os membros dele fossem recuperados e costurados pela esposa.

A história é uma prova importante de como os espectadores contemporâneos viram e interpretaram ruínas e estátuas antigas nas cidades tardo-antigas. Se a história era um relato histórico exato ou se a estátua representava efetivamente Domiciano não importa tanto como o fato de a história pretender dar sentido aos vestígios materiais em Roma e explicar a sua estranha aparência. Como aponta Troels Myrup Kristensen (2013, p. 244-245), provavelmente a estátua foi identificada como Domiciano exatamente devido ao seu estado mutilado e à sua aparência.⁷ Além disso, Domiciano foi considerado, na Antiguidade Tardia, um tirano por excelência e Procópio mencionou a estátua apenas para descrever o imperador Justiniano como um novo tirano, “cujo modo de expressão e todas as suas características poderiam ser claramente apontadas nesta estátua” (STEWART, 1999, p. 183).

Os exemplos apontados em Cesareia Marítima e em Roma mostram um processo de construção da memória urbana a partir das ruínas antigas, no qual a presença ainda de estátuas imperiais ou identificadas como tais oferecia um espaço de lembrança de um passado mais complexo e multifacetado do que se poderia pensar. Procópio aponta

⁷ Sobre a *damnatio memoriae* de Domiciano, consultar Varner (2000, p. 110-135).

que a estátua era “um monumento a Domiciano e uma revelação até o dia de hoje de como tinha acontecido a sua morte”, o que lembra diretamente o argumento apontado por Elsner (2003) sobre as práticas iconoclastas e a preservação de objetos mutilados. Inclusive, além dessa lembrança do passado, as estátuas eram também um exemplo a seguir ou a evitar no presente e uma advertência para o futuro, o que poderia denotar, às vezes, como evidencia-se nesses exemplos, um caráter crítico ou subversivo frente ao poder imperial, como Procópio aponta com a similitude entre Domiciano e Justiniano.

O papel dos grupos subalternos e da população local na construção dessas memórias e discursos subversivos em relação às estátuas imperiais teria sido, em nossa opinião, muito relevante. A história relatada por Procópio acerca da estátua de Domiciano, em Roma, aponta justamente para um relato popular não isento de ridicularização, construído a partir de uma figura e uma estátua reais (KRISTENSEN, 2013, p. 245). Cabe pensar, que no exemplo de Cesareia Marítima, a percepção e a relação das pessoas que passavam pelo lugar diariamente não teriam sido tão diferentes do exemplo apontado por Procópio e, seguramente, existiram relatos locais que também tentaram oferecer uma explicação acerca da origem e do estado mutilado dessas estátuas em relação, também, com a própria figura do imperador. Em seu estado fragmentado e mutilado, ambas as estátuas apontam para uma concepção diferente da imagem imperial e das relações de poder: a imagem de um imperador sem poder que é ao mesmo tempo uma lição do passado e uma advertência para o presente e para o futuro. Considerando essas ideias e o fato, por exemplo, de que Procópio (*De Bellis*, VIII, 22, 5) exaltava a população de Roma por ter preservado os monumentos da cidade, vale a pena se perguntar até que ponto essa leitura crítica e subversiva das estátuas imperiais mutiladas não era uma imagem demandada e construída pela população local. Retornaremos a essa questão.

Outros exemplos de uma relação subversiva com as estátuas imperiais por parte dos grupos subalternos se encontram nos poemas e textos inscritos em algumas estátuas imperiais e que, ao contrário das petições, poderiam conter fortes críticas ao imperador (ANDERSON, 2016, p. 304). Esse é o caso de um epigrama inscrito numa estátua de Anastácio no hipódromo, referido na *Anthologia Palatina* e no *De magistratibus*, de João o Lídio, que indica, além disso, que o poema foi “publicado no hipódromo pela população (*tou demou*)”:

They dedicated this iron statue to you, world-destroying Emperor, as it is cheaper than bronze, in return for murder, ruinous poverty, famine, and also anger, which destroys everything, because of your fondness for money.
As a destructive Charybdis, neighbor of Scylla, they set up this savage, brutal Anastasios. You, too, Scylla, should fear in your heart lest he devour you as well,

turning a bronze demon into coins (*Ant. Pal.*, XI, 270-71, III, 676-78; João, o Lídio, *De magistratibus*, III, 46).

As primeiras quatro linhas do poema se desenvolvem a partir do tópico comum nos epigramas antigos sobre estátuas, segundo o qual o material de uma estátua devia exprimir as realizações e virtudes do dedicante. O poeta inverte o tradicional elogio pela sátira e aponta que Anastácio merece uma estátua de ferro, pois em vez de garantir a segurança e o bem-estar dos seus súbditos, o imperador trouxe assassinato, pobreza e fome. A segunda metade do poema vincula a estátua do imperador a outra estátua próxima que representava Cila (*Skylla*), que, junto com Caríbdis (*Kharybdis*), eram dois monstros marinhos da mitologia grega. O poeta brinca que Anastácio forma uma contrapartida adequada a Cila, uma vez que ele próprio é um monstro devorador como Caríbdis; e, ainda, que Cila deveria ter cuidado para que Anastácio não devorasse seu coração e o monetizasse, uma referência à reforma da moeda e à introdução do novo *folis* de cobre realizada pelo *comites sacrarum largitionum* de Anastácio, uma ação que também é criticada por João Malalas (*Chron*, 16, 12-13).⁸

Apesar de João, o Lídio, escrever que foi “publicado no hipódromo pela população (*tou demou*)”, Benjamin Anderson (2016, p. 305) considera que o epigrama foi o trabalho manual de uma figura altamente educada e bem colocada, provavelmente um funcionário imperial. Porém, sem descartar essa possibilidade, cabe pensar igualmente que a origem do epigrama talvez tenha sido, justamente, um texto colocado na estátua por alguma pessoa comum e que depois foi reaproveitado para redigir o epigrama. As fontes evidenciam que as estátuas dos imperadores continuaram a ser um lugar de comunicação e interação entre o povo e o imperador, onde se faziam públicos tanto os desejos, como aponta o caso da estátua de Leão em Constantinopla, onde petições eram anexadas a fim de serem coletadas e lidas pelo próprio imperador (*Patria*, 2, 31), como a crítica e o ridicularização, tal como aponta o texto de Procópio em relação à estátua de Domiciano erguida em Roma. A população local não seria, então, essa massa violenta e desordenada que destruía estátuas dos imperadores, mas a origem dessas reinterpretações particulares e o agente por trás de outras ações não destrutivas, porém, igualmente críticas ao poder imperial. Do mesmo modo, o fato de que tanto Procópio quanto João, o Lídio, apontem para a população local como artífice dessas outras ações não deixa de chamar a atenção, e mostra como a forma segundo a qual os grupos subalternos interagem com as estátuas imperiais tinha se tornado um elemento destacado na vida política da cidade, e que já não poderiam ser negligenciados pelos cronistas e pela elite (OLIVEIRA, 2020, p. 41).

⁸ O Conde Marcelino (*Chron.*, c.a. 498), porém, aponta a que a reforma teria tido efeitos positivos para o povo.

Um último estudo de caso que aponta justamente para essa presença crescente da população local na vida política e cultural das cidades e, particularmente, para o seu papel como agente nas mudanças e na reinterpretação das antigas estátuas é a já mencionada *Parastaseis*. O texto é uma fonte muito interessante para analisar a percepção e uso do passado em Constantinopla. Mesmo centrada no tema do conflito entre pagãos e cristãos e adotando um tom elitista ao fazer menção a filósofos que parecem se auto erigir como os guardiões da memória urbana e os únicos com capacidade para interpretar as estátuas (ANDERSON, 2011, p. 5), a *Parastaseis* é, de fato, um texto subversivo, satírico e crítico (MAGDALINO, 2013, p. 212). Particularmente, é significativo o papel outorgado às estátuas e a interpretação das profecias sobre o futuro vinculadas a elas e que, corretamente interpretadas, poderiam garantir a sobrevivência do Império e dos imperadores ou a sua ruína (ANDERSON, 2011, p. 6; CHATTERJEE, 2020, p. 172-173), mas também cabe destacar a atuação, não apenas dos imperadores e dos filósofos, mas da população local cujas atuações em relação às estatuas (destruição, ridicularização ou crítica) não podiam mais ser negligenciadas e ganham relevância no texto.

A plebe é retratada claramente de maneira negativa na *Parastaseis*. Uma estátua no hipódromo que representava o povo trazia a inscrição “que não precisavam de executores públicos” (*Parastaseis*, cap. 64, p. 165). A frase indica que a população local fazia a sua própria justiça com violência, e aparece na boca de um dos filósofos que acompanharam o imperador Teodósio II no hipódromo, em uma das cenas mais significativas da obra (*Parastaseis*, cap. 64). Outra notícia indica as estátuas de três conhecidos antigos arianos que foram colocadas pelo imperador como um “objeto de desgosto” para que os que passassem por elas pudessem cuspir, urinar ou jogar excrementos (*Parastaseis*, cap. 39, p. 107). Por último, outra notícia aponta como um tal Calístrato, “vulgar por nascimento e mascate às vezes”, riu-se de um filósofo chamado Galeno e da interpretação que este tinha feito de duas Górgonas situadas no Mercado de Pan (*Parastaseis*, cap. 40, p. 111). O filósofo assinalou que as duas imagens, “com suas serpentes, hieróglifos e imagens de significado astronômico”, eram o registro das histórias e profecias dos imperadores e estavam vinculadas ao destino do imperador Zenão, nas mãos da imperatriz Verina, esposa de Leão I. Então, Galeno começou a rir, um detalhe habitual quando o filósofo consegue decifrar o significado da estátua (*Parastaseis*, cap. 40, p. 111 e 223). O filósofo explicou então as histórias das Górgonas e sua relação com o imperador (algo que não resulta claro no texto) e, nesse momento, quando pareciam se revelar os infortúnios iminentes de Zenão, Calístrato começou a ridicularizar o filósofo. Segundo o texto, as piadas e inclusive golpes contra Galeno continuaram por um ano, até que, em um júri reunido precisamente onde estavam as estátuas das Górgonas, condenou-o à morte (não sabemos se foi Galeno

ou Calístrato quem foi executado, o texto é ambíguo). Porém, a facção dos Verdes e a multidão receberam de maneira positiva a pena, gritando que “a sentença era justa” (*Parastaseis*, cap. 40, p. 109-111; MAGDALINO, 2013, p. 212; CHATTERJEE, 2020, p. 173).⁹

Dessas notícias depreende-se que a população local é retratada como uma massa crédula, praticante de diversas superstições e incivilizada nas suas atitudes (SARADIMENDELOVICI, 1990, p. 48; 58). Alguns pesquisadores, como Richard McGillivray Dawkins (1924, p. 213–214), têm sublinhado precisamente que o povo tinha um conhecimento limitado ou errado sobre as estátuas e sua origem. Porém, analisadas com perspectiva e foco nos grupos subalternos, a *Parastaseis* mostra que a população local era, junto com os imperadores e os filósofos, um agente cujas ações e interpretações acerca das estátuas eram significativas. Determinadas ações descritas como típicas da plebe (ridicularizar alguém, cuspir, urinar ou defecar nas estátuas) poderiam ter sido a origem de uma das novidades mais significativas da Antiguidade Tardia, o “objeto de desgosto”, ou seja, a exibição pública de estátuas parcialmente destruídas ou mutiladas, como as estátuas de Cesareia Marítima, a estátua de Domiciano, em Roma, ou estátuas que pelo fato de representar contra modelos ou inimigos do Estado ou da religião, como aqueles três arianos, poderiam ser humilhadas e servir de piada por parte da plebe. De igual modo, o enfrentamento entre o “vulgar” Calístrato e o filósofo Galeno em torno das Górgonas e o futuro do imperador Zenão apontam para o fato de que a população local tinha suas próprias interpretações sobre as estátuas e a política, às vezes contrárias ou totalmente confrontantes em relação às elites e ao poder imperial. A capacidade de as estátuas constituírem símbolos e transmitirem determinadas mensagens, bem como sua localização em espaços públicos, expostas aos olhos de todos (CHATTERJEE, 2020, p. 173), alterava a relação de poder tradicional e outorgava aos grupos subalternos o poder de opinião e intervenção no destino do Império, deixando o imperador em uma posição certamente desconfortante e exposta. A situação, na Antiguidade Tardia, mostra assim um paralelo com o presente, tal como aconteceu por ocasião do assassinato de George Floyd Jr., quando várias estátuas foram objeto de ataques ou intervenções com o objetivo de mudar a história passada, presente e futura e instaurar novas relações de poder sociais e políticas. Desse modo, a *Parastaseis* é um exemplo que mostra o papel dos grupos subalternos como um agente a mais nas transformações em torno das estátuas no final da Antiguidade, até o ponto de fazer de suas opiniões e relações com as estátuas imperiais um aspecto central na vida política do Império.

⁹ A história se repete em *Patria*, II, 46, onde a execução do filósofo Galeno é vista como injusta.

Referências

Documentação textual

- ANTHOLOGIA PALATINA. In: BECKBY, H. (ed). *Anthologia Graeca*. Munich: E. Heimeran, 1957-58.
- CODEX IUSTINIANUS. In: FRIER, B. (ed). *The codex of Justinian: a new annotated translation with parallel Latin and Greek text*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. 3 v.
- CODEX THEODOSIANUS. In: MOMMSEN, Th. *et al. Theodosiani Libri XVI cum Constitutionibus Sirmondianis*. Berlin: Berolini Apvd Weidmannos, 1905.
- COMES MARCELLINUS. *Chronicle*. A translation with commentary by B. Croke. Sydney: Australian Association for Byzantine Studies, 1995.
- JOHN CHRYSOSTOM. The Homilies on the Statues to People of Antioch. In: SCHAFF, P. (ed.). *A Select Library of the Nicene and Post- Nicene Fathers of the Christian Church*. Michigan: T&T Clark, 1996, p. 315-514.
- JOHN OF ANTIOCH. *Fragmenta*. In: MARIEV, S. (ed). *Ioannis Antiocheni fragmenta quae supersunt*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2008.
- JOHN LYDUS. *De magistratibus*. In: BANDY, A. C. (ed.). *De magistratibus populi Romani. On Powers*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1983.
- LIBANIUS. *Orationes*. In: FÖERSTER, R. (ed.). *Libanii Opera: I-XIII*. Leipzig: B.G. Teubner, 1903-1922.
- MALALAS. *Chronographia*. In: THURN, I. (ed.). *Ioannis Malalae Chronographia*. Berlin/New York: Novi Eboraci/De Gruyter, 2000.
- MALALAS. *The Chronicle of John Malalas*. Translated by Elizabeth Jeffreys, Michael Jeffreys and Roger Scott. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 1986.
- PARASTASEIS. In: CAMERON, A.; HERRIN, J. (ed). *Constantinople in the Early Eighth Century*. Leiden: Brill, 1984.
- PATRIA. In: BERGER, A. (ed). *The Patria, account of medieval Constantinople*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.
- PLINIO. *Panegiricus*. In: LOPEZ GIRON, L. *Panegirico de Trajano*. Tradução e estudo introdutório. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PROCÓPIO. *Anecdota*. In: BONSON, H. D. (ed.). *The Anecdota or Secret History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

- PROCÓPIO. *De Bellis*. In: HAVRY, J.; WIRTH, G. (ed.). *Procopii Caesariensis opera omnia*. Leipzig: Teubner, 1963. v. 2.
- SOZOMENO. *The Ecclesiastical History*. Translated by Edward Walford. London: Henry G. Bohn, 1855.
- SUETONIO. *De vita Caesarum*. Traducción de Agudos Cubas. Madrid: Gredos, 1992.
- THEODORET. *History of Church*. London: Henry G. Bohn, 1854.
- THEOPHYLACTUS SICMOCATTES. In: BOOR, K.; WIRTH, P. (ed.). *Theophylactus Simocattes, Historiae*. Leipzig, 1972.
- THEOPHYLACTUS SICMOCATTES. *The History of Theophylact Simocatta: An English translation with introduction*. Translated by Michael Whitby and Mary Whitby. Oxford: Clarendon Press, 1986.

Obras de apoio

- ANDERSON, B. Classified knowledge: the epistemology of statuary in the *Parastaseis Syntomoi Chronikai*. *Byzantine and Modern Greek Studies*, n. 35, v. 1, p. 1-19, 2011.
- ANDERSON, B. The disappearing imperial statue: toward a social approach. In: KRISTENSEN, T. M.; STIRLING, L. (ed.). *The afterlife of Greek and Roman sculpture: Late Antique responses and practices*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016, p. 290-309.
- CHATTERJEE, P. City of prophecies. In: LÄTZER-LASAR, A.; RUBENS, E. (ed.). *Urban religion in Late Antiquity*. Berlin: De Gruyter, 2020, p. 169-184.
- DAGRON, G. *Constantinople imaginaire: études sur le recueil des "Patria"*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- DAWKINS, R. M. *Ancient statues in mediaeval Constantinople*. Oxford: University of Oxford Press, 1924.
- ELICES, J. *Respeto o barbarie: el islam ante la Antigüedad*. Madrid: Marcial Pons, 2020.
- ELSNER, J. Iconoclasm and the preservation of memory. In: NELSON, R. S.; OLIN, M. (ed.). *Monuments and memory, made and unmade*. Chicago: University of Chicago Press, 2003, p. 209-232.
- HEDRICK, C. W. *History and silence: purge and rehabilitation of memory in Late Antiquity*. Austin: University of Texas Press, 2000.
- KRISTENSEN, T. *Making and breaking the gods: Christian responses to pagan sculpture in Late Antiquity*. Aarhus: Aarhus University Press, 2013.
- LAVAN, L. Political talismans? Residual 'pagan' statues in Late Antique public space. In: LAVAN, L.; MULRVAN, M. (ed.). *The Archaeology of Late Antique "paganism"*. Leiden: Brill, 2011, p. 439-478.

- LIVERANI, P. La fine dell'Augusteum di Narona. In: MARIN, E.; LIVERANI, P. (ed). *L'Augusteum di Narona: Roma al di là dell'Adriatico*. Split: Arheološki, 2004, p. 101-106.
- LIVERANI, P. Narona: la distruzione dell'Augusteo. In: BUORA, M. (ed). *Le regioni di Aquileia e Spalato in epoca romana*. Treviso: Fondazione Cassamarca, 2007, p. 35-50.
- MAGDALINO, P. Generic subversion? The political ideology of urban myth and apocalyptic prophecy. In: SAXBY, M.; ANGELOV, D. (ed.). *Power and subversion in Byzantium: papers from the forty-third spring Symposium of Byzantine Studies*. Ashgate: Burlington, 2013, p. 207–220.
- MANGO, C. Antique statuary and the Byzantine beholder. *Dumbarton Oaks Papers*, n. 17, p. 55-75, 1963.
- MEIER, M. "Σταυροθεῖς δι' ἡμᾶς: Der Aufstand gegen Anastasios im Jahr 512." *Millennium*, n. 4, p. 157–237, 2007.
- MEIER, M. *Anastasios I: Die Entstehung des byzantinischen Reiches*. Stuttgart: Klett-Cotta, 2009.
- OLIVEIRA, J. C. M. C. Late Antiquity: The Age of Crowds? *Past & Present*, n. 249, v. 1, p. 3-52, 2020.
- PEKÁRY, T. *Das römische Kaiserbildnis in Staat, Kult und Gesellschaft, dargestellt anhand der Schriftquellen*, Berlin: Gabr. Mann Verlag, 1985.
- SARADI-MENDELOVICI, H. Christian attitudes toward pagan monuments in Late Antiquity and their legacy in Later Byzantine centuries. *Dumbarton Oaks Papers*, n. 44, p. 47-61, 1990.
- SILVA, É. C. M. *Conflito político-cultural na Antiguidade Tardia: o 'Levante das estátuas' em Antioquia de Orontes (387 d.C.)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.
- SMITH, R. R. R. Statue practice in the Late Roman Empire. numbers, costumes, and styles. In: SMITH, R. R. R.; WARD-PERKINS, B. (ed.). *The last statues of Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 01-27.
- SMITH, R. R. R.; WARD-PERKINS, B. *The last statues of Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- STEWART, P. The destruction of statues in Late Antiquity. In: MILES, R. (ed). *Constructing identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999, p. 159-89.
- STEWART, P. *Statues in Roman society: representation and response*. New York: Oxford University Press, 2003.
- STICHEL, R. H. W. *Die römische Kaiserstatue am Ausgang der Antike: Untersuchungen zum plastischen Kaiserporträt seit Valentinian I. (364–375 n. Chr.)*. Rome: G. Bretschneider, 1982.

- VAN DAM, R. Imagining an Eastern Roman Empire: a riot at Antioch in 387 C.E. In: ELIAV, Y. Z.; FRIEDLAND, E. A. (ed.). *The sculptural environment of the Roman Near East: reflections on culture, ideology and power*. Leuven: Peeters, 2008, p. 451-481.
- VARNER, E. R. *From Caligula to Constantine: Tyranny and transformation in Roman portraiture*. Atlanta: Ga, 2000.
- VERMEULE, C.; ANDERSON, K. Greek and Roman sculpture in the Holy Land. *The Burlington Magazine*, n. 123, v. 934, p. 7-19, 1981.

E a liberdade tem sabor de realidade: banditismo social na Palestina romana

And freedom tastes of reality: social banditry in Roman Palestine

Marcos Roberto Pirateli*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o banditismo social na Palestina romana. A investigação parte da articulação de duas categorias teóricas, a saber, *grupos sociais subalternos* (classes exploradas e sob opressão), de Antonio Gramsci, e *banditismo social* (formas arcaicas de movimento social), de Eric Hobsbawm. A fonte privilegiada é *A Guerra Judaica*, de Flávio Josefo. As incursões violentas de Roma naquela região, desde Pompeu em 63 a.C. até a destruição do Templo de Jerusalém em 70 d.C. potencializaram lutas sociais nos territórios judaicos, sobretudo a Galileia, que foi um berço de bandidos, bandoleiros e rebeldes chefiados por pretensos messias. Esse banditismo foi gestado no processo nada idílico de romanização da Palestina, em que dominadores estrangeiros articulados com as classes dominantes locais transformaram a vida material a partir da expropriação e tributação das classes exploradas, principalmente camponeses, cuja resistência começa como luta pela vida e se transforma em luta pela libertação judaica.

Abstract: Current paper discusses social banditry in Palestine during Roman times and deals with the articulation of two social categories, namely, *subaltern social groups* (exploited and oppressed classes), analyzed by Gramsci, and *social banditry* (archaic forms in social movements), analyzed by Hobsbawm. Josephus Flavius's *The Jewish War* is the text under focus. Rome's violent incursions in the region from the time of Pompey in 63 BC till the destruction of the Temple of Jerusalem in 70 AD brought about social struggles in Jewish territories, especially in Galilee, the homeland of bandits, outlaws and rebels led by false Messiahs. Banditry occurred within the non-idyllic process for the Romanization of Palestine where foreign dominators allied to the local dominant classes transformed life through the expropriation and taxation of the exploited classes, especially the peasants. Their resistance started as a struggle for survival and transformed itself in wars for Jewish freedom.

Palavras-chave:

Palestina romana.
Resistência judaica.
Banditismo social.
Grupos sociais subalternos.
Luta de classes.

Keywords:

Roman Palestine.
Jewish resistance.
Social banditry.
Subaltern social groups.
Class wars.

Recebido em: 19/05/2022

Aprovado em: 27/06/2022

* Doutor cotutela em Estudos Clássicos (Universidade de Coimbra) e Educação (Universidade Estadual de Maringá). Professor Adjunto do Colegiado de História (Campus de Paranavaí) e do Programa de Pós-Graduação em História Pública (Campus de Campo Mourão) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Introdução: banditismo social e luta de classes

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”
Bertolt Brecht.

Ao pensar a História de todas as sociedades como *história das lutas de classes*, Karl Marx e Friedrich Engels, no *Manifesto Comunista*, introduziram uma nova possibilidade de se pensar a dinâmica das relações sociais como antagonismo envolto em tensões, violências e transformações

Homem livre e escravo, patrício e plebeu [...] em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada [...]. Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais (MARX; ENGELS, 2016, p. 40).

Não se trata de pensar que essa dinâmica ocorreu da mesma forma em todas as épocas, pois cada modo de produzir a vida tinha sua própria lógica. A abordagem que estabelece a partir daí seu ponto de partida, e tendo como horizonte temático as “periferias, subalternos e relações de poder no Mundo Antigo”, nos levou à discussão sobre o banditismo social na Palestina durante a conquista e dominação romana.

A história judaica na Palestina é caracterizada por séculos de dominação estrangeira e lutas por autonomia.¹ Mas, também, por opressão doméstica, isto é, um antagonismo de classes bem particularizado. Tal dinâmica se reproduz como tragédia no tempo da ocupação por Roma, e as contradições inerentes ao processo se materializaram na eclosão de resistências e lutas sociais, ora incipientes, ora articuladas e com intenção de superação do domínio estrangeiro – disputa pela hegemonia local –, aqui entendida como luta por libertação. Este nosso enfoque tem como base a articulação de duas categorias teóricas, a saber, *grupos sociais subalternos*, de Antonio Gramsci, e *banditismo social*, de Eric Hobsbawm. Essas categorias se conectam porque possibilitam apreender o movimento real das classes pré-capitalistas ou arcaicas em luta.

Quando Gramsci refletiu sobre aqueles a quem chamou de grupos sociais subalternos no vigésimo quinto dos seus *Quaderni del carcere*, os pensou como classe com real potencial de transformação social,² e isto seria aplicável ao caso específico dos

¹ Conforme Rocha (2004, p. 239), fosse por motivos econômicos, políticos ou estratégicos, a Palestina foi dominada por “assírios (733 a.C.), babilônios (588 a.C.), persas (539 a.C.), ptolomeus (323 a.C.), selêucidas (198 a.C.)”.

² Antonio Gramsci (1891-1937) era um revolucionário marxista, e é nesta condição que se deve interpretar seu pensamento. Segundo Marcos Del Roio (2007), Gramsci utiliza o termo “grupos sociais subalternos” em vez de *classe* para superar e driblar a censura do cárcere fascista de Mussolini, mas, não só isso, também era uma elaboração para

movimentos sociais no campo. Caracterizam-se como grupos sociais subalternos aqueles cuja história se desenvolve em um tipo de luta fragmentada e sem uma efetiva autonomia política, necessariamente “disgregata ed episodica”, contra a opressão e exploração em uma determinada relação produtiva a que estão submetidos, “subiscono sempre l’iniziativa dei gruppi dominanti”, isto é, se movimentam num verdadeiro antagonismo de classes e, ainda que dentro de certos limites pelas condições materiais, a vitória por vezes era um estado de defesa, resistência ou ruptura por insubordinação, portanto, com a finalidade de superação de sua condição, os “grupos sociais subalternos” são classes que lutam para ultrapassar sua subalternidade (GRAMSCI, 2019, Q25, §2,16, p. 2.283-4; §4, 19). Especificamente, são grupos subversivos populares de massa camponesa que, para sobreviver e lutar, se reuniam sob comando de chefes locais (GRAMSCI, 2019, Q25, §1, 12), por vezes misturando fanatismo e religião, mas que, a depender do nível de organicidade, também poderiam lutar por hegemonia: “tra i gruppi subalterni uno eserciterà o tenderà ad esercitare una certa egemonia attraverso un partito” (GRAMSCI, 2019, Q25, §5, 21, p. 2.289), como foi o caso dos zelotas durante a Guerra Judaica (66-70).

Mesmo que Antonio Gramsci não tivesse, em seu horizonte analítico, a discussão sobre a dimensão social do banditismo na Antiguidade, sua intuição apontava para a necessidade de criar uma nova categoria para melhor pensar os grupos subalternos, pois “Molti canoni di ricerca storica si possono costruire dall’esame delle forze innovatrici” (GRAMSCI, 2019, Q25, §5, 22, p. 2.289)], e foi nesse sentido que utilizamos aquilo que Eric Hobsbawm (2015) definiu como banditismo social.³

No livro *Bandidos*, Hobsbawm nos conta que desenvolveu a ideia para compreender as formas arcaicas de movimento social. Em linhas gerais, bandidos sociais são: a) os proscritos rurais considerados criminosos pela classe dominante (por extensão, pelo Estado); b) heróis ou vingadores identificados como sujeitos que lutam por justiça ou liberdade em sociedades camponesas; c) grupos locais que oferecem resistência ao avanço de poderes centralizadores (local) ou estrangeiros. Cito Hobsbawm (2015, p. 21): “o banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram a ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Esse é o significado histórico do banditismo nas sociedades com divisões de classe e Estados”.

se pensar classe e luta de classes em toda a fluidez e complexidade que comporta esse conceito para zonas periféricas do capitalismo.

³ Foi Eric Hobsbawm (1917-2012) quem inaugurou a investigação sobre banditismo social como ramo da historiografia. Mesmo que sua pretensão em *Bandidos* – livro publicado em 1969, e que é uma versão ampliada de *Primitive Rebels* (de 1959) – não tivesse como foco movimentos deste tipo no mundo romano, o seu uso não é estranho à historiografia – estrangeira ou nacional – especializada sobre o Mundo Antigo. Vide, como exemplo: Horsley; Hanson (1985), Rocha (2004) e Garraffoni (2007).

Portanto, se transformam em movimento na medida em que resistem à dura realidade da luta pela vida, constituída por exploração e opressão, isto é, o bandido social é o camponês que vai para ação, “se institucionaliza numa parte ousada e combativa do campesinato” (HOBSBAWM, 2015, p. 46), como grupo social são aqueles que vão de encontro à classe dominante, “camponeses que se recusam à submissão, e que ao fazê-lo se destacam entre seus companheiros” (HOBSBAWM, 2015, p. 45), e contam com uma rede de apoio entre excluídos contra ricos e poderosos que consideravam injustos. Nesse sentido, não são meros criminosos, muitos foram forçados à marginalidade e ao “crime” – pois vivem sob tensão, seja fome, guerra, etc. – e sua ação se volta a pilhagens contra proprietários de terras, ou quem delas exercia o controle e apropriação de riqueza, isto é, “o banditismo social constitui um fenômeno universal, encontrado em todas as sociedades baseadas na agricultura [...] e compostas principalmente de camponeses e trabalhadores sem terras, governados, oprimidos e explorados por alguém” (HOBSBAWM, 2015, p. 39), carregando em si a ideia de redistribuição, justiça para os pobres, e por vezes aponta para a possibilidade de superação de sua condição, ainda que em perspectiva apocalíptica ou messiânica, inclusive, com possibilidade de sair da condição endêmica e virar movimento epidêmico (de massa). Enfim, não se pode diminuir o caráter de classe dos movimentos sociais arcaicos (HOBSBAWM, 2015).

O banditismo social, portanto, é uma forma arcaica (segundo Hobsbawm) de luta de classes (segundo Gramsci), e permite pensar as lutas periféricas da época ao mesmo tempo em que revelam as classes em conflito, como é o caso da Palestina (século I a.C. a I d.C.), que teve como protagonistas grupos formados por bandidos, bandoleiros, rebeldes, insurretos (e similares). Esses rebeldes são grupos subalternos que reagem, se articulam e lutam contra uma condição objetiva muito clara, de exploração e opressão e sua base social é formada por camponeses arruinados, trabalhadores sem trabalho, escravos agrícolas; suas lutas são por sobrevivência, sobretudo após o estabelecimento das relações de poder entre dominadores romanos e classe dominante local (judaicas ou não).⁴ A temporalidade da temática depende do processo expansionista romano, cujas incursões violentas naquela região vão desde Pompeu, em 63 a.C., até a destruição do

⁴ O *locus* de ação do banditismo social judaico foi o campo (*chora*), nas aldeias (*komaï*), nas comarcas rurais (*agroï*) da Palestina, na Galileia e na Judeia, territórios sob comando da classe dominante local ou de algum governador romano, isto é, não ocorria dentro da própria *polis*, mas em suas comarcas rurais. A palavra *polis* é utilizada para descrever esta região, mas de forma vaga, nem sempre correta. De acordo com Ste. Croix (1988, p. 499): “no son verdaderas ciudades, sino simples aldeas grandes o pueblos con mercado que habrían sido designados con mayor propiedad mediante otras expresiones como *metrokomiai* o *komopoleis*”. Mesmo para Jerusalém é problemático atribuir a condição de *polis* – pelo menos aos moldes greco-romanos –, talvez fosse melhor o uso do termo *ethnos* (etnia, nação, povo), já que era uma cidade especial por ser o centro administrativo da Judeia, e lá estava o Templo.

Templo de Jerusalém por Tito, em 70, na Guerra Judaica (ou grande insurreição),⁵ quando foram potencializadas as lutas sociais nos territórios judaicos, e cujo desenvolvimento encontrou sua forma mais bem acabada em lutas pela libertação do *ethnos ton loudaion*.⁶

A obra *A Guerra Judaica* (em sete livros)⁷ de Flávio Josefo (c. 37-100), é a fonte que melhor detalha todo esse processo de luta entre romanos e judeus, e, quando a escreveu, o autor o fez como judeu filo-romano.⁸ Sua interpretação é favorável a Roma, ela oculta a causa social da guerra e o processo de formação dos insurretos, e não atribui as causas do desastre judaico às classes dominantes, ao contrário, sentencia como culpados os rebeldes que, ao longo de toda a obra, são definidos como *lestai* (“bandidos”),⁹ ou seja, Josefo “esprime gli interessi dei gruppi dominante o spodestati ed ha carattere retrivo e forcaiolo” (GRAMSCI, 2019, Q25,§7, 22, p. 2291). No mundo romano, o termo “bandido” não era dirigido ao criminoso comum,¹⁰ mas a sujeitos tidos como agitadores, ou ao chefe de bandos fora-da-lei que saqueavam as classes altas, ou ainda a rebeldes que se armavam contra Roma (e seus clientes), ou seja, o termo classificava aqueles que, de alguma forma, representavam algum perigo político; não por acaso a pena aplicada aos *lestai* (*latrocinium*) era cruel, pois foram escravizados, dilacerados por feras ou crucificados (SHAW, 1992; JOSSA, 1980; ASLAN, 2013).¹¹ São esses “bandidos” que se transformaram no movimento de resistência do *ethnos* judaico. De acordo com Giorgio Jossa (1980), ao acusar de *lestai* o movimento de libertação judaica, Josefo pretendeu desacreditar o movimento, foi uma postura filo-romana, de

⁵ Flávio Josefo atribuiu a Tito durante uma reunião com os dois principais rebeldes judeus, João de Gischala e Simão, filho de Giora, antes da investida final romana, uma frase que corrobora essa temporalidade para se pensar o banditismo social na Palestina: “Depois que Pompeu tomou Jerusalém, não deixastes de vos revoltar e chegastes por fim a declarar guerra aos mesmos romanos” (Josefo, *Bellum Judaicum*, VI, 480).

⁶ Utilizaremos *ethnos* ou *ethnos ton loudaion* para nos referirmos àquilo que poderia ser traduzido como “nação”, para que não se confunda com nação/nacionalismo (mais apropriados às sociedades contemporâneas).

⁷ A edição utilizada, para facilitar a leitura, em nossa língua, é a traduzida por Vicente Pedrozo e publicada pela CPAD; mas, esta foi cotejada com a edição italiana sob a responsabilidade de Giovanni Vitucci e publicada pela Fondazione Lorenzo Valla/Arnaldo Mondadori Editore, que é bilíngue e traz o texto grego e italiano.

⁸ Flávio Josefo, de família nobre e sacerdotal, era o responsável pela defesa de Jotapata, na Galileia, no início da guerra. Quando a cidade foi tomada e ele passa ao lado romano, se torna um tipo de prisioneiro cliente de Vespasiano e Tito. Segundo Arnaldo Momigliano (2008, p. 199), a obra é um sinal de sua ruptura com os judeus da Palestina: “Sin embargo, estaba divorciado de las dos corrientes vitales del judaísmo de su tiempo: el apocalipsis y la sinagoga”. Para mais detalhes, conferir Dobroruka (2007) e Rocha (2004).

⁹ Segundo Brent Shaw (1992, p. 251): “Na terminologia formal latina, os bandidos eram geralmente designados por *latrones* (singular, *latro*), e o banditismo por *latrocinium*. Na metade do mundo romano onde as elites sociais e políticas utilizavam o grego como *koine*, os termos gregos correspondentes para designar os bandidos e o banditismo eram *lestai* (singular, *lestes*) e *lesteia*”.

¹⁰ Segundo Hobsbawm (2015, p. 204-5): “[...] os bandidos sociais e os bandidos comuns não podem ser comparados, mesmo que aos olhos da lei oficial fossem igualmente delinquentes, porque, segundo a moral da gente comum os segundos eram criminosos, e os primeiros não. A distinção entre atos que são e que não são considerados antissociais pode variar bastante segundo o momento, o lugar e o ambiente social, mas existe em todas as sociedades”.

¹¹ Os evangelhos falam que Jesus de Nazaré foi crucificado ao lado de dois *lestai*, mas ele próprio também o era aos olhos de Pilatos, a julgar pela sentença.

classe. Para Richard Horsley e John Hanson (1985), se tornar um fora-da-lei era uma consequência social, e a expansão do banditismo tornou-se o grande fator que levou à revolta contra os romanos, desde a Galileia até a Judeia.

Note-se, nesta passagem abaixo, que Flávio Josefo expõe quase todos os elementos que caracterizam o nosso tema: a) são muitas as agitações (endêmica); b) as revoltas são combatidas, reprimidas; c) os bandos continuam a aparecer; d) bandos, rebeldes são considerados como charlatões (ferem a religião e o *ethos*); e) se voltam contra a aliança com romanos e atacam judeus que aceitam o pacto clientelista; f) os ataques são contra a classe dominante judaica (ricos, possidentes); g) incêndio em aldeias (desconstruídas pós organização romana); h) resistência tem impacto social, é violenta e coloca classes em antagonismo:

Depois de tantas agitações reprimidas sempre, parecia que a Judéia iria gozar de algum descanso. Mas, como acontece num corpo, em que todas as suas partes estão corrompidas e um membro não está curado de um mal que logo outro, em seguida, é também atacado, alguns mágicos e ladrões uniram-se e exortaram o povo a sacudir o jugo dos romanos, ameaçando matar os que continuassem a querer suportar tão vergonhosa servidão. Dirigiram-se todos para o país, saquearam as casas dos ricos, mataram-nos, incendiaram as aldeias e fizeram que a desolação e a tristeza campeassem por toda a parte, enchendo a Judéia de luto e de dor (Joseph., *BJ*, II, 181).

O banditismo social na Palestina romana se desenvolveu a partir de uma relação conflituosa contra um duplo inimigo comum, o dominador estrangeiro em correlação de forças com as classes dominantes locais. Para chegar nessa discussão, primeiro é preciso entender as condições materiais nas quais esse banditismo foi gestado.

Transformações sociais na Palestina

Uma vez que é possível identificar um movimento de libertação na Palestina sob ocupação romana, é preciso especificar quais foram as condições materiais em que tal fenômeno se desenvolveu.

O uso de membros da classe dominante local – um tipo de clientelismo infligido – foi uma das principais estratégias romanas; de acordo com Arnaldo Momigliano (2008), essa relação pós-conquista foi importante para o êxito da expansão naquele território. É muito provável que a *Res Publica* tivesse alguma noção do problema de se conquistar e ocupar um território agitado como foi a Palestina, mas seu histórico de conquistas havia dado aos romanos experiência para explorar formações sociais diferentes sem que para isso fosse necessário exterminar os costumes locais. Mesmo que o contato de

romanos e judeus fosse de longa data,¹² após Pompeu as relações passaram a seguir a lógica centro-periferia, isto é, a decisão final era exclusiva do Senado romano. Quando Pompeu conquistou a Judeia, em 63 a.C., ainda que esta não tenha sido transformada em província imediatamente, se tornou um tipo de reino cliente (ou Estado, os termos são sempre complicados), ou seja, o território passava a ser obrigado a contribuir com o *tributum soli*, o que implicava o pagamento de tributo sobre o produto da terra e, não só isso, a presença de legiões estacionadas em acampamentos estratégicos ou nos *limes* eram a prova de quem estava de fato ditando as regras; a classe dominante judaica havia perdido sua autonomia.

O processo de transição política da Res Publica ao Império, cuja explicação extrapola os limites desse artigo, coincide com a reorganização da Palestina sob ocupação romana, que levou quase sete décadas até que a Judeia fosse transformada em província, em 6. Esse processo de romanização é aqui entendido como fenômeno de “matrize violenta” (DESIDERI, 1991, p. 580), que acirrou as diferenças entre as classes; pois, se de um lado se tinha a cooptação das classes dominantes locais (com manutenção de privilégios e prestígios), do outro lado, a maioria da população, formada por camponeses (pobres), não teve a mesma sorte. O sistema da economia imperial romana (SCHIAVONE, 2005) tinha como base o trabalho escravo e, conforme relatou Flávio Josefo, desde Pompeu muitos escravizados judeus foram levados para as unidades produtivas romanas (*uillae, latifundia*) – quando Crasso invadiu, profanou e pilhou o tesouro do Templo, em 54 a.C., na Galileia se reuniu um grupo de revoltosos com a situação, mas logo foram reprimidos e uma parte escravizada.¹³ Segundo Mendes (2009), a relação centro e periferia tinha como dinâmica a colaboração pela força, com um centro que exerce relação de hegemonia com as *externae gentes* sob relação de *patrocinium*.

Herodes fazia parte do conjunto desses *reges socii et amici* que pactuaram com o dominador, e talvez tenha sido um dos mais importantes para o processo de romanização na Palestina. Na época de Júlio César, a *Res Publica* havia lhe concedido a condição de rei dos Judeus, em 37 a.C., função que exerceu até sua morte, em 4 a.C., ainda que de fato ele não fosse um judeu. Isto ocorreu após o auxílio romano para a retomada de Jerusalém, que estava sob domínio pártico desde 40 a.C. César tinha

¹² Segundo Giulio Firpo (1991), os primeiros contatos entre romanos e judeus ocorreu em 163 a.C.; em 161 a.C. o Senado considerou o *ethnos ton loudaion* (“nação judaica”) como sujeito jurídico, tendo em Judas Macabeu seu chefe; esse tipo de reconhecimento seguiu em outros períodos, de 161 a 143, com um hiato de dependência dos judeus pela Síria, e novo reconhecimento romano de 140 a.C. a 68 a.C., quando os judeus reconquistaram sua autonomia; entre 104 a.C. e poucos anos antes da conquista de Pompeu, são poucos os detalhes conhecidos.

¹³ Em *A Guerra Judaica* é possível observar várias passagens que narram judeus sendo escravizados durante a dominação romana, entre elas: I, 39; II, 146; II, 164; III, 240; III, 246-7; VI, 489; VII, 528; VII, 538.

um entendimento particularizado da forma como explorar a Judeia, foi ele inclusive quem suprimiu a organização de Gabínio, em 57 a.C., que havia subdividido a Judeia em 5 distritos confiados a aristocratas locais (Joseph., *BJ*, I, 35). Herodes era útil aos romanos, sobretudo pelo papel que exerceu na perseguição de rebeldes e bandidos (Joseph., *BJ*, I,43); segundo Giulio Firpo (1991), para Roma, estava claro que os tumultos eram um risco inaceitável. Vale a pena destacar que foi Herodes quem perseguiu e matou Ezequias, líder rebelde galileu; Santo Mazzarino (2010) identifica este conflito (ocorrido em 47 a.C.) como o primeiro conflito entre judeus (javistas) e judeus filo-romanos (Antípater e seus filhos), e, não só isso, a Galileia dali em diante seria espaço de fervor javista, que interpretava Herodes como representante das “trevas” e a resistência como sinal de esperança da derrota de Roma. Mas, para além das repressões movidas contra as resistências locais, Herodes – sob César e depois sob Augusto – exerceu um importante papel no processo de reorganização da Palestina, principalmente porque Roma precisava de captação de recursos para a manutenção das guerras civis no centro do poder político. Herodes instituiu uma nova aristocracia (asmoneia) e enfraqueceu com isso o equilíbrio dos poderes judaicos, principalmente ao conseguir separar a realeza e o sumo sacerdócio, obtendo um maior controle do Templo, por conseguinte, um maior domínio sobre a dinâmica de exploração e concentração de riqueza.

Antes da ocupação romana, a luta pela vida da maioria dos camponeses judeus consistia na preocupação sobre se teriam o que comer, se haveria comida suficiente até a próxima safra (ou mesmo sementes para o cultivo), assim como se conseguiriam produzir o excedente exigido pela classe dominante. Portanto, as famílias camponesas, aldeãs, sofriam com o peso dos tributos e obrigação dos dízimos para com o Templo sob controle de uma nobreza sacerdotal – eram chamados de saduceus, grandes proprietários de terras e que controlavam o Sinédrio e os tributos do santuário. Assim, propriedade e relações produtivas estavam organizadas em função da religião judaica (relação com sua divindade). Roma ampliou esse processo exploratório ao impor nova tributação específica, ou seja, a luta pela vida dos camponeses passava a consistir numa dupla tributação: taxa para o Templo (tradição) e taxa para Roma (elemento novo) – que eram recolhidas pelos publicanos, cobradores de impostos. Isso reconfigurou o acesso à terra, ou a forma e possibilidade de trabalhar a terra; muitos camponeses se endividaram para manter a produção ao fazer empréstimos a juros altos, o que levou a perdas de terras ancestrais, ou à destinação de terras mais secas e pedregosas para os pobres enquanto as terras mais férteis foram concentradas nas mãos da aristocracia (HORSLEY; HANSON, 1985; KAUTSKY, 2010).

Com Herodes, a Palestina virou uma terra de miseráveis. O resultado da romanização foi a desconstrução da ossatura da economia judaica, formada por pequenos agricultores,

o que resultou em empobrecimento do campesinato e uma massa de sem terras em busca de trabalho em aldeias ou núcleos urbanizados.

Essa realidade pode ser observada inclusive em algumas passagens dos textos sagrados cristãos – mesmo que não sejam fatos históricos são evidências da condição que parte significativa dos sem trabalho estavam submetidos. Jesus Nazareno, outro proeminente chefe messiânico daquela época, conta uma parábola sobre um vinhateiro que, ao buscar trabalhadores para uma jornada diária estipulada em um denário, ao longo de todo o dia sempre encontrava homens que não conseguiram trabalho e estavam disponíveis, mesmo cientes do “peso do dia e o calor abrasador” (Mateus, 20-1-15); em ambas as versões das chamadas bem-aventuranças fala-se de mendigos (*ptochoi*) e esfomeados e lhes é dirigida a promessa de que algum dia essa condição será superada (Mt, 5,3; 5,6; Lucas, 6,20-21); outra passagem interessante cita um jovem rico que preferiu não aderir ao grupo de Jesus e preservar suas propriedades (Mt, 19,16-26).

Assim, e de acordo com a argumentação de Ste. Croix (1988), a concentração de terra foi o grande problema e a base que dinamizou a luta de classes na época romana, e quando se relaciona isto com a realidade da Palestina sob ocupação romana fica evidente que a luta de classes se manifestou na forma de banditismo social, isto é, foi a reação das classes inferiores em meio ao aprofundamento de práticas exploratórias. Em um primeiro momento, a prática se limitava a luta contra a fome, era reação à miséria, e tal condição social contribuiu para o surgimento de tumultos, revoltas, pilhagens e saques, logo, do tempo em vai da conquista de Pompeu até o fim do reinado de Herodes tem-se a origem do banditismo social.

O movimento alcança um novo nível quando se espalha pela Palestina e começa mais radicalmente a se voltar contra Roma após sua presença mais permanente no território. Após a morte de Herodes, a escalada romana na Palestina se intensifica, e, em 6, Roma destituiu Arquelau e rebaixou a Judeia, Idumeia e Samaria à condição de províncias, e o processo se completa quando, em 44, a Galileia e a Pereia também foram transformadas em províncias. Isto significava o aprofundamento da operação bélica e administrativa pelos romanos. Tal controle territorial confirmava a hegemonia romana; Flávio Josefo coloca na boca de Agripa, em discurso que falhou na tentativa de convencer os judeus a abandonarem a luta contra os dominadores estrangeiros, que “nada é capaz de limitar o voo das águias romanas” (Joseph., *BJ*, II,196). Segundo Elio Lo Cascio (1991), existiam diferenças importantes com a época republicana: as províncias imperiais passavam a ser consideradas como propriedade do *princeps* (*propriae Caesaris*), e nelas se estacionavam as legiões sob pretexto de pacificação; por fim, fixava a presença de um governador nomeado pelo *princeps* cuja função seria a de

responder pela administração financeira marcada por arrecadação de impostos (parte destes inclusive para a manutenção dos legionários).

O censo de Quirino, em 6/7 – prática que permitia listar/saber o número de cidadãos e a quantidade de bens e riquezas – desencadeia, na cidade de Gamala, a nordeste do Mar da Galileia, a primeira revolta direta contra Roma. Mesmo que seja possível afirmar que as classes populares se rebelavam na Galileia desde a morte de Herodes, talvez antes, a partir dessa época a revolta começou a se alastrar por várias localidades de forma epidêmica. Ainda que as revoltas locais não se solidificassem de forma unitária, não pelo menos até 44, elas foram se transformando em movimento de libertação na medida em que a ação romana se tornava mais constante e institucionalizada na Palestina.

A Galileia se tornou um berço de rebeldes, bandidos e grupos messiânicos. Para Santo Mazzarino (2010, p. 134): “Il *drama* del popolo giudaico si muoveva, così, verso una nuova svolta; e in questo *drama* aveva avuto un peso enorme il giudaismo della periferia, il giudaismo galilaico”. Judas, o Galileu, fundador da seita dos zelotes,¹⁴ exerceu forte oposição à presença romana na região e sua aliança com os sucessores de Herodes. Após 14, com a morte de Augusto, Antipas – tetrarca da Galileia e da Pereia – substituiu a capital, Séforis, por Tiberíades, que ficava muito próxima ao Mar da Galileia; fez isso como estratégia para ser reconhecido como rei cliente (*rex socius et amicus populi Romani*), pois as comunidades pesqueiras poderiam ser exploradas em sua atividade, com mais tributação (CROSSAN, 2009). Com isso, mais empobrecimento e mais revolta.

A escalada romana na Palestina, de 6 até 44 – e mesmo que entre 41 e 44 possa ser identificada relativa autonomia (JOSSA, 1980) –, foi um processo violento e objetivou-se a partir da desconstrução de uma série de praças judaicas; muitas são narradas com detalhes por Flávio Josefo (*BJ*, II, 217-233) até que se efetivasse a hegemonia romana na região. O processo ampliava ainda mais a massa de despossuídos e fugitivos que saqueavam seus próprios territórios sob jurisdição romana ou filo-romana. Na medida em que o banditismo ganha corpo e se espalha, ao mesmo tempo que recrudescer a repressão dos romanos, que perseguiram, invadiam e reduziam a cinzas comunidades locais. Para aqueles que não conseguiam fugir, o fim era a crucificação ou escravização. Todavia, os judeus das classes exploradas não tinham mais o que perder e o banditismo, na contramão da força romana se tornou epidêmico. Para Flávio Josefo (*BJ*, II, 145): “uma guerra de ladrões enchia toda a Judeia de agitações, roubos e assaltos”.

¹⁴ Segundo Reza Aslan (2013), o zelotismo neste momento ainda não havia se transformado em partido, isto somente ocorreria com o início da guerra, em 66.

Segundo Richard Horsley e John Hanson (1985, p. 223):

Ironic as it may seem, Roman practices produced the very groups that continued and prolonged the war. That is, the methods used by the Roman forces in reconquering Jewish Palestine created the conditions which gave rise to epidemic banditry and escalating peasant revolt, precisely what they were trying to suppress. In particular, the brigands which came together in Jerusalem were a direct outgrowth of the Roman reconquest of northwestern Judea.

Assim, o fenômeno aqui entendido como banditismo social aos poucos foi cimentando as condições que levariam à guerra entre judeus e romanos (ROCHA, 2004). Pode-se afirmar, com isso, que após 44 as revoltas judaicas atingem outro nível, posto que os grupos se organizaram e se aliaram contra Roma, sobretudo sicários e zelotas, estes últimos inclusive na condição de partido na luta pelo controle de Jerusalém. Essa luta por hegemonia, que se transforma em movimento de libertação, corresponde à última e derradeira fase do banditismo contra isto que indicamos como duplo inimigo (dominadores estrangeiros e classe dominante local), e compreende a guerra de 66 a 70, que se encerra com a destruição do Templo de Jerusalém por Tito; e, se quiser se estender um pouco mais, pode-se incluir a posterior perseguição dos sicários e a tomada da fortaleza de Massada, em 73.

Roma e o antagonismo de classes na Palestina

Os conflitos na Palestina romana se desenrolaram segundo interesses materiais e foram determinados pelo lugar que as classes ocupavam na relação de produção. De um lado, os grupos rebeldes, do outro, seu antagonista, formado pela correlação de forças entre Roma e classe dominante local.

Segundo Giorgio Jossa (1980, p. 34):

[...] il mondo giudaico appare anzitutto diviso in due: da un lato l'aristocrazia (soprattutto grandi proprietari terrieri, ma anche grossi commercianti) fortemente ellenizzata e apertamente filoromana, dall'altro i ceti medi e popolari (artigiani, ma soprattutto contadini) strettamente legati alla tradizione e pervasi ancora da speranze di liberazione.

Importa destacar que os romanos não tinham como finalidade ir até aquele território para destruir o *ethnos* judaico, sua cultura e sua religião (DESIDERI, 1991), mas para explorar o que fosse possível das relações produtivas já existentes entre as classes judaicas, fosse pela imposição de tributos, obtenção de escravos, entre outros. O excedente obtido era aquilo que retornava às classes dominantes sob forma de liturgia,

entesouramento público, despesas do Estado com festas cívicas, religiosas, manutenção militar, construção de edifícios, força de trabalho compulsório (escravizados) para as unidades produtivas (*uillae, latifundia*). Isto é, a romanização agudiza, acirra e impacta a formação das lutas internas das classes judaicas.

De acordo com Arnaldo Momigliano (2008, p. 190-191), os conflitos sociais do povo judeu, apesar de suas especificidades, fazem parte das resistências dos povos periféricos do Império Romano:

[...] eran en parte generados y en parte contenidos por la presencia de Roma. En este sentido, es imposible disociarlos de la situación creada por Roma y de la hostilidad suscitada en todo el Imperio. La clase dominante, a la vez que explotaba a los provincianos comunes y los trataba con el mayor desprecio, apartaba a un número limitado de los ricos para romanizarlos y permitirles gradualmente el acceso a los cargos públicos. En las provincias, la presencia romana agudizó los conflictos entre ricos y pobres. Sin embargo, los romanos no lograron ganarse del todo a los provincianos privilegiados. [...] Es evidente la imposibilidad de aislar la rebelión judía de las de otros provincianos; los años de 66 a 70 fueron de subversión general en el Imperio.

A presença romana na Palestina potencializa, portanto, o antagonismo de classes. Convém ressaltar que não se trata de pensar a luta de classes de forma mecânica, nem anacrônica. Mas, não se tem como negar que o Mundo Antigo foi uma sociedade de classes, e a Palestina antiga não foi diferente, o que se trata de fato é compreender a especificidade deste tipo de antagonismo. Karl Marx (2011), nos *Grundrisse*, indicava que a luta de classes não assumiu uma forma simples, sobretudo para a Antiguidade, que, aliás, poderia se dinamizar de maneira complexa, posto que uma formação social é uma totalidade que comporta, ou pode comportar, diversos níveis – forças produtivas, relações de produção, regimes sociopolíticos, formas de pensamento – com suas próprias contradições, e a contradição fundamental para o período se deu na desconstrução da relação entre camponeses (expropriados ou endividados) e a concentração do domínio da terra pelas classes dominantes locais (grandes proprietários, grandes comerciantes, grupos helenizados ou judeus filo-romanos) a partir de uma submissão clientelista com o dominador estrangeiro.

Para as classes dominadas – camponeses, expropriados, endividados, artesãos, trabalhadores da construção civil, mendigos, bandidos, etc. – a luta era por sobrevivência, por superação de dívidas, partilha de terras; é esta classe que se rebela, até porque foi aquela que perdeu tudo. Esses grupos subalternos, que se manifestavam em pilhagens e rebeliões são expressão da periferia, na Palestina são os pobres, bandidos das aldeias, zelotes, sicários, grupos messiânicos, sacerdotes de baixa condição, trabalhadores diaristas, artesãos, pequenos comerciantes, que, ainda que não fossem uma *classe para*

si (com alto nível de consciência e organização), se constituíam como *classe em si*, o que determinava sua condição no processo de lutas.

De acordo com Richard Horsley e John Hanson (1985, p. 45):

Although the priestly ruling class at times compromised or even abandoned the people's sacred traditions, at least a substantial portion of the Jewish peasantry, along with numbers of scribes and ordinary priests, remembering their heritage, remained loyal to the people's covenant with God, resisted repression, and reasserted their liberty.

É significativo que os ataques de bandidos e as ações de rebeldes tinham como alvo as classes possidentes que, de fato, não passavam de *socii et amici* (clientes) de Roma desde a conquista de Pompeu.¹⁵ Dessa forma, uma parcela considerável da população tornou-se fora da lei e a expansão do banditismo representou um grande fator que levou a um surto maciço de revoltas contra os romanos dentro do território judaico, e, ainda que as relações de poder entre Roma e aristocracia judaica passassem pela repressão desses "bandidos", isto não significou o seu fim, muito pelo contrário, foi o seu combustível. O fenômeno é complexo, heterogêneo, e são muitas as manifestações deste tipo na Palestina romana, mas, merece destaque a Galileia como "fértil" berço de grupos rebeldes.

A Galileia apresenta esse tipo de particularidade por uma série de fatores, entre eles pode-se destacar a maneira como o local foi administrado pelos descendentes de Herodes, com exploração dos camponeses e demais trabalhadores; ademais, era uma região em certo sentido longe do Templo de Jerusalém (o ponto central do poder); mas, também, pela sua topografia montanhosa, inúmeras cavernas e a proximidade com o deserto, pontos que eram utilizados como esconderijos, portanto, ofereciam condições favoráveis para atividades de bandoleiros e rebeldes, que de fato estavam familiarizados com a geografia e contavam com uma rede de apoio nas comunidades rurais.

Todavia, o elemento decisivo era a condição material dos camponeses. Segundo Karl Kautsky (2010), esta classe de expropriados, empobrecidos e endividados tendeu à agressividade em virtude da sua posição social, pois suas vidas haviam se tornado insuportáveis, e isto os levou à reação. Excluídos do arado empunharam espadas, facas, e voltaram suas armas contra ricos proprietários, e, na medida em que circulavam pela região outros sujeitos de mesma condição, se incorporavam aos rebeldes. Conforme exposto acima, a presença romana impulsionava essas práticas, e aos poucos esses bandidos

¹⁵ A aristocracia local, desde Pompeu, procurou impedir, perseguir e liquidar qualquer sublevação, revolta ou saques em seu território; foi assim com Antípater, quando da aliança com César; da mesma forma com Herodes contra "bandidos" [*lestaï*], quando recebeu o governo da Galileia e sufocou a revolta de Ezequias, ou ainda quando enviou seu irmão para perseguir "ladrões" na Judeia (Joseph., *BJ*, I,43; I,62-65).

passaram a ser entendidos pelos pobres como símbolo de luta, porque se armavam e atacavam judeus colaboracionistas.

Esses encontram um poderoso apoio na população do campo da Galileia. Os pequenos camponeses e os pastores eram explorados em grau extremo pela pressão dos impostos e da usura e eram lançados à servidão ou expropriados como em qualquer outro lugar do Império. Alguns deles foram provavelmente para Jerusalém aumentar as fileiras do proletariado. Como em outras regiões do Império, porém, os elementos mais enérgicos, entre os expropriados e levados ao desespero, recorriam à insurreição violenta, ao bandoleirismo (KAUTSKY, 2010, p. 328).

O banditismo social evoluiu da reação pura e simples para a condição de grupos mais organizados que, após a escalada romana – transformação da Judeia, Idumeia, Pereia e Galileia como províncias – assumem esse caráter de luta por libertação do domínio estrangeiro. Os grupos não eram homogêneos e cada qual vai se movimentando conforme suas particularidades dentro do que consideramos como antagonismo de classes, como foi o caso dos zelotas e sicários, ambos com origem na Galileia.

Um dos grupos mais temidos foi o de Judas, o Galileu, que possivelmente era filho de Ezequias, famoso rebelde perseguido e morto por Herodes. Judas se juntou com certo Zadoque, um fariseu, e articularam inúmeros despossuídos na luta pela libertação do domínio romano. Entre suas ações pode-se destacar o assalto a Séforis para obtenção de armas, o que lhe permitiu estabelecer uma guerra de guerrilha na Galileia, onde saquearam casas dos ricos, incendiaram aldeias e produziram outros distúrbios na região. Conforme testemunho de Flávio Josefo (*BJ*, II, 153), Judas conseguiu induzir a rebelião usando como argumentação a tributação romana:

Quando os países dominados por Arquelau foram reduzidos a Província, Augusto deu-lhes o governo a Copônio, cavaleiro romano. Durante sua administração, um galileu, chamado Judas, levou os judeus a se revoltarem, censurando-os, porque pagavam tributo aos romanos, quase igualando homens a Deus, pois os reconheciam também como senhores. Judas foi o autor de uma nova seita, inteiramente diferente das três outras, das quais a primeira era dos fariseus, a segunda, a dos saduceus e a terceira, a dos essênios.

Segundo Giorgio Jossa (1980), a religião de Judas era típica de camponeses galileus, inclusive sua família era de origem laica, e é bem provável que tenha sido aprendida com a difusão de sinagogas (farisaicas), ou seja, era diferente da religiosidade dos saduceus e do Templo de Jerusalém.

Do mesmo modo, os chamados sicários surgiram nessa turbulenta conjuntura da Galileia. O movimento, que pode ser entendido como um tipo de “zelotismo” radical,

também se insere nesse antagonismo de classes e um exemplo claro disso pode ser tomado nas suas estratégias ao concentrarem ataques contra a aristocracia judaica colaborativa (vista como traidora) e ao se infiltrarem em Jerusalém para atacar a elite sacerdotal.

Depois que a Judéia ficou livre desses ladrões, apareceram outros em Jerusalém, que de uma maneira diferente exerciam uma profissão infame e criminosa. Chamavam-nos de sicários, e não era de noite, mas em pleno dia e particularmente nas festas mais solenes, que eles mostravam o seu furor. Apunhalavam, no meio do aperto, àqueles aos quais haviam deliberado matar e misturavam em seguida seus gritos com os de todos o povo, contra os culpados de tão grande crime; tudo lhes saía tão bem, que ficavam muito tempo impunes, sem que deles se desconfiasse. O primeiro que eles assassinaram dessa maneira, foi Jônatas, o sumo sacerdote, e não se passava um só dia, sem que não matassem a outros, do mesmo modo (Joseph., *BJ*, II, 178).

De acordo com Richard Horsley e John Hanson (1985), isto configurou uma ação indireta contra o poder central romano – pois sempre investiam contra judeus, nunca contra romanos – a partir de três tipos de ação: assassinatos seletivos de sujeitos notórios da comunidade; assassinatos em geral, vinculados aos saques contra ricos proprietários; e sequestros por resgate. Para Giorgio Jossa (1980, p. 85), ainda que os ataques diretos se dessem contra judeus, o inimigo que se esperava atingir era o dominador estrangeiro: “Le caratteristiche sociali della setta sono anche qui evidenti. È per una rivoluzione sociale che si battono i Sicari. Ma il nemico ultimo è l’Impero romano, il fine ultimo della guerra la libertà politica da Roma”. Entre seus principais líderes, destacou-se o galileu Menahem, que era de origem popular e lutou pela libertação dos explorados, ao mesmo tempo que aspirava ao poder na luta contra os romanos.

Um dos episódios mais característicos ocorreu quando os sicários estavam em Jerusalém e lá queimaram o arquivo público do Templo. Aqueles documentos eram os registros dos títulos das dívidas dos camponeses. A ação, não sem a crítica pontual de Flávio Josefo, está assim descrita:

Entretanto, chegou a festa a que chamam de xiloforia, durante a qual leva-se ao Templo uma grande quantidade de madeira para manter o fogo, que jamais se deve apagar; os revoltosos impediram aos seus adversários o cumprimento desse dever de piedade, ao qual sua religião obrigava. A eles havia unido um grande número daqueles assassinos, denominado sicários, por causa dos punhais que trazem escondidos sob as vestes; estes lançaram-se no meio do povo, obrigando os do lado do rei a ceder à sua ousadia e ao seu grande número, e a abandonar a cidade alta. Os amotinadores dela se apoderaram, puseram fogo na casa do sumo sacerdote Ananias e no palácio do rei Agripa e da rainha Berenice. Cercaram em seguida o arquivo dos atos públicos para queimar todos os contratos e as obrigações que lá estavam, trazendo assim ao seu partido todos os devedores, que não mais temiam atacar seus credores, porque não existiram mais os títulos em virtude dos quais eles os pudessem perseguir, e atiraram assim os pobres contra os ricos. Os que tinham esses títulos sob custódia fugiram e os revoltosos

incendiaram todos os documentos, reduzindo a cinzas os títulos que bem se poderiam chamar do bem público e continuaram a perseguir seus inimigos (Joseph., *BJ*, II, 202).

Segundo Vicente Dobroruka (2007, p. 127), durante todo o processo fica claro que “a diferença entre ricos e pobres nunca é superada, nem mesmo quando ambos se encontram em situação de carência total” e quando ocorre a sedição, “esta pode estar relacionada aos conflitos de classe”. A correlação de forças entre Roma e seus aliados locais procurou a todo custo manter a ordem. Cite-se, como exemplo, as ações de Pôncio Pilatos, que, como governador romano na Judeia, estabeleceu estreita relação com o sumo sacerdote Caifás, aliança que durou uma década (de 26 a 36) e que lhe garantiu um longo período de exploração dos grupos judaicos com um fluxo ininterrupto de receitas para Roma; para tal, foi um governador violento contra opositores, sufocando grupos rebeldes e crucificando milhares de judeus (ASLAN, 2013).

Com se tratava de luta contra um inimigo quase invencível, criou-se nesses grupos rebeldes uma expectativa messiânica, a necessidade de se acreditar em um enviado divino que pudesse cumprir os anseios e objetivos dos que batalhavam por liberdade.

Messianismo

Os choques entre as classes caracterizam esse processo nada idílico e, como se sabe, termina com a Guerra Judaica após 66, quando os grupos rebeldes, ora coesos, ora não, tentam, num último momento, o controle de Jerusalém, isto é, o controle do poder. Todavia, o que estava em colisão eram classes com níveis muito desiguais de força. Roma venceu porque tinha um exército permanente, assim como uma relação pactual com a aristocracia local. Após a escalada romana na Palestina, consolida-se a perspectiva messiânica para a consecução da vitória sobre um inimigo muito poderoso.

De acordo com Giulio Firpo (1991), desde 6, quando a Judeia foi transformada em província, o clima era de escravidão,¹⁶ e isto teria impulsionado a perspectiva messiânica, e dali até 66 se formou e se consolidou uma expectativa apocalíptica, isto é, um tipo de esperança que guiava chefes e bandos contra os romanos. Outro dado não menos importante é o fato de que o messianismo equivalia como que a uma declaração de guerra contra Roma, até porque, em síntese, passava a ser a prerrogativa que guiava fervorosos, insurretos, bandidos, que entraram em rota de colisão com as classes dominantes.

¹⁶ Importa destacar que o clima de escravidão aqui deve ser entendido com relação aos judeus que não foram de fato escravizados como força de trabalho romano no campo e construção civil ou como vítimas dos anfiteatros.

Sobre isto, escreve Giorgio Jossa (1980, p. 54):

Il carattere di questi gruppi è evidente. I loro nemici sono i ceti possidenti e il potere statale. Il loro fine è la rivoluzione politica e sociale. Rivolti come sono direttamente contro i Romani e i regi e guidati da capi che aspirano esplicitamente alla conquista del potere, essi non mirano a ottenere l'autonomia religiosa, il rispetto della legge e la tutela del tempio, ma lottano per la giustizia sociale e la libertà politica, l'eliminazione degli Erodi e l'espulsione dei Romani. Alla loro testa ci sono pretendenti regali. E si caratterizzano chiaramente come movimenti messianici.

Isto é, esperava-se que um Messias poderoso, por vezes com atributos miraculosos, liderasse a luta contra a opressão. Um tipo de herói que levaria as classes inferiores marcadas por essa vida de miserabilidade – aprofundada após a conquista romana – a atingirem uma melhor condição.¹⁷

Para Santo Mazzarino (2010), o messianismo e a apocalíptica eram as duas faces do judaísmo conturbado. Segundo Reza Aslan (2013), os modelos ou tipos de messias são tomados na tradição profética, e podem ser identificados como: profeta escatológico (Daniel 7, 13-14; Jeremias 31, 31-34); libertador dos judeus escravizados (Deuteronômio 18, 15-19; Isaías 49, 1-7); pretendente real que recriaria reino de Davi (Miqueias 5, 1-5; Zacarias 9, 1-10); o autor apresenta uma lista interessante desses sujeitos:

Na Palestina do século I, quase todos os pretendentes ao manto do messias cabiam perfeitamente em um desses paradigmas messiânicos. Ezequias, o chefe dos bandidos, Judas, o Galilieu, Simão da Pereia e Atronges, o pastor, todos modelaram-se a partir do ideal de Davi, assim como Menahem e Simão, filho de Giora, durante a Guerra Judaica. Esses foram reis-messias cujas aspirações ao trono foram claramente definidas por suas ações revolucionárias contra Roma e os seus clientes em Jerusalém. Outros, como o milagreiro Teudas, o Egípcio e o Samaritano, apresentam-se como messias libertadores no molde de Moisés, cada candidato prometendo libertar seus seguidores do jugo da ocupação romana por meio de algum ato milagroso. Profetas oraculares como João Batista e o santo homem Jesus ben Ananias podem não ter assumido abertamente quaisquer ambições messiânicas, mas suas profecias sobre o fim dos tempos e a vinda do julgamento de Deus claramente se adaptavam ao arquétipo de profeta-messias presente tanto nas Escrituras Hebraicas como nas tradições rabínicas e nos comentários conhecidos como o Targum (ASLAN, 2013, p. 155).

E foi nos círculos farisaicos que tal perspectiva ganhou mais força, porque, ao contrário dos saduceus que consideravam impossível enfrentar Roma e, desde Herodes, de alguma forma se relacionam com as esferas do poder, os núcleos farisaicos, ou parte

¹⁷ Segundo Richard Horsley e John Hanson (1985), os chefes de bandidos como foram Ezequias e Eleazar eram, de fato, tipos de Robin Hoods da Palestina antiga; sobre mais detalhes a respeito da questão "Robin Hood" e banditismo, ver Hobsbawm (2015).

desses núcleos, consideraram oferecer alguma resistência. Foi nesse sentido que Karl Kaustky (2010, p. 321) interpretou o caráter miraculoso como perspectiva de qualquer tipo de vitória: “a menos que um Messias realizasse milagres, todas as insurreições judaicas pareciam perdidas. Quanto mais rebelde era a situação na Judeia, mais fervorosa era a esperança no Messias nos círculos farisaicos”.

Tal perspectiva acompanha todo o processo de formação do banditismo social, e o messianismo se tornou a bandeira sob a qual lutavam os movimentos de libertação da Palestina, por isso, conforme destacou Kautsky (2010), os chefes dos salteadores, bandoleiros ou rebeldes se declaravam “Messias”, ou um tipo de precursor messiânico. Por exemplo, Menahem, chefe dos sicários e que lutava contra a exploração e pela liberdade dos pobres, chega a Jerusalém em um ingresso triunfal no Templo, como rei aos moldes messiânicos (JOSSA, 1980); mas houve outros casos, como, por exemplo, Simão, filho de Giora, que prometia o fim da escravidão e até recompensa a libertos. Os que os seguiam não faziam isso sem a esperança de libertação, ou seja, o messianismo tornou-se um importante fator das lutas sociais.

E a liberdade tem sabor de realidade¹⁸

A grande insurreição começou no tempo em que Gessio Floro ocupou a função de governador da Judeia (64 a 66). As classes inferiores de Jerusalém reagiram à sua tentativa de saquear o Templo, o que colocou as classes judaicas na berlinda, posto que o levante poderia, e foi o que ocorreu, eclodir numa guerra sem volta. Ainda que saduceus, e parte dos fariseus, isto é, as classes superior e média, tentassem manobrar pelo acordo, os grupos rebeldes (classes baixas) optaram pelo enfrentamento. É o momento em que já se pode falar da organicidade de um partido zelota, que toma o controle militar e ataca e destrói a guarnição romana. Céstio Galo, que era legado imperial na Síria, teria marchado em auxílio aos romanos, mas, mesmo que tenha empreendido incursões e pilhagens pela Galileia e Judeia, os rebeldes resistiram, inclusive Céstio não consegue tomar o Templo, em Jerusalém (Joseph., *BJ*, II, 217; 220; III, 234).

De fato, vários grupos de bandidos e rebeldes se envolvem na Judeia e Galileia após a insurreição. Conforme visto, na Galileia, o histórico de resistências tem impacto na luta contra Roma, mesmo que com força bélica inferior. Eles proliferam na zona rural, e no norte da província incorporam adeptos fugitivos da disputa entre judeus e gentios

¹⁸ “And freedom tastes of reality”: frase da música *I'm Free* do álbum “Tommy” da banda britânica de rock'n'roll The Who, lançado em 1969.

refugiados das cidades da Síria; não só isso, no sul da Galileia as devastações de aldeias por obra dos romanos contribuiu para inchar as fileiras rebeldes (HORSLEY; HANSON, 1985). Importa destacar que, como o itinerário romano partia do Norte em direção ao Sul, esses grupos, ao mesmo tempo que resistem, vão se deslocando (em fuga) para o Sul, no sentido de Jerusalém. Irritado com o fracasso de Céstio e a persistência da resistência de grupos bandidos e rebeldes, Nero (imperador entre 54 e 68) entregou o comando militar da Síria para Vespasiano, experiente general.

Vespasiano e as legiões sob seu comando iniciaram uma trilha de conquistas sobre postos importantes da Galileia: Ptolomaida e Sefóris; dali, junto ao seu filho Tito, reorganizou o exército e por onde passavam deixaram um rastro de pilhagens, matanças, escravização e extermínios na região. Paulatinamente, foram conquistando todas as principais cidades da Galileia: Gadara, Jotapata (que estava sob comando de Flávio Josefo, que se tornou prisioneiro de Vespasiano), Jope e Tiberíades. Atacou revoltosos que estavam refugiados no Mar da Galileia, focos de resistência em Gamala, e, por fim, Gischala, última cidade a ser tomada,¹⁹ finalizando assim a conquista da Galileia (Joseph., BJ, III, 237-297).

Conforme Vespasiano foi encurralando esses grupos chefiados por pretensos messias do povo, eles vão fugindo e se deslocando para Jerusalém. A condição era propícia para o envolvimento das massas. Da cidade de Gischala sai o chefe rebelde João, que em Jerusalém lutou até o fim contra os romanos.

Dos livros IV a VI de *A Guerra Judaica*, Flávio Josefo detalha as ações de João de Gischala em Jerusalém, desde a tomada do Templo até sua captura pelos romanos. João e os zelotas enfrentaram muitos problemas, mas dois foram cruciais: lidar com judeus que não queriam a guerra e preferiram acordo com Roma; e, a cisão entre seus partidários. O primeiro problema se refere ao antagonismo de classes do período analisado. Anano, o sumo sacerdote, tentava convencer o povo judaico de que o inimigo eram os bandidos, grupos rebeldes, e não Roma, inclusive incentivava o conflito aberto contra o partido de João, e, mesmo que os judeus da classe dominante procurassem pela ajuda de Vespasiano, este general apenas cercou a cidade e deixou que as lutas intestinas minassem os grupos judaicos. Outro dado que demonstra o critério de classe do conflito, caso o relato de Josefo esteja correto, é de que João e os zelotas continuavam com a prática de ataques às famílias nobres com fins de obter recursos para seus combatentes; não só isso, contra o inimigo interno, quando precisaram se reforçar, solicitaram ajuda aos idumeus, dando-

¹⁹ Flávio Josefo (BJ, III, 242; III, 244) descreve com muitos detalhes a disciplina militar romana e a forma como as legiões marchavam durante um ataque.

lhes acesso à cidade, e estes, quando se encontraram em Jerusalém, pouparam o povo da camada baixa e dirigiram seus ataques contra os altos sacerdotes. Enquanto isso, na Judeia e nos arredores de Jerusalém, Vespasiano intensificava o processo de dominação da Palestina, cercava aldeias e cidades próximas a Jerusalém, matava e escravizava vários judeus, sobretudo pobres e rebeldes enquanto poupava os ricos. A contrapelo, o banditismo se espalhava pela Judeia. Tomem-se como exemplo os sicários, que saquearam a cidade de Engedi e levaram despojos para Massada. Contudo, a morte de Nero adiou os planos de Vespasiano, que se viu envolvido na disputa pelo comando do Império e retornou a Roma. O segundo problema foi a cisão entre os rebeldes. É o indicativo da complexidade da insurreição; os zelotas, por exemplo, se dividem, um grupo fica ao lado de João, outro fica com certo Eleazar. As colisões entre rebeldes são muitas, até os idumeus, que haviam prestado auxílio em dado momento, se retiram devido a conflitos com os zelotas. Ao longo dos anos, os rebeldes incorporaram nas suas fileiras uma quantidade expressiva de revoltosos, era um movimento nada homogêneo, e abarcava uma variedade de chefes de bandos que, como vimos, eram pretensos messias e ambicionavam o controle de Jerusalém (e do *ethnos* judaico). Destes, grande protagonismo teve o rebelde Simão, filho de Giora. Simão tinha sido expulso de Jerusalém por Anano, e se juntou aos rebeldes que ocupavam Massada e ganhou força e fama nas aldeias e cidades vizinhas. Aos poucos, em preparação para retornar a Jerusalém, aumentou seu bando, incorporando escravos, ladrões e rebeldes; saqueava propriedades e escondia os espólios em cavernas na região de Faram. Tempos depois, quando conseguiu retornar a Jerusalém, entrou em colisão com João e os zelotas, transformando as ruas e bairros em um tipo de guerrilha, até o Templo virou um palco sangrento, pois estava sob controle de João e seu partido, enquanto Simão ocupava o pátio e arredores.

Apesar do cenário fratricida, ambos os lados tinham base social semelhante e se dinamizam a partir de uma perspectiva de classe. Suas fileiras são formadas pelos explorados pelos romanos e a classe dominante judaica. João e Simão foram chefes de rebeldes que lutaram por libertação, e a divisão entre eles se encerrou quando Vespasiano, então na condição de imperador, envia seu filho Tito para devastar a Judeia. Portanto, com o avanço estrangeiro – Tito reuniu quatro legiões para marchar sobre Jerusalém – os movimentos de libertação novamente se conectam. Simão e seus partidários, que estavam nas muralhas, enfrentam os romanos e solicitam a ajuda de João, de modo que ambos os partidos resistiram até quando foi possível. Encurralados na Fortaleza Antônia,²⁰ após Tito

²⁰ A fortaleza foi construída por Herodes para segurança, defesa e vigia do Templo de Jerusalém; o nome é uma homenagem a Marco Antônio, que foi seu protetor.

derrubar os dois primeiros muros e marchar triunfalmente em Jerusalém, o próprio Flávio Josefo tentou, sem sucesso, a rendição dos rebeldes; o episódio, narrado por ele mesmo, traz um detalhe singular: diz que os romanos estão ali para receber tributos. Aceitando-se isto, o problema estaria resolvido; no entanto, foi tal prática exploratória que potencializou o banditismo social na Palestina. E, naquela altura, Josefo (*BJ*, V, 416) já não acreditava mais na vitória dos que lutavam por libertação: “Embora seja glorioso combater para defender a própria liberdade, mas depois de tê-la perdido, e obedecido durante longo tempo, querer sacudir o jugo é mais trabalhar para perecer miseravelmente, do que se libertar da servidão”.

Os fatos subsequentes, pormenorizados em *A Guerra Judaica*, extrapolam os limites deste texto. No entanto, alguns são importantes destacar: Tito ergueu um muro ao redor da cidade e iniciou o massacre final; as legiões desfiguraram os arredores; miséria, fome e morte pesaram em toda a Jerusalém; os romanos conquistaram o terceiro muro e a Fortaleza Antônia; o Templo virou campo de batalha; Tito chegou inclusive a se reunir com João e Simão, mas a cidade foi entregue aos soldados para ser destruída. Os romanos, nos arredores, até sofreram alguns ataques por grupos de bandidos das proximidades, mas sem efeito algum no desfecho do cerco. Os rebeldes que sobreviveram se esconderam nos esgotos entre cadáveres; João foi preso nessa situação, enquanto Simão preferiu se entregar. Tito, após queimar a cidade, levou os dois chefes ao lado de outros tantos rebeldes para exibição em Roma. Segundo Josefo, Simão teria sido considerado o principal chefe dos insurretos e, por fim, foi obrigado a desfilar como escravo até o Templo de Júpiter Capitolino onde foi executado diante de Vespasiano.²¹

De acordo com Richard Horsley e John Hanson (1985, p. 83), os combatentes da guerra contra Roma em grande parte são os grupos de bandidos, isto é, o banditismo social começa como revolta camponesa e paulatinamente adquire certa consciência e, com contornos messiânicos em alguns casos, se transformou em luta por liberdade.

The points to be recognized here are (1) in the midst of the revolt against Rome, social banditry was the distinctive social form taken initially by the escalating peasant revolt in Judea, but (2) it was an intermediate form through which the Judean peasantry passed on into the more politically conscious, and more distinctively Jewish, social forms of peasant communal government (the Zealots), and messianic movement (the restoration of popular kingship under Simon bar Giora).

²¹ Poucos anos depois, em 73, Flávio Silva, que governava a Judeia, atacou Massada, que estava sob comando dos sicários chefiados por Eleazar; durante o cerco, ao perceber que seria impossível resistir, após atritos convenceu a todos que o suicídio seria melhor que ser escravizado pelos romanos. Segundo Josefo (*BJ*, VII,534-538), novecentos e setenta dos que ali estavam se mataram, e, quando os romanos entraram, sete pessoas estavam vivas, pois tinham se escondido num aqueduto. O livro VII ainda narra outras perseguições aos sicários em outras localidades.

Como *A Guerra Judaica*, de Flávio Josefo, é uma narrativa para apontar os culpados pela ruína do *ethnos* judaico, e o autor não cansa de atribuir isso ao partido zelota – João de Gischala, inclusive, tinha sido um rebelde que, no passado, incomodara Josefo na Galileia –, e a fim de desconstruir a perspectiva messiânica dos chefes rebeldes, Josefo acusa como equívoco interpretativo atribuir esse papel a algum judeu, chegando ao ponto de aventar que as escrituras se referiam a Vespasiano, que durante a guerra se tornou imperador.²² Vespasiano é o messias de Josefo (*BJ*, VI, 476), enquanto João de Gischala, ou Simão, filho de Giora, não passavam de rebeldes radicais, ou seja, o enviado divino estaria entre os dominadores, na classe dominante, não nas fileiras campesinas ou bandidas.

Considerações finais

Apesar do caráter polêmico, entendemos que a luta de classes ainda merece destaque como categoria para o estudo da História. Não se trata, evidentemente, de imaginar que tal antagonismo teve a mesma dinâmica em todas as épocas, porém, todas as formações sociais são constituídas por classes em movimento dialético, posto que ocupam lugares distintos na relação de produção. Toda luta travada no âmbito político, religioso, etc., é expressão das lutas entre classes sociais. Isto pode ser observado em uma sociedade agrária pré-capitalista, como é o caso da Palestina, caracterizada por um Estado despótico (aristocracia e elite sacerdotal) que controlava a posse da terra e a exploração (produção de excedente e tributos) das comunidades campesinas (grupos sociais subalternos). Às contradições dessa relação social somou-se o elemento estrangeiro (Roma) que comprometeu o equilíbrio do *ethnos ton Ioudaion*, potencializando ainda mais o antagonismo de classes, isto é, as classes subalternas passavam a sofrer com um dominador local e um estrangeiro. E, conforme podemos observar, foram esses grupos subalternos (camponeses explorados, os sem-terra, os sem trabalho) que entraram em conflito com as classes dominantes, num primeiro momento como luta pela vida para superar a fome e a exploração (banditismo social) e que se transformou em luta por libertação e controle do *ethnos ton Ioudaion*, um devir que os colocou em situação desfavorável diante de um inimigo em melhores condições materiais, conforme observado na guerra contra os romanos. Enfim, os homens fazem a sua história, mas, não a fazem da forma como gostariam, e a liberdade tem sabor de realidade.

²² No *Apocalipse*, de João (17, 1-2), outra fonte da época e possivelmente escrita no contexto da guerra, Roma foi definida de forma bem diferente, ela é a “grande prostituta, a que se senta sobre muitas águas, com quem os reis do mundo fornicaram; e os habitantes da terra foram embebedados com o vinho da fornicção dela”; ainda que o texto seja cheio de simbolismos apocalípticos, a passagem é uma crítica à relação estabelecida entre judeus e os dominadores romanos.

Referências

Documentação textual

- BÍBLIA. *Novo Testamento*. Tradução Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018/2019. 2 v.
- FLAVIO GIUSEPPE. *La guerra giudaica*. Roma: Fondazione Lorenzo Valla/Arnaldo Mondadori, 2009. 2 vol.
- FLÁVIO JOSEFO. *A guerra dos judeus contra os romanos*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

Obras de apoio

- ASLAN, R. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CROIX, G. E. M. de Ste. *La lucha de clases en el mundo griego antiguo*. Barcelona: Crítica, 1988.
- CROSSAN, J. D. A vida do Jesus histórico. In: CHEVITARESE, A.; CORNELLI, G. (org.). *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 13-30.
- DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 63-78, 2007.
- DESIDERI, P. La romanizzazione dell'Impero. In: CLEMENTE, G.; COARELLI, F.; GABBA, E. (ed.). *Storia di Roma: L'Impero Mediterraneo*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, p. 577-626. v. II.
- DOBRORUKA, V. Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia. JOLY, F. D. (org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 119-163.
- FIRPO, G. I Giudei. CLEMENTE, G.; COARELLI, F.; GABBA, E. (ed.). *Storia di Roma: L'Impero Mediterraneo*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, p. 527-552. v. II.
- GARRAFFONI, R. S. Os bandidos entre os romanos: leituras eruditas e percepções populares. *História*, v. 26, n. 1, p. 133-151, 2007.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2019. 3 v.
- HOBBSAWM, E. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HORSLEY, R.; HANSON, J. *Bandits, prophets, and messiahs*. Minneapolis: Winston Press, 1985.
- JOSSA, G. *Gesù e i movimenti di liberazione della Palestina*. Brescia: Paideia, 1980.

- LO CASCIO, E. Le tecniche dell'amministrazione. In: CLEMENTE, G.; COARELLI, F.; GABBA, E. (ed.). *Storia di Roma: L'Impero Mediterraneo*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, p. 119-191. v. II.
- KAUTSKY, K. *A origem do cristianismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MAZZARINO, S. *L'Impero Romano*. Roma: Laterza, 2010. v. 1.
- MENDES, N. M. A tipologia do domínio imperial romano em debate. In: CHEVITARESE, A.; CORNELLI, G. (org.). *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 133-144.
- MOMIGLIANO, A. *De paganos, judíos y cristianos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- ROCHA, I. E. Dominadores e dominados na Palestina do século I, *História*, n. 23, v. 1-2, p. 239-258, 2004.
- SCHIAVONE, A. *Uma história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SHAW, B. D. O bandido. In: GIARDINA, A. (org.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992, p. 249-280.

Mobilizações coletivas na Roma tardo-republicana: repertórios de confronto e interesses nos *Ludi Romani* (57 a.C.)

Collective mobilizations in Late Republican Rome: repertoires of confrontation and interests in the 'Ludi Romani' (57 BC)

Jonathan Cruz Moreira*

Resumo: Mobilizações coletivas eram uma resposta cada vez mais frequente, no século I a.C., a questões que afetavam diretamente a plebe urbana de Roma, especialmente, mas não apenas, no que se refere ao preço dos alimentos. Os limites impostos pela estrutura político-social da República e o aumento da violência política da época aprofundavam laços entre lideranças políticas e grupos populares, de forma que a dependência/agência da plebe em revolta com relação a lideranças da elite são um aspecto central para a compreensão deste processo. Este artigo tem como objetivo central refletir sobre as possibilidades de agência nas mobilizações coletivas da Roma tardo-republicana. Para tanto, busca-se nos conceitos de *repertório de confronto*, de Charles Tilly, e no estudo de caso da revolta dos *Ludi Romani*, em 57 a.C., compreender tais mobilizações em seus próprios interesses objetivos e em suas práticas de revolta..

Abstract: Collective mobilizations were an increasingly frequent response, in the 1st century BC, to issues that directly affected the urban plebs of Rome, especially, but not only, with regard to the price of grain. The limits imposed by the socio-political structure of the republic and the deepening of political violence at the time, deepened ties between political leaders and popular groups, so that the dependence/agency of the plebs in revolt in relation to elite leaders becomes a central aspect for understanding of this process. The main objective of this article is to reflect on the possibilities of agency in the collective mobilizations of Late Republican Rome. In order to do so, it seeks, in Charles Tilly's concepts of confrontation repertoire, and in the case study of the *Ludi Romani* revolt, in 57 BC, to understand such mobilizations in their own objective interests and their practices of revolt.

Palavras-chave:

Mobilização coletiva.
República Tardia.
Plebe urbana.
Roma antiga.

Keywords:

Collective mobilization.
Late Republic.
Urban plebs.
Ancient Rome

Recebido em: 19/05/2022

Aprovado em: 27/06/2022

* Graduado em História pela Universidade de Taubaté (UNITAU, 2015), mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2019) e doutorando pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É ainda membro do Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medieval (NERO-UNIRIO).

Introdução

O último século da República romana foi palco de ao menos uma centena de mobilizações coletivas de diferentes dimensões: de clamores no teatro a ataques violentos a magistrados e senadores, com pedras, paus, ameaças de incêndio, além da destruição de *fascēs* e outros símbolos de autoridade (VANDERBROEK, 1987, p. 220-267; COURRIER, 2014, p. 748-916).¹ Este artigo se propõe a discutir as mobilizações coletivas populares no último século da república, tendo em vista um de seus problemas centrais: as possibilidades de agência dos subalternos em suas formas de expressão de aprovação e descontentamento em uma sociedade na qual o acesso ao exercício formal da política estava restrito à elite senatorial.

Se a estrutura estamental da sociedade romana negava à plebe urbana uma participação determinante nas principais esferas decisórias do Estado,² ela muitas vezes se fazia ouvir por meio de diferentes formas de ação coletiva, ainda que frequentemente relacionada à atuação de senadores e magistrados. Ainda que as estruturas sociais em diferentes épocas imponham aos agentes limitações às suas formas de ação, em maior ou menor medida, independentes, estas mesmas estruturas permitem condições e possibilidades de agência, de *agir de outro modo*, a fim de se intervir no curso dos acontecimentos (GIDDENS, 1987, p. 216; 221; OLIVEIRA; COURRIER, 2022, p. 15). No caso da Roma tardo-republicana, este artigo sugere a possibilidade de aproximar-nos da agência no que tange a mobilizações coletivas, por meio de conceitos como o de *repertório*, cunhado por Charles Tilly (1978), que compreende as maneiras por meio das quais os grupos subalternizados se mobilizam, como uma linguagem construída socialmente e que lhes permite expressar seu contentamento ou seu apoio.

¹ As compilações de mobilizações populares no período tardo-republicano variam substancialmente em critérios tanto tipológicos quanto espaciais e temporais. O levantamento de Andrew Linttot (1968, p. 209-216), que se concentrava em mobilizações violentas do século III a.C. ao I a.C., registra 30 entradas entre 100 a.C. e 44 a.C. O levantamento de Catherine Virlouvet (1985, p. 11-19), por sua vez, tendo como objetivo compilar mobilizações relacionadas a episódios de escassez de alimentos, inclui 26 entradas no mesmo período. Já Vanderbroek (1987, p. 220-267), cujo escopo tipológico abrange demonstrações não violentas, registra 92 entradas desde 78 a.C. a 44 a.C.; e Cyril Courier (2014, p. 748-946), que compilou mobilizações diversas entre a morte de Tibério Graco (133 a.C.) e a aclamação de Domiciano (93), registra 118 mobilizações entre 100 a.C. e 44 a.C.

² Não há uma definição cabal de plebe ou de plebe urbana. Em primeiro lugar, a documentação antiga relativa ao período tardo-republicano não a definia de maneira específica. Em segundo lugar, constituía um grupo profundamente heterogêneo econômica, social e etnicamente. É possível defini-la, como Purcell (1992, p. 644-645), como um subgrupo da população urbana residente na cidade, mas que não era membro das ordens senatorial ou equestre. Definição que excluía escravos e estrangeiros. O mesmo autor complementa, no entanto, que tal exclusão se torna progressivamente turva à medida que libertos e estrangeiros se instalam na cidade. Cyril Courier (2014, p. 29-297) e Jarry Toner (2009, p. 2), por sua vez, dão ênfase às experiências da vida urbana entre diferentes grupos distantes das ordens superiores, como aspectos definidores de solidariedades mútuas da plebe urbana, em associações, bairros e espaços de convívio, incluindo, por vezes, libertos e escravizados em interesses mútuos.

Com este objetivo, este artigo refletirá sucintamente sobre os estudos dos grupos subalternos na República romana. Em seguida, se buscará expor o conceito de *repertório*, de Charles Tilly, como possibilidade de saída para o impasse entre as mobilizações e a pretensa incapacidade dos grupos subalternos do período em agir independentemente, expondo exemplos de diferentes repertórios de confronto presentes na documentação. Por fim, trataremos, como estudo de caso, da revolta ocorrida durante os *Ludi Romani*, em 57 a.C., na qual os jogos foram interrompidos e o Senado ameaçado. Aqui, se dará ênfase ao discurso de Marco Túlio Cícero, *De Domo Sua*, proferido em 57 a.C., no qual o orador defendia a reabilitação da propriedade há pouco confiscada. O discurso trata de maneira detalhada da revolta com o intuito de justificar as atividades de Cícero naquele contexto, culminando com sua intervenção para aprovação da *cura annonae* de Cneu Pompeu.

As mobilizações coletivas romanas entre os limites e a agência

A história de Roma foi, por muito tempo, resumida na célebre frase de Ronald Syme: a história da classe dirigente. As razões para a escassez de pesquisas sobre os subalternos neste campo vão desde a natureza da documentação escrita, quase invariavelmente proveniente das elites; ao distanciamento entre os estudos clássicos e outros ramos da historiografia no Pós-Guerra; até a identificação, consciente ou não, entre os historiadores modernos e as elites do Mundo Antigo, invariavelmente interferindo nas escolhas e métodos de pesquisa (OLIVEIRA; COURRIER, 2022, p. 2; 8). Assim, os Estudos Clássicos acompanharam pouco o movimento iniciado entre os anos de 1960 e 1970 por estudos como os de Edward Thompson e Christopher Hill, nos quais a teoria marxista era revista e aplicada ao estudo da história, para o resgate dos trabalhadores e camponeses, e suas práticas construídas historicamente (VLASSOPOULOS, 2018, p. 211).

A *plebe* ou a *multidão* foi, porém, objeto de algumas exceções importantes que foram revisitadas mais tarde. Valem destaque Peter Brunt (1966) e Zvi Yavetz (1958; 1969), que, nos anos 60, buscaram compreender o papel das pessoas comuns na transição entre a República e o Principado, ou movimentos de revolta da *Roman mob* na República Tardia. Os últimos vinte anos têm sido de ênfase nos grupos oprimidos na historiografia de modo geral, na esteira das recentes crises capitalistas, e mesmo da chamada virada linguística e do pós-colonialismo, que têm imposto novas questões e metodologias aos historiadores, o que não tem sido diferente com relação ao estudo da Antiguidade (VLASSOPOULOS, 2018, p. 217). Grupos em geral distantes da atenção privilegiada das fontes, como

mulheres ou crianças, por exemplo, têm sido objeto de estudos específicos.³ Ao mesmo tempo, desafios relacionados às pesquisas sobre os excluídos, como o próprio mosaico sociocultural que constituía a sociedade romana, têm sido confrontados: *a não-elite, os invisíveis, a plebs urbana, os subalternos* têm sido compreendidos sobretudo a partir do que os une – seus interesses e espaços comuns de sociabilidade, dificuldades cotidianas e formas de interferir no mundo profundamente hierarquizado ao seu redor, levando em conta, também, suas profundas especificidades sociais e culturais (TONER, 2009, p. 2).⁴

Com relação aos motins, protestos e mobilizações coletivas da multidão romana, uma das questões centrais reside na natureza das lideranças destas mobilizações e suas relações com a elite dirigente. O período entre 100 a.C. e 50 a.C. observou um crescimento exponencial de protestos violentos ou não e, portanto, parece um contrassenso considerarmos a República romana como repousada apenas sobre a autoridade da elite política e sob sua absoluta influência sociocultural. Karl-J Holkeskamp (2010, p. 52) considera, nesta linha, que a plebe urbana compartilhava com a elite seus valores e, sobretudo, o respeito pela autoridade, de modo que “o alto grau de obediência do *populus romanus*” era um aspecto central da cultura política e social.

Se a obediência, segundo afirma Holkeskamp, era um definidor das relações entre a elite e os dominados, como explicar o grande número de gestos desafiadores da plebe urbana contra senadores e magistrados? Egon Flaig (1994, p. 22) afirma que o escopo restrito das mobilizações populares romanas, localizadas e limitadas a um curto espaço e tempo, se explica por um profundo conformismo por parte da plebe, por isso as revoltas não eram espontâneas, dependendo da participação ativa de algum magistrado que canalizaria ideias e ações e não correspondiam de modo algum a qualquer tipo de organização ou de coesão da plebe em torno de objetivos comuns, mas se pautavam pela direção dos nobres, que ofereciam uma opinião totalmente pronta.

A plebe dificilmente conseguiu alcançar por ela mesma um consenso entorno de uma ação coletiva coerente [...] nem era capaz de formar ela mesma uma opinião; ela se tornava sempre aos nobres, que lhes oferecia uma opinião formada. (FLAIG, 1994, p. 25).

³ Ver, respectivamente, Maclachlan (2013) e Carroll (2018).

⁴ O seminal *The culture of the Roman Plebs*, de Nicholas Horsfall, abriu caminho para diversas pesquisas sobre uma cultura popular identificada com os grupos subalternos na Antiguidade. Alguns deles são, *Popular Culture in the Ancient Rome* (TONER, 2009); *Invisible Romans* (KNAPP, 2011), *Popular Culture in the Ancient World* (GRIG, 2017) e *Ancient History from below* (OLIVEIRA; COURRIER, 2022); aspectos específicos, como a relação entre a plebe urbana e uma religião popular (SIMÓN; PINA POLO, 2000; FLOWER, 2017), a comunicação e a cultura política da plebe (ROSILLO-LÓPEZ, 2007), a participação da plebe na política formal (MOURITSEN, 2001) e informal (COURRIER, 2014) enriqueceram e complexificaram este campo de estudos nos últimos anos.

É importante levar em conta, no entanto, que a participação de lideranças provenientes da elite senatorial, sobretudo num contexto de acirramento da violência política, não implica *per se* desconsiderar o papel central da agência da plebe urbana. Em primeiro lugar, considerar que a plebe tendia à simples recepção das influências da hierarquia social pode levar à reprodução dos ecos das fontes antigas, que consideravam a plebe um corpo volúvel, facilmente atraído pela ganância e inerentemente violento (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 48, 1-2). Conforme demonstram Jerry Toner (2009) e Cyril Courrier (2014), a cultura da plebe urbana de Roma se relacionava à sua experiência e às relações que estabelecia no espaço urbano dominado por lugares de interação social e religiosa, como as tabernas, as *insulae* ou os *compita*,⁵ além de associações profissionais, religiosas, e geográficas, os *collegia*, que tinham um papel central na vida das pessoas comuns e congregavam sob hierarquias próprias, escravos, libertos e livres pobres (FLOWER, 2018).⁶ Como define Purcell (1992, p. 673), as relações entre a taberna e a *insula*; as lápides e o *collegium*, a *familia* e a comunidade, tinham sua contrapartida final nos *comitia*, na *contio* e na revolta.⁷ Não por acaso, em 64 a.C., alguns *collegia* foram proibidos após seu envolvimento em revoltas (Ascônio, *In Pisonem*, 7C; ALDRET, 2013, p. 434) e sua restauração tornou-se bandeira política relevante nos anos seguintes, até serem reestabelecidos, em 58 a.C. (FLOWER, 2017, p. 247-249).⁸

Somem-se a isso o apoio ou a rejeição a um magistrado, o valor dos aluguéis, distribuição dos cidadãos entre as tribos, e sobretudo a flutuação dos preços dos alimentos, que eram motivos frequentes de revoltas que incidiam diretamente na maneira como as pessoas comuns lidavam com a própria subsistência e sua relação com os governantes. A alimentação de grande parte da plebe, em especial, dependia substancialmente de subsídios e, em momentos de flutuação, os preços tornavam-se insuportáveis (COURRIER, 2014, p. 52).⁹

⁵ *Insulae* eram prédios residenciais que abrigavam apartamentos de dimensões variadas, e que concentravam parte significativa da vida urbana de Roma (PURCELL, 1992, p. 667). Os *compita*, por sua vez, eram altares dedicados aos *lares compitales*, localizados nas encruzilhadas, sob os cuidados de autoridades do bairro, os *uicomagistri* (FLOWER, 2017, p. 254).

⁶ Os *collegia* eram associações profissionais e/ou religiosas que congregavam uma miríade de grupos, geralmente identificados com estratos sociais subalternizados, e tiveram um papel central como base de mobilizações coletivas na República Tardia. Sobre os *collegia*, ver especialmente Tran (2006).

⁷ As *contiones* eram reuniões públicas que ocorriam no fórum no período tardo-republicano, sempre convocadas por um magistrado, antes de uma reunião de votação (*comitia*) ou não. Sobre as *contiones*, ver Morsten-Marx (2004).

⁸ De 64 a.C. ao principado de Augusto, os *collegia* e os *vicii* foram objeto de diversas reorganizações por parte das autoridades, com o objetivo de restringir seu envolvimento em questões políticas. Ver Tran (2006, p. 15-22).

⁹ Sobre as revoltas populares relacionadas ao abastecimento de alimentos, ver Virlouvet (1985). A estimativa de Courrier (2014) é de que, sem preços subsidiados, os gastos com alimentação podiam chegar a aproximadamente 82,35% do orçamento familiar. A estimativa baseia-se em um ano, à época de César, com uma média de 272 dias trabalhados (excetuados os dias de festas em que o trabalho é dispensado), e uma família de 2 pessoas, sem filhos, com um

Por fim, deve-se levar em conta a expectativa da plebe urbana sobre a responsabilidade dos magistrados no bom funcionamento do mercado e dos preços. A não realização das expectativas relacionada ao abastecimento da cidade, obras públicas, jogos e preços conferiam uma direção legitimadora às mobilizações, afastando-as de simples *revoltas do estômago*. Com base neste conceito de legitimação de Edward Thompson (1998, p. 152), Paul Erdkamp (2002, p. 93) analisou as revoltas relacionadas à fome na Roma antiga como mais do que o impulso da subsistência ameaçada, mas como relacionadas a uma noção de *certo e errado* no que se refere à responsabilidade dos magistrados com relação ao abastecimento urbano. Compreender as mobilizações da plebe urbana por meio de suas práticas e analisá-las como um constructo coletivo nos permite observar mais de perto a agência dos subalternos nestes eventos, ainda que mediadas frequentemente por líderes e magistrados.

Contribuição de Charles Tilly: repertórios da plebe urbana

O sociólogo Charles Tilly (1929-2008) dedicou-se, desde 1977, a compilar e compreender diferentes formas de mobilização coletiva na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, com o objetivo principal de explicar o surgimento e o desenrolar de formas de expressão popular de descontentamento, por meio da reconstrução da *estrutura de oportunidades e ameaças políticas* que formam o contexto da ação coletiva (ALONSO, 2012, p. 21). Em outras palavras, as mobilizações estudadas por Tilly ocorriam mediadas pelas relações entre dois grupos em confronto, nas quais um buscava defender seus *interesses*, a partir de uma janela de *oportunidades*, como a probabilidade de repressão e de qual tipo, por exemplo, partindo de formas de *organização* que lhes são próprias (TILLY, 1978). Definidos os interesses, as oportunidades e as estruturas de mobilização, os grupos em revolta aplicavam um *repertório da ação coletiva ou repertório de confronto*. Segundo Tilly (1993, p. 26), *repertório* identifica um conjunto limitado de rotinas que eram compreendidas, compartilhadas e empregadas por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Estas rotinas que compõem o repertório de confronto de um grupo são limitadas e construídas coletivamente em um longo processo de aplicação e adaptação.¹⁰

consumo de 96 *modii* anuais de trigo. A mesma família, com preços subvencionados, teria aproximadamente 42,5% de seu orçamento dedicado à compra de trigo.

¹⁰ O termo repertório, em si, não é por acaso, mas carrega uma analogia a uma banda de *jazz* que constrói, na prática da sua carreira, um repertório musical composto por diferentes rotinas, adaptando-o a cada apresentação, incluindo, excluindo e transformando o repertório com o passar do tempo ou com as transformações conjunturais. Ver Alonso (2012, p. 25).

O repertório da ação coletiva geralmente inclui apenas um punhado de alternativas. Geralmente muda lentamente, parece óbvio e natural para as pessoas envolvidas. Assemelha-se a uma linguagem elementar. Familiar como o dia para seus usuários, apesar de toda a possível estranheza e incompreensão para alguém de fora (TILLY, 1978, p. 156).

As pessoas em um determinado lugar e tempo aprendem a realizar uma série de rotinas alternativas de ação coletiva, adaptando cada uma às circunstâncias imediatas e às reações de antagonistas, autoridades, aliados, observadores, objetos de sua ação e outras pessoas de alguma forma envolvidas na luta (TILLY, 1993, p. 265).

O repertório de confronto disponível à plebe urbana na Roma tardo-republicana envolvia desde opções menos violentas, como o uso de apelidos, o cultivo de boatos, ou protestos e clamores, até a violência direcionada tanto a construções e símbolos de poder, quanto a magistrados e senadores.¹¹ A recorrência dessas formas ao longo de várias décadas tem sido frequentemente vista como reveladora do caráter ritualizado da vida política romana em torno de condutas e gestos que permitiram que a multidão, de forma rápida e inequívoca, compartilhasse imediatamente seus sentimentos para com a aristocracia, mesmo em suas formas mais violentas (COURRIER, 2014, p. 501).

Boatos e rumores, por exemplo, eram importantes para a construção de uma imagem pública, para o que eram cuidadosamente promovidos, além de serem uma fonte indispensável de informações para quaisquer senadores que buscavam ser bem informados sobre o clima político da cidade (BELCHIOR, 2018). Ademais, em uma sociedade na qual os meios de comunicação e as ferramentas institucionais de atuação política pela população comum eram limitados, quando não, inexistentes, a troca informal de informações permitia que os temas em discussão partissem do centro político da cidade, o fórum, para espaços de sociabilidade mais amplos, em um movimento das *Rostra* aos *compita* (LAURENCE, 1994, p. 2), além de representar também um meio de controle da classe política, seja interno, a partir de rumores incentivados e colhidos pela própria classe política, seja externo, por meio do julgamento de seus governantes, expresso nos rumores e boatos que passava adiante (ROSILLO-LÓPEZ, 2007, p. 116).

Clamores e vaias nas assembleias e nos teatros também eram recorrentes. Andrew Linttot (1968, p. 9) argumentaria que o ato de demandar violentamente com palavras (*flagitatio*) possuía conexões antigas com outras formas de justiça popular mais violentas, como o incêndio residencial, por exemplo. Nos teatros, o contato direto entre magistrados

¹¹ Para uma análise do repertório de confronto na Antiguidade Tardia, suas permanências e transformações decorrentes das mudanças na estrutura do poder e da consolidação do cristianismo, ver Magalhães de Oliveira, 2020.

e a massa de espectadores, mediado pelo clima festivo, promovia uma oportunidade singular de expressão, onde o anonimato da massa conferia força e consistência para o apoio ou as reivindicações da plebe (GUARINELLO, 2007, p. 128). As *contiones* e tribunais, por sua vez, davam lugar a diversas demonstrações, por vezes furiosas de descontentamento por meio de clamores, ameaças e vaias. Salústio (*Bellum Iugurthinum*, 34, 1) descreve uma *contio* na qual o rei Jugurta, da Numídia, fora convocado à Roma por volta de 111 a.C., e tendo sido protegido por um tribuno, a multidão presente “se tornou violentamente incendiada e tentou aterrorizá-lo com seus gritos e olhares. Fizeram muitos gestos ameaçadores e tudo que a raiva costuma incitar”.

Em 67 a.C., os preços dos grãos subiam devido ao antigo problema da pirataria no Mediterrâneo, que prejudicava as rotas marítimas e interrompia a oferta (GARNSEY, 1988, p. 198-218). O tribuno Aulo Gabínio propôs, então, que um comando extraordinário fosse conferido a Pompeu para o combate à pirataria no Mediterrâneo, medida que sofreu forte oposição do Senado. Os tribunos contrários à lei foram impedidos de falar pela multidão, que se recusava a fazer silêncio, e quando o tribuno L. Róscio fez um sinal com a mão indicando que o comando deveria ser repartido entre dois magistrados, segundo Dião Cássio (36, 36) e Plutarco (*Pompeius*, 25, 5), os gritos ameaçadores da multidão fizeram com que um pássaro caísse morto dos céus, de modo que Róscio daí por diante calou não só sua voz, mas também suas mãos.

As mobilizações coletivas no período tardo-republicano não raramente excediam o limite das simples ameaças e boatos, resultando em ataques violentos, lançando-se mão de pedras, paus e fogo. A *lapidatio*, o ataque a pedradas, por exemplo, era uma das formas recorrentes de ação popular violenta. Apedrejamento de criminosos como punição militar já fazia parte de um imaginário punitivo popular e o uso de *lapidatio* como linguagem da justiça política é uma extensão disso (LINTOTT, 1968, p. 7). Em 62 a.C., por exemplo, o tribuno da plebe Mételo Nepos propunha o retorno imediato de Pompeu, ainda em missão no Oriente. A oposição do Senado, principalmente de Catão, resultou no lançamento de pedras contra ele (Plutarco, *Cato, Minor*, 27, 1). Do mesmo modo, magistrados, senadores e especialmente suas *domus* podiam ser ameaçadas de serem incendiadas. Acusado de ser o culpado do aumento dos preços dos alimentos por seu rival P. Clódio, Cícero viu sua casa ser alvo não apenas da destruição durante seu período de exílio, em 58 a.C., como de incêndios e apedrejamentos durante sua reconstrução, no ano seguinte (Cícero, *Epistolae Ad Atticum*. 4, 3, 3).

Não raro, diversas rotinas de ação coletiva eram articuladas em determinada mobilização, e tinham como alvo não apenas indivíduos e lugares, mas símbolos da

autoridade dos magistrados, como os *fasces*.¹² Os *fasces*, para Marshall (1984, p. 138), possuíam um simbolismo importante para grupos sociais subalternos, e não eram vistos por romanos comuns como relíquias arcaicas, mas como o poder efetivo incorporado no objeto. Em 59 a.C., durante seu consulado, Júlio César propôs uma *Lex Agraria*, que previa a distribuição de terras, especialmente na Campânia, a famílias de cidadãos pobres. A reação do Senado contra a aprovação da lei teve a liderança do colega de César no consulado, Marco Bíbulo, que foi atacado quando chegava ao fórum durante a fala de César a favor da medida. Seus *fasces* teriam sido quebrados, pedras teriam sido lançadas contra Bíbulo, os *lictors* e tribunos que o acompanhavam se feriram, e o cônsul precisou buscar refúgio no templo de Júpiter *Stator* (Plut., *Cat. Min.*, 32, 2).

Fasces como estes podiam fazer um movimento inverso de delegação de poderes, como o que sucedeu à morte de P. Clódio, em 52 a.C. Grupos da plebe urbana,¹³ em revolta pela morte do ex-tribuno, haviam incendiado seu corpo no interior da *Curia Hostilia* e, depois, levado as tochas para incendiar a casa de T. Milão, acusado de ser o responsável pelo assassinato. No percurso, também teriam invadido a casa do *interrex* Lépido, destruído os retratos de seus antepassados e, por fim, levado os *fasces* a Pompeu,¹⁴ exigindo que fosse feito ditador ou cônsul. Diante da morte de Clódio, a revolta articulou diversas opções disponíveis no repertório da plebe urbana: o incêndio, a ameaça, o ataque a casas e, também, a apropriação e ataque a objetos simbólicos, como as *imagines* dos antepassados e os *fasces*.

Havia riscos associados às mobilizações coletivas, e eles não podem ser desprezados. De fato, uma força policial não existia na Roma antiga, e mesmo as coortes urbanas e a guarda pretoriana ainda estavam por ser formadas, no fim do século, por Augusto (NIPPEL, 1995, p. 90-100). No entanto, grupos armados contrários eram formados para conter mobilizações e revoltas que frequentemente se tornavam verdadeiras batalhas.¹⁵ Forças regulares também podiam ser empregadas para aplacar revoltas a partir da ação de magistrados. Em 44 a.C., pouco após o assassinato de Júlio César, um culto popular ao ditador surgiu sob a liderança de certo Amácio, suposto neto de C. Mário (Cic., *Att.*, 14, 5-7). Diante de rumores de que os seguidores de Amácio buscavam matar os assassinos de César, Marco Antônio, então cônsul, determinou que

¹² Feixe de varas amarradas com uma lâmina de machado carregado por *lictors*, símbolo do poder investido ao magistrado.

¹³ Asc., 32C, 19. *Infimaque plebis et servorum maxima multitudo*.

¹⁴ Sobre os *fasces* e seu aspecto simbólico na revolta do funeral de P. Clódio, ver Sumi (1997, p. 100-102).

¹⁵ Especialmente a partir dos últimos anos do século II a.C., quando grupos políticos em oposição frequentemente reuniam homens armados dispostos a interromper votações ou a pressionar por aprovação de suas leis. Os embates entre P. Clódio e seus aliados e T. Ânio Milão entre 58 e 52 a.C. são um bom exemplo deste processo. Sobre isso, ver Tatum (2010, p. 179-214).

soldados matassem Amácio e derrubassem seu altar. Diante disso, segundo Apiano (*Bella Ciuilia*, 3, 3, 1):

Os seguidores de Amácio e o povo em geral (*ἄλλος δῆμος*), sentindo falta de Amácio e sentindo-se indignados com o feito, e especialmente porque tinha sido feito por Antônio, a quem o povo havia honrado, decidiram que não seriam desprezados dessa maneira. Com gritos, eles tomaram posse do fórum, exclamando violentamente contra Antônio, e pediram aos magistrados que dedicassem o altar no lugar de Amácio e oferecessem os primeiros sacrifícios a César. Tendo sido expulsos do fórum por soldados enviados por Antônio, eles ficaram ainda mais indignados e vociferaram mais alto, e alguns deles mostraram lugares onde as estátuas de César haviam sido arrancadas de seus pedestais. Um homem disse a eles que poderia mostrar a loja onde as estátuas estavam sendo quebradas. Os outros o seguiram e, vendo o fato, incendiaram o local.

Apiano segue afirmando que o tumulto apenas teve fim quando Antônio enviou reforços que mataram os que resistiram, crucificando os escravos e lançando da Rocha Tarpeia os cidadãos livres (App., *B.Civ.*, 3, 3, 1). O emprego deste repertório construído e limitado de opções era, portanto, mediado também pelos riscos possíveis aos participantes caso algo saísse do controle. Estes elementos influem nas mobilizações populares de modo que grupos em revolta improvisam, reorganizam seus repertórios e combinam rotinas para alcançar seus objetivos. Vejamos com mais detalhes a revolta ocorrida em 57 a.C. a partir dos *Ludi Romani*, quando parte da plebe, diante da ameaça de uma escassez grave de alimentos, interrompeu os jogos do teatro, atacou o templo no qual o Senado estava reunido e, por pouco, não tirou a vida de senadores presentes.

Os *Ludi Romani* de setembro de 57 a.C.

Os tumultos que tiveram lugar em setembro de 57 a.C. não estavam isolados. No mês anterior, enquanto se celebravam os *Ludi Apollinares*,¹⁶ uma multidão já havia invadido o teatro, tirando os expectadores de seus lugares e, depois, atacado a casa do pretor (Cícero, *De Domo sua*, 14; Asc., 48C). Tanto o episódio dos *Ludi Apollinares* quanto, no mês seguinte, o dos *Ludi Romani* tinham como motivação a escassez e o preço dos alimentos (GARNSEY, 1988, p. 205), permitindo-nos observar três aspectos que nos interessam sobremaneira na reflexão sobre a agência dos grupos populares em revoltas na República tardia: a participação de líderes como canalizadores da ira popular de modo a auferir ganhos políticos; os repertórios da plebe urbana em suas demonstrações de

¹⁶ Jogos em honra ao deus Apolo eram permanentes desde o fim do séc. III a.C., ocorrendo entre 6 e 13 de julho. Incluíam sacrifícios a Apolo, Diana e Latona, além de jogos e banquetes (SCULLARD, 1981, p. 159-160).

descontentamento e, por fim, os interesses objetivos que norteavam essas revoltas, apesar da participação de lideranças com interesses próprios.

Os *Ludi Romani* eram comemorados em honra a Júpiter *Optimus Maximus* entre os dias 5 e 19 de setembro, compreendendo o dia ao qual tradicionalmente se atribuía a dedicação do templo de Júpiter, no Capitólio, em 13 de setembro de 509 a.C. Envolveu um conjunto variado de divertimentos, jogos de vários tipos e peças de teatro, além de procissões e sacrifícios públicos, sendo uma das datas festivas mais relevantes do calendário romano (SCULLARD, 1982, p. 183). A flutuação de preços acentuava-se naquele mês, em 57 a.C., e Marco Túlio Cícero, que havia retornado do seu exílio no início das festividades, era um dos mais cobrados pela situação, já que corriam boatos de que o súbito aumento dos preços era de sua responsabilidade (Cass. Dio., 39, 9, 2-3; Cic., *Att.*, 4, 1, 6).¹⁷

O principal interessado na responsabilização de Cícero pela crise alimentar que grassava em Roma era P. Clódio Pulcro, seu adversário político e responsável pelo seu exílio, em 58 a.C. Clódio havia se tornado popular entre a plebe urbana por meio de sua política de apoio aos *collegia* e seu conjunto de leis de interesse popular, dentre as quais se destacava a distribuição gratuita de grãos aos cidadãos pobres. Com auxílio de aliados próximos às lideranças dos *collegia*, conseguia rapidamente mobilizar a plebe urbana em torno de questões de seu interesse ou de interesse de ambos.¹⁸ Clódio havia tentado impedir o retorno de Cícero a Roma, inclusive com o emprego de violência, mas havia sido vencido (Cass. Dio., 39, 7, 1-3). O apoio de Cn. Pompeu, recentemente rompido com Clódio, foi crucial para o consenso pelo retorno do orador, que se tornara inevitável (Plut., *Pomp.*, 48, 4). Diante disso, P. Clódio passou a acusar Pompeu de ser o responsável pelos aumentos repentinos dos preços dos alimentos e o nome de Cícero também começou a circular entre a plebe urbana como o corresponsável pela escassez. Em seu discurso, no qual solicitava a restauração de sua casa confiscada e dedicada à *Libertas* por Clódio, Cícero afirmava:

Eles estavam exigindo trigo; como se eu supervisionasse o mercado de trigo; ou como se eu estivesse guardando algum trigo em estoque; ou como se, de fato, eu tivesse alguma administração ou influência em qualquer assunto dessa classe [...] O sujeito, que estava sedento por matança, havia publicado meu nome aos artesãos e à multidão ignorante (Cic., *Dom.*, 14).

¹⁷ Segundo Cícero, a multidão clamava dele a resolução da questão como se tivesse poder sobre questões de abastecimento, e como se o aumento fosse relacionado ao seu retorno (*Mea opera frumenti inopiam esse clamarent*, Cic., *Att.*, 4, 1, 6).

¹⁸ Ver Tatum (2010), Flambard, (1977) e Vanderbroeck (1987).

É importante notar, porém, que as acusações de Clódio não bastavam por si, e sua aceitabilidade ou não, não se sustentava somente com base em sua popularidade ou por suas relações estreitas com lideranças associativas da plebe. Em primeiro lugar, havia outros boatos sobre a possibilidade de que a escassez estivesse sendo fabricada por interesses econômicos ou pessoais, e eles corriam entre diferentes grupos sociais. Plutarco afirma que alguns acreditavam ser obra do cônsul Lêntulo Espínter, interessado em dar a Pompeu o comando do suprimento de grãos, tirando-o da disputa por uma comissão a ser enviada a Alexandria (Plut., *Pomp.*, 49, 5). O próprio Cícero, por sua vez, levantava a hipótese de que a escassez pudesse ter como causa tanto as dificuldades nas colheitas em províncias produtoras de grãos, quanto a ação deliberada de mercadores estrangeiros a fim de enviar os estoques para outros lugares e reter parte deles, aumentando os preços em Roma e alavancando sua lucratividade (Cic., *Dom.*, 11). Ademais, sugere Cícero, antes de seu retorno, a diminuição dos preços costumava ser condicionada ao fim de seu exílio. Quando sua restauração foi definida, em agosto, de fato houve uma queda repentina nos preços, o que apenas antecedeu outro severo aumento, no início de setembro. Certamente estas flutuações, tão intimamente relacionadas ao retorno de Cícero a Roma, contribuíram para dar contornos de verossimilhança aos boatos instigados por Clódio (Cic., *Dom.*, 15).

A mobilização se reunia desde a noite anterior aos tumultos no templo da Concórdia quando, segundo Cícero, grupos foram à sua casa demandar o trigo em falta, o que Cícero atribuía a Clódio: "Quem foi que eles disseram que deveria fornecer trigo? não fui eu? O que é que aquela turba noturna de meninos treinados por você (Clódio) insistia em exigir?" (Cic., *Dom.*, 14).¹⁹ Quais grupos de fato participavam da *flagitatio* noturna na casa de Cícero, e da invasão ao teatro e assédio ao Senado na manhã seguinte, não é fácil de precisar. Cícero fala de lojistas e de artesãos convocados por aliados de Clódio (*concitator tabernariorum; operis; Cic., Dom., 13 ;14*); de pobres e de ignorantes (*inopium atque imperitorum, Cic., Dom., 3*) aos quais se somava o exército de perdidos de Clódio, organizado de maneira militar (*exercitus perditorum, Cic., Dom., 13*). Se supõe que um grupo heterogêneo participava deste e de outros movimentos semelhantes, cuja organização tinha a proeminência dos *tabernarii*, além dos *operae clodianae*, libertos e clientes intimamente ligados a P. Clódio, cujo papel era o de mobilizar as pessoas, relacionando os interesses do ex-tribuno às necessidades imediatas da plebe urbana.²⁰

¹⁹ *Quem annonam praestare oportere dicebant? nonne me? quid? operarum illa concursatio nocturna non a te ipso instituta me frumentum flagitabat?*

²⁰ Sobre os diferentes grupos que participavam de uma política informal, ou seja, por meio de mobilizações coletivas, ver Mouritsen (2010), Vanderbroeck (1987). Courrier defende a existência de uma *plebs media*, centrada sobretudo em artesãos e lojistas com papel importante na organização de mobilizações populares (COURRIER, 2014, p. 297-365).

Por volta de 7 de setembro, o Senado, diante do agravamento da situação, se reuniu no templo da Concórdia. Uma multidão primeiro correu ao teatro temporário no qual ocorriam os *Ludi Apollinares*, e depois seguiu para as imediações do templo onde os senadores estavam reunidos, atacando senadores e magistrados com pedras (*facta lapidatio est*, Cic., *Dom.*, 12), além de ameaçar incendiar o templo.

Uma grave escassez havia surgido na cidade e todo o populacho correu ao teatro (eles ainda utilizavam um teatro temporário para os jogos públicos) e, depois, para o capitólio onde os senadores estavam em sessão, ameaçando, primeiro, mata-los com suas próprias mãos, depois, queima-los vivos, templos e tudo (Cass. Dio., 39, 9, 2-3).²¹

A violência do tumulto foi tamanha que o próprio cônsul Mételo Nepos foi atingido com pedradas, e Cícero optou por permanecer em casa durante o ápice das tensões (Cic., *Dom.*, 3; 13). O orador acusava Clódio de estar envolvido nos ataques, nomeando aliados seus que foram vistos juntos à multidão, lançando pedras contra os magistrados.²² No dia posterior, o fórum continuava ocupado pela plebe, mas muito havia mudado. Em primeiro lugar, corriam tanto entre a plebe quanto entre parte da aristocracia, boatos de que seriam conferidos a Pompeu poderes especiais para a reorganização da rede de suprimentos a Roma (Cic., *Att.*, 4, 1, 6). Tal medida contrariava os interesses de Clódio, que tinha Pompeu como adversário; por outro lado, Pompeu já havia atuado anteriormente em meio a crises semelhantes, com destaque para seu bem-sucedido mandato proconsular contra os piratas no Mediterrâneo, em 67 a.C., reorganizando o transporte de alimentos para Roma (Cass. Dio., 36, 23-27) e, portanto, era o nome evidente para a missão. Como a mobilização tomava uma direção contrária ao que se esperava, Clódio e seus aliados retiraram-se, e não compareceram no dia seguinte à reunião do Senado, esvaziada com o receio de novos protestos (Cic., *Dom.*, 6-7, 15).

Com a ausência de Clódio, Cícero foi ao Senado mesmo em meio à continuidade das tensões e propôs que Pompeu recebesse autoridade proconsular por cinco anos para liderar a logística de suprimentos de Roma (Cic., *Dom.*, 18). O orador via-se na obrigação de retribuir o esforço de Pompeu em aprovar seu retorno do exílio e, ao mesmo tempo, de dar resposta à hostilidade popular da qual era alvo nos últimos dias

²¹ λιμοῦ γὰρ ἐν τῇ πόλει ἰσχυροῦ γενομένου, καὶ τοῦ ὀμίλου παντὸς ἔς τε τὸ θέατρον (οἶω δὲ δὴ καὶ τότε ἔτι θεάτρῳ ἔς τὰς πανηγύρεις ἐχρῶντό) καὶ μετὰ τοῦτο καὶ ἐς τὸ Καπιτώλιον ἐπὶ τοὺς βουλευτὰς συνεδρεύοντας ἐσπηδήσαντος, καὶ τότε μὲν ἐν χερσὶν αὐτοῦ ἀποσφάξιν τότε δὲ καὶ καταπρήσειν αὐτοῖς τοῖς ναοῖς ἀπειλοῦντος.

²² Cícero afirma que M. Lólio e L. Sérgio, aliados próximos a Clódio, foram nomeados entre os que assediaram senadores com pedras. Cícero os acusa de serem os guarda-costas de Clódio, além de mobilizadores dos lojistas, porta-estandartes da sedição e apedrejadores (Cic., *Dom.*, 13-14). Sobre estes aliados de Clódio, ver Flambard (1977) e Vanderbroeck (1987).

devido à suspeita que pairava sobre ele com relação aos preços. Aprovar o mandato especial era, segundo o próprio, atender o que a plebe pedia insistentemente e, ao mesmo tempo, atender o que parte do Senado já discutia (Cic. *Dom.*, 16; 9). Já P. Clódio buscou anular a decisão do Senado sob a alegação de que, devido ao baixo quórum e pela tensão que permanecia, mesmo após sua retirada dos protestos, a lei que dava a Pompeu o comando do suprimento de alimentos foi irregularmente aprovada (Cic., *Dom.*, 10). Da oposição de Clódio à lei se compreende, em primeiro lugar, que mesmo com a ausência de Clódio como um líder direto da mobilização, eram sobretudo os interesses objetivos que direcionavam a revolta, ou seja, o preço dos grãos. Além disso, como sustenta o próprio Clódio, a pressão na direção de tornar Pompeu o responsável pelo suprimento feita por meio de repertórios de revolta empregados (especialmente, *flagitatio* e *lapidatio*), era suficiente para tanto amedrontar os senadores que optaram por não comparecer ao Senado, quanto para incentivar os presentes a aprovar a proposição de Cícero por medo da revolta (Cic., *Dom.*, 10).

Da defesa que Cícero faz da sua decisão de propor o mandato especial a Pompeu, por sua vez, pode-se inferir também que revoltas como estas tinham de fundo os interesses em jogo, neste caso, a questão dos preços. Ao analisar a conveniência de sua atitude, Cícero elenca ao menos duas possibilidades principais como motivos para a escalada da violência naquele 7 de setembro de 57 a.C. Ambas, segundo o orador, justificariam que o Senado conferisse a um só homem, Pompeu, poderes extraordinários como os que foram concedidos.

Em primeiro lugar, Cícero reconhece que a escassez era, de fato, severa e, se não era fome de imediato, ela certamente se avizinhava. Impelida pela necessidade, portanto, era plausível para o orador que a revolta tenha sido obra da plebe.

A questão não era de opiniões incertas, era um caso de perigo realmente existente, presente aos nossos olhos; não era algo que esperávamos em conjecturas, mas que estávamos realmente contemplando pela experiência presente. Pois quando a escassez foi ficando mais severa, de modo que na verdade era a carência e a fome que se temia, e não a mera avareza de preço, houve uma corrida ao Templo da Concórdia, quando o cônsul Metelo convocou o Senado para se reunir naquele local. *E se esse era o efeito genuíno da dor dos homens que sofrem com a fome, certamente os cônsules tinham boas razões para empreender o assunto, certamente o Senado tinha boas razões para adotar uma determinação ou outra* (Cic., *Dom.*, 11, grifo nosso).

O agravamento da escassez era causa plausível para a revolta e de modo algum a violência que foi registrada neste episódio foi, como já discutido, um caso isolado, visto que o período era, pelo contrário, de multiplicação de momentos de violência especialmente relacionados ao peso dos custos da vida urbana (ALDRET, 2013, p. 435). Por outro lado,

logo adiante, Cícero refletia se a necessidade da plebe tenha sido o pretexto que P. Clódio buscava para o quanto pudesse atacar seus adversários, entre eles, o próprio Cícero: “mas se escassez fosse pretexto, e se você (Clódio) fosse, na verdade, o agitador e estimulador da sedição, não deveríamos nós eliminar toda sombra de pretexto para sua fúria?” (Cic., *Dom.*, 11). Nesta hipótese, a de que houvesse uma escassez real e sua utilização política por Clódio, não haveria menos razões para que o senado sanasse a questão: “e se essas duas causas existissem, se houvesse fome para excitar os homens, e você também como um prego cravando nessa úlcera?” (Cic., *Dom.*, 12).

Cícero dá ênfase maior a esta conjectura, a de que houve concomitantemente uma revolta causada pela escassez de alimentos, e o oportunismo político de P. Clódio, atuando com a liderança de seus *operae Clodianae* com o objetivo de direcionar a revolta contra seus adversários. A penúria era evidente, não poderia ser negada ou explicada somente pelo direcionamento de Clódio (Cic., *Dom.*, 16). Também era evidente que, sobre a *cura annonae* de Pompeu, a liderança exercida por Clódio e a plebe em revolta divergiram e seguiram caminhos diferentes, o que Cícero salienta ao descrever tanto a presença da plebe no fórum, exigindo a resolução do Senado, quanto a ausência de Clódio e de seus aliados (Cic., *Dom.*, 6). Portanto, afirmava Cícero que:

[...] homens foram atacados com pedras (*facta lapidatio est*). Se isso surgiu da dor da plebe, sem que ninguém as tenha incitado, é uma grande desgraça; mas se foi causado por instigação de Públio Clódio, é apenas a maldade habitual de um homem mau. (Cic., *Dom.*, 12).

Se essas duas causas existissem, - se houvesse um fato suficiente por si só para excitar os sentimentos da multidão, e se havia líderes de sedição prontos e armados; então, não parece natural que a república tenha recorrido à proteção do cônsul e à lealdade do senado? (Cic., *Dom.*, 12).

Havia, para o autor, portanto, duas situações que pediam a atenção do Senado. A escassez, que foi o principal motor da revolta, e a atuação de seu adversário que, por meio das suas conexões: “sob o pretexto de defender a causa dos pobres e ignorantes, estava se preparando para ataques repentinos aos cônsules, ao Senado, às propriedades e fortunas dos ricos” (Cic., *Dom.*, 13). A causa, no entanto, era real, e o documento sugere ser plausível que a revolta fosse, em certa medida, mantida por lideranças independentes da autoridade de Clódio, como de fato se tornaram quando os objetivos seus e da multidão se distanciaram. De Cícero era demandado que tomasse uma atitude com relação ao quadro, uma vez que os boatos sobre sua responsabilidade ganharam as ruas: “abundância de trigo e preços baixos eram exigidos de mim, como se eu tivesse qualquer influência em produzir um estado de coisas como este” (Cic., *Dom.*, 16), e, por

fim, Cícero terminou aplaudido, como afirma, com certo desconforto, quando seu nome foi anunciado como propositor da *cura annonae* de Pompeu (Cic., *Att.*, 4, 1, 6).

Conclusões

O último século da República foi um momento de efervescência política que se traduziu no embate político-militar, mas também entre grupos da plebe urbana de Roma que eram diretamente afetados por questões relacionadas à sua vida social e sua subsistência. Embora os Estudos Clássicos tenham dado, por muito tempo, ênfase apenas ao primeiro aspecto destas décadas turbulentas, desde os anos 1960, surgiram questionamentos sobre o papel de livres pobres, libertos e escravizados nesta sociedade e suas relações com seus governantes. Nos anos 2000, novos questionamentos sobre grupos subalternizados nas Ciências Sociais atingiram também os Estudos Clássicos, trazendo-os à ordem do dia, conferindo novos níveis de complexidade aos estudos da *não-elite* romana. Deste modo, foi dado um lugar privilegiado às práticas dos grupos subalternos e ao estudo da agência, ou seja, do espaço de possibilidades de estes grupos interferirem na sua realidade objetiva.

Este artigo se propôs a refletir sobre esta agência sob o olhar das revoltas populares tardo-republicanas. Embora fossem diretamente mediadas por interesses das elites dirigentes, as dissensões no seio desta elite também davam espaço para que grupos subalternos buscassem seus próprios interesses como, por exemplo, uma providência dos seus magistrados com relação aos altos preços dos alimentos. A concepção de repertório, cunhada por Charles Tilly, nos auxilia nesta empreitada, na medida que considera as formas de agir dos grupos em revolta como ferramentas construídas por uma coletividade e empregadas de acordo com os interesses em jogo e as possibilidades de sucesso. A plebe romana tardo-republicana também possuía seu repertório, como rotinas ritualizadas de ação popular que se repetiam, como a *flagitatio*, a *lapidatio*, os clamores e protestos no teatro, a ameaça ou, de fato, o incêndio.

O estudo de caso apresentado, a revolta dos *Ludi Romani*, em 57 a.C., possui elementos interessantes para esta reflexão. A cidade vivia um quadro de escassez de grãos que fazia com que os preços subissem a limites proibitivos. O descontentamento da plebe foi astutamente canalizado, em um primeiro momento, por P. Clódio, interessado em desmoralizar seus adversários políticos. A revolta que se seguiu empregou ferramentas conhecidas das revoltas populares romanas: de boatos sobre os magistrados e a escassez, apedrejamento de magistrados e prédios até a ameaça de incêndio. Embora Clódio tenha participado ativamente de início, afastou-se da revolta quando esta tomava caminhos

diferentes. A plebe continuava, ainda assim, demandando que o Senado tomasse providências, o que de fato ocorreu muito em função da pressão exercida pela multidão. A estrutura da sociedade romana, profundamente hierarquizada e com poucos espaços para a política institucional reservados aos subalternos, sem dúvida constringia os limites da ação destes agentes, mas, como nos ensinam os revoltosos dos *Ludi Romani*, não impedia definitivamente que estes grupos buscassem seus interesses, ainda que de pedras na mão.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman History: the civil wars, books 1-3.26*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University Press, 1913. 3 v.
- ASCONIUS. *Commentaries on speeches of Cicero*. Translated by R. G. Lewis. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CICERO. *Letters to Atticus: volume I-XVI*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- CICERO. *Pro Archia. Post Reditum in Senatu. Post Reditum ad Quirites. De Domo Sua. De Haruspicum Responsis. Pro Plancio*. Translated by N. H. Watts. Cambridge: Harvard University Press, 1923.
- DIO CASSIUS. *Roman History*. Translated by Earnest Cary, Herbert B. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1914. 3 v.
- PLUTARCH. *Lives: volume I-X*. Translated by Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1919-1920.
- SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta*. Tradução de Barreto Feio. Petrópolis: Vozes, 1990.

Obras de apoio

- ALDRET, G. Riots. In: ERDKAMP, P (ed). *The Cambridge Companion to Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: a história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 21-41, 2012.
- BELCHIOR, Y. *Iam Victum fama non visi Caesaris agmen (Luc. Phars. 2, 600): os boatos nas guerras civis entre Pompeu e César (54 – 48 a.C.)*, 2018. Tese (Doutorado em

- História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BRUNT, P. A. *The Roman mob*. *Past & Present*, n. 35, p. 3-27, 1966.
- COURRIER, C. *La plebe romain et sa culture*. Rome: École française de Rome, 2014.
- CARROLL, M. *Infancy & earliest childhood in the Roman World: a fragment of time*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- ERDKAMP, P. A starving mob has no respect: urban markets and food riots in the Roman world, 100 BC – 400 AD. In. DE BOIS, L.; RICH, J. (ed.). *The transformation of economic life under the Roman Empire*. Brill: Amsterdam, 2002, p. 93-115.
- FLAIG, E. Repenser le politique dans la République romaine. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 105, 1994, p. 13-25.
- FLAMBARD, J. Clodius, les collèges, la plèbe et les esclaves. *Mélanges de l'École Française de Rome*, t. 89, n. 1, 1977, p. 115-156.
- FLOWER, H. *The dancing lares and the serpent in the garden: religion at the Roman street corner*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- GARNSEY, P. *Famine and food supply in the Graeco-Roman World: responses to risk and crises*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- GRIG, L. *Popular culture in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- GUARINELLO, N. L. Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. *História*, v. 26, n. 1, p. 125-132, 2007.
- GIDDENS, A. *Social theory and modern sociology*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- HÖLKESKAMP, K-J. *Reconstructing the Roman Republic: an ancient political culture and modern research*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- HORSFALL, N. *The culture of the Roman plebs*. Bristol: Bristol Classical Press, 2003.
- KNAPP, R. *Invisible romans*. London: Profile Books, 2011.
- LAURENCE, R. Rumor and communication in Roman politics. *Greece & Rome*, v. 41, n. 1, p. 62-74, 1994.
- LINTOTT, A. W. *Violence in Republican Rome*. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- OLIVEIRA, J.; COURRIER, C. (ed.). *Ancient History from below: subaltern experiences and actions in contest*. London: Routledge, 2022.
- OLIVEIRA, J. *Late Antiquity: the age of crowds?* *Past & Present*, v. 249, n. 1, p. 3-52, 2020.
- MARSHALL, A. J. Symbols and showmanship in Roman public life: the fasces. *Phoenix*, v. 38, n. 2, p. 120-141, 1984.
- McLACHLAN, B. *Women in ancient Rome*. London: Bloomsbury, 2013.

- MORSTEN-MARX, R. *Mass oratory and political power in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MOURITSEN, H. *Plebs and politics in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NIPPEL, W. *Public order in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PURCELL, N. Rome and the plebs urbana in the Late Republic. In: CROOK, J. A.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (ed.). *Cambridge Ancient History: the last age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992. v. IX.
- ROSILLO-LOPEZ, C. 'Temo a los troyanos: rumores y habladurías en la Roma tardorrepublicana'. *Polis*, n. 9, p. 113-134, 2007.
- ROSILLO-LOPEZ, C. *Political communication in the Roman World*. London: Brill, 2017.
- SCULLARD, H. H. *Festivals and ceremonies of the Roman Republic*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- SIMÓN, M.; POLO, P. F. Mario Gratidiano, los compita y la religiosidad popular a fines de la Republica. *Klio*, n. 82, v. 1, p. 154-170, 2000.
- SUMI, G. S. The crowd at Clodiu's funeral. *Historia*, n. 46, p. 80-102, 1997.
- TATUM, J. *The patrician tribune, Publius Clodius Pulcher*. London: University of North Carolina Press, 2010.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
- TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758 – 1834. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.
- TONER, J. *Popular culture in Ancient Rome*. Cambridge: Polity, 2009.
- TRAN, N. *Les membres des associations romaines, le rang social des collegiati en Italie et en Gaules sous le Haut-Empire*. Rome: École Française de Rome, 2006.
- VANDERBROEK, P. J. *People leadership and collective behavior in the Late Roman Republic (80 a.C-50 B.C)*. Gieben Publisher: Amsterdam, 1987.
- VIRLOUVET, C. *Famines et émeutes à Rome des origins de la République à la mort de Néron*. Roma: École Française de Rome, 1985.
- VLASSOPOULOS, K. Marxism and Ancient History. In: ALLEN, D.; CHRISTESEN, P.; MILLET, P. (ed.). *How to do things with History: new approaches to Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 209-236.
- YAVETZ, I. The living conditions of the Roman plebs in Republican Rome. *Latomus*, n. 17, p. 500-517, 1958.
- YAVETZ, I. *Plebs and princeps*. London: London University Press, 1969.

Império Romano e espaço provincial: integração, periferias, subalternos e relações de poder nas cartas, de Plínio, o Jovem, e Trajano

*Roman Empire and provincial space: integration, peripheries,
subalterns and power relations in the letters of Pliny the Younger
and Trajan*

Alex Aparecido da Costa*

Resumo: O Livro 10 das *Cartas* de Plínio, o Jovem, revela muitas informações sobre o funcionamento da administração provincial romana. Ao tratar das questões relacionadas com o governo da Bitínia, a correspondência entre Plínio e o imperador Trajano permite a análise de temas como organização e controle social, problemas jurídicos, concessão de direitos de cidadania, controle financeiro e rivalidades municipais. A partir dos conceitos de integração, identidades e fronteiras nossa análise permitiu compreender aspectos das relações de poder entre o poder central e as elites provinciais, bem como os posicionamentos adotados em relação aos grupos subalternos.

Abstract: The Book 10 of the *Letters* of Pliny the Younger reveals a lot of information about the functioning of the Roman provincial administration. When dealing with issues related to the government of Bithynia, the correspondence between Pliny and the Emperor Trajan allows the analysis of topics such as organization and social control, legal problems, granting citizenship rights, financial control and municipal rivalries. Based on the concepts of integration, identities and borders, our analysis allowed us to understand aspects of the power relations between the central power and the provincial elites, as well as the positions adopted in relation to subaltern groups.

Palavras-chave:

Administração provincial.
Cartas.
Bitínia.

Keywords:

Provincial administration.
Letters.
Bithynia.

Recebido em: 19/05/2022
Aprovado em: 27/06/2022

* Doutor em História Antiga pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Introdução

Por volta do ano 110, o senador romano Plínio, o Jovem, foi enviado para a Bitínia pelo imperador Trajano como legado imperial, na função de governador, onde atuou por um período de pouco mais de dois anos. A historiografia conhece esse episódio por meio da correspondência entre ambos a respeito das questões administrativas daquela província. Reunidas no Livro 10 do epistolário pliniano, as cartas sobre a Bitínia já foram entendidas como um “compêndio de jurisprudência administrativa” (DURRY, 2002, p. xi), porém essa concepção não é mais aceita, já que as respostas imperiais aos governadores de cada província não possuíam validade geral no Império Romano. Dessa forma, embora não sejam uma compilação de leis provinciais, as cartas permanecem como fontes importantes sobre a administração provincial romana.

Plínio, o Jovem, e o imperador Trajano são figuras representativas do processo de integração do Império Romano durante o Principado.¹ Plínio, de origem itálica, pertencia à ordem equestre e ascendeu ao Senado e aos altos cargos do *cursus honorum* durante as dinastias dos Flávios e Antoninos. Trajano, por sua vez, foi o primeiro imperador de origem provincial, um dos prenúncios de que o poder no Império não estaria mais circunscrito às elites patrícias da cidade de Roma. As cartas que os dois interlocutores trocaram oferecem vários temas de análise, tais como organização e controle social, problemas jurídicos, concessão de direitos de cidadania, controle financeiro e rivalidades municipais.

Neste artigo, a partir dos elementos presentes na fonte, destacaremos alguns aspectos sobre os subalternos e as relações do poder imperial com as elites periféricas do mundo romano. Para a compreensão desses temas serão importantes os conceitos de integração, identidade, fronteiras e a contextualização da Bitínia no período imperial romano, que discutiremos nos tópicos a seguir.

O Império como espaço e integração

Os temas propostos para discussão guardam grande complexidade, pois transcendem aspectos políticos formais por estarem inseridos em múltiplos aspectos integradores. Entre eles, podemos destacar o pacto do poder imperial com as elites provinciais (WOOLF, 1992); a ausência de um projeto uniforme para o Império, caracterizada

¹ Caio Plínio Cecílio Segundo, sobrinho de Caio Plínio Segundo, conhecido como Plínio, o Velho, nasceu na cidade de Como no ano de 62, e morreu em 112, quando era governador da Bitínia. Marco Úlpio Trajano nasceu em Itálica, na Bética, região da província romana da Hispânia, em 53, e morreu adoecido, em 117, na Cilícia durante as revoltas ocorridas no Oriente após a guerra contra os partos.

pela distribuição estratégica dos diversos graus de cidadania (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1977); a presença de uma eficaz infraestrutura de transporte (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005); a ampla, mas não absoluta, capacidade de aceitação da diversidade imperial (PEREIRA, 2004); enfim, o ordenamento do mundo romano a partir de um amplo processo de integração (GUARINELLO, 2010). Nesse sentido, dedicaremos a parte inicial deste artigo para a discussão de elementos que compõem essa complexidade.

De acordo com Hingley (2005, p. 1-9), o estudo do passado não ocorre desvinculado das preocupações com o presente, sendo fundamental para o historiador ter consciência dessa condição para evitar a utilização de ideias e conceitos sem o devido exame crítico. Nesse sentido, ele afirma que as ideias sobre a globalização atual estão interagindo e transformando nosso entendimento a respeito da sociedade romana, oferecendo novas formas de entendê-la a partir da crescente consciência do caráter global do nosso mundo. Em outro trabalho, o autor também explica seu posicionamento:

Não estou argumentando que o Império Romano e impérios contemporâneos representam a mesma coisa, mas que interesses atuais, preocupação e tradições intelectuais conduzem os modos como as pessoas selecionam seus textos e materiais arqueológicos e também as formas que os estudiosos desenvolvem ideias sobre o passado (HINGLEY, 2011, p. 105).

Nossa opção, portanto, por abordar questões relacionadas com os temas de periferias, subalternos e relações de poder visa a estabelecer, de forma consciente, relações entre passado e presente e o exercício em torno da ideia de alteridade que o Mundo Antigo oferece ao presente. O caso do Império Romano é bastante interessante nesse sentido, pois muitas vezes foi emulado por outras experiências históricas, dentre as quais o imperialismo europeu dos séculos XIX e XX é exemplar. Para Mendes (2007, p. 27), o Império Romano oferece um modelo cognitivo acerca do ser humano e da sociedade, bem como reflexões acerca da duração e derrocada de determinado sistema social. Sobre o estabelecimento de relações entre passado e presente, Guarinello (2014, p. 174) destaca que a globalização contemporânea é resultado de acúmulos de processos de integração milenares, tornando importante o questionamento sobre como ocorrem esses processos no tempo e no espaço, não por suas semelhanças, mas porque somos resultados deles.

Até meados do século XX o Império Romano era concebido como uma força civilizatória na Antiguidade. Tal visão justificava o papel a ser desempenhado, no mundo contemporâneo, pelas potências europeias em suas possessões coloniais na África, América e Ásia. Essa perspectiva alterou-se na esteira do fim dos impérios coloniais europeus após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu o que Guarinello (2014, p. 39) chamou de 'descolonização' da História Antiga. Segundo o autor, essa mudança representou o

rompimento com a ideia de uma civilização superior imposta pelo conquistador e acolhida passivamente pelos povos dominadores e deu lugar ao entendimento da continuidade de resistências e negociações entre conquistados e conquistadores. Isso levou a uma:

Maior atenção para as realidades locais e a necessidade, até então pouco explorada, de explicar o próprio fato da manutenção e permanência do Império por longos séculos. A ênfase da bibliografia deslocou-se, assim, do problema da queda do Império, que havia assombrado gerações desde Gibbon, para o mistério de sua sobrevivência (GUARINELLO, 2010, p. 114)

Guarinello (2010, p. 114) ressalta também que antes dessa mudança as narrativas acerca do mundo romano concentravam suas explicações a partir da perspectiva da capital do Império. Ele aponta duas abordagens exemplares desta concepção: uma era o estudo do Império enfatizando sua constituição governamental e administrativa enquanto reacomodação das instituições republicanas; a outra obedecia à tradição dos historiadores que construíam narrativas históricas, tendo como ponto de referência a biografia dos imperadores. O autor destaca ainda que, dentro dessas perspectivas, as regiões provinciais eram negligenciadas e tinham como única perspectiva dentro da historiografia a incorporação aos modelos políticos, culturais e econômicos oferecidos por Roma.

Atualmente, o Império Romano é compreendido como um espaço de integração da diversidade da qual era composto. Para Mendes (2004, p. 260), o conceito de integração implica em vínculos de exploração variados, relações desiguais entre centro e periferias, articulação de interesses políticos das elites locais e centrais com o objetivo de controles mais sutis e menos coercivos. Por sua vez, Guarinello (2010, p. 120-121) enfatiza a ideia de ordem como um espaço de consenso em uma esfera de divergências, situando, desse modo, a ordem romana como elemento do processo de integração. Noreña (2010, p. 534) explica que durante o Império Romano ocorreu uma:

Intensificação da integração cultural e econômica na bacia do Mediterrâneo, e isto também reforçou a estabilidade política e territorial. O mundo mediterrâneo dos primeiros dois séculos de nossa era, então, pode ser visto como uma configuração original de poder, na qual uma rede interconectada nos campos político, militar, econômico, cultural e ideológico convergiu para produzir o que chamamos de Império Romano.

Assim descrita, a integração do Império Romano apresenta-se como um quadro positivo, todavia o processo guarda aspectos que denunciam os limites de seu alcance em relação a camadas mais amplas da população imperial. Na verdade, ela servia principalmente aos interesses das aristocracias imperiais e provinciais, já que idealizava

e legitimava “uma ordem social e política na qual a distribuição de riqueza e poder era notadamente desigual” (NOREÑA, 2010, p. 541).

O conceito de integração nas pesquisas mais recentes tem aparecido em substituição ao de “romanização”, durante muito tempo usado para descrever uma superada visão civilizatória do Império Romano e que depois aparece como um conceito reciclado e semelhante ao de integração, que, de certa forma, o substituía. Nesse sentido, a romanização, entendida como “fusão de instituições e culturas imperiais e locais [...] [e] fruto conjunto da atuação dos governos centrais e de iniciativas locais” (GARNSEY; SALLER, 1991, p. 237), pode figurar como sinônimo de integração, porém de forma limitada. Foi a limitação da ideia de romanização que possibilitou o surgimento da noção de integração no estudo do mundo romano, por ser mais apropriada para chamar a atenção para outros aspectos em seu interior, tais como os que pretendemos discutir neste artigo.

Portanto, a partir dos autores citados podemos conceber a integração como um conceito amplo capaz de compreender os aspectos positivos, negativos e contraditórios do mundo romano. Naquela época, a prosperidade das elites convivia com a desigualdade social; os discursos e a propaganda de Roma propunham ações que buscavam forjar sentimentos de pertencimento a uma identidade imperial comum, que tinha como efeito colateral o acirramento da afirmação de identidades locais como forma de reação. Diante disso, o conceito de integração presente em nossa pesquisa entende o Império Romano como um espaço de interação, trocas culturais, resistências e relações de poder.

Identidades e fronteiras

Os conceitos de identidade e fronteiras são igualmente fundamentais para compreender as relações estabelecidas no interior do Império Romano, pois atuaram como mediadoras dos processos de integração entre os diversos grupos envolvidos no processo. O mundo romano era um espaço de profundos e variados intercâmbios ao longo de sua história. As relações culturais que ali se desenvolveram foram marcadas por aproximações e distanciamentos. Para estudar esses processos são relevantes os conceitos de identidade e fronteiras. Trata-se de duas noções próximas e às vezes interdependentes, pois a identidade, seja ela pessoal ou comunitária, constrói-se sobre múltiplos elementos culturais, ficando mais evidentes em espaços de fronteiras rígidas ou adaptáveis (FRIGHETTO; LEME, 2016, p. 50).

Para Guarinello (2010, p. 116-117), identidade é uma construção social que ocorre em processos de inclusão e exclusão, desempenhando papel importante na compreensão de comunidades e de suas atitudes no Mundo Antigo. A partir desta noção, o autor

destaca que, em razão da diversidade de culturas, o Império Romano é entendido como espaço de negociação de múltiplas identidades. Nesse sentido, ao apresentarmos aqui, em função do nosso recorte, as identidades gregas e romanas, devemos ressaltar seus aspectos provisórios e em constante mudança em razão dos contatos entre si e com outras identidades presentes no mundo mediterrâneo.

Nas relações culturais que ocorriam no Mediterrâneo antigo, a identidade grega mostrou-se bastante adaptável. Segundo Woolf (1994, p. 131), a cultura helenística, por suas características variadas e flexíveis, viu como bem-vindas as transformações materiais e políticas trazidas pelo Império Romano para suas cidades, inclusive sem considerá-las como graves riscos para sua identidade. Em função dessa diversidade, o autor enfatiza que o helenismo era um fator de atração para indivíduos de outras culturas, que assumiam a identidade grega por meio de formas variadas, como a adoção de cultos ou da língua, de maneira que não é possível estabelecer um critério único e característico dessa identidade (WOOLF, 1994, p. 128-129).

Ainda assim, é possível apontar alguns aspectos da identidade grega no período imperial: vida urbana com a participação nas instituições políticas, da religião e do ócio no mundo cívico; aquisição dos valores gregos por meio do contato com escolas de oradores e filósofos; superação da origem étnica em favor da opção cultural como fator de caracterização; apego aos modelos culturais e linguísticos e a memória do passado grego do Período Clássico (GUARINELLO, 2009, p. 155). Em linhas gerais, era essa a identidade grega que havia se espalhado pelo Oriente desde as primeiras colonizações nas margens do Egeu e depois com mais força e maior difusão no período helenístico.

Por sua vez, a identidade romana no período imperial é marcada pela multiplicidade e por ser um processo em constante mutação, impossibilitando o estabelecimento de uma concepção definitiva do que era ser romano. Por isso, as noções a respeito dela podem ser destacadas a partir da visão de vários autores. Suas perspectivas não apresentam grandes divergências e são, em muitos aspectos, complementares.

Para Revell (2009, p. 189), embora houvesse um paradigma tradicional da identidade romana expresso pela figura do indivíduo do sexo masculino, rico, adulto e nascido livre, ocorria também a adoção de outras formas de expressão da identidade romana a partir da convivência em espaços públicos, onde eram articuladas as relações de poder. A autora enfatiza que a identidade romana era construída e reconstruída nas relações cotidianas, no interior das estruturas sociais, no exercício das magistraturas e a partir das negociações dos administradores com os súditos do Império (REVELL, 2009, p. 3; 9; 155). Ela destaca também que ser romano era, antes de tudo, um discurso que variava em cada província, pois a romanidade era compreendida de diversas formas em cada região, de maneira que

ser romano dependia da concepção de Roma em cada parte do mundo imperial (REVELL, 2009, p. 2-3). Portanto, ser romano não era um conceito constante, nem no espaço, nem no tempo; não havia uma romanidade autêntica, mas reproduções fragmentadas do poder romano; nenhuma comunidade detinha o monopólio da identidade romana (REVELL, 2009, p. 38).

Woolf (1994, p. 120) explica que os romanos tinham como característica a incorporação de outros povos em suas tradições, de maneira que sua identidade era baseada na participação em uma comunidade política e religiosa com costumes, valores e modos de vida comuns. E essa comunidade não era outra senão o mundo romano, onde o compartilhamento de hábitos era um fator de identidade, pois a identidade romana foi recriada dessa forma a partir do final da República e início do Principado, quando Roma estabeleceu as bases de seu Império (GUARINELLO, 2014, p. 143). Esse processo ocorria sob negociações e relações de poder, que no Mediterrâneo oriental colocavam a identidade grega diante da romana, ambas contribuindo mutuamente para a construção da identidade imperial na região. Porém, essa identidade era marcada internamente pela alteridade, já que os oligarcas gregos aceitaram a dominação romana, mas, talvez como forma de resistência, reforçaram sua identidade helênica (GUARINELLO, 2014, p. 144). Assim, de certa forma, havia uma espécie de dupla identidade, pois as elites orientais mantiveram-se culturalmente gregas, apesar de adotarem as diretrizes romanas nos âmbitos políticos e administrativos (CORTÉS COPETE, 2005, p. 420).

A questão da integração imperial, além da ideia de identidade, traz também em seu bojo a noção de fronteira. Portanto, devemos destacar aqui os aspectos mais importantes desta noção no contexto do mundo romano, bem como no recorte de nossa pesquisa. Por estarmos tratando de uma província localizada no interior do Império, nosso conceito de fronteira não poderá ficar restrito ao tradicional sentido de divisão geográfica, devendo considerar características mais subjetivas do conceito. Sem afastar completamente o sentido de bloqueio e separação, devemos pensar a fronteira também como um espaço de contatos, acessos e consensos (GUARINELLO, 2010, p. 120). Assim, fronteiras devem ser entendidas como ambientes, tanto físicos quanto mentais, em que são forjadas estratégias de convívio, de identidades e alteridades. E, em função da diversidade do Império, das várias culturas de que era composto, esses processos devem ser compreendidos a partir das articulações das fronteiras internas (GUARINELLO, 2014, p. 54).

Na porção ocidental do Mediterrâneo havia uma concepção de fronteira mais clara no contexto da conquista devido às diferenças culturais entre os romanos e os povos submetidos, no Oriente, e principalmente no contato com os gregos, o quadro era mais complexo. Naquela região o choque não foi drástico, pois a cultura romana era

semelhante à grega, pela qual fora bastante influenciada. A urbanização e instituições cívicas municipais, que estavam entre as principais inovações romanas nas províncias ocidentais, eram elementos preexistentes no Oriente grego. Assim, apesar de os romanos terem também uma noção de fronteira baseada no discernimento entre concepções de civilização e barbárie, tal noção não fazia sentido para suas relações com os gregos. Dessa forma, a compreensão de fronteira entre essas duas culturas precisa ser entendida em níveis mais tênues e ambíguos, ou seja, pautado menos em termos de diferenciação e mais em trocas e negociações.

E essa complexidade na ideia de fronteiras era ainda maior na medida em que ela não estava circunscrita às relações entre romanos e gregos, mas também se apresentava no interior do helenismo, principalmente na rivalidade entre as cidades. Para Roma, tratava-se de uma situação que não deveria ser suprimida, mas cuidadosamente controlada. Conflitos entre cidades ocorriam, em geral, por conta da busca de posições elevadas dentro de uma província por meio de concessões de benefícios fiscais e de direitos por parte de Roma. Rivalidades demasiadamente radicais trariam, decerto, complicações para a arbitragem romana, mas se elas fossem mantidas em níveis aceitáveis tinham uma função preventiva importante ao dificultar que cidades se unissem contra o poder imperial. Assim, as ambições das cidades levavam à rivalidade intermunicipal que funcionava como lubrificante e combustível do Império (LEVICK, 1979, p. 122), pois a estrutura administrativa e fiscal do mundo romano era baseada nas instituições urbanas e a emulação entre as cidades seria uma espécie de aprimoramento das potencialidades da ordem romana.

Nesse contexto, a cidadania romana pode ser pensada como elemento constituinte de fronteiras internas no mundo romano, na medida em que estabelecia distinções jurídicas e sociais entre os súditos do Império. Isso fica bastante claro se levarmos em consideração que os imperadores concediam cidadania a indivíduos ou comunidades quando estavam convencidos de que atingiram um nível de romanização satisfatório. Isso significava que, embora todos fossem súditos do mesmo império, alguns eram mais romanos que os outros. As fronteiras internas criadas a partir das distinções de estatutos jurídicos diferenciavam, inclusive, cidadãos de uma mesma cidade, pois com o advento do Império não era mais o território que definia os estatutos jurídicos, mas apenas o direito romano (SESTON, 1980, p. 6). Assim, os que estavam além da fronteira interna da cidadania romana, fossem indivíduos ou comunidades eram compreendidos como estrangeiros mesmo dentro do Império (ANDO, 2008, p. 500).

A partir das informações aqui apresentadas podemos perceber que o conceito de identidade contemporâneo, construído para compreender aspectos do processo de

globalização, é também pertinente para pensarmos o Império Romano, já que envolve, igualmente, trocas culturais, relações de poder e negociações entre centro e periferia. Em virtude disso, as identidades imperiais que atuavam no mundo romano eram marcadas por mudanças constantes e adaptações, impossibilitando o estabelecimento de uma única definição. E, embora tolerante com as alteridades, havia em torno da construção da identidade imperial aspectos de controle e dominação, bem como diretrizes para a participação política na ordem romana.

Da mesma forma, a concepção de fronteiras internas como espaços de acessos, consenso e trocas mostra-se adequado para orientar nossa discussão sobre a integração provincial, pois, embora a Bitínia fizesse parte do mundo romano, sua relação com o poder imperial era marcada por aspectos de controle e negociações. As experiências vividas pelo poder romano durante as conquistas ajudaram a transformar, no decurso da expansão, as antigas fronteiras externas em fronteiras internas marcadas por relativa tolerância e aceitação. Em paralelo, Roma soube controlar e conduzir a seu favor antagonismos criados pela rivalidade entre as comunidades dentro do Império. Em relação às fronteiras entre romanos e gregos destacamos que eram locais de construção de identidades, onde eram atenuadas as alteridades, sendo marcados por ambiguidades e conciliações, logo se tratavam de espaços em constantes reestruturações.

O mundo provincial, a Bitínia e as cidades do Oriente grego

O vigor das cidades e a importância da cultura grega foram fatores que favoreceram a manutenção do Império em sua porção oriental. Marek (2009, p. 44) afirma que a helenização, nesse quesito, foi mais importante que a presença militar ou mesmo o culto imperial, na medida em que a adesão à cultura helênica tornou-se essencial para a ascensão política das classes dirigentes. Ou seja, a identidade cultural grega atuava como elemento de integração em prol do Império em sua porção oriental. Em contrapartida os gregos viam com bons olhos a proteção romana, sob a qual podiam seguir mantendo sua cultura dentro de um mundo civilizado estabelecido por Roma (ANDRADES RIVAS, 2008, p. 78), pois, segundo Woolf (1995, p. 15) os romanos preocupavam-se com a decadência dos costumes ancestrais helênicos e buscavam, segundo sua ótica, preservá-los.

No mundo greco-romano, as cidades eram consideradas os espaços onde a civilização distinguia-se da barbárie. Era o local onde o ser humano estaria melhor situado para desenvolver suas capacidades (CORTÉS COPETE, 2005, p. 424), trava-se de uma "entidade física, uma personificação metafísica, e a condição necessária para viver de forma correta" (REVELL, 2009, p. 76). Além disso, devemos levar em conta que as cidades

do mundo mediterrâneo, em sua ampla maioria situadas no litoral, dotadas de portos, templos e praças de comércio, eram grandes encruzilhadas. Nelas o fluxo de pessoas fazia com que o espaço urbano se tornasse o que Gonçalves (2010, p. 20) chamou de local de “formação de identidades e de expressão de alteridades”. Para um visitante da Antiguidade que, vindo de outra região, passasse uma temporada em uma cidade greco-romana decerto notaria nela alguns aspectos marcantes como a urbanização, o papel ativo da elite e presença peculiar do evergetismo. São elementos que caracterizavam a vida social das cidades antigas e que, portanto, devem ser destacados.

Estudos sobre a construção das identidades no mundo mediterrâneo durante o Império Romano colocam em destaque o papel do urbanismo. Para Revell (2009, p. 76), além das construções, que marcavam os espaços institucionais das relações de poder da população com a elite e de ambos com a vida religiosa, o urbanismo pressupunha também a adoção de hábitos próprios da forma correta de viver nas cidades. Eles eram expressos na participação e responsabilidade política e no convívio em eventos religiosos e espetáculos públicos. Em outras palavras,

Edifícios públicos, festivais ou jogos eram ingredientes essenciais da mistura de culturas daquilo que gregos e romanos compreendiam como civilização urbana. Civilização, na verdade, era virtualmente sinônimo de cidade. Sem urbanismo a civilização não poderia existir (ZUIRDEHOEK, 2009, p. 78).

O espaço urbano da cidade no mundo mediterrâneo, além de suas funções cotidianas de seus habitantes, também era palco para a manifestação do prestígio social da elite. Guarinello (2014, p. 36) explica que os grupos enriquecidos careciam de visão empresarial, algo compreensivo em sociedades pré-capitalistas, e por isso consumiam suas fortunas com ostentação para legitimar sua posição diferenciada dentro da comunidade. A afirmação dos ricos como os únicos com competência para governar as cidades com base em sua distinção não era suficiente para contornar tensões decorrentes da desigualdade social. Contudo, havia certa aceitação da desigualdade por parte da população em troca de que os notáveis garantissem “todas as amenidades necessárias para a vida apropriada a um cidadão grego” (ZUIRDEHOEK, 2009, p. 70).

Para cumprir a tarefa exigida pelos concidadãos menos afortunados, os membros das elites municipais adotavam uma prática característica das cidades do mundo greco-romano: o evergetismo. Para Zuiderhoek (2009, p. 2; 5), o evergetismo surgiu a partir de desdobramentos políticos e ideológicos decorrentes da concentração de renda e da hierarquização social com o objetivo de conservar a harmonia social e a estabilidade política. De maneira sintética, o evergetismo estava presente quando um notável local

pagava com sua fortuna pessoal jogos, espetáculos, banquetes ou construções em benefício da cidade e de sua população. Veyne (2015, p. 179) explica que o evergetismo diferencia-se de generosidade particulares direcionadas a indivíduos específicos ou a uma clientela porque era oferecido em homenagem à cidade. Na mesma passagem, o autor descreve o évérgeta como membro de uma ordem, magistrado ou um notável que usa seus recursos para demonstrar abnegação e obter honrarias a partir de sua posição de classe distinta que lhe confere o direito e o dever de governar a cidade. As doações desses notáveis, ou seja, as evergesias, eram compreendidas por seus concidadãos não como demonstração de poder de um membro da elite, mas como tributos cívicos altruísticos oferecidos à cidade (VEYNE, 2015, p. 180).

Paralelo a esses três elementos, no processo de integração operava também o que Cortés Copete (2005, p. 417) chamou de helenização de Roma e provincialização da romanidade. No período, os costumes políticos e culturais gregos conviviam com o esforço administrativo romano, mas nenhum dos dois modelos estava destinado a prevalecer. Mesmo assim, a balança não estava em equilíbrio total, pois “a história da cidade grega no período romano é muito mais um conto de como tornar-se romano” (ANDO, 2012, p. 110). Essa afirmação, bastante taxativa, deve ser considerada, mas em nosso ponto de vista talvez mereça algumas relativizações no sentido de que o engajamento na romanidade era muito mais um pré-requisito para os membros das elites municipais com ambições de galgar postos na administração imperial e não para toda a população de cultura grega. Ou seja, a integração grega no Império não implicou um abandono das tradições culturais helenísticas (CORTÉS COPETE, 2005, p. 422), nas quais o antigo ideal da cidade como comunidade de cidadãos permaneceu vivo na mentalidade cívica grega sob o governo romano (ZUIRDEHOEK, 2009, p. 71), mas sem criar uma contradição absoluta com o fato de que para os gregos em contato mais próximo com o poder romano as cidades fossem bastante valorizadas como lugar de expressão de poder e prestígio, pois serviam como degrau para suas ambições políticas (CORTÉS COPETE, 2005, p. 422). Portanto, devemos ter em mente que as intenções dos grupos de poder, a condição e trânsito social dos indivíduos, bem como o grau de associação com a comunidade grega e com as autoridades romanas eram fatores de ressignificação do papel da cidade em suas ações.

A correspondência entre Plínio e Trajano: periferia, subalternos e relações de poder

Uma das características da administração romana era a recusa de aplicar leis gerais sobre todo o território imperial. As decisões imperiais e dos governadores aconteciam de

acordo com os costumes e as questões locais visando, principalmente, à manutenção da estabilidade local. Sendo um império tributário, Roma necessitava que as relações sociais e políticas das cidades permanecessem estáveis, garantindo a constância do fluxo de impostos delas extraídos. Na Bitínia, uma das preocupações de Plínio e Trajano eram os *collegia*, espécie de associações de residentes, muitas vezes artesãos, urbanos, formadas para satisfazer as necessidades básicas de seus membros (GARNSEY; SALLER, 1991, p. 187). Como o Estado romano tinha um quadro administrativo reduzido e não assumia preocupações de cunho social em relação aos súditos do Império o surgimento deste tipo de instituições era, de certa forma, uma consequência daquela realidade social.

O período do Principado foi uma época de florescimento dessas associações muitas vezes constituídas por grupos de profissionais do mesmo ramo em um contexto de melhoria do padrão de vida entre os estratos médios da população urbana, o que favorecia também a tomada de consciência sociopolítica de indivíduos ativos nos *collegia* (ZUIDERHOEK, 2008, p. 436-438). Por isso, tais associações, paralelo às suas funções originais, podiam atuar politicamente junto às assembleias das cidades gregas (BAUDY, 2006, p. 440) ou até se tornar fontes de agitação. Isso era um problema em Roma, mas era um problema ainda maior nas províncias, nas quais havia certa carência de instrumentos para manter a ordem social (GARNSEY; SALLER, 1991, p. 188-189).

Diante dos riscos de agitação oriundos dessas associações o Estado romano, desde o período republicano, mantinha vigilância sobre elas. De acordo com Baudy (2006, p. 107-108), restrições contra cultos estranhos às tradições romanas foram utilizadas para regular a admissibilidade de novas comunidades mesmo quando não envolviam grupos religiosos. Todavia, é importante ressaltar que o quadro de proibição dessas atividades é complexo, conforme verifica-se na análise de Arnautoglou (2002, p. 28). De acordo com esse autor, banimentos dos *collegia* não eram medidas gerais, mas sim ações restritas no espaço e no tempo, e sua discussão focaliza justamente a questão dos *collegia* na Ásia Menor na época do Principado. Especificamente para o caso da Bitínia, Arnautoglou (2002, p. 35-36; 38) cita a proibição de Trajano em relação à proposta de criação de uma corporação de bombeiros na cidade de Nicomedia feita por Plínio (*Epistulae ad Traianum*, 10, 33; 34) como exemplo da preocupação imperial com distúrbios sociais causados por instituições semelhantes naquela região do Império: “não devemos esquecer que essa província e, mais concretamente, essa cidade foram vítimas de associações dessa natureza” (Plin., *Tra.*, 10, 34).

Esse tipo de temor aparece na proposta de criação de um corpo de bombeiros em Nicomedia, onde vemos a preocupação de Plínio em virtude da ocorrência de um incêndio que destruiu “muitas casas de particulares e edifícios públicos” (Plin., *Tra.*, 10,

33, 1) que, de acordo com o legado imperial, não foi combatido pela “indolência dos homens” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 2) e pela ausência de “instrumentos para combater o fogo” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 2). Diante dessa ocorrência Plínio propõe a Trajano a criação de “uma associação de bombeiros” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 3) garantindo a vigilância para que ela não servisse “para nenhum outro fim” (Plin., *Tra.*, 10, 33, 3). Contudo, o imperador não acolhe a sugestão de Plínio e enfatiza que a região era “vítima de associações dessa natureza [que] se convertiam igualmente em *hetaeriae*” (Plin., *Tra.*, 10, 34, 1). Nessa situação, vemos Plínio preocupado com os riscos de novos incêndios e, consciente da proibição, propondo tomar precauções contra os eventuais desvios das associações de bombeiros. A consulta ao imperador, como explica Sherwin-White (1998, p. 608), decorre justamente do conflito da proposta com as instruções imperiais, que são prontamente reafirmadas por Trajano em sua resposta. A principal preocupação do César era o risco potencial da associação atuar politicamente, ou seja, como *hetaeriae*, clubes políticos de caráter secreto que conspiravam para fins subversivos (WILLIAMS, 2014, p. 98). Ao não concordar com Plínio e não confiar na eficácia das precauções oferecidas, Trajano, neste caso, contraria o entendimento de Millar (2004, p. 163), segundo o qual os imperadores eram bastante influenciados pelas informações enviadas das províncias pelos governadores. Trata-se, no conjunto do Livro 10, de uma exceção que confirma a regra, pois Trajano confiava nas avaliações de Plínio e deu-lhe autonomia em diversas situações.² Portanto, o tema da proibição das associações era bastante sensível ao ponto de estabelecer uma conduta diversa da verificada pela historiografia em um contexto geral.

Outro aspecto da relação entre centro e periferia presente nas cartas de Plínio e Trajano envolve as embaixadas, que levantam duas questões: a busca das cidades por boas relações com Roma e a preocupação do poder imperial com os gastos provinciais. Nesse sentido, as cartas 43 e 44 corroboram a ideia de que as autoridades imperiais se viam na posição de tutelar os gastos das comunidades provinciais diante do descontrole financeiro praticado pelas elites locais. As referidas cartas tratam das quantias despendidas pela cidade de Bizâncio anualmente com embaixadas ao imperador e ao governador da Mésia. Em virtude disso, Plínio sugere a extinção das custosas viagens de embaixadores, mantendo, porém, o envio dos decretos de homenagens às respectivas autoridades. Assim, o governador pensou “que no futuro convém suprimir estes gastos” (Plin., *Tra.*, 10, 43, 3). Trajano, em sua resposta, se mostrou de acordo com as medidas de contenção de gastos, aprovando as homenagens “menos custosas” (Plin., *Tra.*, 10, 44) propostas por Plínio.

² Principalmente nas várias cartas acerca de construções e questões financeiras, nesta, principalmente, Plínio era especialista, visto que fora responsável pelo Erário de Saturno, em Roma.

Em virtude das rivalidades municipais, essas embaixadas podiam estar associadas à busca da cidade por importância política aos olhos das autoridades imperiais, mas, sem prejuízo disso, os valores dedicados a elas podiam também estar beneficiando um indivíduo ou grupo político local. Considerando a preocupação romana com a estabilidade, era coerente interferir neste tipo de questão para prevenir eventuais conflitos entre facções. Ao lado da supressão das embaixadas, chama a atenção a permanência do envio dos decretos e homenagens. Embora não pareça um dado excepcional, a valorização das homenagens deve ser ressaltada porque ocorria em uma via de mão dupla: era uma valorização da elite provincial por parte do poder imperial ao mesmo tempo que representava a devoção dos notáveis locais para com as autoridades romanas.

Ainda sobre as embaixadas de Bizâncio, convém ressaltar que o governador não relatou problemas semelhantes em outras cidades. A respeito disso, Williams (2014, p. 104) informa que algumas cidades se relacionavam com Roma por meio de embaixadas em virtude de sua condição de soberania adquirida no período da conquista romana da região. Por outro lado, Sherwin-White (1998, p. 625) destaca que Bizâncio teve sua autonomia degradada ao longo do Principado, passando de cidade livre sob Nero para o estatuto provincial na época de Vespasiano. Nesse sentido, a insegurança da situação política da cidade em sua relação com o Império explicaria o empenho e os gastos com embaixadas ao imperador e a outras autoridades romanas, pois era por meio desse tipo de estratégia de estreitamento dos laços das elites locais com o poder imperial que as comunidades buscavam defender ou conquistar privilégios (WILLIAMS, 2014, p. 104).

Mesmo na correspondência entre Plínio e Trajano, representantes do vértice da sociedade imperial romana, é possível vislumbrar aspectos das camadas subalternas. Frequentemente os provinciais buscavam resolver questões locais a partir de deliberações do imperador ou do governador enviado por ele. Mas, além de buscar a autoridade das decisões do poder imperial, também estavam atentos às oportunidades que as decisões e leis romanas podiam proporcionar. Um exemplo dessa situação está presente nas cartas 65 e 66, que tratavam da situação dos chamados *threptoí*, indivíduos nascidos livres, porém abandonados e posteriormente adotados e criados como escravos.³ O caso, que, de acordo com Plínio, interessava “a toda província” (Plin., *Tra.*, 10, 65, 1), decorria de que esses indivíduos, ao descobrirem sua condição original, reivindicavam sua liberdade e, em resposta, os adotantes exigiam a restituição dos gastos com seu sustento. O problema foi apresentado a Plínio porque, segundo Sherwin-White (1998, p. 651), os adotantes queriam que o governador modificasse os costumes locais em favor da prática romana

³ Veyne (2015, p. 24) oferece maiores detalhes sobre a questão das crianças enjeitadas.

em casos semelhantes, o que lhes permitiria recuperar seus gastos. No entanto, Trajano preferiu orientar seu legado a seguir os costumes locais: “não penso que se deva negar a liberdade àqueles que a reclamem com argumentos dessa natureza e tampouco que devam recuperá-la em troca dos gastos com seu sustento” (Plin., *Tra.*, 10. 66. 2).

A questão da carta revela ainda outros aspectos dos problemas jurídicos enfrentados por Plínio na administração da província. Ele relata ao César que buscara se basear em decisões imperiais anteriores, porém elas não contemplavam o caso específico, situação também verificada por Trajano. A solução foi a tradicional recusa em apelar para leis aplicadas em outras regiões, privilegiando os costumes da província. Ademais, como Plínio havia advertido no início da carta 65, a decisão estabeleceria um precedente com amplos desdobramentos e, nesse sentido, caso o entendimento tradicional fosse modificado surgiam casos em toda a província. O poder imperial governava a Bitínia, mas por vezes preferia não impor suas leis, pois os costumes provinciais se mostravam mais eficientes para a manutenção da estabilidade. Ou seja, havia casos em que os ordenamentos locais garantiam a ordem romana.

Por vezes os interesses do poder imperial também esbarravam em garantias dos estatutos que algumas cidades haviam adquirido. Isto significa que, embora Roma visse riscos de instabilidade em algumas instituições locais, eventualmente se via obrigada a não atuar como agente desestabilizador quebrando acordos previamente estabelecidos. Assim parece ser o caso envolvendo a questão da associação de socorros mútuos em Amiso (Plin., *Tra.*, 10, 92; 93). A situação envolvia uma cidade com certa autonomia em relação ao poder de Roma, pois, segundo Plínio, Amiso era governada “por suas próprias leis” (Plin., *Tra.*, 10, 92, 1). Em seu relato, o legado informa ter recebido um “memorial” (Plin., *Tra.*, 10, 92, 1) sobre a dita associação. Tal ato sugere características de denúncia no âmbito de rivalidades de facções locais se aproveitando do edito de Plínio, que envolvia a proibição imperial de doação de bens públicos que, conforme discutimos no primeiro tópico, sugeria a presença de rivalidades políticas locais. Entretanto, não pode ser descartada a possibilidade de os próprios membros da associação terem procurado o governador para esclarecer, ou mesmo dissimular, os objetivos da instituição. De qualquer forma, ao lado dessas possibilidades que levantamos, Plínio se viu diante de um impasse que se impunha em virtudes de suas instruções, que proibiam as associações na província, e do estatuto de Amiso, que dava autonomia à cidade. Por isso ele se viu obrigado a consultar Trajano para que ele decidisse se o funcionamento da associação era “permitido ou proibido” (Plin., *Tra.*, 10, 92, 1). A resposta de Trajano demonstra que o imperador enfatizava o controle das associações, pois expressou certo lamento: “não podemos impedir” (Plin., *Tra.*, 10, 93, 1), e reforçou a interdição em cidades que não

gozassem do mesmo estatuto de Amiso, nas quais “uma atividade dessa natureza deve ser proibida” (Plin., *Tra.*, 10, 93, 1).

Enquanto os subalternos aparecem na correspondência entre Plínio e Trajano como elementos que podiam trazer instabilidade na base da sociedade, fazendo com que o poder imperial utilizasse os costumes locais de forma preventiva, as relações de poder destacam outros aspectos do processo de integração. Elas buscavam, principalmente, estabelecer condições que fossem adequadas tanto para o centro do Império quanto para as cidades provinciais e suas elites.

Uma das importantes tarefas de Plínio enquanto governador da Bitínia era a fiscalização das finanças das cidades. Mas essas intervenções nem sempre eram bem recebidas pelas elites municipais e o poder imperial encontrava certa resistência. Ao examinar as finanças da cidade de Apameia, Plínio relata que os responsáveis locais alegaram seus privilégios, os quais mantinham suas contas fora da autoridade dos procônsules que haviam governado a província até então, pois “tiveram antiquíssimo privilégio e costume de administrar os bens públicos segundo seus próprios critérios” (Plin., *Tra.*, 10, 47, 1).

Nesse ponto, a natureza do cargo de Plínio, legado imperial,⁴ e o estatuto diferenciado da cidade podem ter ocasionado dúvidas, que foram sanadas pela resposta de Trajano: “Assim, pois, deve ser recompensada sua honradez, de modo que saibam desde já que a investigação que realizarás a fazes conforme minha vontade, deixando a salvo seus privilégios” (Plin., *Tra.*, 10, 48, 2). Mais do que reforçar o aspecto de controle financeiro da missão de Plínio, devemos ver nessas cartas a natureza do desejo do poder imperial de fiscalizar os súditos da Bitínia. Era uma tarefa urgente e devia sobrepujar a normalidade com a qual a província vinha sendo administrada, pois Plínio reporta a questão desde sua chegada e o imperador incentiva seu legado a adotar uma postura diferente daquelas dos governadores que o antecederam. Isso reforça a ideia de uma provável desordem na província, mas é possível ver mais do que isso.

No caso de Apameia, a alegação de que as contas não eram examinadas pelos proconsules revela um momento de tensão e resistência dos provinciais em relação ao poder imperial. Isso se mostra ainda mais pelo fato sugestivo de Plínio explicar para Trajano que o relatório providenciado não abordava as questões visadas por Plínio: “a maior parte dele não tem relação com o assunto que se busca esclarecer” (Plin., *Tra.*, 10, 47, 2). O mesmo sentido tem a suspeita do imperador de que o conselho da cidade quis fazer Plínio crer que os procônsules não inspecionavam as contas de Apameia.

⁴ Anteriormente a Bitínia, província senatorial, havia sido governada por procônsules indicados pelo Senado de Roma, Trajano mudou seu estatuto para província imperial e deu maiores prerrogativas para Plínio governá-la.

O relatório dos habitantes de Apameia, que anexou a tua carta, dispensou-me da necessidade de avaliar quais eram as razões pelas quais eles querem que pareça que os procônsules que governaram esta província se abstiveram de inspecionar suas contas, embora não tenham impedido que tu mesmo as examinasse [...] (Plin., *Tra.*, 10, 48, 1).

Estivesse a comunidade pleiteando prerrogativas ou defendendo as que já possuía, estas inclusive garantidas por Trajano (Plin., *Tra.*, 10, 48, 2), podemos ver na atitude uma busca de negociação de vantagens e direitos em um momento em que, em virtude da mudança de estatuto da província, eventualmente vislumbrava-se a possibilidade de deslocamento da fronteira que assinalava a atuação de Roma no âmbito financeiro da comunidade. Por outro lado, o episódio apresenta o poder imperial atuando como força contrária, como elemento de controle e dominação, apesar da atitude concessiva do imperador.

As relações de poder na província não se estabeleciam apenas entre o poder imperial e as instituições municipais, mas também com indivíduos da elite local. Nesse sentido, as cartas 110 e 111 abordam uma situação envolvendo dinheiro público a partir do caso de um indivíduo específico, Julio Pisão, em Amiso. As epístolas trazem, como de costume, respectivamente, as indagações de Plínio e as orientações de Trajano.

Senhor, o procurador da cidade dos amisenos reclamava diante de meu tribunal a Julio Pisão a quantidade de cerca de quarenta mil sestércios, que lhe havia sido doada oficialmente a uns vinte anos com o consentimento do conselho e da assembleia do povo, e se apoiava em tuas instruções, que proíbem este tipo de doações. 2 Pisão, ao contrário, dizia que havia feito numerosos presentes a comunidade e que havia doado quase todos seus bens. Alegava também o tempo transcorrido e pedia que não fosse obrigado a devolver, o que arruinaria com o escasso patrimônio que lhe restava, o qual havia recebido em compensação pelos muitos presentes já há muito tempo. Por estes motivos julguei que devia adiar a decisão para poder consultar, senhor, o caminho que acreditas que devo seguir (Plin., *Tra.*, 10, 110).

Embora minhas instruções proibam fazer doações dos bens públicos, é pouco oportuno que as doações feitas já a algum tempo sejam revisadas e sejam reclamadas sua anulação para que não se destrua a segurança de muitos. Assim, portanto, não levaremos em conta qualquer ato que tenha se realizado há vinte anos. Pois desejo velar pelos homens de qualquer cidade não menos que pelo dinheiro público (Plin., *Tra.*, 10, 111).

Nessas cartas, como ponto de partida, temos as autoridades locais levando um problema da comunidade para a arbitragem do poder imperial embasando-se nas instruções de Trajano contra abusos financeiros. Aparentemente, a questão envolvia rivalidades locais, com o procurador de Amiso utilizando as regras estabelecidas pelo César contra um possível inimigo político. Estavam presentes também o evergetismo de Julio

Pisão, bem como a manutenção de seu provável estatuto decurional.⁵ Em sua resposta, Trajano recomenda não aplicar suas instruções com efeitos retroativos, demonstrando uma preocupação preponderante para com a estabilidade social em detrimento das finanças públicas.

O controle das finanças públicas das cidades e as ações do poder imperial nesse sentido são temas bastante discutidos pela historiografia (MILLAR, 1984, p. 61; GARNSEY; SALLER, 1991 p. 51; 230), e são apontados por Serwin-White (1998, p. 527) como uma das razões para o envio de Plínio à Bitínia. Levick (2008, p. 614) explica que, na Ásia Menor, as cidades praticavam uma série de despesas que correspondiam a tradições que remontavam ao período helenístico. O fato de o poder imperial intervir nesse campo independe do estatuto das cidades (CAMPEAU, 2010, p. 28) e mesmo diante de costumes estabelecidos aponta para a ambiguidade entre o respeito às práticas locais e a necessidade de controlar abusos. De qualquer forma, a maneira como as ações do procurador de Amiso são descritas por Plínio indicam que os súditos da Bitínia estavam prontos a se valer das determinações de Roma para tratar de suas questões.

Se de um lado podemos imaginar um desejo do procurador de manipular as instruções de Roma no âmbito de circunstâncias locais, de outro temos uma atitude de reconhecimento em relação às autoridades romanas. De acordo com Ando (2000, p. 362-363), que destaca a possibilidade dentro da cadeia de autoridades romanas de apelação para níveis superiores até o imperador, os súditos recorreriam às leis romanas em virtude de dois motivos: por derrotas em instâncias locais ou porque entendiam que as regras romanas estivessem em melhores condições para resolver questões dentro do mundo imperial. Em qualquer um dos casos o prestígio das leis romanas sobrepunha o das leis locais (ANDO, 2000, p. 74). De qualquer forma, a ação do procurador inseria-se no âmbito de uma tendência maior, pois, a partir da época de Trajano, segundo Eck (2008, p. 271), aumentou o número de petições dos súditos ao imperador. Ou seja, cada vez mais as populações do Império passavam a ver o César como seu governante, inclusive com cidades livres buscando a opinião de Roma para evitar complicações (CAMPEAU, 2010, p. 29).⁶ Todavia, é importante não subestimar o papel romano nesse quadro, já que essa postura fora também adotada sob a dominação dos monarcas helenísticos.

Quanto ao evergetismo, as epístolas trazem uma situação característica do período. Ao mencionar a *dignitas* de Julio Pisão (Plin., *Tra.*, 10, 110, 2), o governador demonstra que ele fazia parte, provavelmente, da ordem decurional. A referida carta relata o reclamado

⁵ Nas cidades do império, a ordem dos decuriões correspondia, guardadas as diversidades, à ordem senatorial de Roma.

⁶ As cidades livres eram aquelas que fizeram acordos com Roma antes da conquista, e estavam fora da jurisdição provincial dos governadores (CAMPEAU, 2010, p. 105).

alegando ter feito ações que eram próprias das elites urbanas do mundo greco-romano: oferecimento de presentes aos concidadãos e a eventual ruína financeira oriunda dessa prática (VEYNE, 2015, p. 10; 25). Por isso, a situação colocava em pauta uma questão de maior alcance. Nesse sentido, a dúvida de Plínio, bem como o teor da resposta de Trajano, demonstra que as declarações de Julio Pisão não eram mera estratégia de defesa. Elas faziam parte da necessidade da manutenção da estratificação social no mundo romano, preocupação compartilhada tanto pelas elites locais quanto pelo próprio poder imperial.

Para isso, buscava-se que os importantes cargos locais fossem ocupados por indivíduos de elevada posição. Conservar esse ordenamento era uma responsabilidade assumida pelas autoridades romanas, como atestam as recomendações do próprio Plínio a Calestrio Tirão, procônsul da Bética, para que ele preservasse a distinção social na província, pois, na concepção do poder imperial, “não há nada mais desigual que a própria igualdade” (Plin., *Tra.*, 9, 5, 3). Nesse sentido, aplicar as instruções acerca das doações de recursos públicos com efeitos retroativos certamente causaria instabilidade na província, dificultando as ações das autoridades romanas, que queriam tratar com os poderes locais a partir de bases estáveis e familiares (LEVICK, 2008, p. 615). No Oriente greco-romano, essa forma de mediação entre os poderes locais e a dominação imperial resultou em um processo de oligarquização das instituições outrora mais democráticas das cidades gregas.

A partir da análise de ambas as cartas (Plin., *Tra.*, 10, 110; 111), percebemos elementos do pacto conservador de Roma com as elites locais, mas não sem a tentativa dos envolvidos de manipular as diretrizes impostas, o que pode ser interpretado como uma forma de resistência velada frente ao poder imperial. De um lado, o procurador de Amiso buscou utilizar as instruções de Trajano contra um eventual inimigo político, de outro, Julio Pisão apelou para a necessidade de manutenção da ordem social valorizada por Roma. De certa forma, a situação colocou Plínio em uma situação de impasse, o que levou à necessidade de consulta ao César. Este, por sua vez teve que adotar uma postura conservadora e conceder uma espécie de anistia a Julio Pisão e a outros indivíduos que eventualmente se encontrassem em condições semelhantes. Ao comportar-se dessa maneira, o imperador garantia que suas decisões eram fontes de segurança jurídica e que Roma era a fiadora da estabilidade social na província. Nesse caso, a questão financeira ficou em segundo plano.

Considerações finais

A construção e manutenção do Império ocorreu a partir de processos de integração marcados por relações de poder, negociações e resistências entre o centro e as

periferias. Semelhante a um aqueduto, cuja estrutura gigantesca equilibra-se sobre arcos cuidadosamente construídos, o mundo romano tinha, na integração, as pedras angulares que sustentavam e faziam convergir as tensões, criando a estabilidade necessária para a manutenção segura do fluxo de recursos das províncias para Roma. Assim como os aquedutos, que precisam se adaptar à topografia dos terrenos onde são construídos, as estratégias de integração do Império também tinham suas peculiaridades, que marcaram as relações de poder entre centro e periferia e os grupos subalternos

Um dos aspectos marcantes que a análise verificou foi que o poder imperial não estabelecia uma postura unilateral de intervenção, pois, além de se tratar de uma atitude causadora de instabilidade interna na província, ele não estava em condições de impor suas diretrizes sem negociação, já que as boas relações entre os interesses da Bitínia e de Roma dependiam mais de acordos e menos de coerções. Cientes disso, as elites provinciais recorriam a ações de resistência em relação às decisões romanas. Faziam isso, muitas vezes, instrumentalizando as leis imperiais ora contra as autoridades de Roma, ora no âmbito das disputas entre as facções políticas locais.

Os provinciais, por sua vez, ao recorrerem às leis do Império, davam mostras de sua adesão à ordem romana, vendo-as como uma fonte de segurança jurídica que sobrepujava as instâncias locais e suas rivalidades. Todavia, não se tratava do reconhecimento de uma pretensa superioridade das regras dos conquistadores, mas de uma busca de legitimação junto ao poder que elas representavam. Nesse sentido, é importante frisar que se tratava de um costume que precedia a dominação romana, pois as comunidades da Bitínia já adotavam a mesma postura em relação às monarquias helenísticas. Isso demonstra um aspecto interessante da integração, que é a acomodação do poder central aos costumes e modelos locais, inclusive naqueles que eram próprios das relações com as potências derrotadas no processo de conquista.

Exemplo importante da manutenção da estabilidade era o zelo imperial e provincial pela preservação do estatuto social do decurionato. Priorizava-se sua composição a partir da entrada de membros das elites locais em detrimento de outros estratos, cuja busca dessa via privilegiada de ascensão social revela, por outro lado, o desejo de adesão à ordem romana. Esse processo, entendido como uma oligarquização das estruturas sociais locais, buscava dar feições romanas às instituições provinciais para que as relações políticas ocorressem em bases familiares para as autoridades imperiais. Ao mesmo tempo, tanto as organizações da base da sociedade quanto as ações que pudessem alterá-la eram desestimuladas em nome da manutenção da estabilidade provincial.

Referências

Documentação textual

- PLINE LE JEUNE. *Lettres*: Livre X. Panégyrique de Trajan. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- PLINIO EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

Obras de apoio

- ANDO, C. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- ANDO, C. Aliens, ambassadors, and the integrity of the empire. *Law and history review fall*, v. 26, n. 3, p. 491-519, 2008.
- ANDO, C. The Roman city in the Roman period. In BENOIST, S. (ed.). *Rome, a city and its empire in perspective: the impact of Roman World through Fergus Millar's research*. Leiden: Brill, 2012.
- ANDRADES RIVAS, E. La ciudadanía romana bajo los Flavio y Antoninos. *Revista de Estudios Históricos-Jurídicos*, v. XXX, p. 47-80, 2008.
- ARNOU TOGLOU, I. N. Roman Law and *collegia* in Asia Minor. *Revue internationale des droits de l'Antiquité*, v. 49, p. 27-44, 2002.
- BAUDY, D. Prohibitions of religions of Antiquity: setting the course of Europe's religious history. In: ANDO, C.; RÜPKE, J. (ed.). *Religion and Law in Classical and Christian Rome*. München: Franz Steiner Verlag, 2006, p. 100-114.
- CAMPEAU, P. *L'autonomie politique et juridique dès cites grecques sous la domination romaine*. 2010. 127 f. Mémoire présenté comme exigence partielle de la Maîtrise en Histoire. Université du Québec à Montréal. Montréal, 2010.
- CLAVEL-LÉVÊQUE, M. Imperialisme, développement et transition: pluralité des voies et universalisme dans le modele imperial romain. *La Pensée*, v. 196, p. 10-27, 1977.
- CORTÉS COPETE, J. M. *Polis romana*. Hacia un nuevo modelo para los griegos del Imperio. *Studia Historica*, v. 23, p. 413-437, 2005.
- ECK, W. The emperor and his advisers. In: BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 266-292.

- FRIGHETO, R.; LEME, A. L. Introdução ao dossiê "Identities and frontiers in the Mediterranean Antiquity and Medieval". *Tempos Históricos*, v. 20, n. 2, p. 50-52, 2016.
- GARNSEY, P.; SALLER, R. P. *El Império Romano: economía, sociedad y cultura*. Barcelona: Crítica, 1991.
- GONÇALVES, A. T. M. Cidade, cidadania e identidade no mundo romano: uma proposta de análise. In: CAMPOS, A. P. *et al.* (org.). *A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos*. Vitória: GM Editora, 2010, p. 17-27.
- GUARINELLO, N. L. Império Romano e identidade grega. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. de O. (org.). *Política e identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 147-161.
- GUARINELLO, N. L. Ordem integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare nostrum*, n. 1, p. 113-127, 2010.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2014.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. Abington: Routledge, 2005.
- HINGLEY, R. Globalization and Roman Empire: the genealogy of "Empire". *Semata*, v. 23, p. 99-113, 2011.
- LEVICK, B. Pliny in Bithynia – and what followed. *Greece & Rome*, v. XXVI, n. 2, p. 119-131, 1979.
- LEVICK, B. Greece and Asia Minor. In: BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 604-634.
- MAREK, C. Hellenisation and Romanization in Pontos-Bithynia – an overview. In: HOJTE, J. M. (ed.). *Mithridates VI and The Pontic Kingdom*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, p. 35-46.
- MENDES, N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, n. 18, p. 17-41, 2005.
- MENDES, N. M. Centralização e integração na experiência imperialista romana: uma reflexão. *Phoinix*, n. 10, p. 257-274, 2004.
- MENDES, N. M. Império e romanização: "estratégias", dominação e colapso. *Brathair*, v. 1, p. 25-48, 2007.
- MILLAR, F. *El Imperio Romano y sus pueblos limítrofes*. Madrid: Siglo XXI, 1984.
- MILLAR, F. *Government, society, and culture in the Roman Empire: Rome, the Greek world, and the East*. London: Hannah M. Cotton & Guy M. Rogers, 2004. v. 2.

- NOREÑA, C. F. (ed.). The early imperial monarchy. In: BARCHIESI, A.; SCHEIDEL, W. (ed.). *The Oxford handbook of Roman studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 533-546.
- PEREIRA, M. H. R. Unité et pluralité culturelle: le paradigme de l'Empire Romain face aux défis de l'Union Européenne. *Máthesis*, n. 13, p. 265-275, 2004.
- REVELL, L. *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SESTON, W. La citoyenneté romaine. *Scripta Varia*, v. 43, p. 3-18, 1980.
- SHERWIN-WHITE, A. N. *The Letters of Pliny: a historical and social commentary*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- VEYNE, P. *Pão e circo*. São Paulo: Unesp, 2015.
- WILLIAMS, W. *Pliny, correspondence with Trajan: epistle X*, 15-121. Oxford: Aris & Phillips Classical Texts, 2014.
- WOOLF, G. Imperialism, Empire and the integration of the Roman Economy. *World Archaeology*, v. 23, n. 3, 1992, p. 283-293.
- WOOLF, G. Becoming Roman, staying Greek: culture, identity and the civilizing process in the Roman East. *Proceedings of the Cambridge Philologica Society*, n. 40, v. 123, p. 116-143, 1994.
- WOOLF, G. The formation of Roman provincial cultures. In: METZLER, J.; MILLETT, M.; ROYMANS, N.; SLOFSTRAT, J. (ed.). *Integration in the Early Roman West*. Luxembourg : Musée National d'Histoire et d'Art, 1995. p. 9-18, 1995.
- ZUIDERHOEK, A. On the political sociology of the Imperial Greek city. *Greek, Rome, and Byzantine Studies*, v. 48, p. 417-445, 2008.
- ZUIDERHOEK, A. *The politics of munificence in the Roman Empire: citizens, elites and benefactors in Asia Minor*. New York, Cambridge University Press, 2009.

Tema livre

Open subject

O *crimen maiestatis* entre os séculos I a.C. e I d.C.: pontos comparativos

The 'crimen maiestatis' between the 1st century BC and the 1st century AD: some comparative points

João Victor Lanna de Freitas*

Resumo: Este artigo tem o objetivo central de analisar o aumento da incidência e representatividade em âmbito literário das narrativas sobre os julgamentos envolvendo acusações de *crimen maiestatis populi romani imminutae* entre os séculos I a.C. e I d.C. A questão principal que norteará o texto será: por que esse crime passa a ser representado pelas fontes que escreveram sobre o período Júlio-Claudiano com grande frequência, sendo o favorito dos delatores, quando, menos de um século antes, ele fora descrito por Cícero como uma ação complicada (Cic., *Clue.*, 116, 6-7) e pouco abordada pelos manuais jurídicos (Cic., *De Or.*, 2, 201, 2)? Para tentar responder essa pergunta, um amplo repertório de fontes literárias será estudado. A análise dessa documentação visa a mostrar como todo um conjunto de elementos políticos, retóricos e técnico-legais podem ter impactado na centralidade que os processos de *maiestas* adquirem nas narrativas sobre a dinastia Julio-Claudiana.

Abstract: The central subject of this paper is to analyze the increase of incidence and representativeness of *crimen maiestatis populi romani imminutae* trials and charges comparing the classic literature about the I BC and I AD centuries. Considering this, the main question is why this crime was represented by the sources that wrote about the Julio-Claudian dynasty with a higher frequency than narratives about Republican times. In the other words how the *crimen maiestatis* becoming the favourite of the delators, when, less than one Century before it had been described by Cicero as a complicated field (Cic. *Clue.* 116, 6-7), that was rarely treated by the juristic manuals (Cic. *De Or.* 2. 201, 2)? To answer these questions, a wide number of literary documents were studied. The analyze of these historical documents tries to show how a set of political, rhetorical and legal elements could have impacted in the frequency and way the *maiestas* prosecutions was represented in the narratives about the period between Augustus and Nero.

Palavras-chave:

República Tardia.
Principado Romano.
Crimen maiestatis.
Representações literárias.

Keywords:

Late Republic.
Roman Principate.
Crimen maiestatis.
Ancient narratives.

Recebido em: 08/01/2022
Aprovado em: 16/06/2022

* Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir).

Introdução: *maiestas*, entre o crime e o conceito

Em *De Inventione* (2, 52), Cícero apontou para a dificuldade de definição como um problema evidente em uma acusação de *maiestas populi romani imminutae*. O orador arpinate atestou outras vezes para a amplitude conceitual que cercava aquilo que diminuía a *maiestas* do povo romano em âmbito jurídico-legal. Em Cícero, *Ad Familiares* (3, 11), ele também destacou a ambiguidade que permeava a *constitutio* do *crimen maiestatis*, em uma carta direcionada a Ápio Cláudio. Parece claro que, para Cícero, esse crime estava sujeito a múltiplas *controversiae* (Cic., *Inv.*, 2, 52). Essas, além de tudo, ainda eram pouco exploradas pelos manuais jurídicos da época, dificultando ainda mais a resolução das dificuldades enfrentadas, tanto para a acusação como para a defesa, em processos desse tipo (Cic., *Fam.*, 3, 11).

No geral, a obra ciceroniana mostra que os julgamentos de *maiestas* eram uma experiência complexa, difícil e com um horizonte bastante incerto em relação ao resultado da disputa. Como um dos maiores oradores de sua geração, Cícero sabia que o sucesso ou fracasso desses processos dependiam não apenas da culpa ou da inocência do réu, mas de todo um cenário favorável, baseado na existência de testemunhas confiáveis, defensores e acusadores hábeis, da popularidade dos envolvidos e, além de tudo, de um tribunal – formado pelos *iudices* e pelo pretor responsável – que fosse difícil de ser corrompido e que não tivesse medo de desagradar (pelo menos) uma das partes envolvidas (Cícero, *Pro Cluentio*, 116, 6).¹

Esse cenário de complexidade pode ter sido um fator importante para explicar o baixo número de possíveis acusações de *maiestas* registradas pelas fontes literárias que trataram sobre o período conhecido como “República Tardia”. Da promulgação da primeira *lex maiestatis* (100 a.C.), até o fim da ditadura cesariana (44 a.C.), há um registro total de 12 acusações desse tipo.² Se nos focarmos apenas nos casos que temos certeza de terem sido julgados em uma *quaestio de maiestate*, esse número cai para oito.³ Comparando esse horizonte evidencial com aquele, posterior, entre a ascensão de Tibério (14) até a

¹ Essas condições são claramente expostas em Cic., *Fam.*, 33, 3, quando o arpinate destaca o cenário adverso que havia se formado em torno de Aulo Gabínio, quando esse foi réu de *maiestas*, em 54 a.C.

² Os casos são os seguintes, de acordo com o nome do acusado/data de acusação: 1) Q. Cecílio Metelo (100 a.C.); 2) Sexto Títio (98 a.C.); 3) Caio Apulúcio Deciano (98/97 a.C.); 4) Caio Norbano Balbo (96 a.C.); 5) Quinto Servílio Cepião (95 a.C.); 6) Caio Élio Peto Estaíeno (entre 74 e 70 a.C.); 7) M. Atílio Bulbo (entre 74 e 70 a.C.); 8) Caio Cornélio (66 a.C.); 9) Caio Manílio (65 a.C.); 10) Caio Antônio (59 a.C.); 11) Aulo Gabínio (54 a.C.); 12) Ápio Cláudio Pulcher (50 a.C.).

³ Nos três primeiros casos, não há certeza se eles foram julgados em um tribunal de *maiestas*. Sobre isso, cf. Lanna de Freitas (2021, p. 121). Já sobre o caso de Caio Antônio (59 a.C.), não se sabe se ele foi acusado pela má conduta dos assuntos públicos enquanto era governador da Macedônia ou pela cumplicidade na chamada Conspiração de Catilina (63 a.C.). Por isso, a acusação pode ser *maiestas imminutae* ou *vi*. Sobre isso, cf. Alexander (1990, p. 119).

morte de Nero (68) – em um recorte similar em número de anos –, a pouca centralidade do *crimen maiestatis* para a documentação literária sobre o período tardo-republicano fica ainda mais clara: são, pelo menos, 197 acusações registradas pela literatura que trata sobre o período posterior.⁴

Esse aumento na centralidade do *crimen maiestatis* a partir das narrativas sobre o governo tiberiano é, de fato, central nas fontes que tratam da dinastia Júlio-Cláudia, principalmente na obra *Anais*, de Tácito. É o historiador trajanino que relata a maior parte dessas acusações, dando-lhes uma grande recorrência em sua narrativa. Por exemplo, em *Annales* (3, 38, 2), ele afirma que, durante o governo de Tibério, as acusações de *maiestas imminutae* haviam se tornado o complemento para quaisquer outras. Pouco depois, Tácito (*Ann.*, 3, 67, 4) confirma uma nova função ao *crimen maiestatis*: silenciar qualquer crítica ao comportamento e ações do imperador e de sua família.

Diante desses dois contextos diferentes de representação do *crimen maiestatis* – aquele ciceroniano, no qual uma *quaestio maiestatis* parece ter agrupado elementos de complexidade, que desestimulavam potencialmente tais acusações; e esse taciteano, no qual as acusações de *maiestas imminutae* são relatadas com grande frequência, sendo as favoritas dos delatores –, este artigo estabelece um problema principal: o que mudou? Por que o *crimen maiestatis* se tornou uma ferramenta política e jurídica tão central durante a dinastia Júlio-Cláudia? Seria essa centralidade uma questão histórica real, ou uma miragem desenvolvida por Tácito – e outros que escreveram sobre o período – para salientar propósitos específicos de sua narrativa?

É importante destacar que uma série de variáveis distintas, mas complementares, tornam essas questões extremamente complexas. A primeira variável é jurídico-legal: quais transformações nesse sentido podem ter viabilizado o aumento da incidência do *crimen maiestatis*? A segunda, fundamentalmente política, se refere a qual o impacto da emergência de um *princeps* e de uma *domus Caesaris* sobre a noção, definição e diminuição da *maiestas populi romani imminutae*? Por fim, uma variável literária é fundamental e não pode ser ignorada, qual o papel do crime de *maiestas* nas narrativas sobre o Principado e como esse papel pode ter influenciado na centralidade desse crime nessas obras? Nas próximas linhas, essas variáveis serão exploradas e algumas possibilidades de resposta sublinhadas, na tentativa de lidar com as perguntas feitas da melhor maneira possível.

⁴ Sobre esses dados, cf. Lanna de Freitas (2021, p. 351-385).

Contornos jurídicos do *crimen maiestatis*: entre a República Tardia e o Principado Júlio-Cláudio

O primeiro grupo de variáveis a serem analisadas nesse artigo serão de viés jurídico-legal. A questão central, nesse sentido, é: quais transformações podem ter viabilizado o aumento da incidência do *crimen maiestatis*? Antes de responder a essa pergunta é preciso dissertarmos, ainda que brevemente, sobre as diferentes instâncias de julgamento público em Roma, nas quais o *crime de maiestats imminutae* estava inserido.

O *crimen maiestatis* foi originalmente determinado através de uma *quaestio* regular, estabelecida por volta do ano 100 a.C.,⁵ pelo tribuno da plebe, Caio Apuleio Saturnino. As *quaestiones* eram comissões estabelecidas para julgar o réu sobre crimes e infrações específicas. Os primeiros tribunais nesse modelo foram inicialmente provisórios [*extraordinariae*],⁶ instituídos através do voto popular, nos *comitia*. No entanto, mais tarde, alguns deles se tornaram permanentes [*quaestiones perpetuae*] e passaram a ser regulados por uma série de condições predeterminadas, como legislações criminais específicas, leis processuais gerais [*leges iudiciorum publicorum*] e precedentes legais relativos. Assim, cabia à comissão instaurada, formada dentro de um quadro fixado de *iudices*, analisar e votar somente ações relacionadas ao crime estabelecido pela *lex* que instituía a *quaestio*, considerando também a jurisprudência relativa. Ou seja, uma *quaestio de maiestate* não poderia julgar um crime *de repetundae*, e vice-versa. Caso, essa possibilidade ficasse clara durante o processo, uma nova acusação deveria ser aberta, somente após a anterior ser finalizada.⁷

Esse modelo de julgamento público se consolidou durante o século I a.C. Após a ascensão ao poder de Augusto, entretanto, as *quaestiones* passaram a coexistir com espaços de adjudicação extraordinária,⁸ como o Senado e outros formados em torno do

⁵ Sobre essa questão da datação da lei, existem duas possibilidades mais aceitas; 103 a.C. e 100 a.C. Ambas apresentam argumentações relevantes que as apoiam, mas nenhuma oferece uma possibilidade de resposta definitiva. Adoto a última como mais provável, considerando a trajetória política e as motivações de Saturnino em relação ao contexto de criação da lei (LANNA DE FREITAS, 2021, p. 113-117).

⁶ Sobre o iudicium *publicum* e as *quaestiones perpetuae* cf. Santalucia (1994, p. 129-242) e Scholz (1998).

⁷ A impossibilidade de um processo cumulativo fica clara nas fontes. Exemplo: em Cícero (*Verrinas*, 1, 12) o orador aponta a possibilidade de acusar Caio Verres de *maiestas*. Entretanto, isso só seria possível em outra ocasião, em um tribunal específico e, somente, se o processo de *repetundae* vigente fracassasse.

⁸ O potencial de *iurisdictio* do *princeps* e o do Senado nasceram como instâncias jurídicas extraordinárias. Como extraordinário, leia-se inserido fora da regulação processual e penal referente àqueles tribunais ordinários, regulados pela *ordo iudiciorum publicorum*. O direito de adjudicação senatorial compõe, junto com o do *princeps*, o que analistas modernos chamam de *cognitio extraordinem*. Sobre as principais diferenças entre esse sistema, e aquele vinculado ao *iustitium publicum*, cf. Cabral (2012, p. 227). Sobre o procedimento de instauração de uma acusação diante de um tribunal senatorial cf. Mousorakis (2007, p. 131). Já sobre a atividade judiciária do *princeps* cf. Palazzolo (1994, p. 303).

princeps.⁹ É bom frisar que essa ampliação dos espaços jurídicos não excluiu o uso do *iudicium publicum* e nem eliminou a *iurisdictio* dos magistrados. Exemplo disso foi que, entre 18 e 17 a.C., Augusto ampliou o número de *quaestiones* e instituiu uma nova *lex iudiciorum publicorum*, que reformou os tribunais públicos.¹⁰

No entanto, as reformas judiciárias promovidas durante o longo governo augustano podem ter contribuído de maneira significativa para alterar o desenvolvimento dos processos de *maiestas imminutae*, facilitando e (ou) estimulando acusações desse tipo nos anos posteriores. A jurisdição senatorial, por exemplo, trouxe uma nova possibilidade: o julgamento de crimes diversos em um mesmo tribunal, algo impossível em uma *quaestio*, regulada por uma *lex*.¹¹ Nesses casos, as ações delatadas, ainda, não eram necessariamente previstas em lei, mas analisadas *ad hoc*, considerando de maneira mais simplificada a influência de fatores externos. O resultado dessa mudança foi o surgimento de um processo mais direto e menos limitado juridicamente. Ritos processuais, por exemplo, poderiam ser mudados, assim como a penalidade imposta. Dessa maneira, os acusadores se viram menos preocupados em enquadrar legalmente as ações denunciadas, em crimes específicos, tal como acontecia nas *quaestiones*.

Assim, o princípio básico do *iudicium publicum*, de que não havia crime e nem pena sem uma lei pré-estabelecida (*nullum crimen, nulla poena sine lege*), era relativizado dentro de um tribunal senatorial, o que tornava esse um espaço receptivo para gerar precedentes, através de *senatus consulta* (SCs), que antes eram elementos consultivos, mas agora passavam a ter força de lei.¹² Com isso, houve o surgimento de uma maior diversidade de ações puníveis criminalmente, sendo muitas delas inéditas. A possibilidade de acusações cumulativas ainda aumentava as chances de condenação do réu, algo que dava maior segurança aos acusadores contra possíveis retaliações, como processos posteriores por *calumnia*.¹³

⁹ Sobre a forma como o imperador interagiu com esses espaços, o estudo de Fergus Millar (1977) ainda é uma leitura obrigatória, bem como o clássico estudo de Jones (1955). Por fim, o excelente estudo de Kaius Tuori (2016), revisou muitos problemas de estudos anteriores e trouxe uma visão historiográfica mais atualizada sobre eles.

¹⁰ Sobre essa reforma, que revisou drasticamente a composição dos tribunais do júri e prescreveu novas regras de procedimento que regeriam a condução processual, em geral, cf. Mousorakis (2007, p. 129).

¹¹ Bárbara Levick (1999 [1967], p. 146) destacou que mesmo que as fontes não citem casos que demonstrem claramente essa prática já durante o governo de Augusto, sabemos, pelo relato de Tácito, que ela já se apresentava como uma realidade consolidada durante os primeiros anos do governo de Tibério.

¹² Manfredini (1994, p. 236-245) destaca que, com o tempo, os SCs estabeleceram, progressivamente, um *corpus* legislativo que limitava tanto às assembleias populares como o caráter discricionário do direito pretoriano (*ius honorarium*).

¹³ Quando delações eram consideradas difamatórias, o delator era passível de sofrer um processo por *calumnia*. A pessoa culpada de *calumnia* estava sujeita à mesma punição que aquela que ele acusou falsamente ter recebido, mas penas alternativas também foram observadas, como a *deportatio*, *relegatio* ou a perda de status. Esse crime foi regulado desde o período republicano através da *lex Remmia de calumniatoribus*, promulgada em 80 a.C. Sobre essa lei, cf. Camiñas (1984). As ações de *calumnia* derivadas de acusações de *maiestas* ajudam a ilustrar um pouco os riscos envolvendo uma acusação pública. Sobre esses riscos, envolvendo processos de *maiestas*, cf. Rutledge (2001, p. 23).

Em grande medida, tudo isso contribuiu para facilitar condenações de *maiestas imminutae*, pois estimulava delatores e acusadores e dava um maior espaço deliberativo para a exploração da amplitude conceitual que cerceava esse crime, de natureza invariavelmente política. Sobre esse último ponto, a acusação levantada contra Apuleia Varília, no início do governo de Tibério (17), e narrada por Cornélio Tácito, em *Anais* (2, 50), é um exemplo que contribui para ilustrar o novo cenário jurídico que se instaurava em Roma. Varília, que era sobrinha-neta de Augusto, foi acusada de adultério. Junto a essa acusação, a ré também foi envolvida na difamação do já divinizado Augusto, de Tibério e de Lívia Augusta – esposa do primeiro e mãe do segundo. Esse caso demonstra claramente a proeminência da *domus Augusta* para o equilíbrio da *res publica*, mas também as indefinições jurídicas que permeavam seus membros mais proeminentes. São, justamente, o parentesco de Varília, a dificuldade em enquadrar as ações pelas quais ela foi acusada, bem como em definir se essas eram ou não um *crimen* ou ofensas privadas, que levaram o seu julgamento ao Senado.

Tácito (*Ann.*, 2, 50, 1) define, de maneira muito direta, esse caso como exemplo do aumento de relevância das *leges maiestatis* naquele período. No entanto, a falta de indícios claros sobre a existência de uma legislação e (ou) de precedentes legais que relacionavam juridicamente a difamação do imperador – fosse ele divinizado ou em exercício – e de membros de sua família ao *crimen maiestatis* impede que qualquer mudança nas *leges* que regulavam o crime seja assumida de forma incontestável. Parece mais razoável supor, nesse sentido, que esse caminho foi pavimentado graças às jurisprudências de SCs e decisões imperiais. A declaração de Tibério sobre o processo pode ser um exemplo disso e contribui para essa conclusão. A decisão sobre o destino de Apuleia Varília foi atribuída pelo Senado ao *princeps*, que decidiu absolvê-la da acusação de difamação contra ele e sua mãe, mas condená-la por *maiestas*, caso ficasse provado que tivesse insultado Augusto (*Tac., Ann.*, 2, 50, 3) – algo que não parece ter acontecido, já que Varília foi, segundo Tácito, simplesmente condenada por adultério.

A acusação, o processo, e o possível precedente gerado pelo caso de Apuleia Varília,¹⁴ por sua vez, só foram possíveis devido às múltiplas possibilidades que a existência da *cognitio dei senatus et princeps* gerava para a administração da justiça em Roma. Senado e imperador passaram a ter liberdade de intervir nas definições processuais e penais, antes monopolizadas pelas *leges iudiciorum publicorum*, e a estabelecer novos

¹⁴ Richard Bauman (1974, p. 78-79) destacou que a decisão de Tibério em punir Varília por *maiestas*, caso ela tivesse atentado contra a divindade augustana, pode ter gerado um novo precedente legal ao crime, o que explicaria a inexistência de novas acusações envolvendo a difamação da memória augustana após esse evento, já que o precedente gerado inibiria novas ações do tipo.

precedentes àqueles crimes não compreendidos dentro das legislações públicas.¹⁵ Essas transformações abriram maior espaço para usos políticos da lei, pois essa passava a ocupar um espaço juridicamente mais amplo e menos circunscrito, além de mais suscetível a variáveis políticas, como o momento em que a acusação era feita, os grupos de apoio que circundavam os envolvidos na acusação e a proximidade desses com o imperador.

Outra mudança importante do ponto de vista jurídico, que pode ter estimulado as acusações de *maiestas imminutae* durante o Principado, foi a abertura da possibilidade de tortura dos escravos do réu nesses processos. Durante o período republicano, como destacou Cícero em *Partitiones Oratoriae*, 118, o acusador poderia utilizar da tortura para recolher testemunhos, especificamente em casos de incesto e sedição. No entanto, o orador arpinate deixa claro que os antepassados, nem os romanos de sua época, jamais permitiriam “que escravos fossem torturados contra os seus amos” (*cum de servis in dominos quaeri noluissent*).

Foi só a partir do governo de Augusto que a tortura dos escravos do réu passou a ser um elemento aceito na investigação de certos crimes. Dião Cássio (*Historiae Romanae*, 55, 5, 4) registra que, em 8 a.C., esse imperador ordenou que, em ocasiões excepcionais, como conspirações, os escravos do acusado deveriam ser vendidos ao Erário ou ao próprio *princeps* para serem torturados e terem seus testemunhos extraídos no processo. Peter Brunt (1980, p. 257) analisou essa questão em um artigo, no qual destacou que os primeiros casos a adotarem essa prerrogativa foram, justamente, aqueles de adultério e *maiestas*. Brunt aponta que a primeira legislação nesse sentido foi a *lex Lidia de adulteriis*, datada de 18 a.C., e visou a contornar a prática jurídica vigente desde a República Tardia. Para ele, entretanto, o trecho presente em Dião Cássio é uma evidência de que Augusto estendeu essa possibilidade também para os casos de *maiestas imminutae*, algo possível devido à gravidade desse crime (BRUNT, 1980, p. 257).

Em relação a isso, Richard Bauman (1974, p. 57-59) já havia destacado desde a década de 1970 que o uso da tortura dos escravos do réu como prova foi uma questão importante para compreender o desenvolvimento do processo criminal de *maiestas imminutae* e a relevância disso em âmbito público durante o Principado. Para Bauman, os delatores se sentiram mais estimulados devido à possibilidade de acesso à evidência servil. Os escravos eram olhos e ouvidos constantes dentro das *domus* aristocráticas romanas e, por isso, seriam testemunhas oculares da maior parte das ações realizadas pelos seus senhores.

¹⁵ Luigi Colognesi (2009, p. 248) destacou que, na República, os *senatus consulta* foram implementados através do *imperium* dos magistrados, mas desde o período Júlio-Claudiano até o século II, esses éditos passaram a representar uma fonte independente de direito civil.

Diante disso, Bauman (1974, p. 58) sublinhou que o que passava a acontecer em várias situações era que: “a *lex maiestatis* forneceria a evidência e outra *lex* forneceria as acusações”. Por exemplo, se alguém fosse acusado de difamação e *maiestas imminutae*, a segunda acusação seria essencial para que os acusadores provassem a primeira, confirmando através do relato dos escravos a autoria dos insultos, ou a manifestação de sua intenção maliciosa com a(s) vítima(s).¹⁶ A isso, soma-se que a tortura era uma etapa processual conduzida pelo acusador, na qual o torturador só terminaria seu trabalho quando ele encontrasse o que procurava, ou seja provas – reais ou fictícias – para a condenação do réu. Assim, é possível que o uso da tortura de escravos tenha sido um dispositivo que, aliado a um ambiente favorável,¹⁷ favoreceria a acusação, persuadiria os juízes e estimularia o uso acessório do *crimen maiestatis*.

Em suma, estamos diante de duas mudanças relevantes em âmbito técnico-legal que podem ter viabilizado de maneira complementar o aumento da incidência do *crimen maiestatis*: 1) o surgimento da *cognitio extra ordinem* estendeu a *iurisdictio* da *quaestio de maiestate* ao Senado e ao imperador e permitiu o julgamento cumulativo de acusações; 2) a possibilidade do uso da tortura dos escravos do réu como prova testemunhal em casos de *maiestas*, algo que aumentou a probabilidade de acesso a provas testemunhais e a outras ações criminosas do réu, que seriam aceitas em julgamento. Ambas as transformações melhoraram as chances de sucesso de uma acusação e possivelmente incentivaram os delatores a procurar os benefícios políticos e financeiros advindos das desgraças de senadores e equestres. No entanto, essas questões, sozinhas, não são capazes de responder às perguntas colocadas no início desse artigo. Para continuarmos a responder essas questões, é essencial também pensarmos no aspecto político que envolveu esse crime e como a presença de um *princeps* e de uma *domus Caesaris* junto às estruturas e instituições sobre as quais se baseavam a *res publica* romana o influenciou.

¹⁶ O caso de Cássio Severo me parece ser um exemplo importante sobre como o *crimen maiestatis* pode ter sido assimilado de maneira acessória, visando a reunir evidências de outras acusações materialmente mais prováveis. Sobre esse caso e essa associação cf. Lanna de Freitas (2021, p. 186-192).

¹⁷ Como destacou Neil Bernstein (2012, p. 165), os manuais jurídicos orientavam os alunos a desconfiar da tortura como um meio eficaz de produzir testemunhos factuais, pois gerava uma preocupação óbvia: submeter um indivíduo a uma situação tão desesperadora era algo que enfraquecia a qualidade de seu depoimento como prova em um processo público. Assim, a questão do ambiente favorável, com uma audiência propícia a considerar esses testemunhos relevantes, se torna um fator essencial para o sucesso da acusação.

Contornos políticos do *crimen maiestatis*: entre a República Tardia e o Principado Júlio-Cláudio

O segundo grupo de variáveis analisadas nesse artigo é de viés político, mas também flutua pelo campo semântico. Duas questões centralizam o tópico: como a ressignificação da posição do *princeps senatus* e o surgimento de uma *domus Caesaris* impactaram a ideia de "*maiestas populi romani*"?; e como essa relação afetou o *crimen maiestatis*? Essas perguntas são importantes, porque pensar no desenvolvimento político do período através do conceito de *maiestas* é essencial para entendermos as modificações do crime responsável por regular e punir a diminuição desse estatuto de superioridade, sobre o qual os romanos se afirmavam. Afinal, antes de ser tipificado juridicamente, *maiestas* parece ter sido um conceito utilizado para ilustrar a maneira pela qual a *ciuitas* romana se enxergava e queria ser enxergada pelo mundo que a rodeava.¹⁸

Especificamente, quanto à *maiestas* e ao *populus romanus*, o desenvolvimento histórico dessa associação antecedeu as *leges maiestatis*, tendo iniciado, pelo menos, desde o século III a.C., com o avanço do imperialismo romano. Conforme foi destacado por Yan Thomas (1991, p. 349), a expansão do poder de Roma teria gerado uma nova compreensão interna e externa, que reestruturou a maneira como o cidadão daquela *Urbs* foi visto, tanto por si próprio, como pelas demais *nationes* que se relacionavam com a cidade através de tratados. Assim, antes de qualquer coisa, a *maiestas populi romani* foi uma abstração pela qual a comunidade de cidadãos romanos (*amplitudo ciuitatis*) passou a imaginar seu lugar e posição sobre um mundo (*orbis*) que se sujeitava progressivamente diante de sua supremacia (THOMAS, 1991, p. 362).

Em uma perspectiva semelhante, Dean Hammer (2017, p. 10) acrescentou que *maiestas populi romani* simbolizava a sensação afetiva de pertencimento a uma comunidade que se via como superior e destinada ao controle do mundo. Diante disso, essa abstração seria "a autoridade fundamental pela qual a República se imagina[va], se organiza[va] e se reconhece[ia] como indivisível e perpétua" (HAMMER, 2017, p. 8). Ou seja, além de um elemento de autoridade, *maiestas populi romani* também era um elemento de coesão, que oferecia uma estrutura discursiva sintética e dava sentido à ordem pública. Esses predicados, por sua vez, criavam uma relação de lealdade e fidelidade sob

¹⁸ As primeiras referências à *maiestas populi romani* estão vinculadas a tratados entre os romanos e povos dominados. Entretanto, na literatura, o conceito de *maiestas* aparece inicialmente vinculado à representação do poder supremo dos deuses sobre o cosmos. Sobre esses e outros pontos envolvendo *maiestas* e especificamente a *maiestas populi romani* em outros momentos, cf. Lanna de Freitas (2021, p. 26-88). Para uma análise crítica sobre uma possível raiz religiosa atribuída à ideia de *maiestas*, cf. Thomas (1991, p. 140-143).

a qual a comunidade de cidadãos imaginou resultar a razão de sua estabilidade interna e superioridade em relação a elementos externos (HAMMER, 2017, p. 11-12).

Essa abstração, todavia, não existiu, significou e impactou somente o plano das ideias. Como, então, ela afetava a organização política interna da *res publica*? Nesse ponto, o *crimen maiestatis* assumiu um papel fundamental. Ele modificou a natureza da *maiestas populi romani*, vinculando-a a uma realidade jurídica inexistente até aquele momento (THOMAS, 1991, p. 364-374). Assim, essa associação deixou de ser somente um fundamento ideológico essencial e passou a orientar uma realidade concreta, se tornando uma instituição real, regulada através de cláusulas, penalidades e procedimentos concretos que passaram a definir a legitimidade do poder naquela sociedade. Com isso, a sacralidade e a autonomia das instituições públicas foram relativizadas e diminuída, em prol de uma noção ampla e aberta de grandeza geral, que, como citamos no tópico anterior, se encontrava em um campo aberto de disputas. As *leges maiestatis*, assim, se colocaram acima das instituições públicas e ocupavam uma zona indefinida, propensa a se alargar casuisticamente, quando novas noções nocivas à *maiestas populi romani* fossem adicionadas ao crime em questão (THOMAS, 1991, p. 374).

Essa consolidação como realidade jurídica, no entanto, não significou a materialização de um Estado de Direito baseado na soberania do poder popular,¹⁹ como uma tradução descontextualizada do conceito pode sugerir. A coexistência de múltiplas fontes de poder institucionalizado continuou. A *maiestas populi romani* republicana não reconhecia nenhum sujeito com autoridade soberana – nem o colégio de magistrados, nem aquele dos pontífices e áugures, nem o Senado e nem mesmo o *populus* reunido nos *comitiae* – só a *utilitas publica* como sentido último para o exercício do poder.²⁰ No entanto, também não excluía a grandeza individual de nenhum dos elementos institucionais existentes, que eram todos parte de um conjunto de *maiestates* relativas que compunham e organizavam a política romana em diferentes esferas interdependentes.²¹

Eram justamente a relatividade e a divisibilidade que distinguem a *maiestas romanae* da ideia de soberania moderna.²² Essa multiplicidade influenciava na organização hierárquica dessas *maiestates*, que não era linear e nem seguia o mesmo critério, mas refletia

¹⁹ O elemento “popular”, incontestavelmente, ganhou uma proeminência maior a partir do século III a.C., com o aumento da sacralidade tribunicia e da relevância das assembleias populares. No entanto, ele jamais adquiriu um papel soberano além do que documentado em situações *ad hoc*. Sobre a relevância do papel popular durante a República Média e Tardia, cf. Millar (1998). Para uma crítica sólida às ideias de Fergus Millar, cf. Holkeskamp (2010, p. 76- 97).

²⁰ O estabelecimento de uma relação de dependência direta entre a *utilitas publica* e a *maiestas populi romani* aparece mais claramente desenhado em Cícero. Para uma análise dessa questão, cf. Lanna de Freitas (2021, p. 39-48).

²¹ Para uma visão mais ampla sobre *maiestas* e seus aspectos relacionais, cf. Thomas (1991, p. 331-335).

²² Para uma comparação mais direta entre a ideia de *maiestas* para os antigos romanos e aquela, moderna, relacionada à ideais de soberania e majestade, cf. Hammer (2017, p. 8-10).

paralelamente em diversas instituições responsáveis por fundamentar o aparato político, religioso e constitucional que sustentava a República. É importante destacar, entretanto, que na medida em que não existia uma autoridade soberana que personificasse e(ou) centralizasse todas essas referências, a *maiestas populi romani* abria, em âmbito político, uma possibilidade infinita de apropriações, que permitia a relativização de ações previstas em leis, bem como da hierarquia e do equilíbrio institucional que regiam e organizavam a *res publica*.²³ A consequência disso foi que, durante a República Tardia, a ideia de *maiestas populi romani* teve um potencial harmonizador abstrato, mas que se manifestou em um papel real alienador em âmbito político-constitucional, servindo de justificativa legal e moral para o exercício de poderes e a prática de ações extraordinárias, que ultrapassavam os limites que cerceavam a cidadania romana e colocavam a *res publica* em risco.²⁴

Ainda nem sempre usando *maiestas* em seu vocabulário, essa é uma denúncia comum nas fontes tardo-republicanas, em autores como Salústio²⁵ e Cícero,²⁶ por exemplo. Alguns dos problemas apontados por eles foram parcialmente resolvidos com a ressignificação do papel do *princeps senatus*, processo iniciado por Augusto, a partir de 27 a.C.²⁷ Por essa época, a *maiestas populi romani* passou a centralizar sua defesa na *persona* de um *princeps*, que a vestia, de maneira *perpetua*, como o guardião da grandeza do povo romano. O imperador personificou a supremacia externa dos romanos e monopolizou a defesa da *securitas et salus populi romani*. Assim, ele se tornou o principal elemento organizacional e estabilizador, tanto em âmbito político como institucional, da *res publica*.

A instauração do poder de um *princeps*, não eliminou, nem substituiu as diferentes instituições e esferas do poder republicano, mas se conectou a elas, como um elemento organizador, garantindo-lhes harmonia e equilíbrio através da sua própria dignidade, compreendida como superior. Alguns elementos podem ser citados, para reforçar essa afirmação. Por exemplo, o imperador não dissolveu o Senado e nem relegou seus membros ao ostracismo, pelo contrário ele elevou as responsabilidades desse conselho e emprestou a sua própria autoridade a ele, ao ser proclamado o “primeiro entre os senadores” (*princeps senatus*). Em relação às assembleias populares, desde muito cedo,

²³ Abordo de forma detalhada um exemplo dessas apropriações antijurídicas da ideia de *maiestas populi romani*, ao analisar o julgamento de Caio Norbano Balbo, em 96 a.C. Norbano é inocentado, apesar de ter cometido *crimen maiestatis*, porque suas ações são justificadas como tendo elevado e não diminuído a dignidade do povo romano, cf. Lanna de Freitas (2021, p. 113-127).

²⁴ Sobre isso, cf. Lanna de Freitas (2021, p. 55-65).

²⁵ Salústio (*Bellum Iugurthinum*, 31, 6), por exemplo, em um discurso atribuído ao senador Caio Mêmio, acusa a aristocracia de saquear a *res publica*, minando sua *maiestas* e exaltou os romanos – que estavam em condição de *seruitute* – a recuperarem a *libertas* que fora perdida pelo medo [*metus*].

²⁶ Cícero faz uma denúncia desse tipo em *De lege agraria* (2,79, 12), por exemplo, acusou o tribuno da plebe P. Servílio Rulo de se apropriar da *maiestas* do povo romano para agir em benefício próprio.

²⁷ Sobre isso, cf. Lanna de Freitas (2021, p. 66-88).

Augusto recebeu a *tribunicia potestas*, algo que se estendeu, posteriormente, a vários membros de sua *gens* e a outros, que são agregados à sua *domus* por meios de adoção ou casamentos. A manutenção dessa magistratura remetia à representatividade popular do tribuno da plebe e à sua relação com a proteção dos direitos individuais e coletivos do cidadão romano. Além disso, a posição de *pontifex maximus*, recebida em 12 a.C., criou uma conexão religiosa entre o bem-estar da *domus Caesaris* e o da cidade de Roma. Ela permitiu que o *princeps* realizasse diversas modificações na estrutura urbana de Roma, corporificando o culto ao fogo sagrado da cidade – representado pela deusa Vesta – àquele de sua lareira privada, que habitava sua própria *domus* (ROSA, 2015, p. 29-31). Nesse mesmo sentido, o culto a Augusto rapidamente se estendeu a outros membros de sua família e se espalhou pelo Império, misturando A *pietas* devida à *domus Caesaris* ao culto cívico à cidade de Roma.

Apesar do processo de assimilação do *princeps* e da *domus Caesaris* para a estabilidade da *res publica* ter atingido uma maturidade político-filosófica razoavelmente rápida, a sintonia desses elementos com as estruturas jurídicas e jurisprudenciais que amarravam o *crimen maiestatis* foram mais lentas. O maior exemplo documentado que temos disso talvez seja o *Senatus Consultum* (SC) de Pisão *Patre*, promulgado no ano de 20, sob o governo de Tibério. O SC de Pisão *Patre* mostra que, naquele momento, a *impietas* em relação ao imperador e sua casa não tinha relevância jurídica em relação ao *crimen maiestatis*. Apesar disso, eram componentes retóricos e políticos importantes para a construção de uma acusação pública, já que a vinculação entre a grandeza do povo romano e aquela da *domus Caesaris* já era publicamente aceita e reconhecida.²⁸

Assim, tivemos dois processos históricos paralelos de desenvolvimento da *maiestas populi romani* durante o Principado, um em âmbito político e outro em âmbito jurídico-constitucional. Esses dois processos se cruzaram em vários momentos, gerando tensões essenciais, que ajudaram a moldar a relação entre as antigas instituições republicanas e aquelas novas, advindas da ascensão do *princeps* e da *domus Caesaris*. Em ambos, a autoridade, dignidades e o poder extraordinários atribuídos aos imperadores foram essenciais para que o *crimen maiestatis* se desenvolvesse. Entretanto, pelo imperador nem sempre se mover através da estrutura jurídica consolidada durante os séculos anteriores, seu papel como personificação da *maiestas populi romani* passava, gradativamente, a ter uma centralidade maior do que as determinações legais que circundavam o crime. O *crimen maiestatis*, assim, se tornou uma válvula de segurança compatível com a excepcionalidade constitucional que tonalizava a posição do imperador, construindo uma ponte entre a

²⁸ Sobre esse documento e a sua interpretação histórica, política e legal, cf. Yakobson (2003).

legitimidade política que envolvia o exercício do poder imperial e a legalização gradual desse exercício na esfera jurídica-constitucional, através da criação de jurisprudências *ad hoc*. Isso não retirou a importância de aspectos formais e constitucionais que circundaram as acusações de *maiestas imminutae*, mas tornaram a abstração e a amplitude sobre o que era a *maiestas* e o que a diminuía, uma arma em favor da acusação generalizada, que soube explorar a jurisprudência paralela oferecida através do *princeps* e do Senado.

Contornos narrativos do crimen maiestatis: entre a República Tardia e o Principado Júlio-Cláudio

O último grupo de variantes abordadas neste artigo tem um caráter distinto daqueles, dos dois tópicos anteriores. No geral, tais variantes estão menos relacionadas com o *crimen maiestatis imminutae*, em seu sentido positivo, e mais sobre como esse crime foi representado narrativamente e qual a sua função dentro da tradição literária com a qual essas representações passaram a se vincular. Ou seja, o foco analítico, aqui, recairá sobre como fatores de natureza retórica e narrativa podem ter influenciado no aumento das representações dos casos de *maiestas* nas fontes. O *corpus* literário analisado será aquele, de caráter historiográfico e biográfico, responsável por retratar a maior parte dos casos de *maiestas* acontecidos durante a dinastia Júlio-Cláudia. Desse, Tácito, Suetônio e Dião Cássio, são os principais autores.

As narrativas são os principais meios pelos quais o mundo é traduzido e compreendido. Assim, elas são a forma mais comum de organização da experiência humana no espaço e no tempo e de transmissão do conhecimento individual e coletivo construído através dessa experiência.²⁹ No entanto, as narrativas não só são registros ou compartimentos organizacionais do passado. Elas possuem um papel construtivo real, funcionando como mecanismos de transformação da realidade, influenciando a memória coletiva e gerando um senso compartilhado de legitimidade sobre discursos e ações de agentes políticos diversos. No mundo romano, no qual a exemplaridade era peça chave para a formação política e social,³⁰ a experiência vivida era tão importante quanto a maneira pela qual essa experiência era transmitida e assimilada. Essa característica gerava uma coincidência, entre passado e presente, que era parte importante de qualquer narrativa na Antiguidade, mas principalmente para aquelas que possuíam alguma ambição

²⁹ Sobre o papel das narrativas na Antiguidade romana, cf. Tuori (2016, p. 10-18). Tuori foca sua análise em como as narrativas contribuem para a organização, tradução e transformação da mentalidade jurídica, criando tradição e legitimidade que posteriormente se convertem em legalidade.

³⁰ Sobre o papel dos *exempla* na tradição política romana, cf. Langlands (2018).

historiográfica: produzidas muitas vezes em contextos distintos daqueles retratados, esses textos articulavam e exprimam uma tensão entre os acontecimentos históricos registrados e todo um repertório de símbolos, tradições e diferentes perspectivas ético-morais acumulado até o momento do registro.³¹

Outro ponto comum dentro das narrativas históricas sobre a Antiguidade romana é que elas estavam particularmente interessadas pelos aspectos relevantes do poder, tais como sua localização, formas de execução e espaços de circulação, por exemplo. Assim, quando, por motivos diversos, esses elementos eram alterados, o foco narrativo também mudava. Isso fica claramente visível quando comparamos narrativas sobre os períodos chamados de “republicano” e “imperial”. Enquanto as primeiras se vinculavam majoritariamente à exposição e ao debate sobre os conflitos entre uma aristocracia dominante, que digladiava pelo controle das instituições públicas, as segundas deslocaram-se centralmente para o imperador e seu entorno, devido à proeminência política real que esse passou a assumir para o sistema político que estava em formação.

Essa mudança também reflete na maneira como o *crimen maiestatis* foi retratado nas composições sobre o período Júlio-Claudiano. Narrativamente, os julgamentos de *maiestas* aparecem como espaços importantes para a representação do desenvolvimento institucional do Principado e para a discussão de elementos essenciais sobre a natureza do poder nesse sistema. Por exemplo, Tácito, em vários momentos dos *Anais*, expõe questões fundamentais sobre o poder e o lugar de ação dos imperadores e das aristocracias senatoriais através representação dos julgamentos de *maiestas imminutae*. A narrativa sobre a acusação levantada contra o senador Caio Silano (Tac., *Ann.*, 3, 56-59), em 22, ilustra um desses momentos. Ao final da descrição desse caso (*Ann.*, 3, 59), o historiador trajanino coloca um discurso relevante na voz de Tibério. Esse contrapõe o conflito inerente entre a *potestas* que envolvia a atuação política do *princeps*, e o *ius*, como era designado o direito positivo, explícito em lei. Nessa associação, o imperador destaca ambos como inversamente proporcionais, pois na medida em que o primeiro crescia o segundo diminuía. Com isso, Tácito dá ao leitor um fio condutor importante para a sua narrativa: a exibição frequente e ilimitada de *potestas* minava a civilidade de um sistema político, transformando uma comunidade de cidadãos em um plantel de escravos, que não se fiava na autoridade de um *princeps*, mas era controlada por um *dominus*.

Além dos julgamentos de *maiestas* representarem um espaço narrativo de exposição direta ou indireta do autor sobre o poder e sua natureza, eles ainda ofereciam

³¹ Sobre a relação entre passado e presente gerada na representação de figuras históricas dentro das narrativas romanas como um resultado do acúmulo de um vasto repertório imagético acessado através da tradição, cf. Favarsani (2020).

um palco de interação para os indivíduos que protagonizam o jogo político no Principado – como o imperador, grupos aristocráticos diversos e membros da *domus Caesaris* – reforçando uma noção de que as fronteiras de comportamento, virtude e poder não eram elementos prontos, mas que foram construídos e negociados durante o período retratado. No episódio, seguinte àquele de Silano, Tácito ilustra um julgamento de *maiestas* como um lugar essencial de interação, disputa e negociação entre o imperador e a aristocracia senatorial. Nesse exemplo, o equestre Lúcio Ênio foi acusado por Ancário Prisco de *maiestas imminutae* por ter derretido e usado a prata de uma estátua do imperador para outros propósitos (Tac., *Ann.*, 3, 70, 2). Essa era uma acusação sem embasamento legal e Tibério, coerente com precedentes anteriores,³² exerceu seu veto sobre ela. Entretanto, na sequência do evento, um senador, Ateio Capitão, manifestou sua opinião contrária ao veto do imperador e criticou-o abertamente por impedir que os demais senadores exercessem seu direito de julgar livremente. Capitão se justificou afirmando que, ainda que o César insistisse em perdoar ofensas que considerava pessoais, sua figura era pública e cabia ao Senado punir as ofensas nesse âmbito (Tac., *Ann.*, 3, 70, 3).

Exemplos como os dos casos de Silano e Capitão mostram como as representações do *crimen maiestatis* podem simbolizar um palco importante para o estudo da interação dos personagens envolvidos nas narrativas e, conseqüentemente, para a determinação das relações hierárquicas e dos espaços de atuação política entre eles. Também mostram que as descrições das acusações, julgamentos e condenações de *maiestas* são elementos essenciais para entendermos o processo de caracterização desses personagens nas obras sobre o período Júlio-Claudiano. Suetônio (*Nero*, 32, 2), por exemplo, ao destacar que Nero declarou as *leges maiestatis* aplicáveis “a toda ação ou palavra simplesmente denunciada por um delator”, fez isso visando a reforçar o comportamento calunioso e ganancioso do imperador, sem que para isso precisasse repetir esses mesmos predicados, utilizados anteriormente de forma direta no texto. Nesse trecho, as *leges maiestatis* são inseridas em toda uma tradição de crueldade e abuso de poder por parte dos imperadores, tornando-se um elemento definidor da personalidade política de Nero no último ano de seu governo.

Considerando a importância retórico-literária das representações do *crimen maiestatis*, aqui descrita, a pergunta inicial desse tópico pode ser mais bem respondida: como esses elementos podem ter impactado no aumento da incidência de casos de *maiestas* nas narrativas sobre o governo Júlio-Cláudio? Duas respostas possíveis serão destacadas. Primeiramente, é preciso destacar o enfoque narrativo excessivo sobre o imperador e a *Domus Caesaris*. Esse enfoque certamente deu um peso maior ao crime de

³² Cf. Os casos de Falânio (Tac., *Ann.*, 1, 73) e G. Marcelo (Dio., 57, 17, 1; Tac., *Ann.*, 1, 74).

maiestas imminutae do que a outros, mais visados durante o período republicano, como *ambitus* e *repetundae*, por exemplo. Como foi visto no tópico anterior, a estabilidade da *maiestas populi romani* passou a ser uma questão jurídica fundamental para a definição do lugar do *princeps*, de sua casa e das aristocracias imperiais, e isso foi um tema central para qualquer narrativa que se prontificasse a discutir ou registrar os principais acontecimentos relativos ao primeiro século do Principado.

O segundo ponto relevante para o aumento da incidência de casos de *maiestas* nas narrativas sobre o governo Júlio-Cláudio se relaciona com a questão da exemplaridade nesses textos. As dificuldades envolvendo a administração das *leges maiestatis* durante o século I são utilizadas retoricamente de maneira recorrente para representar a tirania e a violência pelas quais a *domus Caesaris* lidou com possíveis elementos de dissidência partindo das aristocracias imperiais, principalmente aquelas romana e itálica. Nesse sentido, o enfoque no *crime maiestatis* ressalta tais problemas, contribuindo para reforçar a memória negativa que é atribuída à dinastia Júlio-Cláudia pela tradição consolidada posteriormente ao período.

Conforme foi mostrado no exemplo anterior, do Nero de Suetônio, o uso das representações do *crimen maiestatis* como dispositivos retóricos de exibição de vícios e virtudes dentro das narrativas historiográficas sobre os governantes Júlio-Cláudios são bastante comuns. Considerando que a tradição compartilhada por fontes como Tácito, Suetônio e Dião Cássio é majoritariamente hostil aos *principes* do período de governo dos Júlio-Cláudios, é esperado que o *crimen maiestatis* fosse mais utilizado para reforçar narrativamente o abuso da autoridade imperial, funcionando como uma ferramenta eficiente para a distorção da memória histórica dos imperadores.³³ O caso de Caio “Calígula” em Dião Cássio é particularmente simbólico nesse sentido. O desenvolvimento da personalidade desse *princeps* na obra dioniana caminha junto ao aumento da incidência de acusações e condenações de *maiestas* durante seu governo. Assim, a descrição do perdão daqueles que haviam sido acusados ou punidos pelo *crimen maiestatis* durante o principado tiberiano (Dio., 59, 6, 2-3), é essencial para compor o retrato inicial de um Calígula benevolente. Por outro lado, a aplicação indiscriminada do *crimen maiestatis* representa o desenvolvimento de uma linha narrativa subsequente que se concentra na qualificação da crueldade, imprevisibilidade e insanidade desse *princeps* no texto de Dião Cássio (59, 4, 6).

³³ Sobre isso, Bauman (1974, p. 15-16) argumenta que as fontes literárias, principalmente aquelas do século II, criaram uma tópica persistente sobre o *crimen maiestatis*, que esse crime serviu durante o século anterior como justificativa para a condenação exagerada ou injusta de diversos homens e relacionando esse crime à atuação autoritária do imperador.

Esse não é um uso aleatório das representações do *crimen maiestatis*. Como destacou Kaius Tuori (2016, p. 293), “a narrativa dos imperadores loucos, a distorção de suas memórias históricas, mais do que qualquer salvaguarda constitucional, foi a única limitação, além da violência, para o uso do poder imperial”. Autores como Tácito, Suetônio e Dião Cássio, procuraram, no passado, construir *exempla* que contribuíssem essencialmente para mostrar aos governantes do presente em que eles viviam, como os *princeps* e outros personagens de comportamento vicioso e sanguinário e violento foram recordados de maneira negativa, para que, com isso, desestimulassem ações semelhantes e criassem padrões de virtude compatíveis e toleráveis em relação ao imenso poder exercido por esses governantes. Assim, em âmbito literário, o *crimen maiestatis* foi largamente utilizado como um meio de evidenciar esses *exempla*. Não é à toa que os momentos de maior vício, tirania e terror perpetrados pelos imperadores retratados sejam justamente os períodos em que as narrativas sobre acusações, julgamentos e condenações por *maiestas imminutae* se tornem mais recorrentes nas fontes. O exemplo do Calígula de Dião Cássio não é único. Isso acontece com recorrência nos demais relatos dionianos sobre os outros governantes Júlio-Claudianos e se repete nos escritos de Tácito sobre Tibério, Cláudio e Nero.

Considerações finais

Esse texto chega ao final com as questões propostas inicialmente desenvolvidas, mas ainda carecendo de síntese. Sobre a primeira pergunta feita – o que mudou no *crimen maiestatis* entre os contextos descritos por Cícero e Tácito? – fica claro que algumas transformações técnico-legais, como a possibilidade do julgamento *extra ordinem* e da utilização da tortura dos escravos do réu como prova acusatória, viabilizaram e estimularam acusações de *maiestas*, oferecendo potencialmente probabilidades maiores de sucesso para acusadores e delatores.

Isso não aconteceu sem motivo. O Principado se baseou na figura do *princeps* como fiador da *maiestas populi romani* e inaugurou uma nova instância de poder político, a *domus Caesaris*. Esses elementos, durante a dinastia Júlio-Cláudia, se ajustaram politicamente e semanticamente às antigas tradições, legislações e instituições republicanas, que, por sua vez, não foram destruídas nesse processo. Diante desse cenário, o alargamento desproporcional do poder do imperador, aliado à fragilidade dos recursos jurídicos, administrativos e policiais que garantiam sua posição também pode ter contribuído para o avanço no número de processos de *maiestas* durante aquele período. Na falta de uma estrutura de proteção consolidada e bem ramificada, um crime de natureza política,

como o *crimen maiestatis*, ofereceu a amplitude necessária para que esses elementos se estabelecessem. Nesse cenário, o incentivo à delação ocupou um papel policial importante, desestimulando possíveis sedições e conspirações, que proliferavam, naquele momento direcionando-se ao novo centro de poder.

Junto a isso, o Principado também consolidou transformações nos espaços de fala e na forma como a oratória forense e política eram articuladas. Com isso, o foco retórico e representativo da literatura que aborda o período deixou de ser as assembleias populares e os tribunais públicos e passou a se localizar em uma estrutura mais restrita e dependente das figuras do imperador e dos membros de sua *domus*. Assim, o *crimen maiestatis* também se tornou um espaço essencial de negociação de poderes, em especial aqueles que passaram a circundar o poder imperial. Entretanto, esse crime também se tornou um componente retórico extremamente útil para ilustrar narrativamente o caráter referente aos poderes que estavam se desenvolvendo e conflitando, bem como a maneira como os *principes* e outros personagens daquelas narrativas se posicionavam diante deles. Isso não necessariamente criou uma realidade distópica, que mentiu sobre o grau de incidência e o teor violento e despótico atribuído ao *crimen maiestatis* nas fontes, mas pode ter contribuído para que tenhamos uma noção exagerada sobre o número de acusações, condenações e do estereótipo que circundou esse crime, principalmente em relação a períodos anteriores, nos quais ele é tratado com menor relevância.

Em suma, pensar em muitas variáveis envolvendo o *crimen maiestatis* e suas representações se faz necessário para compreendermos melhor a realidade política do Principado, não só durante a dinastia Júlio-Cláudia, mas em diferentes contextos de produção que articulam essa realidade histórica para construir ou alterar elementos políticos contemporâneos. Obviamente, é possível considerar outras variáveis além dessas que foram analisadas. O viés econômico, por exemplo, me parece essencial para explicar qualquer aumento de incidência do *crimen maiestatis* durante o período Júlio-Cláudio, no entanto, devido à dificuldade de enquadrar essas variáveis, tão complexas, em menos de vinte páginas, espero que o leitor entenda nossa opção por incluir essa análise em outro momento.

Referências

Documentação textual

CICERO. *De Inventione*. Translated by H. M. Hubbell. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

- CICERO. *Discursos IV*. Traducción de José Miguel Baños Baños. Madrid: Gredos, 1994.
- CICERO. *Discursos V*. Traducción de Jesús Aspa Cereza. Madrid: Gredos, 1995.
- CICERO. *Letters to friends: letters 1-113*. Translated by D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- CICERO. *Letters to friends: letters 281-435*. Translated by D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- CICERO. *Partitiones Oratoriae*. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1923.
- CICERO. *Pro Lege Manilia. Pro Caecina. Pro Cluentio. Pro Rabirio Perduellionis Reo*. Translated by H. Grose Hodge. Cambridge: Harvard University Press, 1927.
- CICERO. *Verrinas*. Traducción de José. M. R. Prieto. Madrid: Gredos, 1990.
- DIO CASSIUS. *Historiae Romanae*. Translated by Earnest Cary, Herbert B. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes. 1990.
- SUETÔNIO. *Os Doze Césares*. Tradução de Gilson C. Cardoso de Sousa. Guarulhos: Germape, 2003.
- TACITUS. *The Annals*. Translated by A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

Obras de apoio

- ALEXANDER, M. *Trials in the Late Roman Republic (149 BC to 50 BC)*. Toronto: University of Toronto Press, 1990.
- BAUMAN, R. A. *Impietas in principem: a study of treason against the Roman emperor with special reference to the first century A.D.* München: Beck, 1974.
- BERNSTEIN, N. Torture her until she lies: torture, testimony, and social status in Roman rhetorical education. *Greece & Rome*, v. 59, n. 2, p. 165-177, 2012.
- BRUNT, P. A. Evidence given under torture in the Principate. *Zeitschrift der SavignyStiftung für Rechtsgeschichte: Romanistische Abteilung*, v. 97, p. 256-265, 1980.
- CABRAL, G. *Do ordo à cognitio: mudanças políticas e estruturais na função jurisdicional em Roma*. *Revista de Informação Legislativa*, a. 49, n. 194, p. 227-239, 2012.
- CAMIÑAS, J. *La lex Remmia de calumniatoribus*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1984.
- COLOGNESI, L. *Law and power in the making of the Roman Commonwealth*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- FAVERSANI, F. Tirano, louco e incendiário: BolsoNero. Análise da constituição da assimilação entre o Presidente da República do Brasil e o Imperador Romano como *allelopoiesis*. *História da Historiografia*, v. 13, n. 33, p. 375-395, 2020.
- HAMMER, D. Between sovereignty and non-sovereignty: maiestas and foundational authority in the Roman Republic. *Institute of Classical Studies Spring Seminar Series*, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/30786467/Between_Sovereignty_and_Non_Sovereignty_Maiestas_and_Foundational_Authority_in_the_Roman_Republic>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- HÖLKEKAMP, K-J. *Reconstructing the Roman Republic: an ancient political culture and modern research*. Princeton University Press, 2010.
- LANGLANDS, R. *Exemplary ethics in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- LANNA DE FREITAS, J. O '*crimen maiestatis*' e o Principado romano (27 A.C – 68 D.C): conflito, competição e representação. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.
- LEVICK, B. *Tiberius: the politician*. London: Routledge, 1999.
- MANFREDINI, D. Crimini e pene da Augusto ad Adriano. In: MILAZZO, F. (ed.). *Res publica e princeps: vicende politiche mutamenti istituzionali e ordinamento giuridico da Cesare ad Adriano*. Calabria: Facoltà di Giurisprudenza di Catanzaro, 1994, p. 259-252.
- MILLAR, F. *The emperor in the Roman World (31 BC–AD 337)*. London: Gerald Duckworth and Company, 1977.
- MILLAR, F. *The crowd in Rome in the late Republic*. Boston: University of Michigan Press, 1998.
- MOUSORASKIS, G. *A legal history of Rome*. London: Routledge, 2007.
- PALAZOLLO, N. Il princeps, i giuristi, l'editto. Mutamento istituzionale e strumenti di trasformazione del diritto privato da Augusto ad Adriano. In: MILAZZO, F. (ed.). *Res publica e princeps: vicende politiche mutamenti istituzionali e ordinamento giuridico da Cesare ad Adriano*. Calabria: Facoltà di Giurisprudenza di Catanzaro, 1994, p. 289-244.
- ROSA, C. B. Religião e poder: Augusto e o *pontifex maximus* (36-12 AEC). In: SILVA, G. V.; SILVA, E. C. M. (org.). *Fronteiras e identidades do Império Romano: aspectos sociopolíticos e religiosos*. Vitória: Editora GM, 2015.
- RUTLEDGE, S. *Imperial inquisitions*. London: Routledge, 2001.
- SANTALUCIA, B. *Studi di diritto penale romano*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1994.

SCHOLZ, L. R. *As quaestiones perpetuae*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 21, p. 65, 1998.

SEAGER, R. *Tiberius*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2005.

THOMAS, Y. L'institution de la majesté. *Revue de Synthèse*, v. 112, p. 331-386, 1991.

TUORI, K. *The emperor of law: the emergence of Roman imperial adjudication*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

YAKOBSON, A. "Maiestas", the imperial ideology and the imperial family: the evidence of the Senatus Consultum de Cn. Pisone Patre. *Commentarii novi de antiquitatibus totius Europae*. Nouva Serie III, v. 1-2, p. 75-108, 2003.

Desespero, miserabilidade e repugnância: efeitos nocivos em algumas experiências erótico-amorosas descritas por Catulo

Desperation, misery and repugnance: harmful effects in some erotic-loving experiences described by Catullus

Jean Filipe de Assis*

Resumo: Mediante uma tradução do poema LXXXVI, de Catulo, observam-se alguns efeitos nocivos da experiência erótica-amorosa, especificamente o desespero e a miserabilidade do amante. Tais condições são resultantes da manutenção da *fides* e da *pietas*, concepções marcantes nas épicas latinas que são ressignificadas nos ambientes urbanos ao final do período republicano. Nesse contexto, a destruição do ânimo e a repugnância perpassam o amante em sua totalidade, incapacitando-o de viver dignamente tanto para as concepções civis, quanto para as predisposições individuais. O *Servitum Amoris*, membro das hostes de Vênus, *Militia Amoris*, clama por uma intervenção divina e um retorno ao *negotium* para o seu estabelecimento. Uma análise comparativa com outros poemas da coleção de Catulo indica-nos não apenas recepções estéticas das múltiplas tradições helenísticas na literatura latina, mas transformações sociais marcantes na *Urbs* romana, sobretudo devido à ressignificação das concepções tradicionais.

Abstract: After translating Catullus' poem LXXXVI, some damaging effects from erotic-loving experiences are visible throughout the lover's experience of despair and misery. Such conditions are resultant of the maintenance of *fides* and *pietas*, famous conceptions in the Latin epics that are re-signified in urban environments at the end of the republican period. In this context, a destruction of persona animus and a repugnance feeling pervade the lover as a whole, making him unable to live with dignity neither to civil conceptions, nor to individual predispositions. The *Servitum Amoris*, member of Venus' hosts, *Militia Amoris*, calls for divine intervention and seeks to return to the *negotium* in order to achieve his well-being. A comparative analysis with other poems in Catullus' collection corroborates, not only aesthetic receptions from multiple hellenistic traditions in Latin literature, but also unveils social transformations in Roman *Urbs*, mainly due to re-significations of traditional conceptions.

Palavras-chave:

Catulo.
Elegias.
Fides.
Pietas.
Servitum Amoris.
Militia Amoris.

Keywords:

Catullus.
Elegies.
Fides.
Pietas.
Servitum Amoris.
Militia Amoris.

Recebido em: 27/10/2021
Aprovado em: 03/08/2022

* Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

As elegias de amor latinas exemplificam um inegável surgimento de modos distintos de expressar o relacionamento homem-mulher, contribuindo para regras de comportamentos que são percebidas até hoje. Paolo Fedeli (2010, p. 151-186), ao tratar essa poesia de amor no ambiente latino antigo, investiga as seguintes características: modelos e papéis que o amor, a mulher e o casal desempenham nos cancioneros; uma experiência erótica cantada por um *lusus refinado* e um desespero diante da impossibilidade de satisfação de desejos pessoais; o conceito de *Seruitium amoris* na descrição do tormento e da degradação do poeta e suas escolhas pessoais.¹ No poema LXXVI do *Carmina* de Catulo, apresentam-se os novos modelos propostos pelo relacionamento afetivo entre o amante e sua amada, a experiência erótica cantada em um ambiente refinado e urbano, assim também uma discussão sobre a prioridade do pacto amoroso, inclusive em alguns momentos pela negação das práticas civis.

Georg Luck (1989, p. 448-450) considera que os poetas elegíacos almejam a uma produção literária elevada, embora inferior à tragédia e à épica, mas acima do *mimo* e da sátira. Possuem grande orgulho por seus versos, visto também pelos elementos metapoéticos presentes em seus textos. Todavia, associam seus escritos a *nugae* – pequenezas – e *lusus* – jogos. Entre as características da elegia amorosa no período augustano, Luck (1989, p. 450-454) destaca: a elevação da poesia; as coleções de pequenos poemas; o cuidado com a associação desses textos a testemunhos históricos; a centralidade do amor entre homem e mulher; persuasão e praticidade, perante uma conquista amorosa; existem diferentes posições políticas nesses textos; poetas pertencem a famílias ricas e recebem a melhor educação que poderiam, com visitas à Grécia.

Em um período de profundas transformações nos modos da política representativa da República romana, na poesia de amor de Catulo, há uma transformação da *gravitas* – dignidade – e da preferência épica, existindo uma ressignificação semântica de termos específicos para um ambiente urbano caracterizado por luxos e brigas contínuas pelo poder político. Pode-se argumentar que algumas tendências líricas plenas de subjetividade são rejeitadas nos círculos literários mais próximos do poder político a ponto dos poetas elegíacos ao final da República estarem conscientes da subversão provocada, tanto que destacam a oposição com a poesia empenhada civilmente.² Assim, a desconstrução

¹ Ademais, o autor avalia as interpretações e as formações do cânone elegíaco com os exemplos de Propércio e Tibulo e também as recepções do gênero por Ovídio, entre constituições morais e propostas de dessacralização, o amor elegíaco é apresentado em uma geração posterior. Destacam-se ainda as recorrentes discussões sobre as inferências autobiográficas nos cantos elegíacos e nos variados meios pelos quais o amor expressa-se nesse grupo de poetas

² Assim, ao dialogar com epigramas e poemas helenísticos, opera-se também uma mudança de mentalidade. Não se discute a política comunitária, mas a experiência individual, ainda que os exemplos míticos a louvar *pietas*, *pudicitia* e *castitas* permanecem, e.g., Lucrécia e Cornélia (FEDELI, 2010, p. 155-156).

operada nos temas poéticos aponta para a força devastadora no amor ao inverter a hierarquia entre os gêneros e apresentar *uir grauis* – homem nobre – em um estado de desespero, decadência e miséria (FEDELI, 2010, p. 151-157). Desse modo, o amor conduz à loucura na idealização do feminino e no símbolo da união amorosa. Trata-se de um comportamento *sine ratione* – irracional –, à beira de renunciar à glória e elogiar a *paupertas* – pobreza.

As contradições vivenciadas, tendo o amor como fonte de alegrias e de infelicidades, aparecem em diversos âmbitos da linguagem, e.g., escolha semântica dos vocábulos e estruturas sintáticas. A *amicitia* – amizade – e a *fides* – fé pública –, antes vinculadas à política, associam-se a valores autônomos. Dentre as características linguísticas, Fedeli (2010, p. 159-161) destaca: a semântica dos vocábulos abrange a vida política; os tempos passados e presentes são os mais usados, sendo o futuro “uma ilusão de sobrevivência”.

A totalidade da experiência erótica associa-se ao *lusus* refinado do ambiente urbano e está condensada nos usos da linguagem,³ mas também se apresenta no desespero do amante: esse possui uma *domina* – senhora –, a qual rompe seus pactos amorosos devido à *nequitia* – devassidão. Desse modo, embora próximos aos centros de poder, a experiência erótica sustenta-se à margem da moral tradicional, embora ao longo da tradição associe-se aos textos bucólicos e outras formas literárias.⁴ O *amor* é uma opção poética e existencial, indicando uma dificuldade em separar a experiência erótica e o fazer literário. A centralidade de “valores privados” recebe grande destaque, e.g., o próprio cancionário de Catulo. O vínculo com a idealização da mulher perpassa todas as decisões expressas pelo poeta, que integra sua vocação em todas as esferas da vida. Não é possível reduzir o amor à superficialidade do sensível e tampouco restringir seus efeitos às formas de vida social (*civitas*) em suas formas de atuação pessoal (*fides*⁵ e *pietas*⁶). Trata-

³ Os ambientes galantes da *urb* romana descrevem personagens, termos e situações de um mundo helenizado, refletindo alguns convencionalismos dos romanos, mas também experiências individuais que refletem a vivência universal com o *eros* (LABATE, 2006, p. 551-555).

⁴ “O Amor Vence todas as coisas” – “*Omnia Vincit Amor*” (Vir., Buc., X). Ao expor a força do amor no exemplo do desesperado Galo, Virgílio indica a impossibilidade de opções para o enamorado. Todavia, em outros elegíacos, e.g., Propércio, Tibulo e Ovídio, pode-se optar pela fuga das comunidades humanas, uma conciliação com o gênero pastoril em seu ideal de vida, ou ainda uma irônica forma de entendimento da história (FEDELI, 2010, p. 167-169).

⁵ Seguindo heranças da escola alemã e francesa, Maria Helena da Rocha Pereira (1984, p. 319-423) considera que a *fides* esteja “no centro da ordem política, social e jurídica de Roma”. Os romanos seriam o povo da *fides*. Mediante estudos do léxico, o sentido de “confiança”, “garantia” e “fé” são atestados em Cícero, tendo “garantia” maior atestação no período republicano. A autora relata a importância das etimologias antigas, embora os modernos não as considerem em grande estima. Nesse caso, *fides* relaciona-se a um pacto firmado “em um tecido de relações mútuas”. Trata-se de um pacto a ser observado por ambas as partes, estabelecido por um juramento social e com repercussão religiosa. A relação com a divindade de mesmo nome mostra a importância dessa noção, visto que ela se equipara aos templos de Júpiter e se manifesta em eventos centrais da história romana.

⁶ Trata-se, habitualmente, de um sentimento de obrigação para com aqueles que possuem um vínculo natural – pais, filhos e parentes. Auxilia, portanto, a união civil da *patria potestas*, especialmente perante o culto dos antepassados.

se de uma decisão totalizante (LABATE, 2006, p. 548). O amor é causa de tormento e de degradação. Por ser impossível dissociar qualquer parte da existência de seus efeitos, o humano torna-se um *servitium amoris* – servo do amor. Assim, a aspiração individualista associada ao *otium* (ócio) predispõe uma atitude de repúdio à vida civil e militar. O afeto da mulher amada é considerado melhor do que as riquezas e as glórias públicas. O desejo por dinheiro e a ganância propiciam conflitos, demandam estadias em lugares distantes que interrompem as relações pessoais. O poeta de amor acentua características negativas, e.g., *desidia*, *ignavia*, *inertia*, *infamia*, *nequitia* (preguiça, indolência, inércia, descrédito) que são contrapostas às ordens políticas mais afirmativas (FEDELI, 2010, p. 173). Distinguem-se as paixões sexuais, no campo semântico do termo *amo*, do impulso afetivo (*bene uelle*). Mostra-se, assim, diversos níveis de interação, inclusive a presença de rivais devido a traições – esses que são descritos por serem ávidos por ganho monetário, e.g., marinheiros e soldados. O pacto de amor criado busca recriar o matrimônio por uma projeção ideal, pela paridade entre homem e mulher, mas também pela violação do pacto por traições que não possuem punições. Assim, o *foedus amoris* (pacto amoroso) baseia-se na *fides* – elemento tradicional da cultura e do direito romanos. Busca-se uma união moral que supere barreiras sociais, com fortes impactos em campos semânticos que envolvam termos civis, militares e políticos.⁷

Infelicidade amorosa, mal-estar, marginalização e rejeição são algumas das características apresentadas no imaginário elegíaco. O amor não se apresenta como uma escolha racional, mas um jugo servil, uma escravidão inescapável. O *servitium amoris* e a *militia amoris*, o servo e o soldado do amor, são exemplos dos termos associados àqueles que estão recrutados no “exército de Vênus”. O primeiro designa uma relação de servidão do amoroso poeta que se dedica a ponto de abandonar sua civilidade em uma decisão pessoal e consciente de renúncia por uma ama (*domina*); o segundo expressa o caráter bélico herdado do gênero grego, mas também indica o “sucumbir do apaixonado” e os esforços para viver de acordo com as decisões amorosas (LABATE, 2006, p. 550-551).

Interage com os deuses privados, e.g., Manes, Lares e Penates, pelos quais toda a família encontrava sua união, proteção e unidade. Há uma transmissão da família para a divindade e, por conseguinte, para as atividades civis. O *sonho de Cipião*, de Cícero, atesta a palavra *pietas* em conexão direta com os parentes e, extensivamente, com a pátria. Justificar-se-iam, assim, as vinganças violentíssimas pelas obrigações da *pietas* familiar e civil – as quais podem ser confundidas ou misturadas, como no caso do filho de César. O maior exemplo literário da *pietas* romana é Eneias, perpassando sua devoção filial, e suas habilidades guerreiras no cumprimento de seu dever para os deuses, a pátria e a família. Em contraposta a um conceito sem glória pessoal, em Tito Lívio – *Ab Urbe Condita* – a *pietas* aproxima-se da ideia de glória (PEREIRA, 1984, p. 319-423).

⁷ Em Propércio (Ele., I, 9; II, 8), em sua exposição do amor à Cíntia, sente-se culpado ao romper a *fides* e sempre perdoa a amada por tais atos. Apresenta-se escravizado, mesmo nascido livre por características de degradação, de uma situação humilhante e de escolhas conscientes dos enamorados.

Servitum Amoris e Militia Amoris: entre a Miséria e a Glória no Poema LXXVI de Catulo

Uma tradução interpretativa da composição LXXVI, em dísticos elegíacos,⁸ de Catulo é proposta abaixo.

siquā rēcōrdāntī bēnēfāctā prīorā uōlūptās
 ēst hōmīnī. cūm sē cōgītāt ēssē piūm.
 nēc sānctām uīōlāssē fidēm. nēc foēdēre īn ūllō
 dīuum ād fāllēndōs nūmīne ābūsum hōmīnēs.
 mūltā pārātā mānēnt īn lōnga aētātē Cātullē
 ēx hōc īngrātō gāudīa āmōrē tībī.
 nām quāēcūmq̄ue hōmīnēs bēnē cūīquam aut dīcērē pōssūnt
 aut fācēre. haēc ā tē dīctāquē fāctāquē sūnt.
 ōmniā quae īngrātāē pērīērūnt crēditā mēntī.
 quārē iam tē cūr āmplīūs ēxcrūciēs.
 quīn tu ānīmo ōffirmās. ātque īstīnc tēquē rēdūcīs.
 ēt dīs īnūītīs dēsīnīs ēssē mīsēr.
 dīffīcīlē est lōngūm sūbītō dēpōnēre āmōrēm.
 dīffīcīlē est. uērūm hōc quā lūbēt ēffīcīās.
 ūnā sālūs haēc ēst. hōc ēst tībī pēruīncēndūm.
 hōc fācīās sīue īd nōn pōtē sīuē pōtē.
 ō dī. sī uēstrūm est mīsērēri. aut sī quībūs ūmquām
 ēxtrēmām iam īpsa īn mōrtē tūlīstīs ōpēm.
 mē mīsērūm āspīcite. ēt sī uītām purītēr ēgī
 ērīpīte hānc pēstēm pērnicīēmquē mīhī.
 quāē mīhī sūrrēpēns īmōs ūt tōrpōr īn ārtūs
 ēxpūlit ēx ōmni pēctōrē laētītīās.
 nōn iam īllūd quaērō. cōntra ūt mē dīlīgāt īllā.
 aut quōd nōn pōtīs ēst. ēssē pudīcā uēlīt.
 īpsē uālēre ōpto. ēt taētrum hūnc dēpōnērē mōrbūm.
 ō dī. rēddītē mī hōc prō pīētātē mēā.

Ao homem que rememora as volúpias bem-aventuradas do passado,
 cogita a si *ser pio*
 ao não ter violado a santa *fides*, tampouco firmado algum pacto com um deus
 para causar a ruína dos homens.
 Muitos desígnios desses regozijos, então, em longos anos, Catulo, permanecem
 [reservados] para ti,
 devido a um amor ingrato.
 Pois todo o bem falar e fazer que possam [existir] a qualquer dos homens,
 isso foi dito e feito por ti.
 Todas essas coisas arruinam totalmente a confiança para uma mente ingrata.
 Então, por que ainda te atormentas tanto?
 Como tu não firmas o ânimo, retira-se deste lugar,

⁸ O dístico elegíaco é um sistema de estrofes composto de um hexâmetro e de pentâmetro datílico. Desse modo, a elegia é uma poesia lírica cantada pelo poeta possuindo diversos temas, e.g., guerra, amor, moral, filosófica, entre outros (HOWATSON, 1989, p. 208). Georg Luck (1989, 448-450) indica que o dístico elegíaco já estava plenamente desenvolvido no século VII a. C., sendo composto por poemas recitados ou cantados por uma flauta com um tom agudo. A *tibia* era o instrumento usado, associado ao moderno oboé, com sons relativos ao beber vinho, manter relações sexuais e recitar das poesias amorosas. Por outro lado, ao citar Horácio e Ovídio, o autor considera o metro elegíaco a lamentos, por suas origens em funerais. A exemplo de Mimnermo, as coleções de poemas no período helenístico são associadas a uma mulher, embora os poetas desse período prefiram a forma epigramática, e.g., Calímaco.

e desistas de ser miserável, algo contrário à vontade dos deuses?
 Difícil é abandonar subitamente um longo amor.
 Difícil é, mas, assim, efetivas o que te agrada.
 Eis a única salvação, isso deve ser vencido completamente por ti.
 Faça isso! Se possas ou não possas, faça!
 Ó deuses, se é vosso o ser misericordioso, ou, se de algum modo,
 já resgatastes da morte na hora derradeira do auxílio,
 Olhai-me, mísero, e, se levei a vida puramente,
 arrancai essa *peste pernicioso* de mim.
 a qual arrasta-se ao mais profundo de mim, como um torpor nas articulações,
 e, de todo meu peito, expulsou a satisfação.
 Já não busco isso, que ela me ame em retorno,
 ou, àquilo que não pode ser, que ela deseje ser *pudica*.
 Eu opto por ser valente e essa repugnância mórbida depor,
 ó deuses, Restaurai-me em prol da minha *pietas*.

Algumas escolhas na tradução devem ser comentadas devido ao processo de contextualização do sentimento erótico-amoroso. O adjetivo *voluptas, -tatis* foi mantido, também os substantivos *fides* e *pietas* e seus derivados. No primeiro caso, há um campo semântico vasto explorado ao longo de todo o poema sobre as nuances entre alegria, satisfação, prazer e contentamento. Destacam-se, assim, as utilizações lexicais de: *gaudium, -i; libet (lubet) -ere, -buit; laetitia, -ae*. As alegrias desejadas não são obtidas no amor, não há nenhuma satisfação; e o prazer é reduzido à miserabilidade da existência. Por sua vez, as relevâncias civis e culturais da *fides* e da *pietas* no contexto latino, além das desconstruções e recepções na elegia erótica amorosa latina, justificam a ênfase.

O particípio passado do verbo *paro, -as, -are, -avi, -atum* indica algo preparado e arranjado intencionalmente, conotando a obtenção de um sucesso ou uma aquisição. Desse modo, no contexto de manutenção da *pietas* pelas ações relativas à *fides*, especialmente diante da contraposição feita em versos anteriores sobre acordos com os poderes divinos, optou-se por *desígnios*, também para salientar a subjetividade temporal expressa no início do poema. Tais coisas permanecem (*Multa parata manent*), ainda que exista a ingratidão da *puella*, justamente pela manutenção da *pietas* e da *fides*.

No verso 11, o poeta segue sua reflexão a questionar a si mesmo sobre a sua condição, o que se repetirá de maneira exortativa posteriormente (v. 15-16). Utiliza-se a construção *atque instinc teque reducis* para completar um paralelismo aditivo com a conjunção, em sentido adverbial, *quin*. A partícula dêitica *instinc* indica o lugar em que se encontra o enunciador e, devido à carga semântica do verbo, aproxima-se a um sentido de reconduzir o complemento verbal para fora dessa localidade, inferindo uma condição pretérita distinta da vivenciada no presente. Há, assim, uma redução significativa na escolha da presente tradução. Essa constatação aparece também nos versos seguintes em que os verbos *desino, -is, -ere, desii, desitum* e *depono, -is, -ere, -posui, -posuit* são utilizados.

Esses associam-se, respectivamente, a: cessar, acabar, abandonar; pousar algo no chão, depor, guardar em confiança, abandonar, renunciar. Tais verbos estão preposicionados por *de-*, indicando uma situação pré-existente e originária, a qual precisa ser modificada para alterar o estado presente.

O estado de miserabilidade associa-se à imagem criada pelo eu-elegíaco, que é vista pelos deuses (v. 19), mas também pelo poder devastador do amor, não mais uma fonte de alegria, mas uma destruição das próprias condições de bem viver (v. 20). Assim, opta-se por um aposto na expressão *me miserum aspiciate* e em romper a coordenação aditiva *pestem perniciemque* para enfatizar a qualificação do estado do amante e também um tipo de flagelo arrasador ao qual o amor está relacionado. Tão poderosa é essa força que causa torpor físico (v. 21) e um estado mental mórbido (v. 25).

Por fim, há dois paralelismos semânticos na utilização de verbos que possuem campos semânticos similares. Nos versos 20-24, são usados: *eripio, -is, -ere, -ripui, -reptum*, em um sentido de puxar algo violentamente para fora, tirar, associando-se a um sentido de libertação; *expello, -is, -ere, -pui, -pulsum*, lexicogênico dos nossos expelir, expulsar. Assim, o poeta não sabe se será capaz de conduzir a si mesmo para um estado anterior, em que não era afetado pela loucura do amor. Todavia, em um ato de clemência divina, uma ação abrupta, feroz e violenta é necessária para que ele possa ser restabelecido, i.e., estar liberto da *peste perniciosa* do amor ao ser retirado de seu estado de estagnação. Por estar entranhada no mais íntimo de sua existência, essa peste expele toda a satisfação e deve ser superada em sua totalidade. Nos versos 23-26, *quaero, -is, -ere, quaesivi, quaesitum* tem o sentido próprio de buscar algo, fazer uma investigação, procurar, almejar a algo. Por sua vez, *volo, vis, vult, velle, volui* tem o sentido de querer, desejar, ter a vontade e ter uma intenção. Desse modo, o primeiro verbo, neste contexto, refere-se a algo que exista e que possa ser encontrado por ações práticas do amante; já o segundo apresenta uma característica subjetiva marcante, visto estar associado a uma vontade e a um desejo interior da *puella*.

Há dois momentos distintos no poema LXXVI de Catulo: uma recordação descritiva de suas ações amorosas e das ingratas retribuições da *puella*, as quais fornecem ao amante estagnação, torpor e miserabilidade (v. 1-16); um pedido aos deuses para ser restabelecido à sua condição anterior, pois por suas próprias forças encontra-se vencido completamente e necessita arrancar esse amor que fornece tantos infortúnios (v. 17-26). Ao manter a *fides*, acredita-se que as bem-aventuranças dos deuses serão obtidas por muitos anos, mesmo se a amada torne essa ação em descrédito absoluto. E essa esperança unifica as duas partes do poema: pela crença que tudo foi feito para receber o que era devido (v. 3-8); pela possibilidade de restauração ao expulsar esse amor ingrato (v.

23-26). Por outro lado, a resignificação do ideal civil, heroico e épico na individualização erótica, requer uma intervenção divina para que as potencialidades de uma vida feliz sejam atualizadas e as impossibilidades da ação, em busca da *gloria*,⁹ concretizem-se.

O estado de miserabilidade apresentado opõe-se diretamente à satisfação humana, desvelando uma passagem de tempo e uma transformação profunda das experiências eróticas as quais apresentam-se pela utilização de prefixos, e.g., *re-per*, também pela semântica verbal, e.g., *pereo* e *reddo*, e pelo tempo dos participios, e.g., *recordanti*, *abusum*, *subrepens*. Esses fatores são conjugados na composição poética para indicar uma passagem dos sentimentos a se repercutir no mundo das aparências. A recordação do passado e o chamado pessoal para uma mudança da situação presente inferem constantes mudanças; no entanto, a *pietas* e a *fides* garantem a manutenção dos desígnios humanos (*multa parata manent*), mesmo em face à ingratidão da *puella*. Desse modo, àquele humano rememorante (*recordanti homini*), a não violação da *fides* aproxima-se à manutenção da *pietas* (v. 1-4); ao sofrer amplamente pela ingratidão, deve ter o ânimo firme para ser reconduzido (*reduco*) ao seu estado de harmonia (v. 11-12); todavia, em face à impossibilidade de agir devido às grandes forças do amor, requer aos deuses que seja restabelecido a si (*reddo*) devido à *pietas* pessoal comprovada (v. 26). O cantor elegíaco, portanto, utiliza-se da mudança e da permanência em uma constante tensão entre as perspectivas contrárias, especialmente devido à grande dificuldade em controlar seus sentimentos e expulsar o amor de si.

O amor perpassa o indivíduo em sua totalidade, não apenas em suas expressões, mas no mais íntimo e profundo de sua existência e de sua subjetividade, retirando toda a satisfação possível (v. 21-22). Nesse contexto, ao ser visto como uma peste perniciosa (*pestem perniciemque*), deve ser erradicado completamente. Essa concepção de totalidade é vista na deterioração (*pereo*) de todo o crédito da *pietas*, adquirido pela *fides*. Nada há que possa ser feito para a satisfação da *puella*, pois ela não poderá desejar ser aquilo que ela não seja (v. 25); por sua vez, o elegíaco sente-se em desespero a ter todas as suas ações reduzidas a nada, pois contempla o perecer pleno da *pietas*. Diante desse quadro

⁹ O termo aparece vinculado a uma exaltação à luta e também ao desejo humano de ser louvado. Atestam-se tais conotações de busca pessoal por honras em Cícero, distinguindo o direito, a lei, a liberdade e a ordem civil como algo de uso comum, mas a glória e a honra devem ser dadas aos indivíduos. Todavia, no *sonho de Cipião*, reduz-se a glória a nada, eleva-se a *virtus*. Assim, novamente, há um diálogo entre o coletivo e o individual, especialmente na comparação entre textos dos períodos republicanos e imperiais: há testemunhas que ressaltam que a glória esteja associada à *Res Publica*, portanto, ao bem comum e social; outros pensam na elevação da *gens*; há ainda aqueles que ilustram a elevação e o triunfo; elevação pessoal pela *virtus*; reconhecimento pelos pares. Estão interconectadas *gloria* e *virtus*, mas também reconhecimento público, possuir confiança (*fides*) e ser digno de honras (*honor*). Registra-se o binômio *honor et gloria* constantemente (PEREIRA, 1984, p. 319-423).

desolador, exige-se uma vitória plena desse processo de deterioração e envenenamento do ânimo, conforme a construção em gerundivo de *pervinco* apresenta (v. 15).

Desse modo, no poema LXXVI de Catulo, o *servo do amor* torna-se um *soldado do amor* em sua tentativa de sobrevivência. Encontra-se dominado por completo, necessitando do auxílio divino para superar a estagnação. Confia que, ao manter a *fides* e preservar a *pietas*, sua miséria não será mantida pelos *misericosordiosos* deuses, pois ele terá seu ânimo elevado e as armas necessárias para vencer completamente o inimigo, a perniciosa peste do amor que invadiu todos os territórios de sua vida e o mantém em uma condição mórbida e inglória.

Recordações e pensamentos são contrapostos aos desejos e à piedade no primeiro dístico elegíaco (Catulo, *Carmina*, LXXVI, 1-2). Assim, o homem ao recordar os desejos realizados no passado é bem-aventurado quando é possível considerar que manteve a *pietas*. Para tanto, a santa *fides* não pode ser violada e tampouco pactos que ocasionem a ruína dos homens podem ser feitos (Cat., *Carm.*, LXXVI, 3-4). Ao manter a *pietas* e a *fides*, espera-se a *gloria*, mas a ingratidão da *puella* reduz todas as coisas a nada. Por um lado, todas as coisas boas que pudessem ser ditas e feitas pelos homens foram realizadas pelo amante, todavia a ingratidão nulifica todos os possíveis créditos obtidos. Restaria ao cantor elegíaco pensar em uma alegria (*gaudium*) reservada a ele por sustentar suas nobres ações, mesmo diante da inconstância da amada. Destaca-se a oposição em não desejar arruinar (*abusum*) a outros homens e a completa destruição (*pereo*) dos laços de crédito e de fidelidade promovida por esse *ingrato amore* (Cat., *Carm.*, LXXVI, 5-9).

Na descrição inicial, portanto, as oposições marcam a submissão do cantor elegíaco às experiências amorosas, adaptando temáticas consagradas à vivência civil, e o rompimento do pacto entre os amantes pela ingratidão da *puella*. Assim, no pentâmetro do dístico quinto, após expor essa constatação, reflete a respeito de sua própria condição e pergunta a si mesmo: "Então, por que ainda te atormentas tanto? Por qual razão não firmas o ânimo e retiras a ti deste lugar, e, assim, deixes de ser miserável, algo contrário ao desejo dos deuses?" (Cat., *Carm.*, LXXVI, 10-12). Desvela o tormento e a incapacidade de superar as investidas desse amor: sente-se crucificado; inábil em influir ânimo a suas ações a ponto de ser reconduzido ao seu estado mental equilibrado. Infere um contraste entre o desejo dos deuses e o estado miserável em que se encontra, remetendo às suas ações plenas de *fides* e de *pietas* para com todos os homens e para a sociedade nos primeiros dísticos, mas também preparando os ouvintes para o posterior clamor à intervenção divina para superar sua atual condição.

A renúncia a um amor de longa duração requer uma ação enfática. Embora seja difícil de ser realizada, somente a abstenção desse amor pode restaurar o ânimo e

reaver o prazer – *lubet* – (Cat., *Carm.*, LXXVI, 13-14). Trata-se da única opção de salvação, de segurança e de bemestar, obtida somente quando tiver superado completamente sua insatisfação (Cat., *Carm.*, LXXVI, 15). Novamente, o poeta pondera a respeito de sua condição, mas neste momento assume um tom exortativo, inclusive pela utilização do modo verbal no subjuntivo: “Fazei isso, Se isso seja possível ou não seja possível, [fazei isso]” (Cat., *Carm.*, LXXVI, 17). A tradução proposta reitera a exortação ao marcar a ênfase dada sobre a possibilidade e impossibilidade de se realizar tal tarefa. Assim, no percurso argumentativo do poema, as recordações das bem-aventuranças por manter a *pietas* e a *fides* são contrapostas com a ingratidão, resultando em uma condição de miserabilidade sentimental difícil, e, em alguns momentos, impossível de ser superada.

Resta ao *herói do amor* recorrer aos deuses, pois se são plenos de *misericordia* e auxiliam o humano até mesmo no momento extremo da morte, eles podem observar o quão mísero o amante encontra-se ainda que tenha vivido uma vida pura. Assim, no nono dístico, o poeta a partir das memórias do passado e das descrições do presente, volta-se, imperiosamente, para os deuses, alegando que esses podem não apenas atentar para a sua condição, mas também arrancar esse amor, visto como uma peste, um veneno, algo pernicioso que o consome por completo (Cat., *Carm.*, LXXVI, 18-21): arrasta-se no mais profundo da existência, aparenta-se a um torpor nas articulações e expele toda e qualquer satisfação – *laetitia* (Cat., *Carm.*, LXXVI, 12-23). O poeta, portanto, expõe em minúcias físicas e subjetivas a paralisia causada pelo amor e a destruição de suas forças.

O poeta deve abandonar esse amor, tendo ou não a capacidade de realizar tal tarefa. Já não almeja ser amado reciprocamente pela *puella*, tampouco que ela deseje ser algo que ela não pode: *pudica* (Cat., *Carm.*, LXXVI, 24-25). Desvela, assim, ao final do poema, os motivos de seu desespero: a impossibilidade de mudar a *puella* para que ela tenha a vontade de ser *pudica* e grata ao pacto amoroso, correspondendo, assim, de maneira equiparada às ações do amante. O poeta opta por ser valente, renunciando a esse amor e a suas consequências mórbidas (Cat., *Carm.*, LXXVI, 26). Ao fim, não sabe se conseguirá efetivamente realizar seus intentos, recorre ao auxílio divino por considerar que benesses lhe são devidas por conta de suas ações: “ó deuses, restaurai-me devido à minha *pietas*” (Cat., *Carm.*, LXXVI, 27).

Amor, tremor e temor: considerações sobre o sentimento de repugnância e a destruição do ânimo nas experiências erótico-amorosas de Catulo

A originalidade dos poemas de Catulo também reside nos modos pelos quais o famoso poeta apropriou-se das heranças helênicas e inseriu-as nos contextos públicos

e privados da sociedade latina de seu tempo (GREENE, 2007, p. 131-150; KNOX, 2007, p. 151-172). Destacam-se os elementos líricos e as descrições da sexualidade humana, em especial algumas conotações de obscenidades pelas quais a alta e a baixa estratificação da sociedade romana identificavam-se. Em uma linguagem clara, direta e passional, expressa seus mais variados sentimentos, tanto de amor quanto de ódio.¹⁰ Em certas passagens, descreve as alegrias da união com Lésbia, a ponto de convidá-la a viver sem pensar nas mais severas admoestações possíveis dos mais velhos, ponderando como os incontáveis beijos trocados são naturais alvos da inveja alheia.¹¹ Ademais, em outras, compara sua insaciabilidade dos beijos de Lésbia à impossibilidade de contar os grãos de areia e as estrelas do céu.¹² Por outro lado, desiludido pelo amor, enraivecido, sugere que a amada se volte para outros, visto que seus sentimentos são vistos como uma flor caída que, posteriormente, será atingida pelo arado de um campo.¹³ Nesse contexto, a adaptação e a tradução de alguns trechos dos famosos versos de Safo, em que a eu-lírico sente uma flama percorrer toda a pele e estar à beira da morte devido a seus ciúmes,¹⁴ situam-se nessa expressiva tradição poética a desvelar os sentimentos mais variados do humano: o desejo, a rejeição e, em sua mistura particular, o ciúme para quem destina-se o desejo. Em sua adaptação, no poema LI, Catulo não se entrega apenas aos sentimentos e desejos, mas busca entendê-los e sanar o entorpecimento causado por sua zelosa experiência – a exemplo do que ocorre no poema LXXVI aqui traduzido.

Catulo, atestado eu-lírico pelo vocativo na última quadra de versos do poema LI, descreve aquele que se senta ao lado de sua amada, atento e ouvinte (Cat., *Carm.*, LI, 3), em paridade com os deuses, para corrigir-se no verso seguinte: essa figura supera os deuses (Cat., *Carm.*, LI, 1-2). Desse modo, no ato da entrega amorosa, o humano supera a *gloria* divina (poema LI); diante da ingratidão da *puella*, mesmo tendo mantido a *pietas* em ações em prol da *fides*, encontra-se desesperado, desamparado e miserável a recorrer aos deuses por auxílio (poema LXXVI). Todos os sentidos são roubados, por um doce riso dado (Cat., *Carm.*, LI, 5-6); nada mais resta, visto que a própria fala falta ao poeta. Todavia, se a língua está entorpecida, os sentimentos afloram ou fluem no interior do enciumado e mortal

¹⁰ Conforme o seu famoso poema LXXXV salienta, todas as emoções, até mesmo as antagônicas em sua aparência são sentidas e expressas simultaneamente. Ainda que o leitor/ouvinte, eventualmente pergunte como isso seja possível, o eu-lírico não sabe responder, pois apenas sente isso ser feito e crucifica-se. "*Ōdī et amō. Quārē id faciam fortasse requīris. Nesciō, sed fierī sentiō et excrucio*".

¹¹ Poema V.

¹² Poema VII.

¹³ Poema XI: "*nec meum respectet, ut ante, amorem, qui illius culpa cecidit velut prati ultimi flos, praetereunte postquam tactus aratro est.*"

¹⁴ A tradução de Leonardo Antunes do Fragmento 31 atribuído a Safo, usada como referência nessa apresentação, destaca o breve fogo a percorrer a pele, há um partir da língua como metonímia para a perda da fala, a ineficácia da visão e zumbidos no ouvido que propiciam a perda todos os sentidos pela pessoa enciumada (ANTUNES, 2009, p. 138-146).

amado (Cat., *Carm.*, LI, 9-10), a ponto de os zunidos serem ensurdecadores e os olhos estarem cobertos pela escuridão da noite (Cat., *Carm.*, LI, 10-11). Constatase, portanto, os modos pelos quais a silenciosa cena contemplada mexe com o apaixonado, inclusive conduzindo-o a perder os próprios instrumentos dos sentidos que possibilitavam visualizar o ocorrido, mas também oferecem uma desordem ou sentimentos caóticos para toda a experiência sentimental e sensível. Nesses dois poemas, o amante perde sua harmonia e condição racional, entrega-se à irracionalidade das paixões e precisa ser resgatado.

De maneira surpreendente, e distinta de sua musa inspiradora, Safo, Catulo não enumera descrições hiperbólicas sobre seus sentimentos, mas critica seu próprio *otium* como uma possível causa para sua moléstia (Cat., *Carm.*, LI, 12). Devido ao *otium*, seus gestos são mais exaltados (Cat., *Carm.*, LI, 13); do mesmo modo que reis e cidades prósperas foram perdidas devido ao *otium* (Cat., *Carm.*, LI, 15-16), Catulo entende que ele deva superar seu entorpecimento para evitar sua própria ruína. Em Safo, suores e temores assomam a enciumada amante que se vê perto da morte. Catulo, todavia, busca o equilíbrio do *negotium* – a negação do *otium* – para superar essa experiência com sua amada.

Como alerta-nos Maria Helena da Rocha Pereira (1984, p. 319-323), o *otium* é uma noção a integrar inúmeros elementos da personalidade e da cultura romanas, salientando o exercício da reflexão mediante a necessidade da fruição pelo lazer. Desse modo, os afazeres da *res publica* devem possuir também tranquilidade para a defesa de todos os ideais civis. Ao se conduzir com *dignitate*, espera-se também que velem pelo *otium*. Não se refere à inatividade, mas tranquilidade, honra e glória que possibilitem atuar *in negotio* ou retirar-se a um *otio cum dignitate*. Assim, evidencia-se um afastamento das obrigações diárias referentes ao sustento da família e da pátria. Nessa “escassez do *negotium*” sustenta-se o *otium*. Há críticas aos excessos do *otium*, mas enraíza-se nele a prática da *scholê*, i.e., uma produção intelectual e literária em que Cícero, Cipião e Sêneca seriam exemplos ilustres – *otium litteratum* ou *otium laboriosum*. Evidencia-se a necessidade do isolamento, da solidão, do segredo e do silêncio. Há um diálogo com as correntes do estoicismo e do epicurismo sobre a utilidade das atividades decorrentes do *otium*. Tais acepções presentes e necessárias na mentalidade latina não são destacadas nos versos de Catulo, visto que o poeta constata que a negação do *otium* propiciaria a ele um retorno ao seu equilíbrio mental e físico.

Por sua vez, o poema LXXVI baseia-se em uma recordação descritiva dos efeitos nocivos do amor, que reduz o amante a uma plena apatia e somente uma intervenção divina pode restaurar ânimo e as ações necessárias para o bem viver. Mesmo diante das tentações do amor, a *fides* foi mantida e, portanto, espera-se que os deuses mantenham

suas ações misericordiosas. O amante encontra-se miserável, em oposição ao sentido de *gloria* esperado pessoalmente e no âmbito civil. O amor está presente no humano como um todo e, portanto, deve ser erradicado completamente, pois deteriora as práticas, o físico e a subjetividade do amante. Embora a renúncia a um amor dessa magnitude beira ao impossível, deve-se realizá-la, pois esse é o único meio de sobrevivência. Se no poema LI o retorno aos *negócios* era uma alternativa viável, apenas a crença na *pietas* pretérita e a intervenção dos deuses podem auxiliar ao desesperado amante em nosso poema traduzido.

Referências

Documentação textual

CATULO. *O livro de Catulo*. Tradução comentada dos poemas de Catulo por João Angelo Oliva Neto. São Paulo: EdUSP, 1996.

VIRGÍLIO. *Bucólicas*. Tradução de Raimundo Carvalho. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

Obras de apoio

ANTUNES, L. Safo - Fr. 1 e Fr. 31. *Nuntius Antiquus*, n. 4, p. 138-146, 2009.

FEDELI, P. A poesia de amor. In: CAVALLO, G.; FEDELI, P.; GIARDINA, A. (org.). *O espaço literário da Roma antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 151-186.

GREENE, E. Catullus and Sappho. In: SKINNER, M. (ed.). *A Companion to Catullus*. Malden: Blackwell, 2007, p. 131-150.

HOWATSON, M. C. *The Oxford Companion to Classical Literature*. New York: Oxford University Press, 1989.

KNOX, P. Catullus and Callimachus. In: SKINNER, M. (ed.). *A Companion to Catullus*. Malden: Blackwell, 2007, p. 151-172.

LABATE, M. A elegia amorosa: Cornélio Galo. In: CITRONI, M. et all (ed.). *Literatura da Roma antiga*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006, p. 547-558.

LUCK, G. La elegía amorosa. In: CLAUSEN, W. V.; KENNEY, E. J. (ed.). *Historia de la literatura clásica: literatura latina*. Madrid: Gredos, 1989, p. 448-463.

PEREIRA, M. H. da R. *Estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

PROPÉRCIO. *The Elegies*. London: William Heinemann, 1929.

***Castigat ridendo moris?* O olhar de Pérsio a partir de suas sátiras para todo o Principado romano no primeiro século da Era Cristã**

'Castigat ridendo moris'? Persius' view from his satires to the entire Roman Principate in the first century of the Christian era

Marcos Luís Ehrhardt*

Resumo: Um dos maiores, senão o principal objetivo de uma sátira era atacar os males de uma sociedade a partir dessa ferramenta literária. Elemento didático-moralizante, o gênero satírico teria surgido, ou seria motivado, a partir das observações dos vícios, sejam morais e/ou sociais, ou até melhor, das críticas aos comportamentos considerados distorcidos, desviantes a partir daquilo que se considera como um padrão ideal de conduta. Seu principal propósito: aquilo que referenda, bem como aquilo que critica da sociedade romana do primeiro século da era cristã, objetivando padronizar um comportamento para o cidadão habitante de Roma, da mesma forma que para todos os habitantes do Império. Aqui, nos valem dos versos escritos por um destacado autor que viveu no primeiro século da era cristã: trata-se de *Aulus Persius Flaccus*, conhecido apenas como Pérsio.

Abstract: One of the biggest, if not the main objective of a satire was to attack the evils of a society from this literary tool. A didactic-moralizing element, the satirical genre would have arisen, or would be motivated, from the observations of the vices, whether moral and/or social, or even better, from the criticism of behaviors considered distorted, deviant from what is considered as an ideal standard of conduct. Its main purpose: what it endorses, as well as what it criticizes of the Roman society of the first century of the Christian era, aiming to standardize a behavior for the citizen inhabitant of Rome, in the same way as for all the inhabitants of the Empire. Here, we make use of the verses written by a distinguished author who lived in the first century of the Christian era: it is *Aulus Persius Flaccus*, known only as Persius.

Palavras-chave:

Pérsio.
Sátira.
Império Romano

Keywords:

Persio.
Satire.
Roman Empire

Recebido em: 19/05/2022
Aprovado em: 27/05/2022

* Professor Associado C dos colegiados de graduação e de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa em História Intelectual e Historiografia (UNIOESTE/CNPq).

A parte inicial do título desse artigo, em latim, pode ser traduzida livremente como “castigar os costumes pelo riso”. Um dos maiores, senão o principal objetivo de uma sátira era atacar os males de uma sociedade a partir dessa ferramenta literária. Elemento didático-moralizante, o gênero satírico teria surgido, ou seria motivado, a partir das observações dos vícios, sejam morais e/ou sociais, ou até melhor, das críticas aos comportamentos considerados distorcidos, desviantes a partir daquilo que se considera como um padrão ideal de conduta. Temos, na figura de Juvenal, a referência para enxergar pelo menos uma causa motivadora das intenções narrativas satíricas,¹ mas sem nos limitarmos a ela: a *indignatio*. Segundo D’Onofrio (1968, p. 80), “numa gama variada de sentimentos, que vai da violência da invectiva até o fino humorismo, o autor satírico serve-se do ridículo para a finalidade catártica da correção dos costumes”.

Aqui, nos valem dos versos escritos por um destacado autor que viveu no primeiro século da era cristã: trata-se de *Aulus Persius Flaccus*, conhecido apenas como Pérsio. Escreveu 6 *Sátiras*, com um prólogo, num total de aproximadamente 700 versos.² Nascido em 4 de dezembro de 34, durante o governo de Tibério, em Volterra (*Volaterras*), antiga cidade etrusca; morreu em 24 de novembro de 62, no oitavo ano do governo de Nero. Mesmo vivendo apenas 28 anos, presenciou parte de um importante período da história de Roma, que foi o principado de Nero; e sabemos que esse é um momento que desperta muita curiosidade e interesse de especialistas e não especialistas.

Além de suas sátiras, foi transmitida para a posteridade a chamada *Vita Persi*, biografia dele atribuída ao gramático Marco Valério Probo. Ali dizia que ele era cavaleiro romano, ligado por laços de sangue à alta nobreza. Num ambiente de severa e elevada distinção, e especialmente mantido na Etrúria, onde existia uma forte aristocracia rural, Pérsio passou toda a infância. Foi confiado aos cuidados da mãe, como também aos de uma tia paterna e da irmã, porquanto seu pai morreria quando ele contava apenas seis anos de idade. Diz-se que a mãe se casou pela segunda vez com um homem chamado Fúcio, também cavaleiro romano, mas somente para enviuar de novo poucos anos depois. Os primeiros estudos, Pérsio os realizou na sua cidade natal.

A razão para escrever sátira? Duas possibilidades: primeiro, após a leitura do Livro X de Lucílio (explicitamente citado na *Sátira I* com um verso luciliano), o nosso autor, Pérsio,

¹ Conforme Oliveira (2013, p. 33), “o expoente maior da sátira latina, Juvenal. Tendo vivido em Roma na segunda metade do século I d.C. e princípios do século II, fez aí seus estudos e dedicou-se, durante muito tempo, à arte da declamação. Já atingira a idade madura quando começou a elaborar a sua obra, o que deve ter ocorrido por volta do ano 100 d.C.”.

² Chegaram até a contemporaneidade apenas as *Sátiras*. Sua prematura morte aos 28 anos de idade pode ser o maior motivo ao deixar obras inacabadas. Acredita-se que direcionava seus versos para leitura privada, para amigos, e não para um grande público. Sua mãe doou seu patrimônio de 2 milhões de sestércios ao seu mestre, Cornuto.

se animou a seguir o que para ele era um modelo de escrita e abordagem; segundo, a ascendência dos ensinamentos do mestre Cornuto, que ele jamais esqueceu, da mesma forma citado na *Sátira V* e ao preceptor explicitamente dedicado. Podemos afirmar também que Pérsio traz em seu texto elementos da sátira tanto daqueles que vemos em Lucílio quanto em Juvenal.

Mudou-se para Roma quando tinha doze anos de idade, a fim de continuar seus estudos, objetivando uma formação sólida ao seguir os ensinamentos de mestres da época, tais como o gramático Rémio Palémon e o retor Virgínio Flavo. Na filosofia, área que influenciou significativamente sua formação, iniciou seus estudos estoicos com o já citado Aneo Cornuto. Nessa mesma biografia, afirmava-se que nosso autor sofria de uma doença do estômago, enfermidade que o levaria anos mais tarde ao túmulo ainda relativamente jovem.

Vale ainda destacar, nessa breve trajetória de Pérsio, sua relação afetiva mantida com Clodio Trásea Peto e, mais precisamente, com Arria, sua esposa, esta que era parente do nosso satírico. Trásea era um filósofo estoico, articulador e opositor dos anos finais do governo neroniano; além disso, matinha contato com Sêneca, Columela e Lucano, grupo que foi chamado de "círculo dos estoicos".

Partimos da possibilidade de enxergar na trajetória de determinado indivíduo questões importantes de dada sociedade, ou parte considerável dela, pois de acordo com Loriga (2011, p. 186), "[...] quanto mais alto o homem está situado na escala social, mais a rede de suas relações com os outros homens é extensa, mais autoridade possui sobre os outros e mais parece que cada um de seus atos é predeterminado e inevitável".

Optamos, nesse texto, por uma abordagem a partir de elementos do contextualismo inglês. Nesse sentido, transitamos pelas seis *Sátiras*, de Pérsio, e delas retiramos alguns trechos, tornados exemplos, para perceber o diálogo com seu tempo. Analisar, a partir de suas reflexões, aquilo que referenda, bem como aquilo que critica da sociedade romana do primeiro século da era cristã; e, como afirma Marcos Lopes (2015, p. 28), desejamos perceber "abordagens que buscam encontrar indícios de práticas sociais" nos textos.

Citamos ainda, para corroborar tal possibilidade de relação (texto/contexto), um trecho de Quentin Skinner (1999, p. 10-11), quando este afirma que:

Considero igualmente essencial levar em conta o contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos - o contexto das obras anteriores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político. Pois é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas.

Não compactuamos da perspectiva que atrela imediatamente texto/contexto, por vezes vista de maneira automática e mecânica. Aqui convém considerar que o ambiente pelo qual Pérsio transitou foi influenciado, de alguma forma, pelos seus escritos; o caminho de volta também é verdadeiro: o ambiente no qual circulava intervinha na sua narrativa. Mesmo que se considere que o contexto possível é um emaranhado de outros textos, foi com eles que o satirista teve contato, manuseou, e principalmente perpassou pelos ambientes nos quais os referidos textos circularam.¹ Armani (2015, p. 84) afirma em seu texto *Reflexões sobre o contexto na História Intelectual: entre a virada linguística e o novo Materialismo filosófico* que:

A pergunta fundamental, colocada por Skinner [...] em *As fundações do pensamento político moderno*, sobre o que os autores dos textos clássicos estavam fazendo quando os escreveram, delinea, para o historiador, um conjunto de problemas que servem como guia de investigação, entre os quais, a análise dos argumentos que tais autores apresentavam, as questões que formulavam e tentavam responder e, em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam, as ideias e convenções predominantes no debate político.

Nas suas sátiras,² Pérsio atacava o que ele considerou o mau gosto dos homens, inclusive os das letras, a sordidez da população, o orgulho dos nobres e, por vezes, a postura despótica do princeps. As sátiras aparecem como verdadeiros sermões; contêm anedotas, referências mitológicas, máximas e, em muitos momentos, cartas dirigidas a pessoas conhecidas.³

Pérsio era um homem das letras e, nesse sentido, não foi um homem como os outros, pois tudo que dizia, ou quase tudo, acabou sendo público e poderia ser analisado

¹ “Pérsio utilizou aproximadamente 1.938 palavras diferentes em sua obra. Grande parte delas pode ser considerada como *verba togae*, ou seja, palavras comuns, do dia a dia, pouco utilizadas nos poemas de estilo elevado. Muitos desses termos ordinários seriam o equivalente a “hambúrguer” para nós: extremamente comuns no cotidiano, mas raras na literatura. Como exemplos, há o uso de *runcare* (IV, 36), roncar; de *cannabis* (V, 146), que nomeia uma corda feita de erva; da forma verbal onomatopeica *lallare* (III, 17-18), que designa o cantarolar da mãe; de *obba* (V, 148), nome de um recipiente para guardar vinho; de *perna* (III, 75), uma espécie de pernil, e também de *tucetum* (II, 42), um tipo de bife. Esse uso de um léxico vulgar dificulta a leitura das *Sátiras* porque nós, modernos, estamos mais habituados ao latim literário, que guarda significativas diferenças de registro em relação ao latim popular” (CASTRO; LEITE, 2017b, p. 137).

² Sátira: de *satura*. O termo pode ser de origem latina, podendo ser observado na expressão, bem antiga, *satur lanx*, a qual nos remeteria ao nome de um prato, repleto de grãos e vegetais, relacionado aos cultos agrários da deusa Ceres. Prato: muito abastecido oferecido aos deuses em ritual (pela abundância e saturação era chamado de *satura*). *Satura* seria o feminino de *satur*, cujo radical da palavra fornece o significado ou ideia de “muito” ou “bastante”, também “misturado”. A partir dos sátiros: poesia de coisas absurdas e exageradas. A sátira tem o objetivo de fazer rir, ademais o seu efeito está associado ao social, assim pode ser remetida para alguma pessoa, instituição ou determinado episódio. Seu estilo é considerado informal, com uma linguagem denominada de *sermo quotidianus*. Por último, e para enriquecer a definição e suas influências, designamos um procedimento judiciário de recurso a uma lei (*lex per satiram*) – compreendia muitas propostas de solução do caso em discussão.

³ Segundo Castro e Leite (2017b, p. 140), “O prólogo que antecede as seis sátiras que compõem a obra de Pérsio é escrito em metro diverso daquele canonizado por Lucílio e retomado por Horácio como sendo o padrão do gênero: o hexâmetro”.

e/ou problematizado. Ele avaliou, nas sátiras, os atos de seus pares e da sociedade; e essa autoridade, que por vezes soa muito julgadora, recaía tanto sobre a moral privada quanto sobre a vida pública. Pela posição ocupada, e mesmo pela formação que possuía, exclamou o que se deveria pensar do passado romano, o que se precisaria ilustrar sobre questões políticas, morais e sociais; teve “o direito” de dizer como se aplica a filosofia à política, para encontrar nos livros de sabedoria os velhos princípios de Roma; dos quais muitos deles, esses homens das letras, se consideravam guardiães, inclusive Pérsio.

As sátiras demonstram um autor preocupado também com a questão religiosa, pois uma delas é inteiramente dedicada ao tema; ou seja, atuava como um crítico mordaz de sua época, dirigindo seu texto para os hipócritas e supersticiosos. Pérsio faz, no texto, uma espécie de defesa da liberdade contra a preguiça, a avareza e a ambição. Porém, o próprio poeta lamenta, ao longo de seu texto, que não adiantaria falar dessas coisas a um povo composto por ignorantes, que desprezam a sabedoria.

Suas sátiras, inspiradas em uma longa tradição, compunham, no fundo, uma escrita política pessoal contra Nero; para muitos, a verdadeira encarnação literária do estado da cultura romana na época neroniana. A obra persiana é considerada filosófica e didática; e muito perspicaz, pois não cansou de detectar os excessos de parte do período do governo neroniano. Ainda não esqueçamos que, juntamente com Lucano e Sêneca, a filosofia estoica foi uma das armas de oposição aos césaes que se utilizavam de atitudes despóticas. Convém salientar que as *Sátiras*, de Pérsio — temos prova disso na Primeira *Sátira* do poeta — constantemente apontavam para críticas ao estilo literário em voga no mundo romano do primeiro século da era cristã.

Dessa forma, dialogando com uma tradição de crítica ao asianismo ou *gosto novo* em voga na Roma imperial, Pérsio criticava o que chama de mau gosto de seu tempo, expressão utilizada por outros autores também, tal como Sêneca no seu conjunto de epístolas morais. O principal alvo nos textos, aparentemente, foi o próprio *princeps*, Nero, e seu hábito de compor, declamar e participar de todos os concursos de oratória e música que ocorriam nas redondezas de Roma. Convém lembrar aqui que, na Antiguidade, a relação entre estilo e moralidade, entre ética e estética, era bastante estreita, sendo inclusive tema da *Sátira I*, segundo a qual um estilo degradado e corrompido equivale a uma moral viciosa. Isso valeria para o mandatário, bem como para todos os concidadãos.

Os embates estilísticos do contexto da dinastia julio-claudiana parecem fazer eco também na obra persiana. Convém aqui lembrar da clássica obra de Ettore Paratore, *A História da Literatura Latina* (1983), na qual ele afirma que o referido contexto motiva o aparecimento de uma literatura de bajulação, muito em voga ao evitar a crítica direta aos

homens importantes do Principado romano. Nesse caso, vejamos as seguintes palavras do autor:

Ó preocupação dos homens! Ó quanta vaidade há nas coisas! Quem lerá isto? Tu dizes isso para mim? Por Hércules, ninguém! Ninguém? Não te envergonhas em nada que tu te defendas daqueles de cabeças brancas sem que esse morno 'muito bem' tenhas desejado escutar (Pérsio, *Satyrica*, I, 1-5).

E, de acordo com Anderson (1982 *apud* CASTRO; LEITE, 2017a), Pérsio se declarava um *semipaganus*, expressão essa carregada de muitos significados; o comentador, inclusive, define o poeta satírico como um rústico que rejeita os gêneros literários artificiais. Desse modo, o poeta se alinhava aos temas mais próximos da realidade, de interesse do dia a dia, e para isso utilizava um estilo apropriado a um meio rústico. Isto posto, Castro e Leite (2017a, p. 237) indicam que:

De qualquer maneira, o programático prólogo de Pérsio aponta para um desgaste de uma longa tradição helenística, para uma crítica ao tom grego comum a muitos autores romanos e para um redimensionamento do gosto e dos modelos literários. Pérsio ridiculariza temas, estilo e técnica literárias de seus contemporâneos, considerando-os produtos frívolos de amadores interesseiros, e não o resultado do verdadeiro labor do poeta.

Pérsio almejava glória e fama como seus contemporâneos? Acreditamos que sim; mas, uma glória conquistada sem falsos elogios e/ou bajulações. Em algumas ocasiões, lembrará da liberdade de Lucílio e Horácio (algumas de suas inspirações) que escreveram com liberdade e simbolizavam a virilidade romana. Há, aqui, também, uma tentativa de Pérsio em defender os valores romanos (*o mos maiorum*) para todo Império, sua extensão e esfera de influência. Uma tentativa de padronização de determinado estilo e comportamento. Gilvan Ventura da Silva (1995) nos diz que a sátira critica posturas que se opõem ao tradicional, portanto, há ali uma função moralizante nas reflexões produzidas por Pérsio.

Como exemplo, fazemos menção a alguns trechos da *Sátira* III, que o poeta dirigiu contra todos aqueles que se descuidaram dos estudos da filosofia e cederam seu tempo e suas forças ao ócio, à indolência e, principalmente, contra os jovens. O poeta descreve, no texto, os ardis de que se valia, desde a sua infância, para se dedicar aos estudos: “[...] da mesma maneira que devemos atacar o mal pela raiz com remédios adequados, assim devemos o quanto antes assimilar os estudos filosóficos para a nossa vida” (Pers., *Sat.*, III, 8-12). Trata-se de viver segundo regras de conduta ética, como forma de abrigo da ignorância: “Quando criança, recordo, ficava a fazer exercícios a partir dos exemplos de Catão, e principalmente pelo seu suicídio” (Pers., *Sat.*, III, 12-18); naquele tempo, era

prática comum fazer exercícios de eloquência e os pais assistiam aos exercícios, quando não convidavam os amigos para assistirem juntos.

A *Sátira II* tem como tema a religião, seus devotos e desdobramentos comportamentais. Há muitas críticas do autor ao perceber a relação que as pessoas estabeleciam com seus deuses. Para Pérsio, os homens falham na relação que estabelecem com as divindades. Por exemplo: “Com que tipo de moeda deseja comprar os ouvidos dos deuses? Por acaso com um pulmão e uns intestinos gordurosos?” (Pers., *Sat.* II, 25-30) ou ainda: “Pedes energia para teus nervos e um bom corpo quando vier a velhice. De acordo: mas aqueles pratos abundantes com exagero de salsichas só servem para impedir que os deuses escutem e paralisam a boa vontade de Júpiter” (Pers., *Sat.*, II, 40-45). Vemos aqui vários elementos interessantes, mas destacamos um aspecto fundamental para um estoico como Pérsio: um corpo vicioso e corrompido é prejudicial ao corpo social do Principado romano. Diz-nos o satírico provinciano: “de que serve introduzir os nossos costumes nos templos e levar para os deuses coisas que vem dessa nossa carne profana?” (Pers., *Sat.*, II, 65).

Quando se afirma, na mesma sátira, “o ouro tem afastado os vasos de Numa e os bronzes satúrnio e também corrompido as urnas das vestais e a argila dos etruscos” (Pers., *Sat.*, II, 55-60), verificamos um autor defendendo os costumes simples e, para ele, genuinamente romanos.⁴ Por conseguinte, concordamos com Parra (2016, p. 77), quando em seu texto afirma:

A entrada de vários deuses advindos de outras localidades, a mudança e renovação das práticas, inclusive religiosas, faziam os grupos mais abastados acreditarem que as novas formas religiosas prejudicariam as práticas já existentes como o culto ao imperador, ou ainda, a idealizada “identidade romana”. As novas práticas eram consideradas ainda por alguns intelectuais como superstição. Os discursos podem ser considerados uma estratégia de distinção dos grupos sociais: os grupos mais abastados e ligados ao poder buscando a defesa de uma identidade e tentando distinguir-se daquilo que considerava os “outros”, o “diferente”, o “estrangeiro”.

Pérsio ao escrever sobre os assuntos religiosos, deixava bem claro que pertencia a um grupo e que defendia determinados princípios; além disso, criava estratégias num jogo constante de interesses sociais e políticos, quer seja, a visão de mundo romana em contraposição aos “outros”, os não romanos.⁵ Determinados tipos de práticas religiosas

⁴ Conforme Parra (2011, p. 22), “Crer significava acreditar no poder do ritual e buscar sua perfeita execução. Scheid enumera alguns dos maiores princípios. O primeiro deles é que a religião romana ‘é uma religião sem revelação, sem livros revelados, sem dogma e sem ortodoxia. O que existe é a chamada ‘orthopraxis’, a performance correta que descrevem os rituais’”. No caso, Amanda Parra fez referência à obra de Scheid, *An introduction to Roman Religion* (2003, p. 18).

⁵ Ainda de acordo com Parra (2015, p. 492), “é a exclusão sistemática do sentimento que ajuda a compreender o estatuto da crença. A fé apaixonada e inflamada não tinha lugar na religião tradicional. Pois tudo que ultrapassava os limites do rito, todo comportamento religioso exagerado e impulsivo não revelava mais a crença romana: estas atitudes lembram a superstição”.

podiam ou não reafirmar condutas, estas aceitáveis ou não, tanto dentro quanto fora de Roma.

Retornando na *Sátira* III, observamos um autor preocupado em denunciar aqueles que se afastaram da filosofia e perigosamente se aproximaram de um ócio improdutivo. Aqui vemos, então, um poeta preocupado também com a questão da produção de conhecimento. Além disso, ele constrói uma espécie de teoria das paixões e detecta aquilo que chamará de enfermidades da alma. Afirma em verso da referida sátira: “Uma jarra mal cozida ou que não tem a alça totalmente seca será quebrada quando receber um golpe: revela seu defeito em seu som. Deves moldar-te em torno, sem perdas de tempo nem interrupções” (Pers., *Sat.*, III, 25-30).

Também reservava para os mandatários aconselhamentos importantes sobre o referido tema, quando diz: “Pai de todos os deuses! Te rogo para que castigues a todos os cruéis tiranos quando a vã paixão infectada de um veneno forte excita sua mente: que venha a virtude” (Pers., *Sat.*, III, 30-35). Aqui vemos o tema do “cuidado de si”, tão caro aos estoicos que, ao reunirem formação educacional sólida e necessária, se colocavam como responsáveis em educar, ou seja, orientar toda a população que potencialmente teria acesso ao seu texto.⁶ Ademais, Pérsio foi um autor que denunciava o desinteresse das pessoas pela filosofia, pelas questões e problemas do mundo e pela própria realidade que as cercava.

A *Sátira* IV é dedicada ao aperfeiçoamento pessoal, dando certa continuidade ao chamado “cuidado de si”, mas principalmente à relação do homem com a coisa pública. Pérsio defendia que ninguém deve se lançar na vida pública sem preparação. Desse modo, afirma: “Por que, então tu, em vão adornado por beleza superficial, não deixas de sacudir o rabo para o povo adulator, antes do tempo, viva dentro de ti mesmo, e tu saberás o quão limitado é o teu caráter” (Pers., *Sat.*, IV, 45-50).

O tema central da *Sátira* V, a mais longa e talvez a mais conhecida das sátiras, contendo cerca 200 versos, gira em torno das questões da liberdade e mesmo a falta dela, sua essência e o controle das paixões. Além disso, discorre sobre gratidão e virtude (tema caro ao estoicismo ao qual Pérsio se alinhava). Inclusive dedica a referida sátira ao seu mestre, Cornuto.⁷

⁶ Reforço outros dois trechos, um direcionado ao *princeps*: “Ó grande pai dos deuses, queiras punir os tiranos cruéis desse jeitinho mesmo, quando o desejo agourento mover-lhes a índole regada por fervente veneno: que vejam a virtude e, tendo-a abandonado, definhem”; outro direcionado ao cidadão comum: “Estudam, infelizes, e aprendam as causas das coisas: quem somos, para que vivemos, no lugar que nos foi designado, qual deve ser nosso ponto de partida e como devemos fazer para atingir as nossas metas” (Pers., *Sat.*, III, 55-60).

⁷ “[...] o quanto de nossa alma seja parte tua, Cornuto, para ti, doce amigo, é agradável mostrar. [...] Aqui eu me arriscaria a exigir centenas de gargantas, para que eu traga com voz pura o quanto tu estás fixado em meu peito sinuoso, e que essas palavras revelem tudo o que está latente em inenarrável entranha escondida. Ambos arranjamos o trabalho e o

Citamos agora trechos da última sátira, a VI, que reforçam a relação mestre/aluno e a prática filosófica: “Recordo que passava contigo largas jornadas, contigo dedicava horas de estudos durante a noite. Discutimos muitos assuntos sérios com uma refeição discreta” (Pers., *Sat.*, VI, 35-40), ou ainda:

É que a filosofia te permite viver e andar firme com seus pés, permitindo que possas distinguir entre a verdade e a aparência. As coisas que devemos nos atentar e para as coisas que devemos evitar. És moderado em suas aspirações? Tens uma postura austera? És afável com teus amigos? (Pers., *Sat.*, VI, 100-105).

Posto isto, é fundamental constatar que o ambiente da *Sátira* VI não é mais a cidade de Roma, mas uma praia no inverno, quando o autor (em consonância com o sujeito lírico) se ausenta da cidade e pretende estar afastado dos vícios desse local. Ademais, ele ainda discute questões sobre o uso correto das posses, do seu dinheiro (não sendo mesquinho, mas sem desperdício), trazendo um caráter marcadamente pessoal em suas linhas e reflexões. Faz, enfim, uma espécie de tratado de si mesmo, e encerra com o ideal estoico da justa medida e da *moderatio*.

Considerações finais

Ao nos debruçarmos sobre as *Sátiras*, de Pérsio, seus temas, suas abordagens e escolhas, vislumbramos um autor em sintonia com seu sujeito lírico, que por vezes, se mostrava bastante pessimista com seu mundo e o ambiente que o cercava, seja a capital, seja o universo provinciano. É visível que nosso autor exaltava constantemente o *mos maiorum*, pois o passado romano era sua principal referência. Insistimos no fato de que Pérsio almejava uma padronização de postura e comportamento para o *princeps*, seu coevo, e para os vindouros; e também para os concidadãos, habitantes da capital e da periferia do Império. Orientar o mandatário, alertar sobre suas ações e comportamentos, aparece como uma maneira de facilitar sua administração, ou auxiliá-lo no possível sucesso dessa empreitada.

Concordamos, em certa medida, com Cizek (1982), quando este afirma a existência da audácia neroniana, da pulsão de um homem com sua maneira de ver o mundo e agir sobre ele; ou seja, na melhor junção entre cultura grega, helenística e oriental. Dessa forma, incompreensível para a geração que acompanhou Nero de muito perto, Pérsio se

repouso como se fôssemos um só e relaxamos a seriedade em mesa discreta. Em verdade, não duvides disso: que em harmonia determinada os dias de ambos coincidem e são conduzidos por um só astro” (Pers., *Sat.*, V, 20-25).

colocou como um verdadeiro opositor ao regime reinante, principalmente nos anos finais de seu governo.

O gênero satírico é considerado estético e normativo, e a produção literária de Pérsio, ao que parece, não fugia dessa regra. Para evitar a corrupção dos costumes, seja na capital, seja no interior e/ou para conter a violência e os abusos, o texto persiano aparece como uma ferramenta de educação e correção moral. Aliás, como explicamos há pouco, contribuiria para a formação do *princeps* e dos concidadãos, agindo como um freio moral onde a política e o regramento não chegavam. Essa função normativa é definida pelo caráter moral ao qual ela se propõe. Através do uso do texto satírico, o autor em questão assume certa postura crítica dos fatos e acontecimentos que presencia e conhece. A “pena moralizante” aponta para aquilo que considera uma transgressão aos bons costumes, pois para ele, objetiva a correção e o melhoramento da sociedade de sua época e, por que não, para épocas vindouras? O texto carrega ainda uma intencionalidade política: discutir, orientar a conduta pessoal e social do indivíduo. O império crescia, o contato com outras regiões exigia tal postura de discernimento e “proteção” dos *mos maiorum*.

Nos encaminhando para o desenlace, consideramos o texto persiano uma possibilidade de intervenção na sociedade do primeiro século da Era Cristã e corroboramos uma afirmação corrente: Muito se disse que a sátira latina surgirá e se afirmará como clara oposição à chamada “helenização de Roma” (D’ONOFRIO, 1968, p. 16).

Podemos ainda constatar que as *Sátiras* podem ser lidas com uma função instrumental de educar a todos, não apenas denunciar e se indignar perante o que vê. A obra de Pérsio reflete, portanto, sobre o que pode ser ou não recomendável fazer tanto para governar quanto para viver em sociedade.

Por fim, e não menos importante, devemos considerar que Pérsio estava inserido dentro de um cenário de competição aristocrática. Esta não era apenas romana, mas italiana e expandia-se para várias partes do Império Romano. Havia forte competição entre os homens letrados e cada um queria garantir seu lugar. O nosso autor das *Sátiras* não fugia à regra, ou seja, era um dentre tantos indivíduos com motivações diversas que buscavam espaços de poder, influência e prestígio.⁸ Outrossim, Pérsio recebeu consideráveis elogios de Quintiliano e constata-se que foi muito lido, admirado e elogiado por autores cristãos. Ainda que não tenha sido objetivo desse texto tratar da recepção à

⁸ “[...] não há unidade nessa aristocracia e, ainda menos, se trata de um grupo estático. Percebe-se que posturas adquiridas mudam apenas lentamente (quer para adotar a parcimônia, no caso dos que vivem em Roma, quer para passar à ostentação autodestrutiva, para os que vieram de outras partes da Itália e das províncias), mesmo que o comportamento possa mudar mais rapidamente (a cada novo príncipe, os aduladores mudariam de pronto seu comportamento, embora a postura não se alterasse)” (FAVERSANI; JOLY, 2013, p. 140).

obra persiana, constatamos o sucesso que seu texto atingiu posteriormente à sua morte, comprovando a qualidade e potencialidade de suas reflexões.

Referências

Documentação textual

PERSIO. *Sátiras*. Introducciones generales de Manuel Balasch. Introducciones particulares, traducción y notas de Manuel Balasch. Madrid: Gredos, 1991.

PERSIO. *Sátiras*. Introdução, tradução e notas de Fábio Cairolli. São Paulo: Assimetria, 2019.

Obras de referência

ANDERSON, W. *Essays on Roman satire*. Princeton: Princeton University, 1982.

ARMANI, C. H. Reflexões sobre o contexto na História Intelectual: entre a virada linguística e o novo Materialismo filosófico. *Tempos Históricos*, v. 19, n. 1, p. 80-102, 2015.

BRUNO, H. *Pérsio: introdução, tradução e notas*. 1980. (Dissertação em Latim) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BUSTAMANTE, R. M. C. Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 112-135.

CASTRO, M. B.; LEITE, L. R. Releitura da tradição nas sátiras de Pérsio. *Itinerários*, n. 45, p. 235-254, 2017a.

CASTRO, M. B.; LEITE, L. R. O prólogo de Pérsio como profissão de fé. *Litterata.*, v. 7, n. 2, p. 135-146, 2017b.

CASTRO, M. B. *O Programa satírico de Pérsio frente à tradição*. 2015. (Dissertação em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CIZEK, E. *Néron*. Paris: Fayard, 1982.

D'ONOFRIO, S. *Os motivos da sátira latina*. Marília: Alfa, 1968.

FAVERSANI, F.; JOLY, F. D. Tácito, sua Vida de Agrícola, e a competição aristocrática no Alto Império Romano. *Mnemosine*, v. 4, n. 1, p. 133-147, 2013.

- HANSEN, J. A. Anatomia da Sátira. In: VIEIRA, B.; THAMOS, M. (Org). *Permanência Clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras, 2011, p. 145-170.
- JOLY, F. D. *Libertate opus est: escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero*. Curitiba: Progressiva, 2010.
- LOPES, M. A. História Intelectual: variações de gênero e convivência de paradigmas. *História Unisinos*. v. 19, n. 1, p. 23-30, 2015.
- LORIGA, S. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- OLIVEIRA, R. A. de. Alguns aspectos da Sátira VI de Juvenal. *Caderno de Letras*, v. 21, p. 31-42, 2013.
- PARATORE, E. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PEREIRA, M. H. da R. *Antologia da cultura latina*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, 1986.
- PARRA, A. G. Algumas manifestações religiosas orientais em Roma no Principado: Petrônio e Marcial. In: SILVA, Z. L. da; ANHEZINI, K. (org.). *A escrita histórica e suas múltiplas faces*. Assis: FCL Assis Unesp, 2011, p. 21-41.
- PARRA, A. G. Sobre a descrença religiosa: uma análise das sátiras de Juvenal. In: MENARIM, C. A.; BERTAZI, M. H. (org.). *Anais da XXXI Semana de História: palavra e destino comum*. Assis: Unesp, 2015, p. 488-496.
- PARRA, A. G. *Os elementos religiosos nas 'Sátiras' do poeta Juvenal (séculos I e II d.C)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Assis, 2016.
- SCARPI, P. *Politeísmos: as religiões do mundo Antigo*. São Paulo: Hedra, 2004.
- SCHEID, J. *An introduction to Roman religion*. Edinburgh: Indiana University Press, 2003.
- SILVA, G. V. A representação da mulher na sátira romana: amor e adultério em Horácio e Juvenal. *Dimensões*, n. 4, p. 73-85, 1995.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

The emperor Augustus and the Theater of Marcellus: the representation of the theater in the Roman urban space (1st century BC)

O imperador augusto e o Teatro de Marcelo: a representação do teatro no espaço urbano romano (séc. I a.C.)

Letícia Aga Pereira Passos*

Abstract: In the transitional period between Republic and Principate, Roman's urban image was used by Emperor Augustus as a means of legitimizing both his new government and his own image. As an heir of Julius Caesar, the *Princeps* aim was to modernize the city by building grand public monuments, particularly the southern shore of the Campus Martius, which was promoted to the experimental category and, on account of it, received various constructions. Among these is that of the Theater of Marcellus, one of the largest theaters in the Roman Empire. Despite the logical changes inherent over time and the restorations carried out, the monumental structure of the theater remains to the present day. Thus, by deepening the study of the physical space of the theater, we seek to reflect on the construction of Marcellus' Theater, highlighting the importance of its location within the *Urbs*' planning. By seeking to convey an image of power, as well as that of a good *princeps*, Augustus built the Campus Martius almost as a showcase for imperial architecture and the physical manifestation of Roman's prominence. .

Resumo: No período de transição entre República e Principado, a imagem urbana de Roma foi usada pelo imperador Augusto como um meio de legitimação de seu novo governo e sua própria imagem. Como herdeiro de Júlio César, o *princeps* objetivou modernizar a cidade construindo grandiosos monumentos públicos. Uma das maiores transformações urbanísticas centrou-se na zona oeste da cidade romana, particularmente a margem sul do Campo de Marte que, promovida à categoria experimental, recebeu variadas construções. Dentre estas, situa-se aquela do Teatro de Marcelo, um dos maiores teatros do Império Romano. Apesar das mudanças lógicas inerentes à passagem do tempo e as restaurações realizadas, a estrutura monumental do teatro permanece até os dias atuais. Assim, aprofundando no estudo do espaço físico espacial do teatral, buscaremos expor a construção do Teatro de Marcelo, indicando a importância da localização deste dentro do planejamento da *Urbs*. Buscando passar uma imagem de poder, assim como a figura de um bom *princeps*, Augusto edificou o Campo de Marte quase como uma vitrine da arquitetura imperial e da manifestação física da preeminência de Roma.

Keywords:

Principate.
Augustus.
Theatre of Marcellus.
theatrical Space.
Campus Martius.

Palavras-chave:

Principado.
Augusto.
Teatro de Marcelo.
Espaço teatral.
Campo de Marte.

Recebido em: 28/01/2022
Aprovado em: 30/09/2022

* Graduated in History from Universidade Estadual Paulista (Unesp/Campus de Franca). Me. in History and Political Culture in the same institute with Capes scholarship.

Introduction

In the transitional period between the Republic and the Principate, the city of Rome went through intense urban modifications. At that moment, Emperor Augustus mobilized the arts, the literature, the architecture, as well as the image of Rome to legitimize his government and his power (FAVRO, 1996, p. 5). The image of Augustus was indeed built by several craftsmen.¹ Art, architecture, and literature contributed,² through their created images, to the construction of a new mentality, as well as helped to edify Augustus' image by opposing it to that of other public figures, such as Julius Caesar and Marc Anthony.³ The power of these images evoked the emperor's triumph and greatness and escaping the goal to "hypnotize" his spectators, there was a certain demand for exposing the image of an emperor worthy of himself (VEYNE, 2009, p. 213).

Our research⁴ comes from the need to understand more deeply the issue of space usage, specifically the theatrical space, and from the urgency of understanding it, also, as an instrument of the *Princeps'* power. This space represented, at the same time, the celebrations, religious activities, and the moments of amusement among Romans, besides being significant of shared sociability among several groups. With the increase of the stone theater constructions, this space, in specific, the Theater of Marcellus, acquired both a strong political dimension and the feeling, provided by the Emperor, that various ideals of the Republic would prevail in the new form of government, the Principate.

In this article, we aim to extensively demonstrate an essential point developed throughout our research, which is the location of the Theater of Marcellus within the general context of the *Urbs*. We analyze the choice of the construction's location, its surroundings, and Emperor's Augustus perception of this place. The Theater of Marcellus still remains visible and very well situated: it was built in the southern part of Campus Martius, located near the River Tiber and other important monuments. The work was conceived by Julius Caesar, who chose the appropriate place in 46 BC to design an area intended for a large public. In order to accomplish such intent, he ordered the removal of Pietas' temple in the *Holitorium* Forum, of other sanctuaries, and of some private houses. In Cassius Dio's (43, 49, 2) words "being anxious to build a theatre, as Pompey had done, he laid the foundations, but did not finish it; it was Augustus who later completed it [in 23

¹ To read more about the subject, check out: *The Image of Augustus*, 1981, by Andrew Burnett and Susan Walker.

² *The Power of Imagens in the Age of Augustus*, 2005, by Paul Zanker.

³ To read more about the subject, check out: *Portraits of Augustus: The construction of a Roman Emperor*, 2016, by Natália Frazão José.

⁴ My master's work, whose title is: *The Emperor Augustus and the Construction of the Theater of Marcellus: physical and political space in the consecration of a Princeps* (1st century BC/1st century AD), 2020.

BC] and named it for his nephew, Marcus Marcellus.” Caesar is credited with the effort to build the foundations of the theater, but it was Augustus who (*Res Gestae*, 21) noticed that the area obtained by Caesar was insufficient. Such observation led Augustus to buy new lands from private owners. In other words, Augustus was certainly the main responsible for the building’s construction (RICHARSON, 1991, p. 382).

Thereby, we wish to highlight that the Theater of Marcellus is inserted in a wider architectural plan and that its location has a meaning. We focus on the architectural program of Emperor Augustus, specifically on the area of Campus Martius (which was widely restored), as well as on the environment and the monuments around the theater. We understand that the urban space evokes strong reactions and multifaceted and contrasting impressions since it was used both for fun and for the legitimizing of the *Princeps*.

Figure 1 – Current Theater of Marcellus



Source: Personal file, archaeological space of the Theater of Marcellus.

Augustus and the urbanistic transformation in the city of Rome: foreshadow of the Roman architecture greatness and its sociopolitical usage for the Principate

Evidently, Ancient Roman architecture presents us with magnificent and complex traces. Despite the loss of its ancient splendor in large part due to erosion on monuments by the advance of time, the marks of the great constructions endure and amaze us to the present day. As Rabun Taylor affirms, the wide constructions of these monuments fascinated the Romans themselves. We can glimpse this with the transportation of the Egyptian Obelisk from Alexandria, across the Mediterranean, promoted by Augustus in 30 BC, after his conquest of Egypt. This transference demanded an 80-meter-long vessel. The transportation and the assembly of 330 tonnes of the Obelisk must have generated enthusiasm and admiration on a similar scale.⁵

Although archaeological data and historical facts present gaps, Ancient Rome, the center of the Empire, was probably founded around the VIII century BC, by Latin settlers that came from the Alba region. According to Joseph Rykwert (2006, p. 19-20), as well as several other ancient cities, their building, houses, and streets all had their stones carved and millimetrically measured. They also brought with them strong mythological connotations, underpinned by a series of beliefs, myths, and rites. Contrary to what is reproduced by common sense, through representations of Rome spread by cinematographic productions and fascist reinventions from the 19th century, the development and formation of the monumental Roman greatness were the result of a long process. An architectural process that has spread, mainly during the Empire, through numerous regions of the Mediterranean, Asia, and Africa, thus becoming a political and cultural unit of great complexity (TAYLOR; RINNE; KOSTOF, 2016).

In the middle of the 1st century BC, the city of Rome projected an urban image that had little relation with the big Hellenic cities. The lack of attention from the Republican magistrates to the urban cares in general and a certain disorder by private actions created an urban image disconnected (FAVRO, 1992). During this transitional period between Republic and Principate, the city of Rome began to be modified, becoming the stage for great architectural development. The architectonic monumentality, which had begun in Silas, Julius Caesar, and Pompey times, went through one of its largest transformations with Augustus' actions, taking the role of *Pater Urbis*. In the words of Diane Fayro, "Using a skillful combination of carrot and stick, he intervened in all aspects of the urban environment, building and repairing structures and reshaping legal and administrative

⁵ Known as the Vatican Obelisk, it was Christianized by Pope Sixtus V in 1586. It is currently located in Saint Peter's Square.

provisions for urban care" (FAVRO, 1992, p. 63). The same train of thought is presented to us by the archaeologist Pierre Gros. He comments that, when we talk about Ancient Rome, we always think of the Imperial city's greatness at its result, without realizing that this city took a long time to develop. "Il faut attendre la fin de la République et le début du Principat pour que des responsables se donnent les moyens de remodeler le vieux centre historique, afin de lui conférer la solennité qui jusqu'alors lui avait fait cruellement défaut" (GROS, 2006, p. 211-212).

Although the foundations of Roman urban beautification were laid at the end of the Republican period, Augustus' actions boosted the urban image of the capital, which reached solidity and magnitude. Only when power was held by the hands of the *Princeps*, the concern about the Roman urban image (as a whole) began to be considered. Here, we emphasize the political importance of Julius Caesar concerning the Principate's development. We agree that Julius Caesar was responsible for implementing several social, political, and economic renovations, as well as to foreshadow, to some extent, a power put into place at the end of the Republic. However, although Julius Caesar was one of the firsts to think globally about Roman and its monumental aspects, his adopted son perpetuated and consolidated his actions (FAVRO, 1996, p. 235).

Therefore, both themes, Augustus and Rome, stimulate a recurring association among studies regarding architecture and urban topography. Studies that have been exponentially growing among historians and academics, especially due to the development of archaeological activities involving monuments, intense compendium publications related to Roman topography, and the increase and usage of digital technologies, remarkably by tridimensional reconstructions of the monuments and ancient cities. We understand that the enhancement city program by Octavian is part of a process initiated since his adoptive father's death, reaching large proportions by being used as an essential political instrument in his confrontations with Marc Anthony and also as a reinforcement of his *auctoritas*.⁶ Finally, the concern with the urban renovation was a continuity process of Augustus, the new title credit to Octavian by the Senate.

⁶ According to Norma Musco Mendes (2006, p. 24), the structuring process of the Principate involves the posture of conflicting political forces, after Julius Caesar's murder, on March 15th, 44 BC. In this period, we have mainly the actions of Octavian, Julius Caesar's adopted son, and Marc Anthony's, consul and Caesar's right-hand man. Marc Anthony's growing attachment to the East and the ruler Cleopatra strengthened Octavian's position as a defender of Roman tradition, for he stood against the threat of Eastern domination (MENDES, 2006, p. 25). The conflict between them had its decisive moment in the battle of Actium, in 31 BC, from which Octavian emerged victorious and responsible for organizing a new political and ideological system (SILVA, 2001).

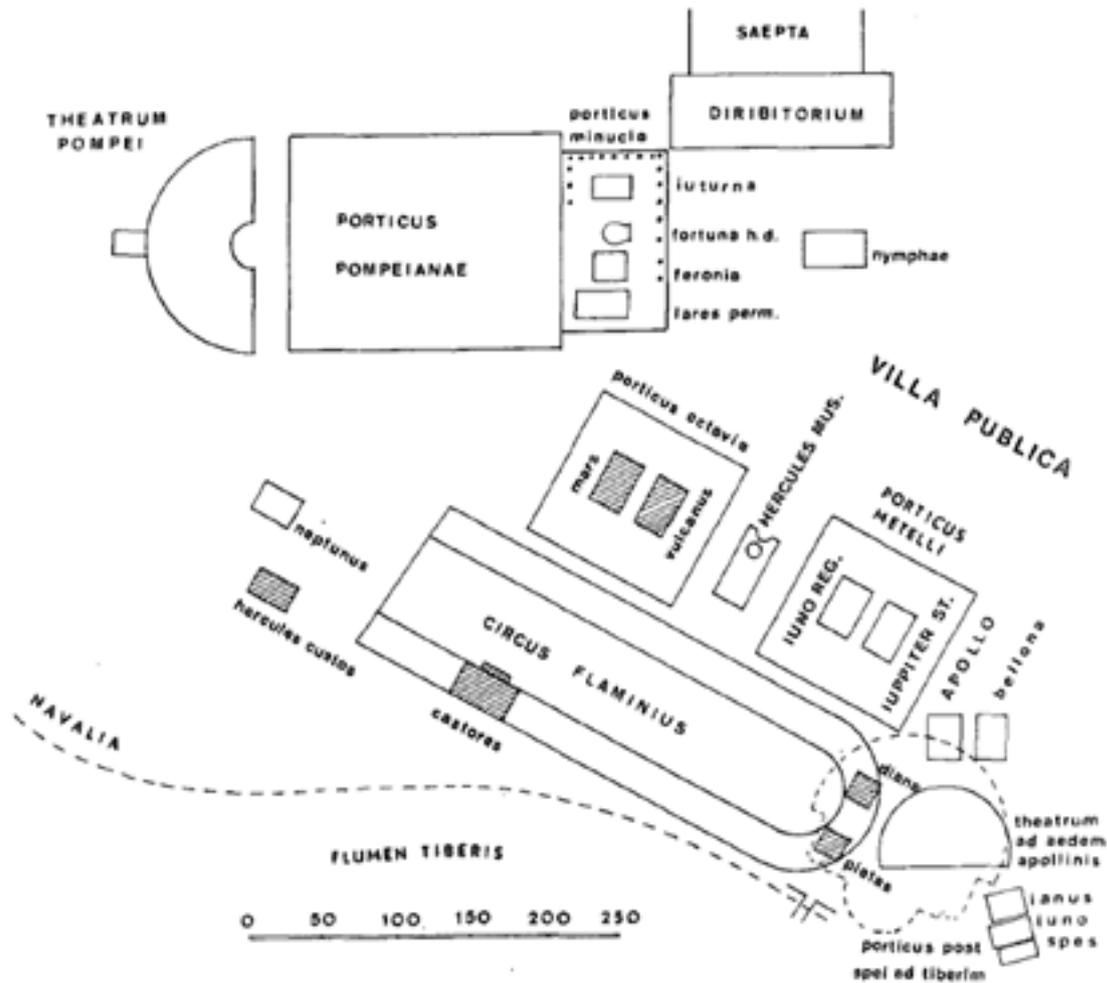
Augustus and the Theater of Marcellus: the representation of the theater within the Urbs

As we have already debated in the previous topic, at the end of the Republic and beginning of the Principate, the so-called prominent figures, such as Pompey, Julius Caesar, and mainly Augustus, became responsible for reshaping the old Roman historical center in a city rethought as a whole. However, the west area of the city and, particularly, the southern shore of Campus Martius, promoted to the category of an experimental area, were the ones that received the most the construction of magnificent buildings. Among them, there was the Theater of Marcellus, a project that influenced the reorganization of the space layout. Augustus' decision to strengthen his connection with his adoptive father through the inheritance of a monument could have been one of the main reasons for the continuity of the project, but it surely was not the only one. The location of Marcellus' Theater in the *Urbs* included numerous elements, symbolic and political aspects. Although the place's choice for its construction have been made by Julius Caesar, it was Augustus who claimed these elements to himself and cherished them in a way yet to be seen.

The Theater of Marcellus is in Campus Martius' area. As stated by Antonio Checa (2009), the new theater framed the extinct and curved side of the Circus, adjacent to the Flaminus Circus, as a monumental closure from its eastern slope. The position of Marcellus' theater framed and categorized completely this sector, giving the best possible order to all the monuments that were integrated into it; the temples of Apollo and Bellona were well-aligned behind the curved facade of the theater and Flaminus Circus Square with the two triumphal arches which might have been placed on each side in a later period. It's legitimate to affirm that Augustus had little space to build the Theater of Marcellus without having to demolish other constructions; but it was viable to build the largest theater ever known, offering the best perspective for all the buildings surrounding the new one (Fig. 2).

We can underline some elements that highlighted the symbolic importance of Campus Martius to the Romans. Among them, we emphasize the numerous ceremonies related to the foundation of the city of Rome; the construction of temporary theaters to celebrate *Ludi Apollinares*, annual games in honor of the god Apollo, and the actions connected to the triumphal procession that shared a relationship with this specific area.

Figure 2 – Marcellus' Theater Location (dotted)



Source: ZANKER (2005, p. 53).

Diane Atnally Conlin and Paul Jacobs II tell us, in *Campus Martius, The Field of Mars in The Life of Ancient Rome* (2014), that Campus Martius was used, during the Roman Republic, as a military training field and as a local for festive rituals. Campus Martius was a public area of Ancient Rome, with approximately 2 kilometers, outside the sacred border, a plain between “the city and the river Tiber”, according to Titus Livius.⁷ Its name comes from the myth of the foundation of Rome, once the brothers Romulus and Remus were thrown into the Tiber River, which ran at the western border of what was to become the Campus Martius.

With the possible exception of a small altar to Mars near the center of the field, it was not until two more centuries had passed that visible changes finally came to the marshy field north of the Capitoline. During the fifth century B.C.E., a large clearing was prepared about 300 meters beyond the hill in which citizens would

⁷ Livy, books III and IV.

congregate every five years to be counted in a census. Known as the Villa Publica, the gathering space remained free of permanent structures, although a portico and buildings were added two centuries later during a renovation. Soon after space was cleared for the Villa Publica, a temple was erected on the southern edge of the field. Dedicated in 431 B.C.E. to Apollo Medicus (Apollo the Healer), the temple was raised in response to a plague that had recently ravaged the city (CONLIN; JACOBS, 2014, p. 33).

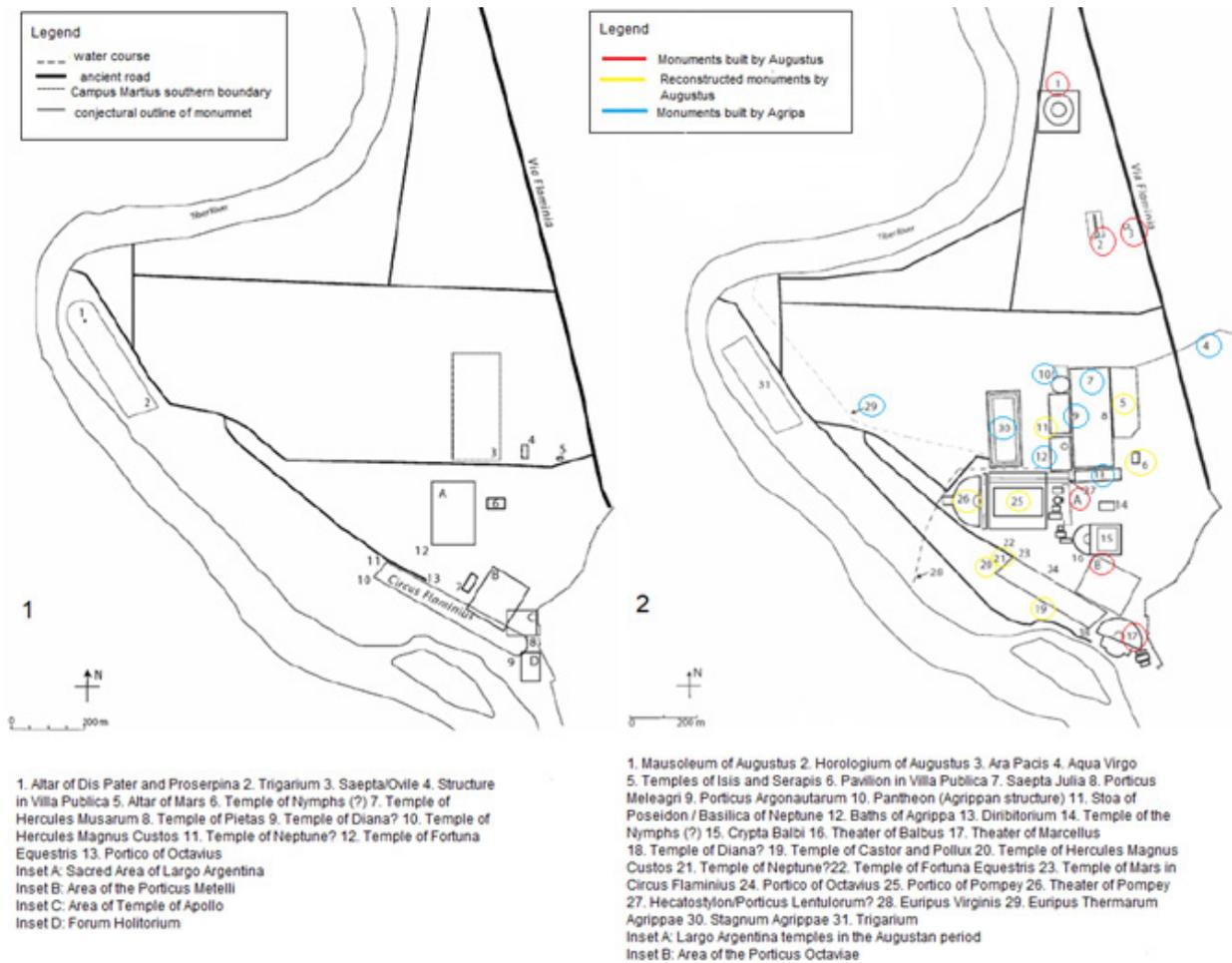
There was also the construction of the *Holitorium* Forum, which housed the temples and served as a space for temporary markets and public meetings. Over time, they would articulate the space known as Circus Flaminius in temple precincts and complex porticoes (Fig. 2 and Fig. 3.2.17). In and around the sacred zone, known nowadays as Largo Argentina (Fig. 3.1.A), temples to aquatic deities were built and at least sixteen of them (half of the temples in Rome promised during the Punic Wars) were lifted on the plain (CONLIN; JACOBS, 2014, p. 33).

The former dirt road, used by the grouping troops, was monumentalized and renamed as Via Flaminias, as it was built by the censor Gaius Flaminius in 220 BC. It became an important Roman highway: through it many soldiers heading to the distant battlefronts to the north and west passed by. There was also a shift of farmers and traders heading towards the city center, transporting agricultural products, imported items, construction materials, and domestic animals. Other temples and monuments were built over the years, such as the Temple of Hercules, the Temple of Juno Regina, the Temple Castor and Pollux, the Portico of *Metteli*, the Temple of Juno Stator, among others (CONLIN; JACOBS, 2014, p. 33-34).

The construction of Pompey's portico-theater, carried out on Campus Martius, provided a new meaning to the typology of buildings in Rome, constructions that until then were determined by the impositions of the Senate throughout the Republic. Although the first stone theater in Rome was built only in 55 BC, this did not take away the splendor of the provisional theaters in the Republic and all the commotion that this entertainment activity caused among the Romans. Temporary wooden theaters had a long history in Rome, something we can visualize in ancient authors such as the Roman architect Vitruvius, who wrote one of the most complete works on Roman architecture,⁸ and in other accounts such as Pliny, Cicero, Titus Livius and Tacitus. Theatrical performances (*ludi scaenici*) were connected with specific festivals and rites. They performed these spectacles in various places of Rome, depending on the occasion.

⁸ *The Treatise of Architecture*, written and published around the 1st century BC. *The Treatise* contains a total of ten books on the subject, explaining important conceptions about the Roman space and the monuments that make up the city.

Figure 3 – Monuments of Campus Martius



3.1. Monuments of Campus Martius in 146 BC; 3.2. Monuments of Campus Martius in 14 AD. Source: CONLIN; JACOBS (2014, p. 22-28).

An example of this was the construction of the temporary theater *theatrum et proscaenium ad Apollinis*, contracted by Emilius Lepidus in 179 BC, in Campus Martius, almost in the same space where the Theater of Marcellus is located (Fig. 2). On this subject, we find it interesting to emphasize how the performance of *Ludi Apollinares* in this area can be important for the connection between Augustus and Caesar, and consequently, it can show the relevance of the Marcellus' Theater area, as a whole, for the Principate's politics. It is known that Augustus, before becoming emperor, sought to associate his image with the god Apollo, placing himself as his protégé, defending Roman morals and discipline, in opposition to his rival, Marc Anthony. Thus, it would not be strange to suggest the *Princeps'* political interest in continuing a project placed in a prime area and with monuments linked to its image.

As claimed by Geoffrey Sumi, in his work *Ceremony and Power: Performing Politics In Rome Between Republic and Empire* (2015, p. 142), public entertainment between the

end of the Republic and the beginning of the Principate benefited from strong political connotations, as a vehicle of communication, either as a means for an aristocrat to demonstrate his *liberalitas*, or to publicize a candidate for a political office. Augustus used the July Games in 44 BC as a way of honoring Caesar's memory through the games, besides strengthening his image before the Roman people. The *Ludi Apollinares* are also related to the memory of Caesar and his victories, since it was celebrated in the month of Caesar's birth.

In a letter to Atticus, Cicero describes a *pompa* that included statues of Caesar and Victory in close proximity. This *pompa* was probably part of the *Ludi Apollinares* of 45 rather than the *Ludi Victoriae Caesaris* of that year, as has long been thought. The presence of the statue of Victory hardly proves that these games were the *Ludi Victoriae*, since all *pompa*e before circus games likely included this deity because of her importance to athletic contests. There is all the more reason for the presence of Victory at the games of Apollo since they were established, according to tradition, in order to ensure victory (*victoriae ergo*) (Liv., 25, 12, 15; Macr., 1, 17, 27).

In addition to building the Temple of Apollo on the Palatine, Augustus remodeled the temple of Apollo Medico and renamed it Apollo Sosianus (Fig. 4 and Fig. 5), alongside the future Theater of Marcellus. The three columns of the temple that are still standing today are from a reconstruction of the Augustan period, but we know that the cult of Apollo already existed in this area since at least the mid-fifth century BC when both Cicero and Titus Livius mentioned an 'Apollinarian' (a grove or sacred altar) on this spot.⁹

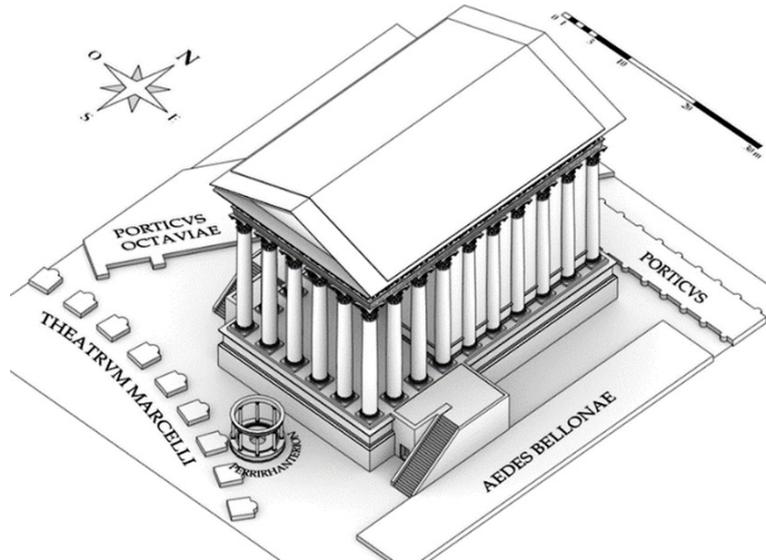
Besides Pompey, the Campus Martius region caught the attention of Julius Caesar who, in addition to planning the theater, carried out the construction of a *Saepta*, in 54 BC, a place where Roman citizens gathered in assemblies and votes, replacing the previous structure. After Caesar's death, this construction passed to Emilius Lepidus, but Agrippa completed the work later in 26 BC and renamed it *Saepta Julia*. Augustus also used the building as a space for combat among gladiators and later it served as a market (FAVRO, 1996; RICHARDSON, 1991).

Therefore, the northern part of the plain, an area indifferent during the previous century, was highly organized during the reign of Augustus with interrelated structures, reflecting the substantial impression of the Emperor's building program. His government built splendid constructions, such as the Mausoleum, along the *Via Flaminias*; the *Ara Pacis Augustae* beside the solar marker called the Clock of Augustus, composed of a reddish-gray Egyptian granite Obelisk, surmounted by a sphere, whose shadow fell on

⁹ Titus Livius, *History of Rome*, 34

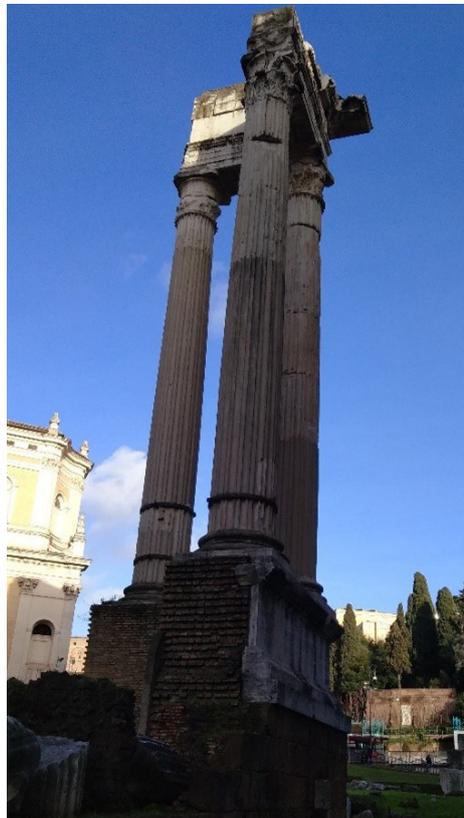
a bronze marker set in travertine; in addition to several temples having been renovated, such as the Temple of Feronia and the Temple of Neptune (Fig. 3) (CONLIN; JACOBS, 2014, p. 35).

Figure 4 – Temple of Apollo Sosianus



Source: Wikipedia. Accessed on the 7th of April 2020.

Figure 5 - Current Temple of Apollo Sosianus



Source: Personal file, archaeological space of the Theater of Marcellus.

And if Augustus was not directly responsible for the constructions, they were linked to him through his military commander, Agrippa, who was given the task of transforming the region located in the center of Campus Martius. Projects included the construction of a building to count votes (*Diribitorium*), Rome's first imperial bathhouse (The Bath of Agrippa), an artificial lake (*Stagnum*), and the Pantheon. In order to supply the baths and other structures in Campus Martius with fresh water, and to supply drinking water to the villages of the Tiber, Agrippa ordered the construction of a new aqueduct, the Aqua Virgo (CONLIN; JACOBS, 2014, p. 35).

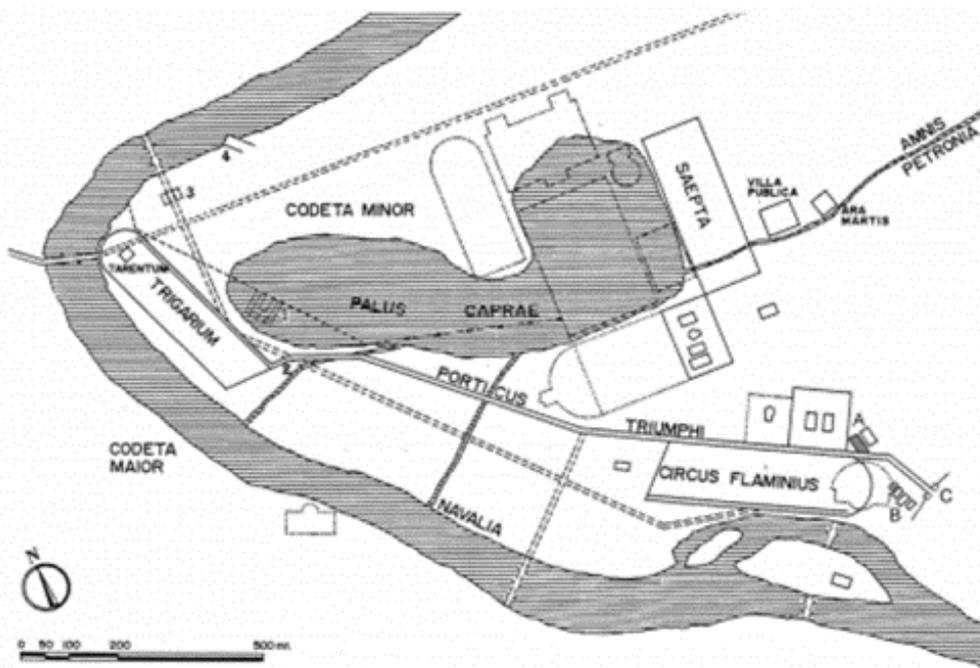
We can assume that Augustus realized the symbolic importance of the Campus Martius through the recognition of ancient religious and theatrical ceremonies, as well as the architectural actions of Pompey and Caesar in this space. Seeking to bring these elements together, linking them to himself, he built Campus Martius almost as a showcase of imperial architecture and the physical manifestation of the prominence of Rome. It is no wonder that Augustus strengthened this movement with the construction of a theater of great proportions, a construction that was, according to Karl Galinsky (2007, p. 4), a reference to be followed by the provinces, not only for its architectural and aesthetic model but also on account of the growth of spectacles and theater in Roman life during the Principate's period.

Deepening into the topographical area of Theater of Marcellus, the text *Note di Topografia sull'area del Teatro di Marcello*, by Massimo Vitti (2010), brings us more recent archaeological analyzes concerning the buildings around the Theatre, namely the Temple of Bellona and Temple of Apollo, the Portico of Octavia and a circular structure built two meters from the facade of the Temple of Apollo, called the *Perrranterion*. The focus of his text is to understand seaworthiness, paving, and sewage systems, studying the old roads of this urban sector. According to Vitti, the area of the Theater of Marcellus, despite fascinating scholars, is still little known due to the lack of archaeological studies and little information obtained from *Forma Urbis*.¹⁰ One highlight is the route/road in the area – in particular, from the *Tarentum* area, passing through the stretch between Circus Flaminius and the city gate (*Porta Carmentale*) – which, since the Republican period, has gained particular importance in public city life. Such relevance was linked to the triumph of the Roman generals in the Republican era; indeed, the road was named for a specific function, i.e., to be a Triumphal Via (VITTI, 2010, p. 549).

¹⁰ This marble map of the city of Rome, carved in the third century AD and built by Septimius Severus, shows in detail the Theater of Marcellus, measuring a total of just over eighteen meters in width and thirteen meters in height, besides highlighting others monuments of the city of Rome (TAUB, 1993).

We can also assume that the road that comes from the Circus Flaminius area, with a path parallel to the facades of the temples of Jupiter Stator and Juno Regina, and directed to *Porta Carmentale*, in the absence of Marcellus' theater, headed to the south side of the Tents of the Temple of Apollo Medico. Soon after, it turned to the south, before the Temple of Pietas, to head towards the city gate (Fig. 6). It is likely that, in this last stretch, the imperial road followed the path of the Triumphal Via of the Republican era, and, therefore, this also made the *Holitorium* Forum serve as a projection for the other four temples.

Figure 6 - Southern Campus Martius in the late Republican era

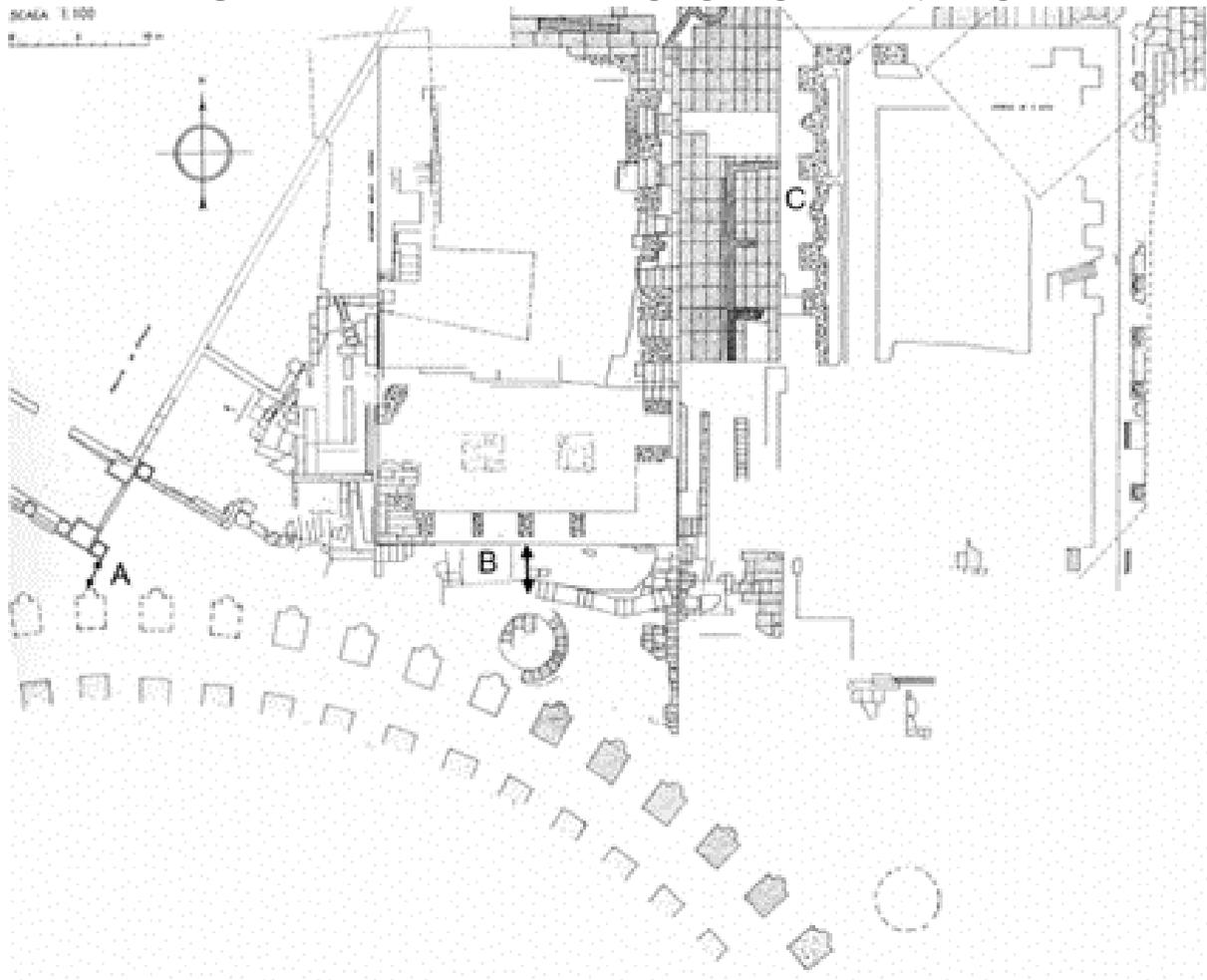


A. Apolo Medico; B. Pietas' Temple; C. *Porta Carmentale*.

Likewise, we must consider the hypothesis that changes in the path between the Republican and Imperial roads were, whenever possible, contained for obvious reasons related to the need they had not to alter the old paths of the procession, as well as to clarify that the changes, when they existed, were imposed by the construction of new buildings that interfered with the existing road system. The construction of the Theater of Marcellus and the Temple of Apollo Sosianus, by Augustus, changed the movement network in this space, and consequently, the Triumphal Via had to adapt to these new buildings, being restricted by narrower passages, such as the one between the Portico of Octavia and the Theater, a passageway that was reduced to about 2.5 meters (Fig. 7.A). Still according to Vitti (2010, p. 554):

Lo spazio per il transito diventava ancora più esiguo, pochi metri più a est dove lo scavo, ha rimesso in luce la fondazione del monoptero, evidenziando così che l'ampiezza utile per il passaggio tra questo e il tempio di Apollo superava di poco i 2 m, risultando così del tutto inadeguato per il transito del corteo trionfale (Fig. 7.B). È evidente quindi che a partire dall'epoca augustea la pompa trionfale non poteva più transitare da questa parte ma presumibilmente, come è stato già ipotizzato, passasse all'interno del teatro di Marcello.

Figure 7 – Plan of the theater, highlighting the two passages



A. Portico of Octavia; B. monoptero area, C. Passage between Apollo's and Bellona's Temples. Source: Vitti (2010, p. 556).

Other authors such as Eugenio La Rocca (2008) and Monterroso Checa (2009) discuss how Marcellus' Theater became, after its construction, a focal point of the triumphal procession. Maggie Popink (2012), when discussing the link among memory, architecture, and triumphal routes, comments on how the sumptuous scenography of the triumphal procession intensified the collective experience and emotionally involved its spectators, along with the monumental spectacle. Popink defends the idea that from Augustus and the Principate on, when triumphal processions became the prerogatives of the *Princeps*

and their heirs, the construction of permanent entertainment buildings along the triumphal route intensified. Also, according to the author, this occurred as emperors sought ways to make their triumphs more spectacular and memorable (POPINK, 2012, p. 398).

We agree that this process was seen on a large scale from Augustus onwards, mainly with the resumption of the Secular Games and the urban transformation. However, we defend that such ambitious desires, reflected in the increase in triumphal pomp, were part of an ongoing process of demonstrating personal power, a process that began with the end of the Republic (with the actions of Pompey and especially of Julius Caesar) and reached its peak in the Principate. The more visibility it had and the more ostentatious the triumph was, the greater the honor of that general for the society's memory. His representation, with theatrical components that showed the losers in chains, demonstrated pride, vainglory, and victory through the humiliation of the enemy and the wealth gained. They could and would distribute wealth during the ceremony, thus favoring the act of integration of society into these feelings (ZÉTOLA, 2006, p. 38).

With the construction of the Theater of Marcellus and the procession taking place inside the theater, Augustus crystalized his image alongside these triumphal ceremonies. In addition to renovating the Temple of Apollo, he increased this connection to space when he connected his family to the renovation of the Portico of Metelli, naming the Portico in 27 BC after his sister. The route through the interior of the theater showed several city elements connected to the *Princeps*. It composed a spatial framework that integrated the city's rituals and religious ceremonies offered to the deities, rituals that were now linked to the moral image of Augustus, and the provision of festivities and leisure to the Romans.

The performance of theatrical plays in the theater, as part of the festivities of the Secular Games of Augustus, in 17 BC, reframed the general location of the space for Roman citizens. These secular festivities celebrated the beginning of a new period and recovered the founding city's ideals with games of jubilation, something that probably fit Augustus' goals. According to the note *Saeculares ludi* by J. A. Hild, in his work *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines* (1873), Augustus' secular commemorations included ceremonial sacrifices and games offered in his name, games that included scenic and circus activities (ALMEIDA, 1994, p. 20 *apud* HILD, 1873, p. 996).

These ceremonies involved a civic community in search of celebration, the sharing of gestures and behaviors that gave meaning to those who shared them. Due to its social effectiveness, the festivity transmits the idea of order, presupposes the maintenance of *concordia* in the *urbs*, as it integrates civic community, sacred space, relationships, and articulations of power (GOMES, 2016, p. 51). The act of walking around the city, and through this space in particular, with these ceremonies and monuments, probably

composed an interesting picture related to the feeling of the Roman citizen, perhaps even a mixture of unity and love for the civic space of Rome.

As an official celebration of the Romans, a notable inscription on the games schedule was placed in marble and bronze on the banks of the River Tiber, one of the most important sites for the event. Among the locations, Augustus' new theater was part of the entertainment landscape in Campus Martius. The main events comprised a series of day and night sacrifices and ceremonies in honor of the protective gods of Rome, but Augustus added some amusements that included chariot racing, hunting, and Greek and Latin theater entertainments. Part of the detailed inscription¹¹ provides the dates, times, and locations of these events.

The quindecimviri of sacred affairs declare: We have added honorary games for seven days to the games of the festival, to be started by us on the Nones of June (June 5), the Latin (plays) in the theater of wood by the Tiber at the second hour (after daylight), the thymelic Greek plays in the Theater of Pompey at the third hour, and the Greek stage plays in the theater in the Circus Flaminius at the fourth hour (SHERK, 1988, p. 55).

The dates in question are from June 5th to 11th, 17 BC, and the possible times of entertainment in the theater were in the morning (between 7:00 am and 9:00 am), since the Romans, without artificial lighting, used daylight and woke up at dawn. So, we can imagine crowds of festival-goers moving from the grand Pompey Theater to the brand-new Theater of Marcellus, which in fact would finally be completed and dedicated four years later.

Conclusion

Finally, we perceive that the area surrounding the Theater had important symbolic elements for the politics of Augustus, which, consequently, raised its spatial significance for the Romans, both through ceremonial and festive acts. The Theater's space field within the *Urbs*, the Campus Martius, was completely redesigned by Augustus and his military commander, Agrippa, becoming a central point in the *Princeps'* urban policy. Despite the limitations of the space in which the theater was built, Augustus sought the best perspective for all the details surrounding the new building. In addition to creating an organized civic square, we noticed the architectural innovation applied in the area. As a

¹¹ Inscription, found in fragments, that establishes the daily program for the games, prepared by the priestly board in charge of details of the place, date and time of each event. Significant portions of the Games Act include senatorial discussions around preparations for the festivities, summaries of prayers, sacrifices, and other rites for each day of the celebration, and the list of Council of Fifteen (*quindecimvir*) members responsible for the Games. More recent editions and commentaries on the 17 BC Act were composed by Pighi (1965), Moretti (1985) and Schnegg-Kohler (2002).

result, a magnificent theater was built, surrounded by other monuments and noble spaces such as the Circus Flaminius, the Temple of Apollo, the Portico de Octavia, among others. One more aspect that highlighted the importance of this area for the Romans and the *Princeps* was the realization of triumphal processions in Republic's period in this specific space. The processions departed from the sacred area known as Tarentum, following the road that was called Triumphal Via to the Circus Flaminius and the *Holitorium* Forum; and later, they went on to the city gates.

Furthermore, Augustus knew how to understand the relevance of the city's scenery and the offering of religious and recreational activities to the people to exalt his image. We agree with Norberto Guarinello when he highlights in *Festa, Trabalho, Cotidiano* (2001), that performing festive acts meant a collective action of affections and emotions around something that was celebrated, whose main product was the symbolization of the unity of participants in the sphere of a given memory (GUARINELLO, 2001, p. 972-974). Thus, we conclude that the holding of the Secular Games was an instrument that reinforced the idea of stability of Republican values which Augustus wanted to display. Moreover, the *Princeps* reinforced imperial power through events essential to civic life. The construction of this public building (which, in addition to bearing the name of Augustus, the name of his family, and his ancestry with the divine Julius Caesar), represented the construction of an extremely popular space among the Romans, whether they came from the elites, or of the heterogeneous Roman mass.

We realize that these activities, followed by a sumptuous scenography, intensified the collective experience and emotionally involved its spectators, in addition to being associated with a monumental spectacle. A ceremony in which the *Princeps* could display his greatness and share his conquests with society. We understand that the Theater of Marcellus became a main point of the triumphal procession after its construction and was one of the main stages for the realization of the Secular Games. We can see how Augustus fixed his image and that of his family to these triumphant ceremonies, adding to this festive portrait the monumental aspect of the theater.

Bibliography

Sources

CÍCERO. *Carta I*, 1 de Marco Túlio Cícero ao irmão Quinto. Tradução de Igor Moraes Santos. *Revista de Ciências do Estado*, v. 3, n. 2, p. 78-93, 2018.

- DIO CASSIUS. *Roman History: Books 56-60*. Translated by Earnest Cary, Herbert B. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1924.
- LIVY. *Books III and IV with an English translation*. Cambridge: Harvard University Press, 1919.
- LIVY. *The History of Rome: Book I*. Translated by B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1919.
- LIVY. *The History of Rome: Book II*. Translated by B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1919.
- MACROBE. *Ciceronis Somnium Scipionis*. Traduit par Mireille Armisen-Marchetti. Paris: Les Belles Lettres, 2001.
- PLINY. *The Natural History*. Translated by John Bostock and H. T. Riley. Charleston: BiblioLife, 2009.
- RES GESTAE DIVI AUGUSTI. THE ACHIEVEMENTS OF THE DIVINE AUGUSTUS. Translated by P. A. Brunt and J. M. Moore. Oxford: Oxford University Press, 1969.
- TITO LÍVIO. *História de Roma desde a fundação da cidade: Livro I, a monarquia*. Tradução de Mônica Costa Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VITRUVIUS. *The ten books on architecture*. Translated by Morris H. Morgan. New York: Dover Publications, 1960.

General works

- ALMEIDA, L. S. *O significado político dos espetáculos oficiais da Roma imperial*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BURNETT, A.; WALKER, S. *The image of Augustus*. London: British Museum Publications, 1981.
- CHECA A. M. Sobre los orígenes helenísticos del modelo teatral romano: los primeros teatros in plano de Italia. *Revue Archéologique*, n. 47, p. 3-51, 2009.
- CONLIN, D. A.; JACOBS, P. *Campus Martius: the field of Mars in the life of ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- FAVRO, D. *Pater urbs: Augustus as city father of Rome*. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 51, n. 1, p. 61-84, 1992.
- FAVRO, D. *The urban image of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- GALINSKY, K. *The Cambridge Companion to The Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GOMES, E. M. C. O. Uma análise dos *Ludi Saeculares* de 17 a.C.: festividade, ritualidade e poder. *Romanitas, Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 7, p. 49-68, 2016.
- GROS, P. *Vitruve et la tradition des traités d'Architecture: fabrica e ratiocinato*. Rome: École Française de Rome, 2006
- GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I; KANTOR, I. (org.). *Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 969-975.
- JOSÉ, N. F. *Retratos de Augusto: a construção de um imperador romano*. Curitiba: Prismas, 2016.
- LA ROCCA, E. La processione trionfale come spettacolo per il popolo romano. Trionfi antichi, spettacoli moderni. In: LA ROCCA, E.; TORTORELLA, S. (ed.). *Trionfi romani*, Roma: Mondadori, 2008, p. 34-55.
- MARTINS, P. *Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (org.). *Repensando o Império romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 21-52.
- POPKIN, M. L. *The triumphal route in Republican and imperial Rome: architecture, experience, and memory*. 2012. Tese (Doutorado) – Institute of Fine Arts New York University, New York, 2012.
- RICHARDSON, J. S. Empire and the language of power. *The Journal of Roman Studies*, v. 81, p. 1-9, 1991.
- RYKWERT, J. *A ideia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no Mundo Antigo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SEAR, F. B. Vitruvius and Roman Theater design. *American Journal of Archaeology*, v. 94, n. 2, p. 249-258, 1990.
- SHERK, R. K. *The Roman Empire: Augustus to Hadrian*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SILVA, G. V. Política, ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do Principado. *Politeia*, v. 1, p. 29-52, 2001.
- SUMI, G. S. *Ceremony and power: performing politics in Rome between Republic and Empire*. Michigan: University of Michigan Press.
- TAUB, L. The historical function of the forma 'Urbis Romae'. *The International Journal for the History of Cartography*, v. 45, p. 9-19, 1993.
- TAYLOR, R. *Roman builders: a study in architectural process*. Cambridge: Cambridge University, 2003.

- TAYLOR, R.; RINNE, K.; KOSTOF, S. *Rome, an urban history, from Antiquity to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- VEYNE, P. *O Império Greco-Romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- VITTI, M. *Note di topografia sull'area del Teatro di Marcello*. Rome: Mélanges de l'École Française de Rome, 2010.
- ZANKER, P. *Augusto y el poder de las imágenes*. Madrid: Alianza, 2005.
- ZANKER, P. By Emperor, for the people: "popular" architecture in Rome. In: BJORN, E. C.; NOREÑA, C. F. (ed.). *The Emperor and Rome, space, representation and ritual*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- ZÉTOLA, B. M. Da Antiguidade ao Medievo: o cristianismo e a elaboração de um novo modelo caritativo. *Saeculum, Revista de História*, n. 11, p. 54-71, 2004.
- ZÉTOLA, B. M. Triunfos militares e legitimação de poder na Antiguidade romana. *Métis: História & Cultura*, v. 5, n. 10, p. 35-59, 2006.

Resenhas

Reviews

Mobilidades forçadas nas instituições jurídicas romanas: o caso do “exílio” como penalização política

Forced mobility in Roman legal institutions: the case of “exile” as a political penalty

FRIGHETTO, R. *Exílio e exclusão política no Mundo Antigo: de Roma ao Reino Godo de Tolosa* (séc. II a. C. – VI d. C.). Jundiaí: Paco, 2019. 152 p.

Murilo Moreira de Souza*

Recebido em: 15/05/2022
Aprovado em: 19/05/2022

Renan Frighetto é doutor, professor e pesquisador antiquista, consolidado na historiografia brasileira, que volta suas discussões para a Antiguidade Tardia, em especial para os aspectos políticos e institucionais do período de estabelecimento das monarquias romano-bárbaras no mundo romano. Sua perspectiva historiográfica é referenciada por uma abordagem defendida por Andrea Giardina (1999), que não deixa o estudo da política, economia e instituições de lado em favor de uma abordagem focada unicamente nos objetos culturais e religiosos.

Sua outra obra, *Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras em uma época de transformações* (2010), já se portou como um importante manifesto em defesa do estudo dessa história institucional e das continuidades políticas e jurídicas do Império Romano do Ocidente para as novas monarquias bárbaras. Neste seu mais recente livro, não é diferente. Resultado de uma longa pesquisa institucional realizada com apoio de instituições de amparo à pesquisa, a obra é fruto da tese que conferiu o título de professor titular ao antiquista, agora adaptada ao formato de livro.

* Doutorando e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná, atuando no Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED) da mesma instituição e no Grupo de Estudos em História do Oriente Cristão (GEHOC/CDV). É também licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá.

Em *Exílio e exclusão política no Mundo Antigo*, a história é vista sob seus pontos de limite, as rupturas, as transformações e as readequações, mas sobretudo a partir do olhar das estruturas já defendidas por Fernand Braudel (1965). O autor busca abarcar a construção da pena política do *exílio* em um *longo* espaço de tempo, compreendendo desde o século II a.C. ao início do século VI d.C. Isto é, nas temporalidades conceituadas e defendidas na obra, como Antiguidade Helenística e Antiguidade Tardia. Um tema de extrema importância no mundo atual, considerando as migrações forçadas causadas por guerras e fome.

A análise concebe que a pena jurídica do exílio se insere dentro das disputas de poder que podem ser configuradas nas ações e disputas ocorridas no âmbito político entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos. Assim, utilizando o *exílio* como a lente que observa o passado, o autor considerou um conjunto amplo de fontes de natureza jurídica ou histórica, das quais estão presentes: hagiografias, crônicas, epístolas e histórias.

Seu recorte espacial se dirigiu aos domínios ocidentais do Império Romano, ainda que faça incursões rápidas e temáticas a outros espaços do *orbis Romanorum*. Mas privilegia a *pars occidentalis*, justamente para dar atenção à sua maior preocupação de pesquisa, o espaço que também compreendeu a atuação política e militar do *regnum Gothorum*.

Embora os motivos que levassem à aplicação da pena do *exílio* a qualquer indivíduo identificado como criminoso fossem variados, o autor se concentrou em fazer uma análise sob aqueles da alta aristocracia romana e romano-bárbara que cometessem crimes contra a *maiestatis*. Que, na visão do autor, consistia naqueles que traíam a República, conspiravam com o inimigo e que tentavam violar ou lesionar a majestade imperial ou régia, i. é, o *princeps/imperator* ou o *rex*.

A hipótese que norteou sua pesquisa foi a de que o exílio corporifica um mecanismo de castigo político aplicado contra os aristocratas acusados de cometerem algum ato danoso ao detentor do poder político. O exílio apareceria como parte da virtude da *miser cordia*, possuída pelas autoridades imperial e régia, que o colocava em substituição à pena capital, a morte.

O conceito de exílio pode ser visto de forma ampla, de uma autoimposição, como a fuga ou uma imposição de outro sobre um indivíduo. Nesse sentido e devido ao recorte estabelecido para a pesquisa, o autor conceituou o exílio como "uma dentre outras mobilidades forçadas, movimento no qual o indivíduo é obrigado, por imposição jurídica, a sair do seu espaço de convivência cotidiana, ação que provoca diversos problemas sociais, econômicos e psicológicos (FRIGHETTO, 2019, p. 12). Vale frisar que o conceito de exílio também sofreu alterações e atualizações conforme o processo histórico e a

sociedade onde ele foi “forjado e aplicado” e, portanto, esse conceito também precisou ser melhor definido a cada investigação temporal.

No primeiro capítulo, o autor trata das perspectivas de exílio no período que compreende a fase final da República romana. Sua análise se inicia com os escritos do autor grego Políbio (264 a.C.-146 a.C.), que via o exílio praticado pelos romanos com estranhamento e admiração. Pois, além de ser visto como um direito e um privilégio conferido ao condenado, era também benéfico ao corpo social e político da *patria*. Afinal, excluindo o indivíduo da *civitas*, o exílio também serviria como uma válvula de escape para a prevenção de disputas e a contenção da violência no ambiente político romano.

A pena era aplicada pelas magistraturas conforme determinava a *Lex Tullia de Ambitu*. Entretanto, mais comum ainda eram os exílios voluntários dos cidadãos que eram excluídos da comunidade cívica ainda com seu processo em curso, evitando ameaças contra sua vida. Contudo, o aumento da personificação do poder político a partir do século III a.C., com as conquistas territoriais romanas e a incorporação de diferentes culturas, mudou de forma perene as decisões políticas e jurídicas da então República romana. A pena do exílio não ficou isenta dessas transformações, tendo o próprio Júlio César (49-45 a.C.) usufruído do acúmulo de títulos e de poderes para delimitar castigos adicionais aos exilados políticos. A incorporação da *maiestas*, crime contra a autoridade vigente, o confisco de bens patrimoniais e a pena do esquecimento, seriam ainda mais duras contra o exilado, que via a si próprio, de fato, expatriado do universo da *civitas* romana, perdendo seus tão importantes vínculos ancestrais.

No segundo capítulo, o foco do autor continua a ser a aristocracia romana, agora no período do Principado. No âmbito das disputas palacianas imperiais, o exílio era frequentemente utilizado como prevenção de usurpações do que necessariamente uma punição aos membros da aristocracia senatorial.

Nesse período, o exílio poderia ser aplicado de duas formas jurídicas, ambas possuíam um potencial danoso ao indivíduo que sofreria com danos físicos e morais em decorrência do próprio exílio. De alguma maneira, a marca de seu crime sempre estaria presente. Nas fontes analisadas pelo autor, a primeira forma seria a *relegatio*, que não era perpétua e o indivíduo não perderia a cidadania e seu patrimônio; já a segunda, a *deportatio*, um exílio mais duro, no qual o indivíduo perdia a cidadania e seu patrimônio seria entregue ao fisco imperial.

É o caso de Ovídio (43 a.C.-18 d.C.), que foi exilado no Mar Negro devido a uma ofensa praticada contra a pessoa do *princeps*. Enquanto que Sêneca (4-65), condenado à morte pelo Senado em virtude de um adultério cometido, teve sua pena abrandada para a *relegatio*, mantendo seus bens e sua cidadania, sendo apenas expulso temporariamente

da *civitas* romana para a ilha de Córdoba. Essa pena foi vista por ele mesmo como uma verdadeira “morte pessoal”, a morte do cidadão, uma condenação de sua própria imagem visto o prestígio que possuía.

Em períodos posteriores, tendo como fontes agora as *Histórias*, de Dion Cássio e Herodiano, o autor traça o uso do exílio pelos *princeps* Marco Aurélio, Cômodo e Septímio Severo como ferramentas de castigos a pretensos inimigos políticos, fossem eles possíveis usurpadores ou não. O objetivo final da aplicação do exílio era claro, punir seus inimigos políticos com o esquecimento, “uma punição alternativa e substituta da própria morte física” (FRIGHETTO, 2019, p. 39). A partir do século III e com o incremento cada vez maior da sacralidade do *princeps/imperator*, o crime de *maiestas* ganhava um caráter ainda maior, sendo o exílio uma das penalizações utilizadas.

No terceiro capítulo, agora com uma dedicação maior ao contexto do século III, o autor busca tratar da pena do exílio aplicada aos mais destacados membros da comunidade cristã nos primórdios da Antiguidade Tardia. Chama a atenção, e o autor tece argumentos a esse respeito, de que o poder imperial romano tentou barrar o crescimento da *ecclesia* utilizando penalizações, como o exílio, para separar e afastar lideranças importantes de comunidades cristãs.

A análise dos governos de Alexandre Severo e seu sucessor, Maximino, traz para o debate os usos das penalidades contra os cristãos. Durante o século III, ficou cada vez mais explícita a necessidade de trazer para a figura do *princeps imperator* elementos mais tradicionais da romanidade para recuperar unidade e prestígio. Muitas vezes, o recurso utilizado foi a associação do culto de divindades romanas com a própria figura do *princeps*. Entretanto, esse culto não foi acompanhado pelos cristãos, recusa vista como ato de infidelidade e de traição para com Roma

Nesse sentido, a análise das cartas de Cipriano de Cartago (210-258) é muito enriquecedora, pois, além de contribuir para uma maior percepção dos cristãos frente a essa condição imposta, também oportuniza entender qual era o impacto da pena do exílio aos que não apresentavam certificado comprovando sacrifícios. O autor argumenta que a pena capital, tal como o exílio, tinha como propósito, sobretudo, desestruturar a estrutura hierárquica da *ecclesia* cristã. Pena aplicada ao próprio bispo Cipriano, que longe de sua comunidade sociopolítica, ficaria impedido de desempenhar suas atividades como bispo.

No capítulo seguinte, o autor faz um estudo mais aprofundado do exílio atribuído em momento de maior consolidação da *ecclesia* cristã, destacando os conflitos entre bispos nicenos e arianos a partir dos escritos de Atanásio de Alexandria (293-373). O bispo ficou conhecido como um grande defensor da ortodoxia nicena, advogando muitas vezes

a defesa do credo estabelecido e reconhecido como oficial pelo próprio *imperator*. A pena do exílio aparece, nesse sentido, como aquela imposta contra aqueles que atentassem contra o credo dito legal, isto é, contra a própria autoridade imperial.

Por fim, no quinto e último capítulo, Frighetto tece a discussão do exílio em seu principal tema de estudo acadêmico, o *Regnum Gothorum de Tolosa*, “autêntico substituto” do Império Romano do Ocidente. A entrada e instalação de grupos “bárbaros”, termo defendido pelo autor, no *orbis Romanorum*, oportunizou encontrar nas fontes identificações de poderes romanos em uma monarquia bárbara. Isto é, ocorreu o aproveitamento da estrutura administrativa e de direito romanos nos novos reinos que se formaram, levando ao incremento de diversos elementos jurídicos dentro dessas novas construções institucionais, entre elas o crime de *maiestas*, a quebra de fidelidade e o próprio exílio.

O exílio ganhou, nesse último caso, uma imagem mais “internacional” do que vista anteriormente, sendo o expatriado mandado para lugares que não estavam sob o domínio e controle do poder régio. Tais atributos podem ser evidenciados nas fontes legislativas godas: a *Lex Romana Visigothorum* e o *Codes Euricianus*, ambas amparadas na tradição legal romana e imperial.

A obra se mostra de grande importância para a consolidação dos estudos institucionais e políticos na historiografia, um importante recital e guia para a compreensão das motivações, causas e efeitos do exílio como ferramenta de manutenção política. Por fim, faço uma análise da imagem escolhida para a capa retratando o rex godo Recaredo I e seus bispos no terceiro Concílio de Toledo, onde o *rex* está em uma posição de mando e autoridade sob os bispos que ouvem atentos. Mesmo que a pesquisa acabe com a dissolução da primeira experiência monárquica goda em Tolosa, sua inserção na Ecclesia católica com o concílio marca o retorno dos mesmos a uma comunidade integrada pelo cristianismo e pela *romanidade*.

Referências

- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.
- GIARDINA, A. Esplosione di tardoantico. *Studi storici*, v. 40, n. 1, p. 157-180, 1999.
- FRIGHETTO, R. *Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações* (séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

De quantas maneiras é possível contar a História da África Antiga?*

In how many ways is it possible to tell the History of Ancient Africa?

FURLANI, J. C. (org.). *A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra: Milfontes, 2019. 238 p.

Edjalma Nepomoceno Pina**

Recebido em: 10/04/2021

Aprovado em: 31/05/2021

O interesse historiográfico pela África Antiga vem de longa data. Todavia, tal campo sofreu uma reformulação no contexto de descolonização das regiões africanas a partir da década de 1950. Autores africanos da segunda metade do século XX se debruçaram sobre a Antiguidade de suas nações em busca de uma grandiosidade perdida e de elementos que oferecessem coesão identitária aos Estados que emergiam (MACEDO, 2017, p. 12). O tom da historiografia afrocentrista seria dado, em parte, por Cheikh Anta Diop (1955) e Joseph Ki-Zerbo (1978), ao passo que Kwame Nkrumah tornar-se-ia um ilustre exemplo de liderança política a ascender mediante um discurso nacionalista, transportando o tema da consciência histórica para o debate político. O movimento de valorização do passado africano tratou-se de uma tomada de posição contrária à perpetrada por intelectuais europeus do século XIX, como Gauckler (1897) e Cagnat (1913), que tendiam a enxergar o período de colonização da África pelos romanos como uma justificativa para o imperialismo moderno, no qual a supremacia da “civilização” europeia triunfaria sobre a suposta “barbárie” africana (LEPELLEY, 2016, p. 421-424).¹

* Este artigo foi realizado com apoio da Capes (código de financiamento 001).

** Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Graduado em História pela mesma instituição. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

¹ A História e a Arqueologia também foram amiúde utilizadas para justificar e legitimar ações que viriam a fazer parte do *modus operandi* nazifascista, que ligava demandas políticas contemporâneas à construção de uma memória nacional imperialista. Isso foi realizado pela interferência direta na historiografia e na Arqueologia, seja por meio da publicação de periódicos, de financiamentos de pesquisas ou da criação de centros de pesquisas (SILVA, 2018, p. 148).

Entre as duas perspectivas – a colonial e a anticolonial –, o modo de visualizar as fontes ocupava um papel importante. Aqueles embebidos por ideais racistas e imperialistas esperavam encontrar, nos textos greco-latinos, indícios de uma herança de dominação sobre outros povos, legada pelos romanos para os impérios europeus da Modernidade. Por sua vez, historiadores africanos da segunda metade do século XX, em especial aqueles ligados à Escola de Dakar, se debruçaram sobre as fontes materiais e orais a fim de impor um contraponto narrativo, lançando luz sobre povos ágrafos ou cujos registros escritos são raros, com o intuito de demonstrar a agência dos reinos e impérios africanos em sua particularidade. Nessa tarefa, a técnica de datação por carbono 14 mostrou-se uma grande aliada, uma vez que abriu portas para a periodização de antigas civilizações do continente (BARBOSA, 2008, p. 58).

Sem dúvida, há uma dicotomia entre as perspectivas e intenções das correntes historiográficas citadas. Apesar disso, há uma continuidade no que tange a valorizar o conflito e a relação de força entre os povos ditos dominadores e dominados. Atualmente, narrativas desse gênero tendem a ser superadas, considerando-se o esforço das últimas décadas na produção de estudos baseados em diferentes tipos de fontes – escritas, orais ou materiais –, com o intuito de destacar as interrelações, trocas culturais e coexistências por meio de uma perspectiva regionalizada. Um exemplo disso é o que vem ocorrendo nas pesquisas sobre o norte do continente, nas quais problematizam-se questões específicas ao invés de abordagens gerais de longa duração, como fizeram Joseph Ki-Zerbo (1978), John Donnelly Fage (1970), Endre Sik (1966) e outros. De todo modo, o passado segue em disputa conforme discursos e ideologias o utilizam como matéria-prima para a construção de suas narrativas.

No que tange ao cenário acadêmico brasileiro, a discussão sobre a África antiga ainda está em processo de consolidação, na medida em que a Africanologia brasileira ainda é “em grande parte identificada com a Modernidade e com a Contemporaneidade”, o que faz com que a Antiguidade africana seja relegada “à quase completa invisibilidade” (LIMA NETO, 2019, p. 9). Diante dessa conjuntura, qualquer proposta de publicação científica sobre esse período da história africana desperta interesse e possui potencial relevância historiográfica.

Se a África Antiga é negligenciada em comparação aos períodos posteriores, a história da África romana é ainda mais, sendo essa frequentemente percebida como uma simples “história dos romanos na África”, o que é naturalmente um equívoco. Essa percepção foi fortemente regada pelo sentimento anticolonial, que negava categoricamente as teses colonialistas do século XIX, as quais propunham uma África romana totalmente aculturada. Embora as correntes africanistas tenham motivos óbvios e legítimos para contestar a

problemática historiografia colonialista, é preciso advertir que, ao se tentar criar uma história da África totalmente apartada da história greco-romana, nega-se a possibilidade de sincretismo, hibridismo cultural, apropriações, estratégias e resistências baseadas da tomada de elementos culturais romanos, bem como todo um período que faz parte da formação e da história do continente africano (LEPELLEY, 2016, p. 421-426).

A aversão à presença romana em África também induz a um outro problema teórico, que é a noção de que as fontes greco-latinas não seriam viáveis ou nada teriam a acrescentar à Africanologia. A possibilidade de desfazer esse equívoco insere a coletânea ora resenhada em uma discussão mais ampla, de natureza teórica e metodológica, acerca de como a História da África pode ser contada. Afinal, pode a história da África Antiga ser contada por meio de fontes greco-romanas?

Essa indagação, apresentada por Lemos (2020), revela uma desconfiança em relação à utilização de autores oriundos de uma cultura não-nativa para se problematizar a história do continente africano. Porém, assim como mencionado acima, essa desconfiança apresenta limitações do ponto de vista epistemológico. Devemos questionar, primeiramente, a noção de que autores greco-romanos não oferecem narrativas válidas sobre a paisagem africana por serem “parte de círculos das elites imperiais” (LEMOS, 2020, p. 494), ou seja, não africanos, mesmo que tenham nascido e vivido no continente. Ao defender tal argumento e invalidar determinados tipos de fonte, opiniões como a de Lemos geram uma série de outros problemas. De maneira mais ampla, compreender que o *outro* não pode ser objeto de estudo, mesmo por meio de fontes secundárias, é uma negação das próprias Ciências Humanas, uma vez que, em diferentes níveis e escalas, todos somos o *outro*. Já de modo específico, ocorre uma limitação da compreensão da identidade dos autores antigos provinciais que acumularam em si culturas híbridas, como o caso de Apuleio de Madaura, que se considerava “metade númida e metade gétulo”, falante de grego, latim e púnico (Apuleio, *Apologia*, 6). Igualmente, figuras de grande peso na cultura ocidental, como Cipriano de Cartago, Tertuliano e Agostinho de Hipona são desafricanizadas. Restringir a identidade social meramente à língua falada ou aos espaços em que esses personagens circularam é, no mínimo, um retrocesso a um essencialismo histórico, além de ignorar a contribuição de autores como Stuart Hall (1996), Tomas Tadeu da Silva (2000), Kathryn Woodward (2007), Zygmunt Bauman (2005), David Mattingly (2013), entre diversos outros especialistas.

Como forma de contornar a suposta inviabilidade dos autores greco-romanos, Lemos (2020, p. 496) sugere a utilização da documentação arqueológica, pois, em suas palavras, essa “oferece acesso direto a populações mal representadas em textos produzidos por aqueles que as dominaram”. Obviamente, fontes de natureza não escrita

são fundamentais para se pensar não apenas a história africana, mas todos os demais períodos. Não apenas acreditamos nisso, como incentivamos o uso de tais documentos. Contudo, é um erro ingênuo assumir que a cultura material seja neutra ou uma porta direta que nos conduz a um passado que clama por ser descoberto. O contato com fragmentos arqueológicos e sua apreciação sensorial deve dialogar com as análises históricas, com outras fontes e com a trajetória dos objetos ao longo do tempo, até serem interpretados pelas lentes do presente, tal como as fontes escritas são, como as fontes orais são e como qualquer outro tipo de documento também é (REDE, 1996, p. 276). A idealização da fonte material como portadora da “verdade” induz a uma eterna busca por uma África legítima e preservada, alheia às “contaminações” de culturas externas. Como nos ensina Jurandir Malerba (2016), Ivan Jablonka (2016), Hans-Georg Gadamer (1999) e Wilhelm Dilthey (2006), é um perigo para o historiador se deixar levar pelo desejo da objetividade pura e simples, seja em uma fonte documental dita legítima ou por meio de um método de pesquisa supostamente definitivo. Ao que parece, críticas como as que destacamos acima parecem estar ainda presas à antiga dicotomia entre pensamento eurocêntrico e estudos pós-coloniais, sem conseguir enxergar a possibilidade de outros caminhos.

A visão romana sobre um *outro* africano, ainda que eivada de preconceitos, é parte da história dos povos africanos, especialmente se essa visão foi disseminada por autores que nasceram e cresceram no norte da África, uma região de contatos culturais efervescentes que esteve voltada ao Mediterrâneo desde antes da colonização romana. É o que se percebe ao ler *A África no Mundo Antigo*, obra grandemente pautada por fontes greco-romanas. Isso, por si só, não deveria ser motivo de demérito, é preciso estar atento aos objetivos e à maneira pela qual tais fontes são utilizadas. Nesse sentido, retornando aos objetivos da obra resenhada, identificamos que um deles é justamente compreender a visão greco-romana e os estereótipos desses últimos sobre a África. Não é óbvia a necessidade de se usá-los?

Deve-se destacar, além do mais, que a produção da coletânea deriva de uma disciplina de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, o que é evidenciado pela titulação dos autores presentes no livro. Como consequência, boa parte dos textos possuem uma natureza mais informativa, que visa a transmitir aos leitores as possíveis problemáticas que podem ser desenvolvidas a partir de fontes latinas e gregas, a fim de “estimular a pesquisa e o ensino de História da África, seja ele no nível fundamental, médio ou superior, ao apresentarmos algumas reflexões sobre o continente africano na Antiguidade”, mas sem a intenção de “preencher lacunas historiográficas ou travar debates altamente específicos” (FURLANI, 2019, p. 18-19). Não obstante, como advertido na própria introdução da obra, as reflexões contidas em seus capítulos visam

a “compreender representações sobre a África”, bem como “reconhecer e desconstruir estereótipos e arquétipos negativos sobre o continente”, ainda presentes nos dias atuais.

Em *A África no Mundo Antigo*, as fontes também são abordadas de maneira que revelam vivências complexas, como a memória do martírio de Perpétua e Felicidade, e visões estigmatizantes sobre a cultura autóctone, como no relato de Estrabão sobre os egípcios. Por falar em Egito, há um capítulo exclusivo para a discussão de sua história e africanidade, muitas vezes ignorada em livros didáticos e na produção midiática, que ainda sustenta mitos historiográficos e literários. Ao tratar das polêmicas envolvendo a África Antiga e a mídia audiovisual, também ocorre uma discussão sobre lugares de memória preservados no cinema e a utilização de produções cinematográficas em sala de aula, sobretudo para a desconstrução de estereótipos, que é outro dos objetivos do livro em questão.

Embora os temas abordados nos capítulos sejam múltiplos, a obra apresenta coesão, que pode ser evidenciada em alguns processos, como a desnaturalização dos relatos de autores greco-latinos sobre a África, como os de Estrabão, Diodoro da Sicília, Políbio e Salústio, ou mesmo Apuleio, que têm suas narrativas lidas à luz de seus próprios contextos e desconstruídos com apoio de uma bibliografia especializada. Confrontar os estigmas de autores antigos é útil, em primeiro lugar, para desatar o anacronismo de atribuir noções teóricas raciais a esses personagens e, em segundo lugar, indicar que o olhar pejorativo sobre o continente africano atravessou os séculos, assim como a visão pejorativa ou exótica sobre o Oriente permeia a Europa ocidental até os dias atuais, como indicado por Edward Said (2007). Outrossim, a divulgação da discussão sobre a visão dos antigos acerca da África é imprescindível, pois, como é afirmado no prefácio da obra, “arrancar pela raiz os preconceitos não é tarefa das mais fáceis, sendo as mais recentes perspectivas históricas somente conhecidas por um círculo restrito de especialistas, encontrando dificuldade de se impor para um público mais amplo” (LIMA NETO, 2019, p. 13).

Cumprir notar que outro ponto de interseção entre os autores da coletânea é a intenção de destacar a historicidade dos eventos que tiveram como palco a África. Isso se explica pela luta em desconstruir a noção da África como continente a-histórico, sem mobilidade, conflitos ou transformações, ideias difundidas até por notáveis filósofos, como Friedrich Hegel (1995, p. 174), que taxou a África como desprovida de condições necessárias para avançar no tempo histórico.

Ao fim e ao cabo, *A África no Mundo Antigo* entrega o que promete nas primeiras páginas de seu prefácio, ou seja, apresentar e discutir, de forma didática e acessível ao público leigo, uma série de possibilidades de investigação potencialmente atraentes para

professores do ensino básico, alunos do ensino superior e amantes e curiosos sobre o tema. Além disso, tal obra é interessante para se pensar os limites da documentação escrita como fonte da história africana e para desnaturalizar preconceitos consolidados sobre o continente, o que demonstra sua pertinência no fomento do estudo da Antiguidade no país, que carece de publicações exclusivamente dedicadas à história da África, ou melhor, às histórias da África.

Referências

- APULEIO. *Apologia. Florida. De Deo Socratis*. Edited and translated by Christopher Jones. London: Loeb Classical Library, 2017.
- BARBOSA, M. S. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, n. 1, p. 43-63, 2008.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAGNAT, R. *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire sous les empereurs*. Paris: Imprimerie Nationale, 1913.
- DILTHEY, W. *Construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2006.
- DIOP, C. A. *Nations nègres et culture*. Paris: Éditions Africaines, 1955.
- FAGE, J. D. (ed.). *African discovers her past*. London: Oxford University Press, 1970.
- FURLANI, J. C. (org.). *A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra: Milfontes, 2019.
- FURLANI, J. C. A África no Mundo Antigo: palavras iniciais. In: FURLANI, J. C. (org.). *A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra: Milfontes, 2019, p. 16-21.
- GADAMER, H. G. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GAUCKLER, P. *Les aménagements agricoles et les grands travaux d'art des Romains. La France en Tunisie*. Paris: [s.n.], 1897.
- HALL, S.; DU GAY, P. (ed.). *Questions of cultural identity*. Thousand Oaks: Sage, 1996.
- HEGEL, F. *Filosofia da História*. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.
- JABLONKA, I. *La historia es una literatura contemporanea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- KI-ZERBO, J. *História da África negra*. Lisboa: Europa-América, 1978.
- LEMOS, R. Pode a história da África Antiga ser contada através de autores greco-romanos? *Tempo*, v. 26, n. 2, p. 493-499, 2020.
- LEPELLEY, C. Os romanos na África ou a África romanizada? *Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. Heródoto*, n. 1, v. 1, p. 418- 437, 2016.

- LIMA NETO, B. M. Apresentação. In: FURLANI, J. C. (org.). *A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra: Milfontes, 2019, p. 9-15.
- MACEDO, J. R. Entrevista com José Rivair Macedo: a consolidação do campo de História da África Antiga no Brasil. *Romanitas, Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 10, p. 11-25, 2017.
- MALERBA, J. Ciência e arte na escritura histórica. In: MALERBA, J. (org.). *História e narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MATTINGLY, D. J. *Imperialism, power and identity: experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. v. 4, p. 265-282, 1996.
- SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SIK, E. *The History of Black Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- SILVA, G. J. Historicidade, memória e escrita da História: Augusto e o culto *della romanità* durante o *ventennio* fascista. *Romanitas, Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 12, p. 142-163, 2018.
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 7-72.

A construção do gênio militar de Alexandre Magno na literatura antiga e sua recepção na historiografia anglófona

The construction of Alexander the Great's military genius in ancient literature and its reception in Anglophone historiography

SANT'ANNA, H. M. *A fabricação de Alexandre Magno: habilidade política e genialidade militar nas fontes antigas (336-331 AEC)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. 198 p.

Thiago do Amaral*

Recebido em: 11/02/2022
Aprovado em: 07/05/2022

Professor de História Antiga da Universidade de Brasília há pouco mais de uma década – hoje atuando também no Departamento de Pós-Graduação em Metafísica da mesma instituição – Henrique Modanez de Sant'anna tem se destacado em pesquisas sobre Alexandre Magno, história militar e investigações sobre o período helenístico de forma geral. Além do livro ora recenseado, Sant'anna é autor de *Alexandre Magno - a paixão da guerra* (Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011) e *História da República Romana* (Vozes, 2015), além de capítulos e artigos em períodos diversos.

A fabricação de Alexandre Magno: habilidade política e genialidade militar nas fontes antigas (336-331 AEC) veio a público em 2021, novamente pela Imprensa da Universidade de Coimbra, como parte da coleção Autores Gregos e Latinos – Série Ensaios. O objetivo central do livro, como exprimido pelo autor, é realizar uma

[...] discussão sistemática e comparativa dos relatos das principais fontes greco-romanas a eles pelo *corpus* disponível, em contraposição à abundância de relatos a respeito de combatentes de mesma categoria no lado persa do *front*. A argúcia na leitura e na escolha do tema, bem como o uso de diversas fontes, torna esse segundo interlúdio, na opinião deste autor, o mais instigante dos três. O último deles, "O

* Doutorando, mestre e graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas. A pesquisa de doutorado, *Temporada de caça: recepções e adaptações de cenas de caça ao leão no repertório helenístico (séculos VI e III a.C.)*, é orientada pelo Prof. Dr. Luiz Marques e conta com financiamento do CNPq (141445/2019-0).

à vitória em Gaugamelos), de modo a debater minuciosamente suas formulações narrativas em torno do rei e seus ecos nas biografias de língua inglesa, de Robin Lane Fox (1973) e Peter Green (1991) a Paul Cartledge (2004) e Martin & Blackwell (2012). Detalhadamente, interessa a complexa construção narrativa de sua imagem como governante razoável e legítimo entre os gregos, e invencível e benevolente entre os bárbaros” (SANT’ANNA, 2021, p. 18-19).

Importante destacar que, além dos nomes elencados, outros historiadores de língua inglesa de primeiro plano – como o fundacional W. W. Tarn ou indispensável A. B. Bosworth – têm suas teses passadas, com muita propriedade, em revista. A ideia central de *A fabricação de Alexandre Magno* é, portanto, desvelar como as fontes da Antiguidade constroem a ideia de um conquistador de inigualável engenho militar – recorrendo, de resto, a categorias retóricas já consolidadas no repertório literário, sobretudo Homero –, e de que maneira essa construção passou, por vezes sem um crivo suficientemente calibrado, pela historiografia anglófona do último século.

O livro se inicia com panorâmica precisa – e necessária, em vista da ausência de reflexões mais profundas na historiografia brasileira – a respeito dos principais problemas que assaltam as fontes literárias para o estudo de Alexandre Magno, de sua transmissão textual incerta à datação muito posterior ao século IV a.C. Essa empresa ocupa as páginas de 19 a 23, mas, à página 17 e a título de esclarecimento, Sant’anna propõe expressão lapidar para lidar com os problemas do *corpus*: trata-se de fazer, a partir dele, um “Frankenstein possível”. Ainda no primeiro segmento do livro, vale ressaltar a escolha do autor – em consonância com a historiografia internacional – por avaliar as raízes modernas da historiografia sobre o período helenístico de forma que,¹ conquanto dê o devido reconhecimento a Droysen, não deixe de mencionar outros contemporâneos de envergadura. Destaco o português Oliveira Martins, cuja existência era ignorada pelo autor desta resenha até a leitura do livro ora em análise.

Os capítulos seguem em ordem cronológica, sendo interrompidos apenas por três pequenos interlúdios, dedicados ao exame de temas específicos. O primeiro, “Alexandre e Aquiles”, demonstra como, por meio de diversas figuras de linguagem, autores como Plutarco e Arriano criaram uma imagem de Alexandre à semelhança do herói dos aqueus. Aspectos como o par Aquiles e Pátroclo/Alexandre e Heféstion ou a união matrimonial entre Alexandre e Roxane pareada à de Aquiles e Briseida aparecem nas fontes greco-latinas, sendo absorvidos por historiadores modernos como já referenciado por Tarn: “Soldados invisíveis? Os mercenários gregos”. O segundo interlúdio busca compreender o papel dos mercenários nos exércitos de Alexandre, ciente da pouca atenção dispensada

¹ Veja-se, por exemplo: Briant (2009, p. 171-188) e Moreno Leoni (2017, p. 21-57).

oráculo de Ámon-Zeus”, analisa a controversa visita de Alexandre ao oásis de Siwa, enfatizando como consultas oraculares eram *topoi* na literatura grega – envolvendo de Aristides a Orestes, passando inclusive por Filipe II – e como esse conjunto de referências pode ter pesado sobre a história de Alexandre.

O primeiro capítulo, “A campanha balcânica e o cerco a Tebas”, se propõe a analisar os anos iniciais do reinado de Alexandre. Nesse segmento, destaco os questionamentos feitos ao suposto pan-helenismo de conquistador (SANT’ANNA, 2021, p. 27-29) e também a leitura a respeito do entrevero entre Alexandre e seu pai, por ocasião do matrimônio entre Filipe II e Cleópatra, descrito com tintas carregadas por Plutarco e assimilado de forma acrítica por estudiosos como Tarn. Do segundo segmento, “O início da expedição asiática”, saliento a discussão (SANT’ANNA, 2021, p. 59-62) a propósito dos contingentes greco-macedônios e aquemênidas. Sant’anna ressalta como, mais do que cifras plausíveis, os números apresentados pelos historiadores de Alexandre ecoam montantes hiperbólicos tópicos no repertório grego, das Guerras Greco-Pérsicas aos 10 mil de Xenofonte. Nesta última comparação, são dignas de nota as referências explícitas traçadas por Arriano – ele próprio que, de resto, se arrogava como sucessor de Xenofonte – entre as batalhas Grânico (334 a.C.) e Cunaxa (401 a.C.): Alexandre, porém, teria suplantado o escritor ateniense não somente em termos de brilhantismo militar, mas, sobretudo, por ter liderado um exército pátrio. Em “O primeiro embate com o Grande Rei”, terceiro capítulo, Sant’anna (2021, p. 94) volta a observar as interconexões entre Xenofonte e Alexandre, e como esses paralelos foram interpretados por historiadores como Cartledge. Merece reconhecimento a arguta discussão a respeito dos paramentos régios abandonados por Dario III durante a Batalha de Isso (333 a.C.) e de como o ato era reportado como dos mais ignominiosos nas coordenadas mentais gregas. De forma semelhante, Sant’anna (2021, p. 90) evidencia como a célebre descrição do exército aquemênida feita por Quinto Cúrcio ecoa clichês herodoteanos empregados nos relatos sobre as tropas de Xerxes.

Do quarto segmento, “Alexandre entre fenícios e egípcios”, ganha destaque a análise do cerco de Tiro (2021, p. 123-125) e, em nota de fundo (2021, p. 129), a importância de 74 referências a Homero no *corpus* de Plutarco, testificando, agora de forma indireta, como os poemas homéricos têm peso sobre a *Vida de Alexandre* e o opúsculo *Sobre a fortuna e virtude de Alexandre Magno*, textos de Plutarco dedicados ao conquistador. “O rei invencível: Gaugamelos” é o último capítulo. Ele comporta um dos momentos de maior argúcia analítica de Sant’anna (2021, p. 139-140), a propósito dos diferentes relatos sobre o embate que nomeia a seção, e, em particular, o eclipse lunar que o antecedeu. O cruzamento entre a tradição textual clássica, cujo viés já está bastante evidenciado a essa altura do livro, e a fonte babilônica *Diários Astronômicos* ratifica como o resultado

de Gaugamelos pode ser imputado muito mais a um sistema de crenças que interpretava eclipses como o pior dos presságios – minorando no processo o moral das tropas persas – do que a visão de um Alexandre campeão militar invencível, responsável por apavorar o Grande Rei e seus soldados até a fuga, conforme veiculada pela literatura greco-romana. Trata-se de, como já há muito rogado por Pierre Briant,² aquilatar os Aquemênida por meio de fontes de tipologia oriental. Aqueles que, por outro lado, se fiam apenas em Arriano e Plutarco, como Lane Fox, terminam por repetir chavões improcedentes a respeito da inépcia militar de Dario III. Por fim e ainda a respeito desse capítulo, é merecedora de elogio a astúcia de observar, na descrição dos movimentos iniciais de Gaugamelos, ecos do duelo entre Aquiles e Heitor narrados na *Ilíada* (p. 148). A *fabricação de Alexandre Magno* se encerra com o anexo “Outro Arriano: O Império Parto na visão grega”, versão revista e atualizada do artigo *Uma revisão crítica das fontes historiográficas para a história do Império Parto (247 a.C. - 228 d. C.): o caso de Apolodoro de Artemita e Arriano de Nicomédia*, divulgado inicialmente na revista *História da Historiografia* (2015, p. 262-273). Embora republicado como anexo, trata-se de estudo de primeira grandeza tanto como revisão historiográfica a respeito do Império Parto quanto como avaliação circunscrita de Apolodoro e Arriano – temas com pouquíssimo material bibliográfico em português.

Posto que os parágrafos anteriores já destacaram os excertos mais ricos do livro, cabe encerrar esta resenha apresentando seus méritos de caráter geral. Trata-se de obra de leitura fluida, tanto ao iniciado quanto ao iniciante, graças a uma escrita sucinta, clara e acessível. Para o grupo de estudiosos mais avançados, a decisão do autor – e a acolhida da editora – de disponibilizar os originais em notas de pé de página é das mais acertadas, garantindo, em tempo real, a comparação entre o texto greco-latino e as opções de tradução do autor. Outra elogiável opção de Sant’anna é o uso sem preconceito de fontes como Diodoro Sículo, passando ao largo de uma tradição historiográfica, em particular da escola oitocentista alemã,³ que tende a menoscar os dotes do autor siciliano.

O trabalho de Henrique Modanez de Sant’Anna, portanto, demonstra como uma metodologia por vezes tida por ultrapassada, baseada na leitura de fontes antigas em conjunto com a historiografia moderna, pode render frutos dos mais elogiáveis. Uma nota final, e se me é permitido pelo autor resenhado, seria refletir, talvez na forma de um

² Esse repto do historiador francês foi lançado desde suas primeiras produções na década de 1970, mas assumiu sua forma canônica na obra maior de Briant: *Histoire de l'Empire Perse: de Cyrus à Alexandre* (1996).

³ Que se inicia como o verbete de Eduard Schwartz para a *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*: “Diodoro, o compilador – de obra não se pode nomear esse livro”. Theodor Mommsen o rotulou como “escritor miserável”, enquanto Barthold Georg Niebuhr lhe atribuiu epítetos nada elogiosos: “ingênuo, incompetente, tolo, inepto mesmo para um compilador”. Sobre a fortuna crítica de Diodoro. Ver: Mota (2008, p. 24-27).

futuro artigo, a respeito das peculiaridades de um Alexandre delineado pela historiografia anglófona. Existe uma espécie de “Alexandre vitoriano”, descrito em primeira mão por W. W. Tarn e que acabou hegemônico na língua inglesa até meados do século XX? E em que medida é sintomático que, embora exprimidas em inglês, as críticas a esse modelo vieram, primeiro, de um austríaco (Ernst Badian) e, em seguida, de um acadêmico que, conquanto oriundo da Inglaterra, fez boa parte da carreira na Austrália (A. B. Bosworth)? Independentemente das respostas a essas duas hipóteses, *A fabricação de Alexandre Magno* é trabalho indispensável para os estudiosos de Alexandre e recomendável, inclusive, a historiadores e estudantes de História que se interessam pelas dificuldades metodológicas envolvidas no trabalho com fontes fragmentárias e escritas de três a cinco séculos depois dos eventos por elas narrados.

Referências

- BRIANT, P. Alexander and the Persian Empire, between ‘Decline’ and ‘Renovation’. In: HECKEL, W.; TRITLE, L. (ed.). *Alexander the Great: a new history*. Hoboken: Blackwell, 2009, p. 171-188.
- BRIANT, P. *Histoire de l’Empire Perse: de Cyrus à Alexandre*. Paris: Fayard, 1996.
- MORENO LEONI, Á. Alejandro Magno como ‘conquistador-civilizador’: la lectura ilustrada de Flavio Arriano y Plutarco entre los siglos XVIII-XIX. In: ESPINO MARTÍN, J.; CAVALLETTI, G. (ed.). *Recepción y Modernidad en el siglo XVIII: la Antigüedad Clásica en la configuración del pensamiento ilustrado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2017, p. 21-57.
- MOTA, C. *As lições de História Universal da Biblioteca Histórica de Diodoro da Sicília como processo educativo da Humanidade*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SANT’ANNA, H. M. Uma revisão crítica das fontes historiográficas para a história do Império Parto (247 a.C.-228 d. C.): o caso de Apolodoro de Artemita e Arriano de Nicomédia. *História da Historiografia*, v. 17, p. 262-273, 2015.
- SANT’ANNA, H. M. de. *A fabricação de Alexandre Magno: habilidade política e genialidade militar nas fontes antigas (336-331 AEC)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021.
- SANT’ANNA, H. M. de. *Alexandre Magno: a paixão da guerra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- SANT’ANNA, H. M. de. *História da República romana*. Petrópolis: Vozes, 2015.